

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
DOUTORADO INTERISTITUCIONAL EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MARCIO ROGERIO GABRIEL

**DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO CIVIL – UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA
NA COMUNIDADE RECA EM RONDÔNIA**

Porto Alegre

2019

MARCIO ROGERIO GABRIEL

**DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO CIVIL – UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA
NA COMUNIDADE RECA EM RONDÔNIA**

Tese apresentada ao programa de Doutorado Interinstitucional em Ciência Política promovido entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Faculdade Católica de Rondônia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Gabriel, Marcio Rogerio
DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO CIVIL - UMA ANÁLISE DA
GOVERNANÇA NA COMUNIDADE RECA EM RONDÔNIA / Marcio
Rogerio Gabriel. -- 2019.
195 f.
Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Democracia. 2. Sociedade Civil. 3. Comunidades
Locais. 4. Projeto Reca. I. Gugliano, Alfredo
Alejandro, orient. II. Título.

MARCIO ROGERIO GABRIEL

**DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO CIVIL – UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA
NA COMUNIDADE RECA EM RONDÔNIA**

Tese apresentada ao programa de Doutorado Interinstitucional em Ciência Política promovido entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Faculdade Católica de Rondônia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Aprovado em 02/09/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano – Orientador

Prof. Dr. Davide Carbonai - UFRGS

Prof. Dr. Fabio Rychecki Hecktheuer - FCR

Prof^ª. Dra. Lilian Maria Moser – UNIR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me concedeu capacidade de admirar à ciência, e a saúde para vencer os desafios com as múltiplas atividades cotidianas.

A Mayara, minha inspiração de todos os dias. Meu amor!

Aos amigos: Amaral, deputado Chiquinho da Emater, Erivaldo, Josélia e Weyder, que deram imprescindíveis apoios organizacionais e logísticos, em especial a Mestre Larissa que revisou e organizou meus rascunhos.

Ao amigo ex-governador, Senador da República Confúcio Moura, homem cujo conhecimento está à frente do seu tempo, acreditou e criou a Fundação de Apoio a Pesquisa – Fapero.

Ao amigo Professor Dr. Fabio Rychecki Hecktheuer, um homem ímpar, que constrói o impossível, que não mede esforços na valorização da educação superior e dos seus educandos.

Ao amigo Professor Dr. Alfredo Alejandro Gugliano, mais que orientador, um incentivador que transmite confiança nos momentos mais frágeis, um homem cujo notável conhecimento da democracia inspira seguidores mais distantes.

A todos os membros da comunidade Reça, especialmente ao seu atual Coordenador Presidente Alex, por me acolherem em todas as visitas com extrema gentileza, e estar sempre abertos a uma conversa, informando tudo que se pergunta com sorriso, atenção e simpatia.

A Fapero, instituição que apesar de jovem, ousa nos projetos de parcerias para ampliar a pesquisa científica no Estado de Rondônia.

Ao PPGCP/UFRGS e a Faculdade Católica de Rondônia pelo pioneirismo na difusão do conhecimento ao ampliar a ciência política para os rincões mais distantes do interior do Brasil.

RESUMO

A democracia é um fenômeno social complexo que comporta inúmeros conceitos e interpretações. No limiar do século presente, vertentes concorrentes, cada um a seu modo, ainda tentam explicar os problemas democráticos e buscam soluções para os reconhecidos males que afetam esse regime. As teorias da democracia participativa, associativa e deliberativa procuram ampliar os estudos sobre os espaços de comunicação e as possibilidades de diálogos públicos em nível local que constituam elementos importantes e viáveis para democratizar a democracia. Nesse sentido surgem algumas possibilidades de investigar a relação democrática para além do espaço do Estado, mais especificamente nas organizações da sociedade civil, no entendimento que a democracia se nutre e se fortalece nas boas relações constituídas nessas comunidades. Nesse sentido, a comunidade Reça, fundada em 1989, é reconhecida nacional e internacionalmente pela capacidade de organização e gestão democrática, com produção voltada para a sustentabilidade ambiental, tendo recebido vários prêmios, e servindo de inspiração para a formação de outras comunidades rurais. Alguns estudos precedentes informam que o sucesso do Reça se justifica pela força da confiança e solidariedade entre seus membros, constantemente reafirmados por suas histórias de vida, que seu capital social é reforçado pela gestão participativa. Outros, contudo, informam que o êxito se deve aos trabalhadores empresários os quais adotam com eficácia uma estratégia microeconômica exitosa que orienta a sustentação do projeto pelo viés do benefício econômico individual, o que ocorreria por meio de uma tradicional cooperativa empresarial, chegando a afirmar que dentro da comunidade as relações políticas passam a se dar mais pautadas pelas relações econômicas do que pelas relações sociais e pelos laços de solidariedade. Assim, o avanço da presente pesquisa consistiu-se em investigar e identificar o modelo de gestão do projeto Reça, se sua estrutura de governança é democrática e participativa, à luz das principais vertentes contemporâneas dessa teoria, ou se predomina um modelo empresarial tradicional, com gestão verticalizada, baseada em princípios de racionalidade econômica. Esse estudo de caso, utilizando-se da técnica da observação participativa, apresenta os resultados a partir da avaliação do comportamento e ação dos membros associados e gestores, nas oportunidades, arenas e espaços formais e informais de tomadas de decisão e participação. As pesquisas permitiram concluir sob a ótica da democracia participativa que o projeto Reça constitui uma comunidade híbrida onde estão presentes elementos de essência de Democracia Forte que lhe conferem destaque e perenidade, contudo, identificam-se presentes também elementos de gestão e governança verticalizadas típicos das instituições empresariais tradicionais alinhados à Democracia Fraca Representativa, os quais podem constituir obstáculos à própria continuidade da comunidade solidária.

Palavras chave: Democracia. Sociedade Civil. Comunidades locais. Projeto Reça.

ABSTRACT

Democracy is a social phenomenon that involves several concepts and interpretations. At the begin of the present century, competing strands, each in its own way, still attempt explain democratic problems and seek solutions for evils that affect this regime. Theories of participatory, associative and deliberative democracy looking for enlarge the studies about the spaces of communication and the possibilities of public dialogues are at the local level that constitutes of the important and viable spaces to democratize the democracy. In this sense there are some possibilities to investigate the democratic relationship outside the state space, more specifically in civil society organizations, understanding that democracy feeds and is strengthened from the relationships in these communities. In this sense, the Reca community, founded in 1989, is recognized nationally and internationally for the capacity of management and democratic management, with production focused on environmental sustainability, being the most diverse awarded, and serving as inspiration for a formation of other rural communities. Previous studies have reported that Reca's success was justified by the strength of trust and solidarity among its members, constantly by the reaffirmation of their life histories, that their social capital is reinforced by their participation. Others, however, report that success is due to entrepreneurial workers who effectively adopt a successful microeconomic strategy that guides the sustainability of the project for the sake of individual economic benefit, which would occur through a traditional business cooperative, they affirm that within the community political relations start to be more oriented by the economic relations than by the social relations and by the bonds of solidarity. In this way, the research progress was to investigate and identify the management model of the Reca project, if its governance structure is democratic and participative, based in the main contemporary aspects of this theory, or if it predominates a traditional business model with vertical management, based on principles of economic rationality. This case study, using the participatory observation technique, presents the results from the evaluation of the behavior and action of associate members and managers, in the opportunities, arenas and formal and informal spaces of decision-making and participation. Research has allowed us to conclude from the perspective of participatory democracy that the Reca project constitutes a hybrid community where elements of the essence of Strong Democracy are present that give it prominence and continuity, however, we also identify present elements of vertical management and governance typical of institutions traditional companies aligned with weak representative democracy, which may constitute obstacles to the continuity of the solidarity community.

Key-Words: Democracy. Civil society. Local communities. Reca Project.

RESUMEN

La democracia es un fenómeno social complejo que comporta innumerables conceptos e interpretaciones. En el umbral del siglo presente, vertientes concurrentes, cada uno a su modo, todavía intentan explicar los problemas democráticos y buscan soluciones para los reconocidos males que afectan ese régimen. Las teorías de la democracia participativa, asociativa y deliberativa buscan ampliar los estudios sobre los espacios de comunicación y las posibilidades de diálogos públicos a nivel local que constituyan elementos importantes y viables para democratizar la democracia. En ese sentido surgen algunas posibilidades de investigar la relación democrática más allá del espacio del Estado, más específicamente en las organizaciones de la sociedad civil, en el entendimiento que la democracia se nutre y se fortalece en las buenas relaciones constituidas en esas comunidades. En ese sentido, la comunidad Reca, fundada en 1989, es reconocida nacional e internacionalmente por la capacidad de organización y gestión democrática, con producción orientada hacia la sustentabilidad ambiental, habiendo recibido varios premios, y sirviendo de inspiración para la formación de otras comunidades rurales. Algunos estudios anteriores informan que el éxito del Reca se justifica por la fuerza de la confianza y solidaridad entre sus miembros, constantemente reafirmados por sus historias de vida, que su capital social es reforzado por la gestión participativa. Otros, sin embargo, informan que el éxito se debe a los trabajadores empresarios que adoptan con eficacia una estrategia microeconómica exitosa que orienta la sustentación del proyecto, más por vía del beneficio económico individual, lo que ocurre por medio de una tradicional cooperativa empresarial, llegan a afirmar que dentro de la comunidad las relaciones políticas pasan a darse más por las relaciones económicas que por las relaciones sociales o por los lazos de solidaridad. Así, el avance de del presente trabajo consistió en investigar e identificar el modelo de gestión del proyecto Reca, si su estructura de gobernanza es democrática y participativa, a la luz de las principales vertientes contemporáneas de esa teoría, o se predomina un modelo empresarial tradicional, con gestión verticalizado, basada en principios de racionalidad económica. Este estudio de caso, utilizando la técnica de la observación participativa, presenta los resultados a partir de la evaluación del comportamiento y acción de los miembros asociados y gestores, en las oportunidades, arenas y espacios formales e informales en que se toman las decisiones y se permite la participación. Las investigaciones permitieron concluir bajo la óptica de la Democracia Participativa que el proyecto Reca constituye una comunidad híbrida donde están presentes elementos de esencia de Democracia Forte que le confieren destaque y perennidad, sin embargo, se identifican además presentes también elementos de gestión y gobernanza verticalizado típicos de las instituciones empresariales tradicionales alineados a la Democracia Débil representativa, los cuales pueden constituir obstáculos a la propia continuidad de la comunidad solidaria.

Palabras Clave: Democracia. Sociedad civil. Comunidades locales. Proyecto Reca.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Projeto Reça	4
Figura 2 - Estrutura tradicional de gestão cooperativa hierarquizada	74
Figura 3 - Croqui de localização dos Ramais do Projeto Reça	79
Figura 4 - Estrutura Organizacional do Projeto Reça	80
Figura 5 - Organograma do Sistema Participativo Formal na Comunidade Reça	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições externas que desenvolvem uma interação com o Reça	92
Quadro 2 - Ações Transversais do Projeto Concretizar	98
Quadro 3 - Pauta de Assembleia Geral	109
Quadro 4 - Alternância de poder na comunidade Reça	117
Quadro 5 - Matriz para interpretativa da governança democrática.....	139
Quadro 6 - Matriz de pressupostos da democracia participativa	142

LISTA DE ABREVIATURAS

ABV- Associação Baixa Verde

ACS - Associação de Certificação Socioparticipativa do Estado do Acre

ALTER-ECO/França = Rede de Organizações para a promoção do Comércio Justo e Solidário – Fair Trade

ASPOMACRE – Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia

ATER- Agência de Assistência Técnica Rural do Acre

BASA – Banco da Amazônia

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

CCFD - Comitê Católico Contra Fome para o Desenvolvimento no Mundo

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CEBEMO - Agência de Cooperação da Igreja Católica Holandesa

CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases

CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas de Investigações Sociais

CEPLAC – Comissão do Plano Executivo da lavoura cacaueteira

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CONEXSUS – Instituto Conexões Sustentáveis

COOPER RECA - Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCR – Faculdade Católica de Rondônia

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

G7 - Grupo dos Sete países mais ricos do mundo

GTZ - Cooperação Técnica Alemã

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBD – Instituto Biodinâmico do Desenvolvimento

IDARON/RO – Agencia de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril

IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLAL - Movimento Leigo América Latina
MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG - Organização não-governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do crescimento
PAS - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PD/A - Projeto Demonstrativos Tipo A
PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PIB - Produto interno bruto
PIN - Plano de Integração Nacional
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A
PNF - Programa Nacional de Florestas
PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPA - Plano Plurianual
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
REBRAF – Rede de sistemas agroflorestais
RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
RESEX - Projeto Reservas Extrativistas
SAF - Sistema Agroflorestal
SEBRAE-RO – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa de Rondônia
SEDAM/RO – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
SFA -Superintendência Federal da Agricultura
SEMA - Secretaria de Meio Ambiente
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES ATUAIS DA DEMOCRACIA	10
2.1. Uma síntese relevante para o contexto deste estudo	10
2.2 A participação na democracia contemporânea	18
2.3 A relevância do estudo da democracia participativa	22
2.4. O papel das associações na democracia	30
2.5. As associações no contexto da vida participativa	39
2.6. Democracia e sustentabilidade ambiental	45
3. VIABILIDADE DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS	54
3.1. As associações no contexto da sociedade civil	54
3.2. O movimento cooperativo e a possibilidade de contribuições para a democracia	60
3.3. Os mecanismos de gestão e participação em associações e cooperativas	70
3.4 Instâncias deliberativas e de gestão na comunidade RECA	78
3.5 Duas entidades operando no mesmo espaço institucional	82
4. AS DINÂMICAS DAS RELAÇÕES DA COMUNIDADE RECA NA CONSTRUÇÃO DA SUA CAMINHADA	85
4.1. Identificando o objeto: fenômeno, espaço, tempo e relações externas	85
4.2. Identificando o modelo de gestão formal e suas características próprias	101
4.2.1. Sobre as reuniões em assembleias:	102
4.2.2. Sobre os grupos, as lideranças e seus espaços comunicativos	104
4.2.3 A decisões por meio da definição das pautas	108
4.2.4 A força da coordenação central	112
4.2.5 A formação e a cultura das lideranças	115
4.2.6 O processo eleitoral e a alternância de poder	116
4.2.7 A integração dos jovens na comunidade	120
4.2.8 O planejamento estratégico como instrumento de definição de rumos	122
4.3. As forças subjetivas que produzem a formação de consenso	127
4.3.1 O respeito ao meio ambiente	127
4.3.2 A força da solidariedade e da confiança	130
4.3.3 A religiosidade	136
4.4. Interpretando a gestão organizacional do Reca	138
4.4.1 Uma avaliação sistêmica sobre a força democrática da governança	138
4.4.2 Uma aproximação para avaliação da governança democrática e participativa	141
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	154
ANEXO 1 - “A Reunião”	162
ANEXO 2 – Hino do Reca	169

ANEXO 3 – Ata da Assembleia Geral da Associação RECA	170
ANEXO 04 – Ata da Assembleia Geral da Cooperativa RECA	174

1. INTRODUÇÃO

A ampliação dos espaços de debate democrático para além do Estado é um fenômeno que cresceu nas décadas mais recentes. Isso decorre dentre diversos fatores, da consciência coletiva da incapacidade de o sistema representativo de democracia liberal atender a multiplicidades de demandas da complexa sociedade moderna. A ação política é condicionada por atores e estruturas institucionais insensíveis a reconhecida existência de uma pluralidade de valores e de uma complexa teia social do mundo moderno. Para Luchmann (2012, p. 59) diante dos limites da democracia representativa novos modelos teóricos têm ampliado “os atores, os espaços, e os sentidos da política”, nessa vertente mais estudos tem buscado evidenciar elementos da democracia associativa, participativa e deliberativa. É preciso levar em conta que os estudos no âmbito da democracia fora do ambiente estatal requer adoção de cuidados, nesse sentido importante a observação de Locks Filho (2013, p. 11) ao informar que “quando ampliamos o arcabouço teórico da democracia para outros espaços da sociedade que não o Estado, começa a surgir uma diversidade de lacunas no campo do conhecimento científico, dado o caráter recente dessas práticas”.

A democracia ao longo da história esteve por diversos momentos no centro dos debates quando se discute a relações e modo de vida em sociedade. Essa temática que por essência é polissêmica, assumiu uma maior relevância nos estudos das ciências sociais nos últimos séculos do milênio, sobretudo quando emergiu uma maior de necessidade de identificar esse fenômeno democrático e suas repercussões. É possível observar que a partir de 1960 surgiu um debate mais profícuo sobre o ambiente democrático com viés para o tema da democracia participativa. Para diversos teóricos do tema da democracia, interessa avaliar os processos de gestão participativa no âmbito da relação governos/sociedade em fenômeno mais recentes, avaliando-se o tema na esfera específica das políticas públicas.

A expansão dos termos da relação democrática em múltiplos espaços também tem se ampliado nas últimas décadas. Um amplo espectro de estudos tem buscado compreender a importância da sociedade civil no aperfeiçoamento das relações democráticas contemporâneas. A análise dessa conjuntura contemporânea remete ao passado mais distante, aos estudos de John Dewey que já em 1929 teorizou acerca da democracia como uma “ideia”, advogando com firme convicção que democracia transcende o Estado e se encontra simultaneamente em todos os modos de associação humana dentro da comunidade. Esses estudos foram retomados na segunda metade século XX, onde se buscou compreender como legitimar as ações por meio da ampliação da participação popular.

Entende-se que é preciso avançar no tema dos estudos dos regimes de gestão democrática e participativa em ambiente não estatal, especialmente porque como informam Feres Jr. e Pogrenbinschi (2010, p. 137) em sua obra “Teoria Política Contemporânea” existe um “crescente debate em torno do papel da sociedade civil na consolidação das democracias”. Entende-se que o enraizamento do modelo de gestão democrática no ambiente comunitário pode irradiar no seio social um modo de vida que prepare as pessoas, emancipando-as para um nível mais elevado de relação social, desse modo formando cidadãos mais hábeis para lidar também nas relações com o poder político e econômico.

No âmbito das comunidades rurais é comum a formação de cooperativas de produtores que se agregam com a finalidade de somar forças econômica para ocupar um espaço no mercado, contudo sua forma e regime de gestão são baseadas em sistemas hierarquizados de forma que, quem tem mais poder econômico tem melhores expectativas de ter seus pleitos atendidos nos espaços restritos de diálogo. Outro fenômeno de agregação das comunidades rurais são as associações de produtores, essas entidades já não têm mais um caráter econômico do ponto de vista legal, já que faz alguns anos que a legislação mudou a função delas, contudo suas relações e ambientes discursivos são meramente formais e ocorrem os mesmos processos tal qual nas cooperativas, um regime formal protocolar restrito de gestão que privilegia os membros com mais poder influência econômica.

É necessário fazer uma diferenciação entre um setor privado propriamente dito no que concerne aos empreendimentos empresariais, e os empreendimentos associativos e cooperativos. Enquanto no primeiro o objetivo é gerar lucro para o empresário, ou grupo de acionistas/proprietários, onde a estrutura de gestão é totalmente verticalizada e hierarquizada. Diferentemente são as instituições associativas e cooperativas nas quais, em regra a renda fruto do trabalho deve ser repartida em prol dos seus membros.

São necessários estudos que lancem um olhar sobre o fenômeno do empoderamento social da democracia que passa ocupar espaço nas relações da comunidade. A existência de ambientes democráticos e participativos fora do contexto estatal não é um fenômeno recente, de acordo com Locks Filho (2013, p. 08) “um fenômeno social que atualmente é denominado como economia solidária e que, de um modo geral, é vislumbrado dentro de uma tradição associativa e cooperativa contra hegemônica, que existe desde os primórdios do desenvolvimento capitalista, no início do século XIX.”

Acerca da importância de ampliar o debate sobre a democracia para outros ambientes fora do espaço público, numa perspectiva ampliada de transformação social, é necessário levando em consideração que a construção do indivíduo político na democracia contemporânea

é concebida pelos limites capitalismo e regras de mercado e dos modelos de consumo difundidos. Nesse sentido a importante observação de Gugliano (2004, p. 278):

“A democracia, por este viés, não pode ficar restrita ao Estado, pois é necessário também democratizar a esfera não-estatal, considerando que apenas a convergência entre diferentes arenas possibilitará a construção de um espaço público de deliberação democrática”.

Existe um amplo debate em torno de qual o modelo ideal de desenvolvimento para a região amazônica. O fato é que sob a égide dos princípios políticos neoliberais a partir dos anos 90 propiciou-se expansão da fronteira do agronegócio que, cada vez mais, ocupa porções significativas de terras, aumentando a área de desmatamento, e exercem pressão sobre as áreas de proteção ambiental e encurralam as comunidades tradicionais. A partir de 2004, por meio do Plano Plurianual, o governo central passou a valorizar projetos transversais de desenvolvimento, o que promoveu um grande avanço no incentivo das comunidades locais especialmente valorizando os empreendimentos rurais de economia solidária e comunitária que tinham sua atividade econômica alinhada a princípios de sustentabilidade ambiental (BECKER, 2005).

A gestão democrática e participativa retrata a condição necessária para suprir as insuficiências do modelo da democracia liberal, focada exclusivamente no bem-estar econômico individual, esse modelo em essência contém sérias dificuldades de realizar o desenvolvimento baseado em princípios de sustentabilidade. Quando se leva a questão para ambientes sustentáveis, do ponto de vista ecológico, diversos autores concordam que há uma estreita relação entre democracia e sustentabilidade. De acordo com Lenzi (2009, p. 19) a relação entre democracia e sustentabilidade ambiental “não envolve apenas uma relação de simbiose, mas encerra uma série de desafios que nem sempre são reconhecidos por aqueles que acreditam numa associação quase que espontânea entre essas duas realidades”. De acordo com esse autor a evidencia é bem assentada no relatório de Brundtland (1991, *apud* LENZI, 2009, p. 19) para o qual, “há uma relação estreita entre democracia e sustentabilidade, sugerindo, com isso que a concretização da última não poderia ser realizada sem uma reformulação da primeira.”

Nesse contexto está a Comunidade Reca que, em sua essência, contempla um modelo de produção ambientalmente sustentável, integrada adicionalmente pelos princípios da sustentabilidade econômica, social e política. A plausibilidade dessa comunidade integrar-se

por princípios de gestão democrática e participativa permite à comunidade continuar reunida ao longo do tempo e construir diversas parcerias e influências. Visto de outro ângulo, apenas a produção sustentável enraizada na cultura dos seus habitantes não seria suficiente para manter o regime de associativo e solidário. Um caso similar faz levar a essa convicção, o caso bem conhecido é o da Associação de produtores Alternativos de Ouro Preto/RO, onde o projeto econômico, desde o seu início, era integrado por moradores cuja vocação era permeada por princípios de sustentabilidade ambiental, contudo a associação de produtores fracassou pela incapacidade dos gestores alinharem os interesses políticos e econômicos do corpo diretivo, com princípios e valores que fossem ao encontro daqueles almejados pelos membros da comunidade. (KOHLENER et al., 2011).

Esse estudo se situa no âmbito da investigação dos processos participativos de gestão democrática, focalizando uma associação de economia comunitária rural na Amazônia, onde a busca de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável é uma importante matriz orientadora do conhecimento e da pesquisa científica. Assim, a Associação dos Pequenos Agrosilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado, conhecido como “Projeto RECA” (figura 1), objeto central deste estudo, é constituída por uma comunidade de trabalhadores que vivem em uma área rural próxima a Nova Califórnia, um dos três distritos da região conhecida com ponta do Abunã, integrante do Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. A sede do projeto está localizada aproximadamente a 360 km de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, e a 156 km de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Figura 1 - Localização do Projeto Reca



Fonte: Google (mapas) com adaptação.

Trata-se de uma comunidade muito pesquisada e premiada, nacional e internacionalmente, tendo iniciado suas atividades de forma organizada no ano de 1989, na região de um antigo seringal da região que fora desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para fins do que a política pública de colonização para a Amazônia na época denominou “reforma agrária”. Para melhor compreensão desse fenômeno, importante o conceito de Max Weber qual considera que uma comunidade é formada por um conjunto de indivíduos unidos por laços de solidariedade, e que são fundados no sentimento de compartilhar uma história, valores e princípios para a vida.

A escolha do tema centra-se no fato de a comunidade do Reça ser destaque no cenário amazônico e servir de inspiração de modo de vida para outras comunidades. É um empreendimento comunitário associativo de economia rural que possui um modelo de gestão e governança relativamente exitoso, o projeto está próximo de completar 30 anos de existência mantendo sua tradição de modo de vida solidária. Em relatório técnico da Fundação Getúlio Vargas – FGV, aponta-se que o Projeto RECA “está no centro das atenções e é protagonista de um modelo de desenvolvimento dada sua exemplar capacidade de gestão”. E complementam adicionalmente que “tamanho atenção se deve à sua efetiva gestão participativa, seu exemplar modelo de geração de renda com preservação da floresta e, principalmente, pela inspiração que essas famílias são para muitas outras experiências no Brasil” (FGV, 2009, p. 04)

São inúmeros fatores que propiciam a necessidade de ampliar as investigações a respeito do modo de vida da comunidade Reça, isso porque ela é considerada por muitos pesquisadores como um dos mais importantes empreendimentos de economia rural cuja atividade é modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Quanto à relevância dessa comunidade como objeto de pesquisa temos a conclusão de Justen et al. (2015, p. 115) que informam “O Reça tem suas práticas reconhecidas como modelo de sistema produtivo, econômico, político, social e cultural, tanto na Amazônia quanto no Brasil e em outras nações”.

Após uma análise da literatura que se achou disponível, se pôde destacar alguns trabalhos de pesquisa precedentes bastante relevantes, especificamente no ramo da Administração e da Economia, e outros mais detalhados em Ciências Agrárias. Pode-se observar que há um espaço para ampliação dos estudos sobre o modelo de gestão e governança do Reça no âmbito da Ciência Política, isso porque nos estudos precedentes foram encontradas evidências diversas acerca do processo de gestão democrática e participativa no Projeto Reça, contudo a revisão desses estudos no levantamento do “estado da arte”, permite evidenciar debates antagônicos em relação a essa questão, ademais todos os estudos precedentes tem viés

para outras correntes do conhecimento distintos dos objetos e ferramentas de análise específicos da Ciência Política.

Alguns estudos informam que a gestão do Reça é plenamente participativa e solidária, e que esse fator contribui para o sucesso do Projeto. Em relatório técnico da Fundação Getúlio Vargas - FGV (2009, p. 20), os autores concluem que o projeto Reça “é uma das experiências de gestão participativa e preservação ambiental mais bem sucedidas e premiadas do Brasil”. Nesse estudo concluem que, desde a sua fundação o Projeto Reça “já passou por inúmeras modificações em sua estrutura, mas manteve alguns aspectos essenciais do seu modelo organizacional, o que é apontado por muitos como sendo um fator essencial para o sucesso da iniciativa” (id., 2009, p. 20). Ainda de acordo com o estudo da Fundação, dentre estes, destaca-se sua “forma de gestão totalmente participativa, em que todos se sentem parte do RECA”. (id., 2009, p. 21)

Ainda neste mesmo sentido, outro grupo de estudiosos, Justen et al. (2015, p. 117) informam que “A gestão do Projeto mantém suas tradições, sendo de forma aberta e participativa, desde o seu início até a atualidade”. Os mesmos autores concluem que “A estrutura de governança [...] é híbrida, pois prioriza tanto pelos mecanismos de coordenação informais, que emergem das relações entre os produtores e a organização, quanto formais, amparados por documentos e registros que visam a transparência nas ações e atividades” (id., 2015, p. 118).

Ainda concordando com essa corrente, Forero (2017, p.141) em suas conclusões informa que “Um dos pilares do sucesso do RECA: da sua coesão interna, sustentada em pilares institucionais sólidos, constituída por “valores” próprios, baseada no trabalho coletivo, onde os processos decisórios e de planejamento priorizam o ambiente participativo”.

Em linha diametralmente oposta, com posicionamento distinto das conclusões anteriores temos outros estudos que informam a desestruturação desse modelo de gestão solidário do Projeto Reça nos anos recentes. Isso porque ao abrigar em seu modo de vida fatores exclusivamente econômicos, a comunidade Reça passa de uma associação democrática e solidária, para uma cooperativa econômica de modelo tradicional às empresas econômicas. Para Ângelo (2014, p. 92) o “fator econômico se impôs sobre a comunidade nos últimos anos alterando sobremaneira a força motriz das relações sociais, políticas e subjetivas da comunidade”. O autor acrescenta ainda que “a modernização dos meios de produção representa uma contradição na história do convívio social das famílias”. (Id., p. 93) O autor evidencia em seus estudos que a forte relação com empresas privadas: Natura e Petrobrás e outros órgãos públicos: BNDES - Fundo Amazônia, captando recursos financeiros e contratos, para aumento

da produção e do parque da agroindústria rural transformou a comunidade Reca em uma cooperativa com gestão submissa a princípios econômicos alinhados ao mercado.

Ainda de acordo com esse autor em suas conclusões, diante da nova realidade econômica o Reca necessita de matérias primas que são produzidas por indígenas, camponeses extrativistas e ribeirinhos - não sócios -, que não recebem os mesmos benefícios econômicos auferidos pelos sócios. Segundo o autor “a cooperativa passaria a monopolizar ainda mais o beneficiamento da produção local, extraindo mais renda da terra ainda dos camponeses não sócios” e complementa que desse modo “dentro da comunidade as relações políticas passam a se dar mais pautadas pelas relações econômicas do que pelas relações sociais e pelos laços de solidariedade” (ÂNGELO, 2014, p. 90).

Diante da contradição evidenciada, esse estudo tem objetivo de comprovar os enunciados hipotéticos por meio de um amplo estudo e avaliação do comportamento e da relação dos agentes da comunidade Reca, bem ainda identificar os mecanismos de tomadas de decisões dos membros e gestores, nas arenas formais e informais, e nos espaços comunicativos. Para formar a convicção, como ferramenta auxiliar, serão utilizadas as categorias de análise da ciência política especialmente dos conceitos de Democracia Forte e Democracia Fraca de Benjamin Barber.¹ Nessa vertente, de acordo com esse autor a Democracia Forte é um modo de vida no “qual seres humanos com naturezas diferentes e maleáveis e interesses sobrepostos e conflitantes podem conseguir viver juntos e não apenas em seu mútuo benefício, mas também em benefício de sua mutualidade” (Barber, 2003, p. 119) esse modelo democrático converge com o entendimento dos valores da democracia participativa, em oposição a Democracia Fraca alinhada a valores da democracia representativa da corrente hegemônica.

Depois de observar estudos precedentes surgem lacunas relacionadas a esfera política, pode-se observar que não existem estudos nessa seara que possam complementar identificar o modelo de gestão e governança. Como buscar evidenciar qual é o modelo de gestão do Reca, e se sua estrutura de governança é democrática e participativa, ou se predomina um modelo empresarial tradicional. Sua relação interna é modificada pelo crescimento e estruturação de um negócio voltado para o mercado. As evidências serão obtidas a partir de uma profunda avaliação do comportamento/ação dos seus membros e gestores nas oportunidades e espaços formais e informações de tomadas de decisão e deliberação. Neste sentido são estabelecidas duas hipóteses mutuamente excludentes: h1 - o Reca é uma entidade cooperativa empresarial

¹ Benjamin Barber renomado autor americano estudioso da democracia participativa elaborou critérios ou tipos ideais para avaliar a democracia no ambiente de trabalho. Desse modo entendemos que seus critérios são boa referência para avaliação de valores participativos em uma associação/cooperativa de trabalhadores.

de gestão tradicional; h2 – o Reca é uma instituição com gestão e governança democrática e participativa.

Para situar associações e cooperativas rurais como a comunidade Reca no fenômeno democrático foi necessário robustecer a base de observação com viés para as teorias democráticas relacionadas a participação e a deliberação, ou seja, ampliar os estudos da democracia participativa fazendo a conexão com ações que ocorrem no âmbito do Estado e transpor os conceitos para esses estabelecimentos, complementando com as teses da corrente da democracia associativa, desse modo criando a ligação entre as teorias democráticas e a pesquisa empírica ora apresentada. O aporte teórico de diversos autores da linha da democracia participativa e associativa nos pontos de convergência e consenso, após alguns anos de debates em torno dessas questões, que nos últimos tempos tem se apresentado com um valioso espaço para estudo, contribuíram para formar uma visão sobre a comunidade pesquisada.

Para formar o conjunto de evidências visando comprovar as condições estabelecidas nas hipóteses foram utilizadas ferramentas de pesquisa como a observação participativa² que consiste no método em que o pesquisador participa da vida cotidiana das pessoas sujeitas ao estudo. Foi amplamente utilizada da pesquisa bibliográfica a fim de formar o quadro do “estado da arte” dos diversos estudos precedentes sobre o Projeto Reca, e o referencial teórico sobre a democracia. Foram pesquisadas fontes primárias como estatutos, convenções, planos estratégicos, contratos, documentos; e fontes secundárias: artigos e trabalhos científicos produzidos anteriormente, e a literatura sobre o projeto Reca, os quais formam um valioso conjunto de informações sobre o âmbito social, político, administrativo e econômico do projeto.

A relevância do estudo consiste em contribuir para o avanço do conhecimento do comportamento político dos agentes e seu modo de gestão e governança e participação no âmbito de instituições de economia associativa, com modelo de produção ambientalmente sustentável, e identificar os fatores que propiciam o êxito dessas organizações. Entendemos que apenas conhecendo a essência das relações que ocorrem nessas entidades locais é que se pode afirmar a importância das mesmas para o contexto democrático mais amplo. É preciso evidenciar as causas de êxito dessas associações e cooperativas solidárias que na visão de diversos autores, constitui um modelo ideal de desenvolvimento para as comunidades

² A Observação Participativa consiste no método amplamente utilizado em ciências humanas no qual o pesquisador participa da vida cotidiana das pessoas sujeitas ao estudo, seja abertamente, no papel de pesquisador, ou de maneira velada, sob algum disfarce, observando o que ocorre, ouvindo o que é dito ou interrogando pessoas durante certo período de tempo. (LEVIN & FOX, 2003, P. 06)

amazônicas, e que vai na contramão do modelo hegemônico desenvolvimento econômico atualmente impregnado na cultura desenvolvimentista nacional.

Diversos estudos precedentes apontam a necessidade de ampliar os estudos e o conhecimento sobre o modo de vida do Reça, haja vista uma relativa concordância que o modelo do Reça pode ser expandido e que há interesse nesse sentido. Como o projeto possui uma elevada reputação ele se beneficia de entidades governamentais, de contratos privados, e outros colaboradores que podem alterar significativamente a sua forma de gestão. Nesse sentido, Justen et al. (2015, p. 124) apontam em suas conclusões como necessários estudos complementares “sobre aspectos de governança do RECA levando em conta sua relação interorganização com entidades governamentais e não governamentais com as quais, afirma, o RECA mantém relação e afeta sua dinâmica interna”

Este estudo está dividido em três capítulos. Inicialmente no primeiro capítulo buscou-se evidenciar o contexto atual da democracia, suas vertentes e seus principais paradigmas teóricos, a democracia em diferentes espaços sociais, o resgate dos valores da democracia participativa associativa, buscou-se a construção de uma abordagem teórica referencial para investigação do fenômeno objeto desta pesquisa. No segundo capítulo foram analisadas as possibilidades de estruturas democráticas na sociedade civil, identificar a conexão dos valores democráticos nesse espaço social, fazendo um recorte para instituições cooperativas e associativas, avaliando-se os diferentes modelos que se inserem na sociedade atual. No terceiro capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa, contemplando uma análise profunda e específica da estrutura, das decisões, dos espaços comunicativos e das autonomias decisórias, e do comportamento dos agentes e trabalhadores da comunidade Reça, uma análise da dinâmica participativa e institucional e dos valores que compõem aquela comunidade, com objetivo de comprovar ou refutar os enunciados contido nas hipóteses.

2. UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES ATUAIS DA DEMOCRACIA

2.1. Uma síntese relevante para o contexto deste estudo

Existem fortes evidências de que existe um esgotamento das formas de representação tradicionais, que pode se traduzir em uma diminuição do entusiasmo e o crédito que se dá à democracia, inúmeras pesquisas empíricas demonstram esse trágico fenômeno. Entre os sinais desse quadro pode-se identificar um profundo descrédito em relação aos políticos, um desinteresse pela disputa eleitoral, uma baixa participação ativa nos partidos políticos e uma assente diminuição do interesse pelas questões políticas. Isso nos leva a identificar que existe uma tendência de diminuição do papel de dois importantes instrumentos da democracia, quais sejam, o parlamento e o partidos políticos.

É possível observar que em grande parte das nações, onde há liberdade eleitoral, o exercício do sufrágio é imperativo, ainda assim existe um distanciamento entre as práticas dos governantes, mesmo eleitos de forma democrática, e os anseios e necessidades dos eleitores. Esse sintoma é evidenciado quando se observa que cada vez mais se amplia o desinteresse do povo em participar dos pleitos eleitorais, e a baixa aprovação das instituições democráticas.

As pesquisas empíricas evidenciam que a democracia atual é baseada em princípios de valor elevado tais como: eleições competitivas, nas leis e em instituições de livre expressão e associação. Essas, evidentemente são grandes conquistas, contudo, “a difusão da democracia tem enfrentado obstáculos, antipatia do povo e declínio de legitimidade”. (FISHIKIN, 2015, p. 97)

O cenário que se mostra evidente é o da complexidade e pluralidades dos problemas atuais vivenciados pela sociedade a exemplo de alguns como da diversidade cultural e o individualismo, pobreza e desigualdade, desastres ecológicos, conflitos étnicos, competitividade econômica extrema, falta de transparência nas ações dos estados burocráticos, entre outros. Todos constituem problemas não solucionados pelo Estado e que se busca alcançar solução pela via do processo eleitoral. O modelo da democracia representativa predominante na atualidade não é capaz de produzir resultados para essa complexidade e pluralidades destes problemas. A falta de resolutividade dos problemas por parte do Estado e suas estruturas burocráticas fragiliza os governos ainda que os mesmos tenham sido eleitos de forma completamente “democrática”.

Os problemas que se constata nos regimes democráticos atuais e sua insuficiência para a satisfação dos anseios da sociedade podem ter raízes no fato de que as democracias ocidentais

emergiram com mais força a partir da crise do modelo socialista, cujo ápice se deu em 1989 com a simbólica queda do muro de Berlin. Para Giovanni Sartori a derrocada do comunismo foi um fator que impôs um sistema único a que todos consideram vencedor, ou seja, a democracia liberal é vista como um sistema hegemônico, mas os regimes democráticos liberais têm valores centrados apenas no princípio da legitimação do modelo econômico. Nessa linha de reflexão com clareza, Gugliano (2004, p. 259) informa que o avanço das democracias pós 1989 foi “um crescimento centrado na ideia de que era função da democracia apoiar, independente das consequências, a difusão da economia de mercado”.

A democracia pode ser definida em diversos conceitos ao longo da história desde a antiguidade. Como conceito, a democracia sofreu modificações ao longo do tempo, os entendimentos de hoje não se assimilam aos da antiguidade Grego e Romana. Os conceitos mais antigos remetem ao sentido de forma de governo, já modernamente Robert Dahl definiu a democracia com um conceito mais apropriado aos debates contemporâneos sendo a característica fundamental da democracia como “capacidade dos governos para satisfazer, de forma continuada, as preferências dos cidadãos, num cenário de igualdade política”. (DAHL, 2001, p. 128)

A democracia liberal que representa a maioria das democracias dos governos ocidentais padece de diversos problemas. O ponto de vista clássico, o que hoje pode ser identificado na maior parte dos casos como uma forma de regime democrático é mais bem definido, de acordo com Bird (2011, p. 216) como “um tipo de aristocracia eletiva, na qual elites políticas, organizadas como partidos políticos, competem por votos em eleições realizadas regularmente”. Por essa definição fica evidenciada a necessidade de ampliar os estudos e espaços sobre o fenômeno democrático liberal e as limitações desse modelo representativo. Para o autor é necessário, portanto, ampliar o “escopo para o debate sobre como a política partidária competitiva democrática realmente é”. (BIRD, 2011, p. 217)

É incontestável a indispensabilidade de se observar no contexto das democracias atuais a influência de grupos que representam a sociedade civil organizada e politizada, a quais podem agir para o bem geral, mas podem pender para a realização dos sistemas voltados aos próprios interesses, perturbando a ordem institucional e diminuindo o papel dos indivíduos no sistema. Contribuindo para essa reflexão, Bobbio (2015, p. 42) em sua obra “o Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo” afirma que “sujeitos politicamente relevantes tornaram-se sempre mais os grupos, tais como grandes organizações, associações da mais diversa natureza, sindicatos das mais diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos os indivíduos”. Nesse sentido a democracia na atualidade não pode ser compreendida sem o

entendimento de que “os grupos, e não os indivíduos são os protagonistas da vida política”. (Id., 2015, p. 42).

A democracia é um sistema político dinâmico e incontáveis fenômenos históricos alteraram o curso de tipos de democracia e suas feições. As categorias analíticas e referenciais teóricas sempre estão em busca de evidenciar padrões e prever comportamentos, mas devem levar em consideração as advertências de Charles Tilly de que “a democracia é um processo dinâmico que sempre permanece incompleto e que sempre corre o risco de ser revertido – de ser convertido em desdemocratização”. (TILLY, 2007, p 13)

Para definição de modelos democráticos Tilly (2007, p. 13) propõe quatro tipos de abordagem: Primeiro uma “abordagem constitucional” que consiste em analisar as leis que regem a atividade política, inclusive a comparação dos arranjos políticos ao longo da história, inclui-se também a comparação entre os regimes e avaliação da estrutura federativa e formas de governo por meio das constituições.

É necessária atenção às discrepâncias entre princípios afirmados e as práticas cotidianas, muitas vezes os modelos pre-estabelecidos não se compatibilizam com a realidade vivenciada. Uma segunda abordagem “substantiva” teria enfoque no que o regime promove em termos de liberdade individual, segurança, equidade, igualdade social, deliberação pública e resolução pacífica dos conflitos. Uma outra abordagem seria ligada às “definições procedimentais” que consistiria em uma avaliação voltada ao processo eleitoral, consistindo na observação do sistema multipartidário e competitivo, o sufrágio, as eleições competitivas, o acesso público e aberto aos canais de comunicação mediante campanhas políticas abertas. E por fim abordagens voltadas ao processo que diferem substancialmente com os demais, neste caso, e consiste em avaliação de critérios mínimos constantes do regime para configurar uma situação democrática, parte-se do pressuposto que determinadas condições devem estar presentes com constância para que se considere o regime democrático. (TILLY, 2007, p. 21-25)

Considerando os defeitos e as incompletudes do sistema democrático representativo dominante, o debate com mais destaque na teoria política contemporânea gira em torno das abordagens da democracia representativa, participativa e deliberativa. De acordo com Feres Jr & Pogrebinschi (2010, p. 137) nos últimos anos tem se observado mais amplos estudos propondo “formas participativas e deliberativas de democracia”, ao mesmo tempo em que se observa um “crescente debate em torno do papel da sociedade civil na consolidação das democracias contemporâneas”.

Como se observa nos fenômenos empíricos há uma limitação das teorias da democracia representativa em explicar as relações e dilemas entre a sociedade e seus representantes eleitos.

Esse caminho abre espaço para avanços das teorias da participação e da deliberação democrática. Contudo, aqueles que divergem dessas últimas correntes, as criticam por serem inviáveis na prática, e não responderem questões modernas e importantes como as demandas do pluralismo e do multiculturalismo, por exemplo. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010)

Alguns debates em torno da democracia representativa devem ser considerados pois são questões que propiciam uma discussão para a evolução do conceito. Dessa forma, as teorias que tratam de questões relativas à extensão do sufrágio, de quem deve ser representado a expressão da vontade geral da formação da soberania popular, estão de certa forma bem elaboradas. De outra maneira, outros fenômenos da democracia representativa ainda carecem de pesquisas empíricas para evolução conceitual, nesse caso mais amplas pesquisas devem ser desenvolvidas acerca dos representantes que devem ser escolhidos, discussão sobre sistemas de governo, sistemas eleitorais e sistemas partidários. Uma outra área que avança a teoria da democracia representativa é a que estuda como os representantes eleitos devem se comportar ou o comportamento dos atores políticos e sobre o funcionamento das instituições políticas. (Id., 2010)

As vertentes que invocam um modelo ideal de democracia representativa informam virtudes que são reconhecidas como elementos que promovem uma ampla aceitação. Advogam esses autores que a democracia representativa protege contra a tirania e a competição se dá pelo voto onde todos os indivíduos são iguais. Em contraposição, outros autores informam fragilidades desse modelo, a dizer: ele diminui a importância da opinião pública vez que o representante se sente livre para exercer seu pensamento, e as pessoas se sentem obrigadas a votar porquanto é a única maneira em seu pensamento de se fazer ouvir no sistema político, e isso é muito limitante, visto que não há mínima garantia de que seu representante, após o processo eleitoral, conduza suas ações em harmonia a vontade do eleitorado.

Outros autores como Locks Filho (2012) informam que a democracia representativa é um modelo hegemônico que cumpre apenas relativamente sua função na defesa dos interesses da sociedade. De acordo com o autor o modelo de democracia liberal dominante, centrado na ideia da proteção das instituições que integram o livre mercado não propicia mecanismos que tenham a finalidade de conceber uma mais ampla participação no processo político.

A democracia representativa é a expressão da democracia procedimental que foi descrita por Joseph Schumpeter em 1961 em sua obra clássica como o "Capitalismo, Socialismo e Democracia", como sendo um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, onde o indivíduo tem o poder de decidir através da competição pelo voto, para ele trata-se de um arranjo competitivo onde as forças naturais competem em um sistema eleitoral. Essa

perspectiva da democracia liberal é insuficiente para satisfazer as necessidades e complexidades sociais atuais. Podemos considerar que desse modo ela diminuiu a importância de qualquer processo de formação de opinião pública, focando o pensamento democrático na competição pelos votos do povo, com exigência adicional de que os direitos precisam ser respeitados. Seguindo esse conceito de democracia, o ponto principal é que eleições competitivas oferecem a alternância pacífica entre elites governantes, que essas, de alguma forma, oferecem limites claros sobre o que elas podem determinar, por meio de limites constitucionais e legais. (SCHUMPETER, 2014)

A democracia representativa não acredita na viabilidade dos modelos participativo e deliberativo, chegando a incluí-los como irrealizáveis na prática. Os teóricos da democracia representativa se preocupam com uma questão empírica, ou seja, se a participação em massa levará a um povo revoltado, e a outras coisas negativas como a tirania da maioria. Esse é um argumento até certo ponto equivocado, uma vez que a opinião pública e os incentivos que o Estado pode oferecer na formação de arenas participativas podem atuar como balanceamentos para as patologias das quais sofrem as democracias modernas. O argumento de que a participação pode levar a uma tirania da maioria não tem base lógica porquanto na construção de tal modelo as próprias condições em que as discussões devem ser dadas são constituídas em bases democráticas. O fato é que a democracia representativa levou a um paradoxo, “aprendemos o que é democracia acreditando na ideia de que eleições engendram representação, mas, contudo, eleições não engendram democracia, nem mesmo democracia representativa”. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 139)

Para Habermas (1984), a expressão do pensar, do falar e a ação puramente coletiva pelos homens, agindo de forma iminentemente racional, são meios que o libertam da aceitação das condições submissas, inclusive das tradições que condicionam um comportamento prefixado. Desse modo a ação comunicativa tem o poder de emancipá-los quanto às formas de poder dominante das instituições. A dominação social, o dogmatismo e outras formas de coação interna ou externa, impostos sobre as pessoas, somente podem ser combatidos com o despertar e a prática dessa ação. Nesse sentido é crucial no curso do presente trabalho buscar na essência Habermasiana quanto a esfera pública e os espaços discursivos o elo com o tema pesquisado.

Para fazer uma conexão com este trabalho e trilhar uma linha teórica que instrumentalize a pesquisa, colhemos as sínteses bem elaboradas por Daneris (2016, p. 35) as quais informam que existem dois vetores da teoria de Habermas, um que se evidencia “pela caracterização de uma sociedade civil centrada no desenvolvimento de procedimentos discursivos de auto-entendimento” e outra “pela descrição da esfera pública como estrutura, lugar em que se realiza

a comunicação e o entendimento, no qual se forjam soluções e se realiza a convergência deliberativa relativa ao problema-demanda” (Id., p. 35). Reconhecemos que a ampliação dos espaços discursivos para além do ambiente do Estado é o meio que as democracias participativas e deliberativas encontram como mais adequado para a legitimidade democrática, vez que na democracia liberal representativa tradicional as decisões emanam apenas do órgão central, e como amplamente reconhecido no universo das democracias ocidentais, apresentam uma infinidade de problemas de legitimidade. As esferas públicas constituem assim elementos necessários a construção de um modelo participativo que possa expandir a legitimidade democrática.

A teoria habermasiana apresenta uma evolução ao longo do tempo, contudo o autor procura firmar o entendimento que a complexidade democrática requer domínios públicos da esfera de poder obtidas mediante acordos coletivos que privilegiem as construções obtidas por meio de consenso. Para Habermas (1995, p. 39) na concepção liberal:

“O processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade, entendendo-se o Estado como o aparato de administração pública e a sociedade como o sistema, estruturado em termos de uma economia de mercado, de relações entre pessoas privadas e do seu trabalho social. Política (no sentido da formação política da vontade dos cidadãos) tem a função de agregar e impor os interesses sociais privados perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político para garantir fins coletivos”.

Enquanto no primeiro modelo há uma clara concepção da segregação da real vontade do povo nas representações do poder, e como nos informa Daneris (2016, p. 34) “o cidadão como peça secundária de uma engrenagem institucional, um eleitor episódico”, para Habermas a concepção republicana, pelo contrário, assume maior relevância de conformação para correção do e aperfeiçoamento do sistema democrático. Neste sistema, como bem esclarece Daneris (Id., p. 35) ocorre o “auto entendimento” com vistas ao desenvolvimento integral da sociedade, no qual os cidadãos têm autonomia, legitimidade e poder político e social”. Desse modo, na concepção republicana, Habermas (1995, p. 39) bem define que:

“A política não se esgota nessa função de mediação. Ela é um elemento constitutivo do processo de formação da sociedade como um todo. A política é entendida como uma forma de reflexão de um complexo de vida ético. Ela constitui o meio em que os membros de comunidades solidárias, de caráter mais ou menos natural, se dão conta de sua dependência recíproca, e, com vontade e consciência, levam adiante essas

relações de reconhecimento recíproco em que se encontra, transformando-as em uma associação de portadores de direitos livres e iguais”.

A esfera pública é definida por Habermas como os espaços onde ocorre a socialização e articulações de ações sociais, é onde o pensar e o agir comunicativo a formação da vontade se articulam, constituindo, como informa Avritzer (2000, p. 16) a “ideia de um espaço para interação face-a-face diferenciado do Estado”. O ambiente da esfera pública é compreendido por sistemas independentes de organização de indivíduos, atores sociais autônomos, os quais se integram por meio da ação comunicativa que consagra a opinião comum entre os diferentes agentes. Esse espaço funciona, conforme informa Daneris (2016, p. 35) como uma “rede com disponibilidade para construção de laços sociais entre os participantes e capacidade de captar e problematizar temas centrais da sociedade” Contudo é importante observar que Habermas não concorda que a esfera pública seja constituída por instituição formal ou organização normatizada, mas “sustenta a esfera pública como uma rede de comunicação de conteúdos que são condensados em uma opinião pública” (Id., p. 35) nesse sentido conclui Habermas (1997, p. 92) que “a esfera pública constitui, principalmente, uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento”.

A esfera pública é derivada da sociedade civil cujo fenômeno recente constitui-se em uma pluralidade de agregações onde problemas semelhantes do íntimo do indivíduo encontra acolhimento nos espaços discursivos a busca de solução para males de origem semelhante. Para Habermas (1997, p. 99) “a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política”. Contudo é preciso a ressalva do próprio autor que adverte “a esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização” (Id., p. 92). Ainda sobre o prisma em enfoque, importante a conclusão de que a formulação da teoria de Habermas sobre a esfera pública é mais adequada à formação de espaços institucionais privados fora do âmbito estatal. Quem bem sintetiza a questão é Boaventura da Souza Santos (2003, p. 52) o qual destaca em uma passagem de Habermas esse entendimento:

[...] no interior das teorias contra hegemônicas, Jürgen Habermas foi o autor que abriu o espaço para que o procedimentalismo passasse a ser pensado como prática social e não como método de constituição de governos. Habermas ampliou o procedimentalismo, reintroduzindo a dimensão social. Para Habermas, a esfera pública é um espaço no qual indivíduos – mulheres, negros, trabalhadores, minorias

raciais – podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada. (HABERMAS, *apud* SANTOS, 2003, p. 52)

A representação da sociedade civil somente tem sentido e se concretiza com as organizações, é caracterizada pela participação dos cidadãos agindo sempre de forma coletiva nos inúmeros segmentos da necessidade social. De acordo com Daneris (2016, p. 74) para Habermas, existe uma mudança sensível do significado de “sociedade civil”, bem mais abrangente nos últimos tempos. De acordo com o autor (1997, p. 99):

[...] hoje em dia, o termo ‘sociedade civil’ não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política.

Outra importante conceituação na teoria de Habermas com pertinência para avaliação nesse trabalho refere-se à ação comunicativa no ambiente das comunidades. Essa é uma clássica teoria que encontra amplas possibilidades na busca de identificar fenômenos empíricos reais nos ambientes das comunidades, ou seja na caracterização dos espaços discursivos. De acordo com Pinto (1995) a evolução da sociedade é marcada por um processo de racionalização exagerada do mundo da vida que pode sobrecarregar o indivíduo agente coordenador da ação linguística. Acrescenta ainda que além da sobrecarga dos processos comunicativos existe uma diferenciação sistêmica entre os indivíduos que é caracterizado por meios não linguísticos, quais sejam (dinheiro, mercado econômico e poder, administração burocrática) esses elementos descaracterizam a comunicação linguística causando desequilíbrio “alijando para a periferia do sistema os processos comunicativos mediados linguisticamente”. (PINTO, 1995, p. 77)

Habermas aponta uma série de questões que devem ser levadas em consideração na avaliação dos processos discursivos, é o que aponta como adversidades nos processos participativos decorrentes da própria condição humana no contexto do convívio das comunidades, tais problemas constituem os óbices a concretização de um modelo de democracia socialmente mais legítimo. Para Habermas (1997, p. 54):

“O tempo do qual cada indivíduo dispõe é exíguo; a atenção prestada aos temas é episódica; a disposição e a capacidade de dar contribuições próprias para esses temas é pouca; finalmente existem enfoques oportunistas, afetos, preconceitos, etc., que prejudicam uma formação racional da vontade”.

2.2 A participação na democracia contemporânea

Os dilemas evidenciados na democracia representativa e a insuficiência dos modelos teóricos para explicá-los fazem emergir esforços e tornam proeminente diversos estudos que buscam conceituar novas formas de democracia como as abordagens participativa e deliberativa. Nesse sentido de acordo com Feres Jr. & Pogrebinschi (2010) a teoria da democracia representativa se sustenta com base em algumas pesquisas empíricas que retratam uma realidade ainda predominante, contudo os fenômenos adversos e males que atestam com profundidade as raízes desse modelo, somente podem ser respondidos no plano das abordagens participativa e deliberativa de democracia.

Primeiro devemos enfatizar as razões para a proposição de um estudo com enfoque no viés participativo da democracia, neste sentido concordamos com o que diversos autores de renome vêm afirmando já há um longo tempo, como bem exposto por Locks Filho (2012) que devemos ampliar o espectro de estudos democráticos, para possibilitar uma maior inclusão dos cidadãos nas esferas políticas de decisão através do advento de uma democracia mais social em contraposição a uma democracia econômica. Um debate mais amplo que busque uma aproximação entre a democracia e a economia, e entre a democracia e a política pode implicar no aprimoramento das instituições democráticas, expandir as fronteiras dos estudos dos fenômenos democráticos para entidades associativas, pode constituir uma ferramenta para legitimar as relações democráticas mais amplas, isso porque há um relativo consenso do papel relevante que as entidades civis exercem no atual estágio de desenvolvimento das democracias.

O debate mais atual na teoria política contemporânea sobre a democracia participativa tem origem no surgimento na nova esquerda americana a partir de 1960, num contexto de nascimento e estabelecimento dos movimentos civis, da organização política de estudantes e dos trabalhadores das fabricas. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010)

Contudo, para estudo da democracia participativa, consideramos importante lançar um olhar, ainda mais para o passado, como sugerem Feres Jr. & Pogrebinschi (2010) e resgatar parte das ideias de John Dewey que nos idos de 1929 estabeleceu elementos que, quase um século depois, se mostra apropriado ao estudo da democracia, em face das mudanças sociais e

problemas complexos vividos pela sociedade. Esse autor prenunciou questões atuais sobre democracia participativa e deliberativa. Ele sugere a concepção duas formas de democracia: uma principal, que denominou a democracia como uma “ideia”, e outro secundário, e dependente que seria a “democracia política”. A primeira estaria ligada a todos os modos de vida em sociedade e produzia efeito em todas as formas de associação humana dentro da comunidade, enquanto a segunda estaria relacionada ao sistema de governo, com seus arranjos políticos e instituições formais, essa conjuntura em adequada ao atual modelo representativo. Democracia não é uma opção da vida em comunidade, mas a existência da própria comunidade pressupõe a ideia de democracia. (DEWEY, 1929, apud FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 144)

Dewey alerta que não se deve confundir ou mesclar suas concepções de democracia vez que a democracia enquanto uma “ideia” não estaria sujeita às contradições e dilemas e variações a que está sujeita a “democracia política”. Diz o mencionado autor que os males da democracia política seriam corrigidos a partir do aprimoramento da “ideia” de democracia socialmente disseminada. A ideia de democracia sempre se manterá intacta, enquanto a democracia política e suas formas atuais são produtos de evolução histórica e dos acontecimentos e fatos que modificam as estruturas do poder ao longo do tempo. A eleição de representantes políticos e a escolha das políticas que serão implementadas não seria suficientemente inerente a ideia de democracia, seria apenas uma pequena parte da sua concretização. (Id., p. 144)

Esse autor desenvolveu seu pensamento no sentido de que a comunidade é o local onde a verdadeira democracia pode se manifestar. Sendo a democracia mais ampla no plano da comunidade, que no plano político, onde ela é uma consequência da boa ou da má democracia vivenciada no seio das comunidades, assim podemos concluir que é preciso sempre haver um concerto social, para que isso reflita positivamente na esfera política. Esse pensamento de Dewey adquire um sentido real na medida em que a democracia participativa pode melhor ser vivenciada nas comunidades locais.

A vida em comunidade requer no seu plano de existência que seja constituída por membros cujo princípio seja a própria ideia de democracia. A democracia como uma ideia é inerente a associação da vida humana, somente se associa a vida humana por princípios democráticos. Diferentemente da democracia política que se refere a sistema de governo, ou ao que Dewey definiu como sendo a “maquinaria política”. (Id., p. 145)

Democracia como uma “ideia” também é imutável, pois é inerente a própria vida em comunidade, não se vive em comunidade se não tiver no âmago uma concepção interior de princípios democráticos. Democracia política é sujeita a variações decorrentes dos problemas e

estruturas governamentais. Os males e situações nos estados atuais estão ligados a fatores históricos que influenciaram e afetam suas estruturas, às vezes mais próximas aos ideais sociais, às vezes mais distantes desses ideais. A solução de problemas no plano da democracia política, requer mais compreensão, mais aprendizagem, enfim, a própria reconstrução crítica das manifestações políticas centradas na busca da substancialidade da “ideia” de democracia. (Id., p. 145)

As práticas democráticas contemporâneas compostas pela regra do sufrágio, da representação, da maioria, por exemplo, foram influenciadas pela “idéia” de democracia, mas esta, em sua essência coletiva não causou a existência daqueles modelos decisórios. As modernas instituições democráticas, e suas maneiras de concertação foram concebidas a partir do sentimento do espírito democrático, e tem razão de existência a concretização e necessidades que se vivencia nos contextos reais dos Estados, mas como afirma Dewey, jamais houve a intenção de promover a “ideia” democrática e que esse ideal é ainda distante. (Id., p. 144)

Para Dewey, o aspecto que informa que o governo existe para servir a comunidade, e que tal desiderato deve ser alcançado quando houver participação na escolha dos governantes, e ainda quando essa comunidade tem capacidade para eleger as políticas que serão implementadas pelos representantes eleitos ainda é insuficiente para atender ao critério da democracia mais ampla, como um conceito de “ideia” de vida em sociedade, pois aquela situação representa apenas um estágio de democracia política apenas. A formação de acordos da democracia no plano político requer que os parâmetros e diretrizes advenham cada vez mais da manifestação do próprio interesse do público, cujo propósito deve influenciar de forma cada vez mais decisiva as orientações no plano do Estado. Para o autor, “enquanto a ‘Grande Sociedade’ não se converter em ‘Grande Comunidade’, é de certo modo fútil considerar qual maquinaria política irá servir a ela. (Id., p. 144)

Democracia e comunidade princípios são inerentes. O pensar comunidade e sua existência no plano fático é a pura ideia de democracia. Não é possível presumir que outros princípios estranhos à vida associativa sejam inerentes à democracia como uma ideia. A democracia como uma ideia é um ideal de comunidade, como informa Dewey, uma comunidade perfeita. “A pura consciência de uma vida comunal, com todas as suas implicações, constitui a ideia de democracia” (Id., p. 144). A concretização de democracia somente é possível quando vinculadas à uma comunidade. Democracia não é uma concepção utópica quando se toma como ponto de partida a comunidade e os elementos concretos que a constituem. Para Dewey as concepções existentes de democracia como uma ideia não podem fazer sentido se não estiverem vinculadas a uma comunidade. (Id., p. 145)

A democracia não está vinculada somente às instituições formais de Estado. O âmbito do Estado é apenas um lugar ou um momento onde a democracia se manifesta, nesta fase, revestida de sua fase política. Noutra momento, mais anterior a fase política, a democracia se encontra em uma multiplicidade de formas no plano comunal. Como afirma Dewey “A democracia precisa começar em casa é a comunidade ao seu redor”. A comunidade deve ser entendida no sentido de pessoas, famílias, grupos, escolas, fábricas, igrejas e todas as demais formas de associações humanas. Somente na comunidade os indivíduos se interagem, comunicam, compartilham ações e consequências. As atividades cooperativas da comunidade potencializam a capacidade do indivíduo. (*Id.*, p. 146)

A comunidade é um espaço que propicia que os indivíduos desenvolvam suas capacidades, especialmente no sentido da direção da sua vida e da vida dos seus coabitantes do espaço no qual estão inseridos. Quando há formação dos valores individuais e sociais que regulam a vida comum, há um sentido de “autorealização” pessoal. Isso representa, como esclarece Feres Jr & Pogreginschi (2010, p. 146) a “constituição e consolidação recíprocas da individualidade e da coletividade, a afirmação de um autogoverno”. Essa autorealização para esses autores, converte-se em autogoverno, e que assim a comunidade se converte em “democracia participativa”.

A ideia de participação se expressa em todos os lugares e modos da vida comunal. A esfera propriamente política é apenas um desses lugares ou modos. Além da sua função de membro da comunidade o, indivíduo exerce uma função específica política que é participar direta e ativamente na regulação dos termos da vida em sociedade e buscando sempre o bem comum. Essa regulação de acordo com Feres Jr & Pogreginschi (2010, p. 147) é “participação na definição, formulação e implementação de políticas públicas”, que são de fato, de acordo com os autores, as políticas que “constituem as necessidades e o interesse do público, as necessidades e interesses ‘comuns’ no sentido de serem necessidades e interesses da comunidade” (*Id.*, p. 147). De acordo com essa evidência concluem esses autores que “o governo e suas instituições constituem apenas uma das várias atividades associativas da comunidade”. (*Id.*, p. 148)

A revisão das imprescindíveis teorizações de Dewey constitui um manancial precioso de informações para compreensão da democracia participativa e deliberativa na atualidade. Estabeleceram algumas premissas que se revelam as mais importantes na atualidade. Dewey produz estudos extemporâneos à construção das teorias da democracia participativa do final do século XX, todavia pertinentes e suficientes para se afirmar indissociabilidade entre participação e democracia. De acordo com Feres Jr & Pogrebinschi (2010, p. 148) “a ‘ideia’ de

democracia que promove, simultaneamente, a individualidade e o bem comum através da participação faz de Dewey definitivamente o precursor daquilo que conhecemos como democracia participativa.” (Id., p. 148)

No sentido desse amplo e histórico precedente, estudar democracia partindo das comunidades para o Estado, e não o contrário, do Estado para a comunidade, não constitui algo estranho para a ciência política, tampouco um embasamento desprovido de consciência crítica ou senso de realidade fática, mas esforço de adesão a uma vertente teórica que constrói um pensamento sensato e plausível de democracia como elemento que identifica a essência das relações sociais, e constitutivas da necessidade de associação e participação na regulação dos termos da vida em comum.

2.3 A relevância do estudo da democracia participativa

A democracia participativa constitui um campo profícuo para estudos, especialmente como já anteriormente citado cada vez mais são frequentes evidenciados elementos da insuficiência da democracia representativa. Entendemos que participação modernamente é propícia à novas pesquisas visando a evolução dos temas sobre políticas públicas e legitimidade democrática. Deve-se ressaltar, entretanto, que em face do crescente debate em torno do papel da sociedade civil na consolidação das democracias contemporâneas, evidencia-se um amplo espectro de fenômenos que devem ser investigados a luz da abordagem das formas participativas de democracia focalizados nos ambientes das instituições civis da sociedade.

A primeira e mais importante função democrática da sociedade civil é construir as bases para a limitação do poder estatal, assim como do controle do Estado pela sociedade, e também das instituições políticas democráticas como os meios mais efetivos par exercer esse controle. Essa função tem duas dimensões: monitorar e restringir o exercício do poder dos Estados democráticos e democratizar os Estados autoritários. Mobilizar a sociedade civil é um dos melhores caminhos para expor os abusos ou aumentar a legitimidade do poder. Essa função, desempenhada com muito esforço em muitos históricos de transição democrática conforme nos relata a história, especialmente no último meio século, colocou a sociedade civil na vanguarda do pensamento sobre a democracia. Uma vida associativa rica supre o papel dos partidos políticos ao estimular a participação política, legitimando a política, treinando os cidadãos democráticos e promovendo uma percepção das obrigações assim como dos direitos da cidadania democrática.

São diversas as correntes de pensamento sobre a democracia participativa, contudo todas elas convergem para um *locus* com razões bastante profundas. Muitos teóricos que tratam do tema da democracia participativa foram influenciados por John Dewey, alguns abertamente, outros o fazem implicitamente como Rawls e Habermas. Diversas correntes estão alinhadas o objeto central que se busca evidenciar nesse trabalho, as quais foram sintetizadas com extremada habilidade por Feres Jr & Pogrebinschi (2010, p. 149). Assim, dentre os elementos comuns que caracterizam a vasta literatura sobre a democracia participativa, enumeraram 24 abordagens principais a saber:

1. A defesa de um *engajamento cívico*, por meio do qual os cidadãos participem do processo de formação de políticas no plano local.
2. A defesa de que tal engajamento se dê por meio de uma *participação direta e ativa* dos cidadãos na tomada de decisões políticas e na administração do espaço social no qual se inserem.
3. A suposição de que tal participação direta e ativa dos cidadãos não seja passível de mediações, ou seja, que se dê *sem o intermédio de representante* eleitos com a finalidade de agir em seu nome.
4. A expectativa de que a participação direta e ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas conduza a *construção de consensos* que possam eventualmente ser *substitutivos à prevalência da regra da maioria*.
5. A suposição de que os cidadãos devem agir diretamente em seu próprio nome, fazendo valer seus interesses por meio da *ação coletiva*.
6. A compreensão de que tal ação coletiva depende da *coordenação da ação individual de cada cidadão*.
7. A compreensão de que a ação individual de cada cidadão envolve a sua *atividade cotidiana*, isto é, pressupõe a prática de alguma atividade a ser exercida coletivamente.
8. A suposição de que é no exercício cotidiano de suas atividades que os cidadãos se educarão para a democracia participativa.
9. A suposição de que educação é um componente importante da democracia participativa, devendo ser compreendida como algo que vai além da instrução escolar formal.
10. A suposição de que engajamento cívico e a participação direta e ativa são componentes constitutivos de uma educação para a democracia.
11. A suposição de que, por mais que a educação desempenhe um papel importante na democracia participativa, ele não é o de condição ou requisito para a sua realização: a participação política deve estar ao alcance de qualquer *cidadão ordinário*, sendo o *homem comum* o principal sujeito político da democracia participativa.
12. A presunção de que a auto-organização e a auto administração dos cidadãos são feitas com base na *interação social*.

13. A presunção de que tal interação social se dá a partir de graus diferenciados de *elementos comunicativos, discursivos e deliberativos*.
14. A suposição de que a interação social depende, em diferentes graus, de uma interação *face a face*.
15. A suposição de que tal interação face a face deve ser estabelecida a partir da associação dos cidadãos, a ser feita a partir de diferentes graus de institucionalização.
16. A suposição de que tal associativismo deve dar-se por *razões locais e particulares*, por meio da agregação dos interesses de grupos de pessoas que se relacionem justamente por causa da similitude de tais interesses.
17. A suposição de que o associativismo não deve ter causas essencialmente políticas (por mais que a sua prática leve a uma determinada forma de organização política, a democracia participativa), bastando para tanto a autogestão dos interesses daqueles que se associam *em torno de um tema* (associações científicas, culturais, religiosas, etc.) *ou de um espaço* (escolas, universidades, fábricas, bairros, etc.).
18. A suposição de que tal associação deve dar-se em diferentes níveis da vida coletiva, *não se restringindo ao domínio político*.
19. A reivindicação de que o domínio político *não deve se restringir às instituições formais* do Estado.
20. A reivindicação normativa de que aquilo que se chama de política *deve transcender o Estado*, envolvendo diferentes *espaços públicos* que facultem a *organização da sociedade civil*.
21. A suposição de que tais espaços públicos tenham, muitas vezes e em diferentes graus, *aspectos comunitários*.
22. A defesa de um nexó estrito entre os conceitos de democracia e comunidade.
23. A compreensão de que o aspecto comunitário da democracia participativa responde, em alguma medida, pelo compartilhamento de uma *experiência* comum.
24. A aposta de que à ênfase nas ideias de práxis, atividade e ação corresponde a ênfase no *caráter empírico* das teorias da democracia participativa. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 149) (destaques mantidos)

Todas as premissas trazidas nestas linhas de abordagens sobre a democracia participativa são fundamentais para a compreensão e deduções que se apontará esse estudo de caso que tem como objeto avaliar a comunidade Reça. A pertinência temática é evidente no sentido de que as premissas constituem categorias de análise referenciais para compreensão da relação social que se desenvolve no interior dessa comunidade. Contudo, para uma mais ampla compreensão do fenômeno é importante a revisão da literatura produzida nos últimos tempos por alguns autores que se destacaram nos estudos da democracia participativa.

Um dos mais influentes teóricos do tema da democracia participativa é Benjamin Barber, esse autor é a principal referência desse trabalho, uma vez que suas categorias de análise para os tipos de Democracia Forte e Democracia Fraca serão retomadas no capítulo três desta tese para fins de melhor analisar, dentro de todo o contexto referencial, uma melhor solução para as hipóteses levantadas. Para fins de distinção o primeiro tipo é baseado no processo participativo, em contraposição da ideia de Democracia Fraca que se baseia na abordagem representativa. Democracia Forte é um pressuposto no qual se entende a capacidade autolegislação, o que carrega a “ideia de que todos os indivíduos são simultaneamente autores e destinatários das normas legais e decisões políticas que os afetam e um senso de construção de comunidade” (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 150)

Comunidade autogovernada, unida por educação cívica, (não por interesses homogêneos) decidem comumente e fazem ação mutua em face de atitudes cívicas e instituições participativas da comunidade (não fazem essa a participação e decisões mutuas por altruísmo ou boa natureza). A Democracia Forte é nutrida pelas teorias clássicas da comunidade, da educação cívica e da participação. É um modo de viver. Diferentemente do que assevera Dewey, a Democracia Forte, de acordo com Barber (2003) forma um conjunto de valores humanos nos quais ainda possam ter naturezas diferentes, ou interesses contraditórios e conflitantes, podem conviver se forem maleáveis porque entendem que os benefícios devem ser mútuos e não individuais (Id., p. 151)

Os modelos de democracia de Barber se contrapõem. A Democracia Fraca é caracterizada pela instrumentalidade, pela representação e tem caráter liberal. É baseada na política do conflito, da sociologia do pluralismo da separação entre o público e o privado. Representa o modelo hegemônico atual e suas deficiências. É um mero modo de vida. A principal ideia no contexto da evolução do modelo Fraco para o Forte, é a ênfase no conflito que é resolvido por meio do processo participativo. Como afirma Barber (2003, p. 119), é a “capacidade de transformar o conflito em cooperação através da participação dos cidadãos, da deliberação pública e da educação cívica”. Para o autor, o conflito é imanente ao processo de transformação, contudo pelo processo participativo, embora haja conflito, este é atenuado, quando não extinto, e se instaura em seu lugar a cooperação social que traduz um sentimento mais profundo de democracia.

Assim como na perspectiva de Rosseau, Barber (Id. P. 119) enfatiza que a relação entre o indivíduo com a coletividade proporciona um “alargamento das ideias e interesses em direção ao bem comum”. O autor propõe que a participação política é um processo que conduz a educação política e que por fim é um processo que reforça a civilidade.

A participação política propiciada pelo modelo forte de democracia implica um processo transformativo, de modo que a participação seria uma maneira de constituir o ser, assim como a cidadania seria um modo de viver da coletividade. O conflito solucionado pelo processo participativo substituiria o individualismo atomista que é característico da democracia fraca, a democracia forte criaria um público capaz de deliberação e decisão pública. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 151)

De acordo com suas teorias, Barber advoga que modernamente existem meios e formas de ampliar os espaços de participação dos indivíduos nas decisões políticas, estendendo suas ações além do plano local, para o regional e nacional, isso ocorre em decorrência do crescimento do uso da tecnologia de informação, por meio de encontros regionais e nacionais, publicações, referendos com amplos debates e votação eletrônica sobre questões públicas. (BARBER, 2003)

A democracia local é vista com a base de um modelo democrático mais duradouro de alta qualidade. A governança local é o nível da democracia no qual o cidadão tem a melhor oportunidade de participar ativamente e diretamente das decisões tomadas para toda a sociedade. Há evidências de que uma vigorosa e efetiva democracia local constitui a base para uma democracia nacional forte e saudável.

Em se tratando da vertente teórica da democracia participativa é imprescindível trazer à colação os estudos iniciais de Carole Pateman no livro *Participação e Teoria Democrática*, publicado em 1970, a qual por meio de estudos de caso focaliza na análise da participação dos trabalhadores, especialmente enfocando os trabalhadores do setor industrial. A autora busca, nos marcos do capitalismo, inserir organizações participativas na sociedade civil e estabelecer os fundamentos teóricos da articulação entre democracia e participação. A autora conclui que é possível a expansão dos procedimentos democráticos para além do Estado, ou seja, como buscamos afirmar em nesta pesquisa, ela sustenta que a educação política se vincula ao dia a dia da sociedade e propôs um modelo que na sua época demandava evidentes transformações nas relações de produção. (PATERMAN, 1992)

Na visão de Pateman (1992), para que haja governos democráticos existe uma necessidade de que a sociedade exerça um papel participativo. O local de trabalho pode ser o lugar onde se inicie o processo de evolução, que ensejem, posteriormente uma participação social mais ampla. A aprendizagem da participação no seio social exerce no indivíduo um papel formador, pois de acordo com Pateman (1992, p. 38) “é educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos”. Nesse sentido a autora reforça o entendimento da relevância do papel educativo que é obtido nos pequenos ambientes diários e são elementos que

preparam o indivíduo para uma ação mais efetiva no plano da participação nas decisões do Estado.

O fortalecimento e o desenvolvimento do indivíduo no plano social são elementos que propiciam o controle sobre sua vida. Em seus estudos, Paterman (1992, p. 145) informa que “somente se o indivíduo tiver oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes é que ele pode esperar ter controle real sobre o curso de sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente onde ele vive”. Para autora o principal espaço que o indivíduo dispõe para sua educação e formação política ocorre no plano local, segundo ela, seria muito difícil uma intervenção do cidadão nas decisões de Estado no plano nacional, sem que o mesmo opere no plano de sua comunidade uma ação participativa efetiva.

Nessa mesma linha Macpherson (1978) advoga que o processo eleitoral consiste apenas em um arranjo ou método legitimado pelo processo eleitoral para escolha dos líderes políticos que exercerão o poder sem o conhecimento dos reais valores e necessidades do eleitor. Segundo o autor a democracia deve ser entendida como algo muito mais amplo que apenas um “método” político, ela é “um conjunto inteiro de relações recíprocas entre pessoas que constituem a nação”. Seguindo a linha russoniana a qual informa que os cidadãos são ao mesmo tempo emanadores de destinatários de suas próprias normas, esse autor aponta a importância da ampliação e da diversificação da participação, no sentido de se devolver aos cidadãos o verdadeiro poder que foi transferido para representantes eleitos nas democracias atuais. (MACPHERSON, 1978, apud FERES JR. & POGREBINSCHI, 2010, p. 152)

Outra autora da vertente participacionista que também advoga uma teoria baseada nos aspectos da democracia participativa no ambiente de trabalho é Jane Mansbridge, que em 1980 delineou uma teoria de democracia participativa mais autoral, menos centrada das ideias de autores modernos ou clássicos. A autora faz aproximações apenas desdobrando a democracia em adversarial (representativa) e unitária (direta). (MANSBRIDGE, 1980, apud FERES JR E POGREBINSCHI, 2010. p. 152)

De acordo com Miguel (2017), Mansbridge advoga uma compreensão mais radical da participação e da igualdade política, propondo um modelo que privilegia a democratização da vida cotidiana, enfocando assim como Carole Paterman, os ambientes de trabalho industrial, propondo formas de autogestão das empresas. A democratização da vida cotidiana possibilita que os indivíduos tenham mais controle sobre suas vidas, removendo a mentalidade da alienação pelo trabalho exclusivamente assalariado, e que os procedimentos democráticos seriam ampliados na medida em fossem estendidos também às escolas, às vizinhanças, dentre outros espaços da vida cotidiana. Neste sentido essa vertente da democracia participativa

ressalta a força do conhecimento participativo adquirido no ciclo de vida diário do indivíduo como o elemento fundamental para a formação cívica.

A vertente teórica da democracia participativa tem apresentado uma linha evolutiva constante ao longo das últimas décadas, sendo atualmente um dos mais influentes pesquisadores da democracia participativa, o qual faz um valioso aporte da teorização dessa vertente a partir de pesquisas empíricas é Archon Fung. Ele evidencia que as condições institucionais são determinantes para o sucesso das práticas participativas e também para a própria implementação das mesmas. É uma perspectiva institucionalista. Para Fung, há uma relação de causalidade entre o desenho institucional e a participação política. O autor procura responder as questões críticas da democracia participativa como a apatia, a falta de motivação e o interesse em participar. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 154)

As instituições públicas podem se tornar mais responsivas, mais justas, mais inovadoras e mais efetivas ao incorporarem participação e deliberação em suas estruturas de governança. Fung define democracia participativa pelas oportunidades substanciais e iguais que as pessoas devem ter de participar diretamente nas decisões que as afetam. São concebidos três modelos de experiência democrática: uma participativa, porque convida o indivíduo ordinário a tomar parte nas decisões cruciais; outra deliberativa porque as decisões são tomadas por meio de processos racionais nos quais as pessoas oferecem propostas e argumentos umas para as outras; e outra empoderada, porque as decisões geradas pelos processos deliberativos determinam as ações das agências e agentes estatais. (Id., p. 154)

Archon Fung (2004) desenvolveu, a partir de diversos estudos empíricos em diversos países, os seguintes conceitos: “participação empoderada, governança participativa empoderada, autonomia controlável”. Segundo esse autor, a participação de cidadãos antes excluídos do processo político vivendo em situação de desigualdade em formulação e participação em políticas públicas que afetavam concretamente suas vidas, e a efetiva resolução de problemas sociais é um processo que reativou a cidadania. A participação que constituiu uma escola de cidadania e desenvolvimento cívico, propicia cidadãos melhor informados e habilitados para a atuação política. Esse foco da participação dos processos decisórios sobre questões de políticas públicas que afetam suas vidas, constituem uma evidência de democracia direta, ou seja, quando os cidadãos participam desses espaços discursivos e isso se reverte em ações concretas em benefício dos indivíduos, antes excluídos do processo político, essa é a característica central da democracia participativa. (FUNG, 2004)

A autonomia controlável deve estar relacionada a autonomia concebida como capacidade dos atores locais para realizar seus próprios fins. Promovendo um equilíbrio entre

centralização e descentralização por meio de um desenho institucional de organização administrativa e democrática. Archon Fung reconhece que o poder central tem de prover apoio e dar assistência, além de criar as condições institucionais para a que a participação seja possível nas esferas locais. Nesse sentido chega a admitir a necessidade de uma reforma institucional para conceber uma democracia participativa, que estabeleça uma relação entre poder central e ação local, privilegiando apoio e controle. (FERES JR & POGREBINSCHI, 2010, p. 154)

Archon Fung (2006) elaborou um esquema analítico dos tipos de participação chamado “cubo da democracia”, que consegue sintetizar os três eixos que constituem um processo mais ou menos participativo. A participação pode variar de acordo com: 1. Quem pode participar (acessibilidade). 2. Como são compartilhadas as informações e as tomadas de decisões (tipo de interação). 3. Qual é o link entre as discussões e a decisão (grau de influência).

O eixo 1 diz respeito a forma como são selecionados os participantes. Nesse eixo estão presentes modalidades que vão desde a abertura total para a participação, passando pelos critérios políticos de seleção, até chegar aos critérios técnicos de seleção. O eixo 2 classifica os processos participativos de acordo com a forma de interação entre os atores no momento da tomada de decisão. Esse eixo é composto de tipos de interações, que vão de pouco intensas (por exemplo, apenas ouvir) a mais intensas (por exemplo, interação comunicativa e decisória). O eixo 3 tenta representar o grau de influência que as pessoas envolvidas no processo de decisão possuem. Nesse eixo são apresentados os graus de autoridade, que vão desde nenhuma autoridade (por exemplo, a decisão já foi tomada pelos atores centrais e a participação é inócua) até o máximo nível de autoridade (por exemplo, os participantes são os responsáveis pela decisão). (FUNG, 2006)

As evidências de Fung nos remetem às ideias procedimentais que os Estados devem buscar para consolidar formas de participação e deliberação no sentido de legitimar suas ações. Muitos Estados democráticos atuais, ainda que concebidos sobre um modelo de democracia representativa, buscam maneiras de legitimar suas ações por meio de democratização das políticas públicas. Essas medidas têm de certo modo a função de atenuar as pressões sociais que se apresentam comuns na modernidade, especialmente em virtude da ampliação das conexões sociais por meios de rede de informática. As ações desse Estados são sensíveis às correntes políticas que se alternam no poder. O que induzem a conclusão de que os processos de cima para baixo não são sustentáveis a longo prazo, em face da alternância do poder, e desse modo não evocam a ideia de uma verdadeira democratização de baixo para cima que restitua o poder a seu verdadeiro detentor.

2.4. O papel das associações na democracia

Este estudo tem como objeto de pesquisa uma entidade com raiz associativa que ao longo da sua existência amoldou-se às condições e limitações impostas pelo Estado e pelo mercado, mas que conforme indicam diversos autores em suas evidências mantém um sistema de governança democrático, fazendo emergir e manter na essência um modelo social, solidário, transparente, ambientalmente sustentável e que serve de exemplo de instituição para as sociedades amazônicas. Em contraposição, há evidências de outras pesquisas que indicam que a essência democrática da associação foi perdida, fazendo emergir uma entidade empresarial que cumpre bem as regras do Estado e do mercado. Em face dessa contradição, torna-se necessário trazer em evidência as indicações e vertentes teóricas que informam sobre as entidades associativas, sua constituição, com sua inserção na sociedade civil.

Diversas correntes teóricas evidenciam que a insuficiência da democracia liberal representativa tem aberto espaço para debates em torno da democracia participativa e associativa. A importância das associações para a democracia tem como pressuposto o entendimento de que a democracia eleitoral é insuficiente para dar resolutividade aos complexos problemas sociais que se apresentam no mundo contemporâneo. Apesar do amplo leque de vertentes relacionadas à democracia deliberativa, essas duas últimas correntes não se opõem, mas se complementam. Uma ampla corrente de estudos na política ressalta o valor da democracia deliberativa que se trata de uma vertente não oposta a democracia participativa e associativa. A importância dos pressupostos da deliberação é reconhecida por autores da democracia participativa e da corrente associativa. O fenômeno das associações e sua função na organização da sociedade civil e os impactos para a maior ou menor influência democrática são objetos da questão, de forma que diante dos defeitos incontestes da democracia elitista dominante, mais debates em torno do papel da sociedade civil e mais pesquisas empíricas são necessários e relevantes na busca de respostas para desenvolvimento de teorias que possam vir a servir de referência para transformações e aprimoramentos nesse cenário.

O associativismo carrega consigo, de imediato, um sentimento de conquista de um certo status por parte de indivíduos desiguais porque eles produzem processos de mudanças nas estruturas vigentes, o que pode ser considerado um processo de transformação da desigualdade. O surgimento de um processo associativo pode ocorrer em locais onde haja situação de desigualdade latente ou, como no caso em estudo, onde logo no início houve um abandono pelo Estado, e nesse processo força-se o rompimento de estruturas verticalizadas especialmente às que são impostas por meio do Estado liberal. Os indivíduos associados somam forças para guiar

seus próprios destinos porque reconhecem e se conscientizam que vivenciam uma situação desigual imposta por seus próprios concidadãos, eles têm plena consciência de que para participar das políticas públicas do Estado e não se submeter às regras e limitações do sistema, a força e união do grupo é o elemento forte que propicia tais condições.

É possível observar que modernamente no ambiente nacional existe uma grande quantidade e diversidade de organizações da sociedade civil, constituídas por entidades associativas com os mais variados e múltiplos objetivos. Na maioria dos casos, as associações humanas têm uma causa, e promovem a autovalorização de seus membros confrontando uma limitação imposta pelo Estado e/ou do mercado. Diversos estudos informam a existência de associações que têm, por exemplo, objetivo de garantir trabalho e renda ou promover a inclusão ou integração social. Outras estão ligadas a defesas de direitos e melhorias urbanas, a ainda outras relacionadas a produção de autonomia e a produção de autoestima. Enfim alguns autores atestam a diversidade e pluralidade de esferas de entidades ligadas ao campo associativo. (LUCHMANN, 2012)

O avanço de estudos no campo da democracia evidencia um vasto espaço de discussões acerca dos procedimentos internos na governança e gestão das associações. As vertentes teóricas da democracia, que vão além da democracia representativa dominante, quais sejam, as democracias participativa, deliberativa e associativa admitem com maior ou menor ênfase, mas sempre positivamente, a relevância da compreensão interna da governança das associações para ampliação das esferas de debates sobre democracia. Assim reconhece-se que é necessário conhecer os procedimentos relacionais horizontais e verticais que ocorrem no interior desse extenso rol de organizações da sociedade civil. Para corroborar essa tese, extrai-se das conclusões de Lavalle et al. (2008, p. 73) que “pouco sabemos, [...] das hierarquias internas e da capacidade de ação desiguais das organizações civis, da sua diferenciação funcional e das clivagens políticas e conflitos internos, em suma, do ‘modus operandi’ da sociedade civil”.

Como se viu anteriormente, existe um amplo espaço para estudos que envolvam a democracia associativa, seguindo uma vertente da linha da democracia participativa. Nesse sentido, é importante estabelecer uma conceituação do fenômeno associativo, uma vez que diversas correntes teóricas têm diferentes visões sobre as organizações da sociedade civil e de sua importância no contexto político. Alguns autores, como Warren (2001) e Luchmann (2012), informam a existência nas sociedades do que denominou de “ecologia democrática das associações” como sendo um contexto de existência de redes e grupos e associações com objetivos, valores, recursos e formas de atuação diversificadas que contribuem ou geram efeitos democráticos.

Os estudos sobre associativismo destacam que essas entidades constituem uma boa essência para a promoção de cidadãos cívicos, pois associações influenciam na cooperação, fortalecimento dos laços de confiança, além de representar grupos minoritários e influenciar a criação de espaços institucionais de cogestão de políticas públicas. Estudos teóricos apontam que as entidades associativas impactam nas diferentes dimensões da vida social, tanto individual, como política e social. Nesse estudo busca-se evidências do impacto da associação no plano individual e no plano institucional.

Existe uma compreensão de que o processo de agregação associativo constitui um amplo e diversificado espaço para estudos que contemplem o contexto da participação política. Contudo para se iniciar estudos sobre associação deve-se ter em mente a dificuldade nos conceitos sobre a categoria teórica que se encaixa o associativismo. A ecologia das associações, como evidencia Luchmann (2012), indica que o campo associativo é vasto e heterogêneo, tendo, entre diversos teóricos, múltiplas categorias.

São múltiplas as formas de práticas associativas existentes e sua classificação exige uma revisão dos entendimentos e separações teóricas. De todo modo, é inegável a constatação de que as associações são importantes para a vida democrática. De acordo com citada autora, algumas vertentes devem ser consideradas nos estudos das práticas associativas e a relevância de sua inserção do cenário da democracia na sociedade. De acordo com a autora, as teorias do capital social de Robert Putnam são alinhadas à uma tradição “tocqueviliana” que compreendem associação como aquelas do tipo secundário tais como times de futebol, escoteiros, corais e associações comunitárias. Já outros autores como Cohem & Rogers (1995), privilegiam em suas análises grandes associações como sindicatos e federações os quais mobilizam recursos que extrapolam a dimensão local. Para a autora os estudos sobre movimentos sociais enquadram somente grupos e associações que contestam a ordem social, enquanto Habermas, nas teorias da sociedade civil, procura desqualificar associações inseridas no campo político e econômico como partidos políticos e sindicatos. (LUCHMANN, 2012)

Filiamo-nos à corrente tocqueviliana da sociedade civil que define as principais características do associativismo contendo, de acordo com Luchmann (2012, p. 62) os seguintes pressupostos: “a existência de uma relativa igualdade social entre os seus integrantes e o caráter de voluntariedade na constituição de relações consensuadas que alteram a sensibilidade ética dos seus membros”

Há uma corrente que advoga um cenário pos-tocquevilliano para a relação entre associativismo e redução de desigualdades sociais e políticas. De acordo com Kerstenetzky (2003), a exuberância do associativismo na sociedade americana foi suplantado conforme

comprova os estudos de Putnam (2015). Nesse cenário, o associativismo impacta diretamente ao mesmo tempo, tanto na redução das desigualdades sociais, quanto na redução da desigualdade política. Outro efeito identificado é que o associativismo, ao promover a redução das desigualdades sociais, enseja um duplo efeito benéfico vez que a redução das desigualdades sociais tem um vetor direto para a realização da redução das desigualdades políticas.

O estudo das associações é importante pois a cidadania se correlaciona de forma estreita com o associativismo, isso porque o entrosamento humano nesse modelo significa o processo pelo qual as pessoas descobrem e efetivam as condições básicas para um projeto próprio de autodesenvolvimento. Significa também o reconhecimento de que cidadania individual tem seu lugar, mas aquela mais capaz de produzir resultados e efeitos é organizada pela via da coletividade. Acredita-se que não seja possível um processo emancipatório de forma isolada, como diversas visões teóricas da corrente participacionista evidenciam, não somente porque seria prepotência ou ingenuidade, mas sobretudo porque faz parte da noção do sentir social. A cidadania é conexa aos direitos sociais. Apesar da força política das normas constitucionais é preciso reconhecer que um acordo maduro e duradouro ali construído é um balizamento que condiciona o pensar do indivíduo.

Na atual Constituição Brasileira de pretensões democráticas é reconhecido, no capítulo dos direitos individuais e coletivos o pleno direito ao associativismo. (art. 5º CF/88 - XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar) Isso demonstra um pacto social que reconhece o direito a constituir essas organizações que somam força interna na busca da concretização de um poder local fortalecendo as relações individuais nas tomadas de decisões.

São diversos motivos grupais e relativos a cultura que fazem com que os indivíduos se integrem na forma associativa, tais motivos são reconhecidos e ligados à etnia e à cultura, contudo, para Demo (1992, p. 73), o “mais decisivo é o agrupamento em torno de um projeto próprio de desenvolvimento, nos momentos típicos do que se tem chamado planejamento participativo”. No processo de assentamento das comunidades em Rondônia na segunda metade do século XX, a promessa do Estado Brasileiro de continuidade das políticas públicas não se concretizou, de forma que diante do abandono e das incertezas, emergiu a força social, como no caso do Reça, que projetou essa comunidade. A partir da consciência crítica de que situação vivida, especialmente do reconhecimento coletivo de que a pobreza não é uma condição justa e que não decorre da condição natural do indivíduo, mas que tem raízes nas relações sociais e falta de poder participativo nas políticas do Estado, é onde se inicia a chamada “formação do sujeito social consciente”. (Id., p. 74).

A literatura acadêmica é farta nos estudos sobre as influências do associativismo para a consolidação de sociedades mais democráticas. Desde Alexis de Tocqueville que em sua obra clássica “A democracia na América” deu uma forte compreensão do valor do associativismo para a democracia, passando por Almond & Verba (1963), os quais identificaram diferenças significativas entre o comportamento cívico daqueles que participam de associações voluntárias e daqueles que não possuem nenhum vínculo associativo. Robert Putnam (2006) também identificou que a vida associativa é referencial para a formação do capital social e que as associações promovem redes de engajamento cívico que são elementos constitutivos da vida democrática. Outros autores como Cohem & Rogers (1995) também trouxeram com bastante profundidade elementos que evidenciam a importância da vida associativa para a democracia, contudo esses autores focam seus estudos em grandes associações como sindicatos e confederações os quais constituem estruturas que ultrapassam a dimensão local.

São abundantes estudos contemporâneos que evidenciam um relevante papel do contexto das sociedades locais para a construção da democracia, ou seja, a construção da democracia é mais efetiva quando levado em consideração a sociedade local. Existe a compreensão moderna que os problemas das pessoas ocorrem no nível local, neste sentido é importante o resgate do estudo da democracia participativa e da democracia associativa vez que essas instituições operam no nível local e por sua vez são capazes de influenciar ações do Estado nos níveis mais baixos como a vizinhança e a municipalidade, por exemplo.

Não se pode restringir os estudos dos fenômenos das sociedades locais apenas ao poder público e sua interação social para avaliar maior ou menor ocorrência dos conceitos democráticos e seu grau de influência. Doutro modo, restringir os estudos a apenas entidades que agregam pessoas no âmbito político como partidos e grupos de poder que lutam por mais participação no Estado se mostra insuficiente ante a complexidade da sociedade civil. Para uma busca de evidências maiores e mais amplas outros fenômenos como a agregação de pessoas por meio de associações voluntárias são fatores que as pesquisas não podem prescindir.

Na atualidade há consenso de que os princípios democráticos têm sido mais vivenciados com mais força nas sociedades em âmbitos locais. No poder central o espírito democrático serve mais ao modelo representativo pró-mercado, pois o discurso e a efetividade, especialmente nos locais de grandes extensões territoriais que dificultam uma comunicação interativa entre o comando central e o cidadão local. Nas localidades menores o poder está mais próximo do cidadão e os canais direto de comunicação podem ser aplicados com mais efetividade. No ambiente associativo local em face da dimensão territorial os indivíduos têm melhores chances de estabelecer espaços comunicativos diretos entre si, e entre si e o poder público, e entre as

entidades associativas e o poder público. De acordo com Lenzi (2009, p. 29), os participantes de associações podem se ver como parte do processo de formação de políticas, já as políticas que são centrais no Estado “tendem a gerar um distanciamento entre o cidadão e o governo”. No âmbito local os indivíduos estão próximos da associação e em razão dessa proximidade há uma interação entre os interesses e necessidades. Segundo o Lenzi (Id., p. 29) no tocante à essa interação “pressupõe-se que elas possam promover confiança, fidelidade e engajamento dos cidadãos”.

Muitos teóricos têm reforçado o entendimento da importância das associações civis para a vida cívica. Suas observações e pesquisas são suficientes para evidenciar fatores positivos para construção de ambientes democráticos, visto que o caráter da agregação em ambientes de associações é plenamente voluntário, e problemas que envolvem todo o conjunto têm soluções construídas com mais efetividade e o grau de consenso que se alcança é qualitativamente superior àquele que se consegue nas políticas públicas governamentais. Luchmann (2012, p. 61), sintetiza o pensamento de diversos autores (Hirst, 2001; Cohen & Rogers, 1995; Elstub, 2008) que contemplam essa linha de pensamento ao afirmar que “as associações figuram como importantes remédios democráticos, no sentido de superação do individualismo e da democratização dos mecanismos de representação”. Para a autora, de acordo com o pensamento desses diversos autores, o duplo efeito benéfico ainda está assentado na função da “atuação política mais diretamente voltada para a resolução dos problemas sociais, promovendo maior eficiência governamental”. (Id., p. 61)

De acordo com a autora, estudos como os de Almond & Verba, e Verba & Nie evidenciam a constatação de formação de valores individuais mais elevados nos indivíduos que participam de vida associativa, ou seja, de que existem consistentes diferenças no comportamento cívico, demonstração de maior interesse em política, maior compromisso, confiança e eficácia política entre os indivíduos que participam em associações voluntárias. (ALMOND e VERBA, 1963; VERBA e NIE, 1972, apud LUCHMANN, 2012, p. 62).

Inicialmente é preciso trazer os conceitos do que são essas entidades associativas. O termo “associação” comporta uma diversidade de instituições existentes no seio da sociedade civil com amplos e diversificados objetivos, para isso as constatações e classificações de Warren (2001) são importantes. Para o autor há basicamente três tipologias de associações que ele classificou como associações primárias, secundárias e terciárias. No primeiro caso, as associações são formadas por famílias e rede de amizades e nesse caso essas entidades desenvolvem relações mais íntimas e próximas. No segundo tipo são as associações constituídas por grupos cívicos, clubes e associações religiosas, dentre outros, os quais desenvolvem

relações que transcendem o mundo individual. As associações terciárias se constituem por grupos profissionais nos quais os membros são relativamente anônimos e têm pouco em comum, têm apenas uma proposta específica para alcançar. (WARREN, 2001)

Na classificação deste autor se adverte que é preciso levar em conta que existem grupos perigosos para a democracia, pois não visam o bem comum, são grupos privados, grupos racistas, grupos de ódio e diversos outros que representam interesses poderosos. Estes grupos definitivamente não constituem valores para o processo democrático.

Uma importante cautela no estudo das associações é quanto a não discriminar aprioristicamente quaisquer grupos existentes em face de seus objetivos, taxando-os de elementos da sociedade civil não democrática, a literatura informa que certas instituições associativas que, em princípio, parecem em nada influenciar no contexto da democracia ou na efetividade da construção de movimentos cívicos, podem conter elementos que evocam forte valor para vida democrática. Essa evidência foi comprovada, a partir da observação sobre grupo de corais de música nos Estados Unidos, produzidos por Baggeta (2009, p. 175), o qual observou que “mesmo sendo grupos com objetivos bem específicos, eles apresentam um importante potencial para tal, ao promoverem interação, experiência gerencial e conexão com outras instituições”.

As associações se interagem com o Estado e como o mercado, isso reforça a ideia da complexidade e heterogeneidade do campo associativo e envolve os grupos sociais nas mais diferentes esferas (social, cultural, econômico e político) e nos diferentes formatos, recursos e intenções. As complexidades dos campos em que atuam as associações podem evidenciar os diferentes tipos ações afirmativas e promover diferentes efeitos democráticos ou até o oposto, “antidemocráticos”, e nesse conjunto que engloba as características de pertencimento, objetivos e recursos em que se pode buscar a essência da associação é o que se chama de “ecologia” democrática das associações. As associações podem ter diferentes matizes e contribuir, ou não, para o processo do desenvolvimento da democracia, “algumas podem desenvolver habilidades cívicas, ou desenvolver atividades contestadoras e/ou de resistência, ou apenas promover encontros sociais”. (LUCHMANN, 2011, p. 63)

O conceito de sociedade civil para a teoria habermasiana evidencia que o mais importante das associações é a capacidade de promover um ambiente caracterizado como uma esfera social portadora dos potenciais de racionalidade comunicativa. Para Habermas (1984, p. 392) “esse conjunto de associações que se insere no âmbito da sociedade civil exclui entidades que estejam ligadas à conquista do poder como partidos e instituições políticas, e exclui também entidades ligadas à competição do mercado”. A racionalidade comunicativa é um princípio que

se aplica no contexto de instituições cujo modelo democrático de gestão permita uma comunicação contínua em um sistema de decisões que comportem consenso e manifestação de todos. São entidades plurais, autônomas e solidárias capazes de impactar na esfera pública. (LUCHMANN, 2011)

Outros autores argumentam e ressaltam o papel educativo nas associações e outros entes onde se configuram valores democráticos, até mesmo ambientes empresariais onde esses valores podem ser germinados. Sendo a associação um *locus* onde os membros habitam-se a praticar valores como participação na gestão, pluralismo, solidariedade, companheirismo, inclusão. De acordo com Locks Filho (2012, p. 41), esses valores “são de significado fundamental para o desenvolvimento da sensação de eficácia política”. Ainda de acordo com esse autor, extraindo o pensamento de (PATEMAN, 1970; ALMOND & VERBA, 1963) o indivíduo tem contato diário com valores afetos à participação democrática já que é no local de trabalho onde se dedica a maior parte do seu tempo, que essa experiência diária “forja a personalidade democrática”, ou seja, “fortifica qualidades para ao bom funcionamento do sistema democrático”. (LOCKS FILHO, 2012, p. 41)

O Estado, para ampliar as políticas públicas e descentralizar suas ações, utiliza associações como extensão de suas atividades. De acordo com Lenzi (2009), isso ocorre quando as associações assumem alguma relevância e destaque social. De acordo com esse autor há uma corrente da democracia associativa que defende a transferência de responsabilidades nas realizações de algumas funções públicas, isso faz com que haja a criação de uma relação de dependência e de co-responsabilidade com todos aqueles atores que, de alguma forma, podem ter um papel ativo na realização e oferecimento desses serviços. Ainda de acordo com o autor a justificativa para que haja uma transferência das atividades do estado para as entidades associativas, centraliza-se no fato de que “associações ligam-se às maiores flexibilidade e criatividade que elas oferecem em sua organização. (Id., p. 28)

Em resumo, conclui-se que as associações e a democracia, para muitos autores, é entendida como um vínculo automático dentro dessas instituições. Diversas correntes exaltam os valores inerentes às formas associativas de comunidades para o ideário democrático advogando a relevância dessa forma de organização social, que de acordo com Lenzi (2009, 25) pode assim ser sintetizado:

“a) a própria associação e a liberdade de se associar constitui-se num bem intrínseco da Democracia;

- b) associações proporcionam uma socialização cívica do indivíduo e sua educação política;
- c) associações induzem a uma maior fiscalização da autoridade e do poder político; e
- d) associações estimulam a deliberação política e a criação de esferas públicas.”

Outros estudos informam que as associações são relevantes para conformação da sociedade diminuindo os espaços de desentendimentos e contribuindo para uma harmonização da vida. Nesse sentido, Hirst (1994, p. 68) informa que “o associativismo não apenas diminui a hostilidade entre os atores sociais, mas que também abre espaço para a criação de uma identidade comum, tanto em termos nacionais como regionais”. Para outros autores, associações são capazes de criar vínculos e valores capazes de promover a cooperação entre os indivíduos, para Lenzi (2009, p. 27), as associações “não apenas estimulam a cooperação, mas ajudam a criar confiança, que serve como base para a formação de laços cooperativos, assim, elas promovem a promoção da qualidade de vida dos seus membros”.

Para Kerstenetzky (2003) as associações colaboram no sentido de dar densidade à sociedade civil, especialmente quando se trata de desigualdades sociais e políticas. Num contexto de incivildades as associações organizadas que respeitam princípios são capazes de estabelecer uma atenuação dos efeitos maléficos, pois de acordo com a autora tais entidades evitam a “cooptação ou o controle político de amplos setores da população”, e nesse, promovem a proteção dos “estratos socialmente mais vulneráveis, aumentando a efetividade do sistema legal”. (Id., p. 139).

Algumas vertentes teóricas advogam a existência de um modelo de democracia associativa, evidenciam da relevância dessas entidades para a vida social. Nesse sentido, importante as conclusões de Cohen & Rogers (1993) os quais afirmam:

“Associações podem providenciar uma forma distinta de governança social, uma alternativa aos mercados ou burocracias públicas hierárquicas, que permite à sociedade perceber os benefícios importantes da cooperação entre os cidadãos. Associações facilitam a cooperação ao reduzir os custos de transação para se alcançar um acordo (um efeito produzido pela sua própria existência e rotinas organizacionais) e por engendrar a confiança que a cooperação usualmente requer”. (COHEN & ROGERS, 1993, p. 06).

São fortes as evidências de que existência das entidades associativas no seio social proporciona uma vivência com valores e virtudes inquestionáveis. Contudo como delineado por Lenzi (2009, p. 33) citando Hirst (1994) isso não significa dizer que “todos os conflitos de

valores serão banidos por meio de uma democracia associativa”. De acordo com o autor os valores comuns proporcionam uma aproximação das melhores práticas de convivência, no sentido de que “uma identificação comum pode ser realizada por meio de uma responsabilidade compartilhada no contexto de uma governança associativa democrática” (Id., p. 33). Desse modo e possível a conclusão que os conflitos nesse modelo são excepcionais e não regra.

2.5. As associações no contexto da vida participativa

De acordo com estudos promovidos por Archon Fung (2003) a democracia liberal promove associações apenas como um componente das liberdades individuais. Seria suficiente a democracia promover a garantia dos direitos individuais para que surjam as entidades associativas que cuidam do interesse individual dos seus membros. Nesse modelo, as associações são vistas com uma mera possibilidade servir como supridor de uma necessidade do grupo em face da redução do tamanho do Estado. Assim, a democracia representativa contribui para a formação de grupos e organizações voltados aos interesses e objetivos específicos. Para além disso não há uma intenção significativa de ampliar o fenômeno associativo de atividades que pressionem o Estado, pois se vê risco de colocar em xeque a própria democracia. (FUNG, 2003)

O Estado diante da complexidade dos problemas e demandas sociais da modernidade permite às associações que complementam sua atividade por meio do repasse de certas ações do poder público, aliviando a pressão de demandas que implicariam ampliar os gastos e funções do governo, são atividades desenvolvidas por associações com objetivo de benemerência, por exemplo, os clubes e associações de caridade. Contudo, o Estado liberal não vê com bons olhos as associações do tipo dos movimentos sociais e sindicatos que contestam e buscam influenciar as políticas do Estado. As correntes liberais da democracia representativa promovem uma visão unilateral de que a garantia de princípios das liberdades individuais é um fim necessário que consiste na liberdade de associação e do mercado. Esses seriam mais eficientes na alocação de recursos na sociedade. (LUCHMANN, 2011)

A discussão sobre entidades associativas se amolda à corrente teórica da democracia participativa, pois esta advoga uma necessidade de ampliação e de diversificação dos espaços de discussão democrática para além da esfera estatal. É a demonstração da premissa rossoniana de que o “os cidadãos são ao mesmo tempo formuladores e destinatários das normas. (LUCHMANN, 2011, p. 64)

Tal corrente teórica, como bem sintetizado por essa autora, informa que democracia é devolver aos cidadãos o exercício da atividade política que foi alienada ou transferida, nas modernas democracias, aos representantes eleitos. Nesse sentido, diferentemente da essência da democracia liberal, a ocorrência de mais associações com objetivos amplos e variados, inclusive de entidades que buscam ampliar as esferas de participação nas decisões de Estado, contém um valor democrático essencial, devolver ao cidadão a autonomia de decisão. (Id., p. 64)

Os teóricos da democracia participativa ressaltam que o principal argumento em prol das associações consiste no fato de que elas qualificam os indivíduos para a participação como cidadãos, nesse sentido, advogam que as associações constituem espaços democráticos de discussão de informações e gestão, empoderam os indivíduos para uma participação mais ativa e qualificada junto às instituições participativas.

De acordo com Luchmann (2012), para a vertente da democracia participativa o principal argumento acerca da importância democrática das associações está ancorado na tese de que as elas são “espaços ou instrumentos que qualificam a participação dos indivíduos como cidadãos, verdadeira essência da democracia” (Id., p. 66). Ainda de acordo com a autora, com o provimento de informações e a criação de espaços amplos de participação, os indivíduos são empoderados para uma “participação mais ativa e qualificada junto às instituições participativas” (Id., p. 66). As associações consideradas importantes para a corrente da democracia participativa são aquelas secundárias, capazes de promover o desenvolvimento individual, um importante benefício democrático.

São reconhecidos diversos efeitos benéficos da participação em associações para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos, tanto na ampliação do senso crítico e social, quanto na sua capacidade de comunicação voltada à resolutividade dos problemas sociais comuns. É reconhecido que nesse modelo ocorre maior desenvolvimento das capacidades individuais pela via da cooperação e da participação. Ademais, a ação individual não pode ser satisfeita por indivíduos isolados, certas liberdades, como por exemplo, no campo do trabalho via sindicatos, que somente podem ser alcançados por meio da ação coletiva. Nesse sentido, importante a síntese de Warren (2001) traduzida por Luchmann (2012, p. 66) que descreve os três efeitos democráticos positivos que podem emanar de uma associação:

“efeitos no desenvolvimento individual em direção à promoção de julgamentos autônomos; efeitos nas esferas públicas, tendo em vista a formação de opinião e de julgamentos públicos e efeitos político-institucionais, seja ampliando e qualificando

a representação política, seja cooperando para formas alternativas de governança.”
(WARREN, 2001, apud LUCHMANN. 2012, p. 66)

Diversos autores alertam para a necessidade de avaliar a qualidade da participação, e não somente a quantidade de indivíduos que participam dos processos decisórios. Os críticos da democracia participativa argumentam que em algumas pesquisas realizadas se demonstraram deficiências na participação efetiva dos indivíduos. O alerta para os pesquisadores da democracia participativa deve ser a observação e utilização do instrumental teórico, referenciais e ferramentas de análise para mensuração da qualidade da participação.

Na democracia participativa as associações formam um conjunto relevante, pois são células capazes de proporcionar a participação direta dos indivíduos, constituindo-se elementos de constituição da democracia. Já na corrente teórica da “democracia associativa” as associações assumem uma relevância central ainda maior, pois, nessa vertente, constituem os agentes da democracia. Neste modelo “as associações substituem os indivíduos como sujeitos centrais da democracia”. (LUCHMANN. 2012, p. 67)

Para a autora alguns estudiosos, como Elstub (2008), garantem uma maior relevância para a democracia associativa ao afirmar que “pode ser definida como um modelo de democracia participativa no qual o ideal de autogoverno é preenchido pelos grupos e associações”. Para esse teórico a democracia associativa deve ser implementada com um papel ativo dessas entidades, às quais devem participar diretamente nos espaços e instituições que formulam as políticas, e que coordenam as atividades econômicas e naqueles que administram as políticas públicas. (ELSTUB, 2008 apud LUCHMANN. 2012, p. 67)

Parte-se do reconhecido pressuposto de que o Estado moderno tem dificuldades e apresenta certa debilidade e incapacidade de lidar com a complexidade e pluralidades dos problemas sociais vivenciados contemporaneamente. Nesse contexto, a democracia associativa se apresenta como uma alternativa no sentido de que, para essa vertente, as associações, como informa a autora (Id., p. 67) “priorizam o aumento da pluralidade social, com a diversificação de grupos, setores identidades e demandas sociais”. E além disso, há um entendimento de que a doutrina da democracia associativista se refere à questão do tamanho das sociedades e advoga que as mesmas são dispersas sobre amplos e diversos territórios, e encontram remotas possibilidades de participar em processos de decisão política centralizados e burocratizados. O emaranhado de problemas decorrentes da complexidade social de acordo com a autora (Id., p. 67) “requer articulações políticas em âmbitos globais, ao mesmo tempo, novas articulações regionais e locais”.

Existe consenso que as estruturas organizacionais dos Estados não conseguem atender a complexidade dos problemas atuais. Muitos problemas, de acordo com Luchmann (2012), ameaçam a credibilidade do próprio Estado. Organizações empresariais produzem processos e negócios que ultrapassam as fronteiras dos Estados sem o controle democrático, a complexificação das políticas públicas sobrecarregam as possibilidades de controle efetivo por parte dos governos democraticamente eleitos, a pluralização da sociedade, a constituição de grupos e a mudanças no contexto das individualidades alteraram as condições e exigências de oferta de serviços públicos que a burocracia estatal estava apta a ofertar. Nesse contexto a democracia associativa é uma doutrina, como informa Hirst (1994, p. 21), “bem adaptada para lidar com os problemas da *accountability* democrática em uma sociedade culturalmente diversificada”. Nesse sentido, a solução que se apresenta pela vertente da democracia associativa é a de propor “estruturas de governo federalizado e plurais em que o poder deve ser dividido não apenas territorialmente, mas por funções em domínios específicos Luchmann (2012, p. 68). Desse modo, de acordo com a autora, a ação da democracia associativa poderia ensinar a construção e possíveis transformações entre Estado e sociedade, promovendo dessa maneira uma governança democrática tanto no âmbito público como no espaço privado, nessa linha, o objetivo a ser alcançado é o de “restringir e alterar hierarquias e oferecer um novo modelo de eficiência organizacional”. (Id., p. 68).

De acordo com a autora a mais importante ideia da democracia associativa tem origem em Paul Q. Hirst, para ela, esse teórico informa que a democracia associativa propõe uma terceira via entre o individualismo do mercado livre e o controle centralizado do Estado. Em suma, o que se propõe é que o Estado ceda funções e crie mecanismos de financiamento público visando “assegurar a atuação pública das associações como corpos voluntários que exercitam o *accountability*, nos âmbitos internos e junto ao poder público” (Id., p. 68). A autora adverte que não é apenas a formação de alguns grupos no seio da sociedade civil que será capaz de grandes transformações na complexa rede de problemas que afetam as estruturas burocráticas governamentais, mas para a democracia associativa as instituições relevantes são aquelas “associações voluntárias autogovernadas, constituídas, portanto, por mecanismos internos democráticos” (Id., p. 68).

Os teóricos da democracia associativa advertem também que o Estado, ao descentralizar suas ações em parcerias com as associações, deve colaborar para que não se construa um ambiente com associações fracas e dependentes. O objetivo é promover políticas que empoderem as associações para que estas sejam capazes de executar em parte as políticas públicas de Estado e que elas mesmas, durante os processos discursivos, possam, expressando

a vontade soberana dos indivíduos, executar suficientemente a contento dos membros. A construção de um processo de desenvolvimento associativo deve ocorrer de baixo para cima e não o contrário. Uma atuação do Estado impõe riscos de criar associações ineficientes, portanto, com propõe Luchmann (2012) devem ser evitadas a criação de grupos privilegiados e o domínio de certas ações por grupos específicos, não se descuidando do foco central que consiste no fortalecimento do modo associativo de vida visando limitar o individualismo e fortalecer a *accountability* democrática.

Os teóricos da democracia associativa não enxergam associações como um risco para a democracia, mas o contrário, veem nessas entidades um meio de ampliar a democracia por meio de dotar os indivíduos de capacidade autônoma para realizar o ideal do bem comum. Na visão de Cohen & Rogers (1995), as associações, participando das ações do Estado configuram “um processo de soma positiva por meio do aumento do poder das associações e da maior eficiência do Estado e do mercado, o que promoveria o fortalecimento da ordem democrática”. (COHEN & ROGERS, 1995, apud LUCHMANN. 2012, p. 69)

Essa linha do pensamento democrático associativo revela um conjunto significativo de relevantes funções para as associações colaborarem com o Estado na superação dos desafios da complexidade social. Eles evidenciam que as associações detêm melhor conhecimento das realidades locais, pois estão inseridas nas comunidades que vivenciam os problemas e essa experiência e conhecimento da realidade constitui um elemento forte para a melhor construção de soluções nos espaços deliberativos. Outra relevante função das associações seria a de promover uma equalização da representação política, isso porque se permitiria que indivíduos e setores com menos recursos de poder possam participar dos espaços de deliberação e ter suas demandas atendidas. A terceira relevância das associações consiste na capacidade de promoverem uma espécie de “governança alternativa” baseada na cooperação, solidariedade e confiança, impactando uma melhor performance econômica e aumento da eficiência das ações do Estado. (LUCHMANN, 2011, p. 69)

Uma corrente advoga que as associações são um artefato social, ou seja, elemento constituído e delimitado pelas estruturas políticas e econômicas. Nesse sentido, elas podem sofrer maiores incentivos ou restrições de acordo com as escolhas políticas. Nesse caso, o Estado deve promover reforma institucional visando incorporar as entidades associativas aos processos decisórios na formulação e execução de políticas, inclusive estimulando a própria formação e ampliação das associações. Essa vertente requer um papel ativo do Estado no sentido de incentivar a constituição desses organismos estabelecendo para eles benefícios e

sanções no sentido de que incorporem valores democráticos e não se transformem em meras facções ou grupos privilegiados. (LUCHMANN, 2011)

Outra corrente ressalta um caráter qualitativo das associações que preencheriam certos requisitos de seletividade para servir de complemento às atividades do Estado. Ela aponta o risco de desvirtuamento da gênese associativa e a formação de facções em face das diferenças de recursos e poder no interior das associações. As associações escolhidas devem ser aquelas que têm maturidade democrática mensurada sob o critério da maior ou menor capacidade de inclusão e participação interna, na sua capacidade de relação com outras associações, na natureza e extensão do seu poder e no arcabouço de suas funções e responsabilidades. Para essa corrente os sindicatos e associações com representação de setores sociais significativos se encaixariam no projeto (LUCHMANN, 2011).

Em resumo, a vertente da democracia associativa, ainda que haja alguma divergência sobre o tipo de associação ideal ou papel do Estado ou reformas institucionais, toma como pressuposto essencial o cenário de que há uma complexidade social, e assim as associações atuam no sentido de prover informações, contribuir para a inclusão política e constituir em importante ator para administrar a sociedade. Requer-se a participação direta das associações exercendo relevante atuação na função deliberativa e participativa na administração de recursos públicos. Neste contexto, será garantido, como bem delineado por Luchmann (2012, p. 76) “maior eficácia e *accountability* na formulação e gerenciamento da coisa pública”, essa condição essencial para aumento da eficácia democrática que deve pautar-se na “cooperação, na igualdade política e na equidade distributiva” (Id., p. 76).

Importante como base de conhecimento no estudo do espaço das associações no âmbito da sociedade civil e a possibilidade dessas instituições atuarem como legítimos representantes da soberania popular nas ações do Estado, é evidenciar elementos críticos à democracia associativa. Tais críticas não retiram o valor e a essência da importante construção teórica da democracia associativista, mas servem de baliza para as análises empíricas no campo natural que mais adiante será enfrentado.

Uma importante observação é a de que existem associações e por essência é característica de movimentos sociais que os mesmos possuem natureza conflitiva com o Estado, possuem um caráter contestador, e ademais a relação de poder interno nessas instituições ameaçam procedimentos regrados por princípios de igualdade e pluralidade, vez que as estruturas podem apresentar-se oligarquizadas. Um segundo ponto relevante digno de observação é apontado por Luchmann (2012, p. 71) ao informar que pode ocorrer, nas relações das associações com o Estado, uma “cooptação” ou “feudalização” com grupos sociais

específicos, e ademais disso na transferência de funções do Estado para as associações se “gerar políticas fragmentadas, particularizadas e desiguais, rompendo com a dimensão dos direitos individuais universais” (Id., p. 71).

O fato é que para a vertente da democracia associativa as associações constituem a essência democrática para a solução dos problemas da complexidade social. Ao promover informação e a inclusão política, as associações colaboram para a boa administração nesse cenário de complexidade. Para os teóricos dessa vertente as associações devem exercer funções na administração de serviços públicos inclusive no provimento desses serviços vez que o Estado não alcança toda a pluralidade dos problemas da sociedade, e ao agir assim, garante maior eficácia e *accountability*, tanto na formulação, quanto no gerenciamento das coisas do Estado, assim o avanço democrático se dá por via da cooperação, da igualdade política e na equidade distributiva (LUCHMANN, 2012).

Em resumo, conclui-se que o propósito da democracia associativa tem um forte vínculo com as vertentes participativa e deliberativa da democracia, e são poucos os teóricos alinhados à existência de uma corrente exclusiva de democracia associativa. É preciso reconhecer inicialmente a pluralidade de formas associativas existentes no seio da sociedade civil, incluindo as mais voltadas ao mercado, aquelas que já nascem com uma linha mais contestadora das ações do poder público, aquelas que buscam ampliar os espaços de participação nas políticas públicas, outras de caráter, religioso, cultural e esportivo, outras ainda relacionadas às causas de proteção social, ou de benemerência, outras que atuam com objetivo proteção ambiental e sustentabilidade, dentre diversas outras, formam uma diversidade associativa bastante complexa onde a generalização teórica acerca dos valores que essas entidades contribuem para ampliação dos espaços de democracia somente pode ser evidenciados por meio de pesquisas que consigam identificar a substância democrática de cada uma dessas instituições.

2.6. Democracia e sustentabilidade ambiental

Diversos problemas afligem as comunidades que vivem na Amazônia. Existe uma reconhecida pressão exercida pelos agentes que pregam o desenvolvimento econômico tradicional no sentido de se implementar modelos de produção destrutivo e esgotador de recursos naturais, transformando o meio ambiente natural em espaços de grande produção mecanizados relacionados ao agronegócio. Por outro lado, existe uma pressão de entidades locais e nacionais que trabalham com a proteção ambiental, e inclusive de países estrangeiros

preocupados com o fenômeno do aquecimento global que promovem uma ampla discussão sobre a necessidade de preservação do macro ambiente amazônico em face da sua relevância para o equilíbrio ecológico do planeta.

A questão ambiental envolve múltiplos valores e pontos de vista de forma que se denota um fenômeno de elevado grau de complexidade, tanto para a sociedade local, quanto para as externas. A sustentabilidade ambiental é um tema demasiadamente caro para ser resolvido apenas com os elementos ofertados democracia representativa, inclusive os pontos de conflito e choques existentes entre as diversas visões que permeiam esse campo são fatores que indicam que somente em espaços democráticos mais amplos é que se pode construir consensos capazes o suficiente para estabelecer uma relação equilibrada e que atendam aos anseios da coletividade.

Uma evidência importante a se buscar no contexto da pesquisa sobre democracia e sustentabilidade ambiental é se há uma conexão ou relação de dependência entre essas duas temáticas, ou se, por outro lado, são fatores independentes. Em relação ao objeto pesquisado neste trabalho, deve ser consignado que diversos autores (FGV, 2009, p. 12) informam que se trata de uma comunidade “democrática” constituindo um “modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia”. Argumentam ainda que o fato de constituírem uma comunidade baseada em princípios de sustentabilidade ambiental constroem também relações democráticas participativas com mais habilidade.

Os discursos políticos que permeiam as arenas nos ambientes macro e micro, sejam públicos, semi-públicos, privados, regionais, nacionais, internacionais constituem elementos importantes para o contexto dessa pesquisa, uma vez que a Comunidade Reça, inserida no espaço amazônico, é catalisadora de influências em políticas públicas e recursos públicos e privados de variadas fontes e origens que afetam sua maneira de ser e agir internamente e seu estilo de governança. Além disso, frequentemente a comunidade serve como referência para modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Um tema relevante para o atual contexto das sociedades humanas no presente estágio de desenvolvimento econômico é o tema da sustentabilidade ambiental. A polarização do mundo ocidental em torno da democracia liberal no final do século XX fez imediatamente emergir reclames da sociedade em torno da necessidade de discutir o modelo de desenvolvimento e a maneira como ele afeta o equilíbrio ambiental. Os debates sociais impuseram a discussão no âmbito dos estados nacionais de maneiras que pudessem ser implementadas, inclusive incorporadas às constituições, diversas medidas de proteção ao meio ambiente a exploração racional de recursos naturais. Ao lado de inúmeras questões que compõem o repertório de reclames sociais e causa de insatisfação popular quanto à ineficiência

dos estados e suas políticas públicas, a questão da sustentabilidade ambiental é quase sempre uma bandeira, tanto por aquelas correntes que defendem um discurso para o meio ambiente, quanto aquelas que defendem discursos pró-desenvolvimento econômico tradicional.

Neste sentido, o tema do desenvolvimento na Amazônia é relevante para o contexto das comunidades inseridas no espaço amazônico. O contexto histórico político e os discursos nas esferas de poder, podem atuar de maneira restritiva ou ampliadora da existência e continuidade das comunidades amazônicas e a manutenção de seu modo de vida. Nessa perspectiva, as evidências de Quintslr (2009, p. 60) informa que é possível identificar no âmbito das discussões teóricas sobre desenvolvimento, preservação e sustentabilidade “quatro matrizes teóricas de discursos e grupos que por meio de disputas simbólicas buscam legitimar seus projetos e suas formas de ação política”.

De acordo com a autora, o primeiro discurso é o “desenvolvimentista” que envolve um grande número de atores tanto da esfera pública quanto da esfera privada que defendem a ideia de que o crescimento econômico deve ser a meta visada na política econômica, é discurso predominante da democracia representativa ladeada por princípios do Estado liberal que ignora os limites e a capacidade de o meio ambiente esgotar seus recursos. O raciocínio desse discurso é impermeável à discussão de que certos bens da natureza são públicos e, que, portanto, sua exploração deve estar sujeita a regras que interessem a todos. (Id., p. 60)

O segundo discurso, de acordo com a autora, é dos defensores da mercantilização da natureza, essa corrente tem proximidade com o ideal ecológico e preservacionista, apesar de se diferenciarem do primeiro discurso desenvolvimentista, contudo, tentam colocar o meio ambiente a serviço da sociedade, defendendo a ideia, numa lógica de racionalidade econômica, em que esta deve pagar pelos serviços daquela. (Id., p. 60)

O terceiro discurso, de acordo com a classificação da autora, é o da racionalidade ecológica que se trata de uma lógica puramente preservacionista em completa oposição ao discurso desenvolvimentista, a de certo modo também contrário aos que defendem que a natureza deve estar a serviço da sociedade, defendem essa vertente a natureza em “estado puro” o que significa dizer que ela deve estar protegida da atividade humana. (Id., p. 61)

O quarto discurso, de acordo com Quintslr, é o da “racionalidade ambiental” o qual propõe uma espécie de conjugação de esforços democráticos para a construção de um modelo de desenvolvimento que se contrapõe ao modelo desenvolvimentista predominante atualmente, e em parte aos demais discursos, na medida em que propõe uma matriz democrática no sentido de valorização da “sustentabilidade ambiental, igualdade no acesso aos recursos naturais e valorização da diversidade cultural”. Essa vertente dos discursos acerca da sustentabilidade

ambiental na Amazônia, reafirma a função social da propriedade subordinando os interesses privados aos coletivos, com visão de que o uso dos recursos naturais é positivo na medida em que é feito de forma igualitária e racional, destacando que a forma ideal de propriedade é a coletiva ou comunitária, expressa na luta dos movimentos sociais. (Id., p. 62)

Para essa corrente, as comunidades democráticas no âmbito da sociedade civil, especialmente as localizadas no território amazônico, constituem um meio para construção permanente de valores democráticos de interação entre o homem e o meio ambiente. Para Quintslr são exemplos que ilustram esse modelo de discurso, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, organizações que são representativas no território a Amazônia. A autora defende que racionalidade socioambiental é um modelo a ser seguido uma vez que tem origem em processos discursivos democráticos que floresceram a partir de diálogos oriundos do seio social. Nesse sentido entendemos que é um discurso contra hegemônico o qual apresenta um modelo de resistência e luta das comunidades locais contra os modelos de desenvolvimento predatórios. Neste sentido propõe a autora que:

“A racionalidade socioambiental coloca em xeque a racionalidade econômica capitalista (ou desenvolvimentista) dominante, ao questionar a possibilidade da manutenção de padrões de produção baseados no cálculo econômico, na eficiência de seus meios tecnológicos para aumentar a produtividade e os lucros e minimizar o desperdício e a contaminação de correntes deste próprio modelo. (...) Na Amazônia, uma nova matriz discursiva ligada à racionalidade socioambiental emergente começou a ganhar destaque a partir de meados da década de 1980, quando diversas populações começaram a se organizar para lutar pelo seu direito à terra e contra a degradação ambiental decorrente do modelo de desenvolvimento empreendido pelo país.” (QUINTSLR, 2009, P. 66)

Democracia e sustentabilidade ambiental são temas indissociáveis, havendo uma correlação estreita sobre esses temas como sugerido no Relatório Brundtland (1991). O Relatório, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, vai mais além quando menciona que a temática da sustentabilidade ambiental que dominaria os cenários futuros somente pode ensejar o consenso por meio de um “desenvolvimento mais participativo”. Outros autores reconhecem uma forte correlação entre essas variáveis, e concluem que existem dois modelos de democracia ambiental aplicáveis, um modelo deliberacionista e outro associativo. Lenzi (2009), informa que tais temas não estão livres de certas limitações. Contudo, o autor sugere que o tema da democracia liberal é insuficiente para

lidar com a substantiva cadeia de bens públicos postos em discussão na dimensão da sustentabilidade ambiental. (BRUNDTLAND, 1991, apud LENZI, 2009, p. 19)

A temática da sustentabilidade ambiental assume cada vez mais relevância no contexto das sociedades atuais, como visto a multiplicidade de visões acerca do tema importa imensuráveis dificuldades de concerto no plano político nacional. Para Lenzi (Id., p. 20) o “ambientalismo contemporâneo é marcado por uma diversidade de ideias, valores e atores que podem estar associados”. De acordo com esse autor, diversos estudiosos como os de Achterberg (1996), Morrison (1995) e Szerszynski (1997), qualificam o “associativismo como um elemento central para a realização da sustentabilidade”. Os projetos políticos voltados para a realização da sustentabilidade somente seriam levados a cabo na existência de precondições sociais ligadas ao associativismo. A democracia associativa nesse contexto seria o elemento central, a referência que indicaria o caminho. (ACHTERBERG, 1996; MORRISON, 1995; SZERSZYNSKI, 1997, apud LENZI, 2009, p. 25)

As decisões que envolvem conteúdo sobre a sustentabilidade ambiental tradicionalmente são tomadas com base no princípio da racionalidade econômica do custo benefício. Essa forma decisória é limitada, pois nessa análise puramente econômica ela se presta a mensurar valores individuais, diferentemente das questões relacionadas ao meio ambiente que são integradas por bens públicos e valores intergeracionais. Em se tratando de bens públicos, esse plano de construção de ideais baseados no princípio da racionalidade econômica pura e simples, não se mostra viável, pois leva o indivíduo a uma análise meramente circunstancial e privada. Os valores alinhados aos princípios da sustentabilidade ambiental estão relacionados ao bem-estar de todos os indivíduos em conjunto, ou seja, para toda a sociedade, a exploração racional de recursos ou a conservação do estado natural do meio ambiente, ou ainda medidas que convirjam para uma ou outra posição além dessas fronteiras, são problemas complexos cujas soluções tendem a ocorrer somente no âmbito de espaços públicos democráticos de diálogos.

A garantia do ambiente adequado para as gerações futuras também se inclui no corolário de bens que escapam da esfera a análise individual. De acordo com Lenzi (2009, p. 31) “a sustentabilidade é contemplada por uma pluralidade de valores que não podem ser avaliados somente sobre a ótica econômica”. Inclusive deve ser acrescentado o fato de que a burocracia do Estado adicionalmente tem se mostrado incapaz de oferecer soluções para o problema que seja representativo dos ideais e necessidades do conjunto da sociedade.

Essa complexidade de fatos relacionados à sustentabilidade evidenciam a necessidade de formas decisórias mais democráticas, como propõe Giddens (1996), quando este teórico da

linha deliberativa sugere que a tentativa de se preservar a natureza remete à necessidade de deliberar, de uma forma aberta e pública, de que maneira a restauração social e ambiental poderia estar ligada à busca de valores positivos de vida. (GIDDENS, 1996, apud LENZI, 2009, p. 32).

Como se vê, a sustentabilidade ambiental é um importante tema que envolve um daqueles cenários da complexidade da sociedade moderna como descrito por Hirst (1994), e nesse caso, uma atuação mais ampla da sociedade além do corolário de regras democráticas da democracia representativa se faz necessário. As comunidades associativas constituem importantes elementos para executar atividades públicas ligadas a princípios da racionalidade ambiental, uma vez que podem ser dotadas de maior flexibilidade e criatividade organizacional, ter amplos conhecimentos das condições locais ambientais, ter flexibilidade e criatividade com as novas demandas que permanentemente são apresentadas pelos indivíduos. (HIRST, 1994).

A democracia associativa se apresenta como espaço ideal e adequado para a concretização das políticas da sustentabilidade para autores dessa vertente. De acordo com Lenzi (2009), citando a tendência de diversos autores informa que “por indicar um caminho pelo qual essas precondições sociais ligadas ao associativismo poderiam ser criadas de modo a viabilizar projetos políticos voltados para a realização da sustentabilidade” (Id., p. 32), as associações constituem espaços nos quais há incentivos e o desenvolvimento de habilidades voltadas a proteção dos bens públicos, incluindo o sentimento de cooperação e o sentido de reciprocidade entre os cidadãos. Como informa o autor “associações nestes termos seriam capazes de evitar situações em que indivíduos se beneficiam de bens públicos às custas dos demais”. (Id., p. 33)

A concepção de alguns cenários indica a necessidade de reconfiguração dos modelos bidimensionais focados no Estado e mercado para uma valorização do fenômeno das associações para a concretização fática da sustentabilidade. Diversos autores com Achtenberg (1996) propõem uma condição de que a “realização de uma sustentabilidade mínima exigiria mudanças estruturais nas democracias liberais existentes” (apud Lenzi, 2009, p. 26) o que faz concluir que, se uma sociedade se tornar mais sustentável, isso indicará que, nesta sociedade, há uma “maior disposição democrática, no sentido associativo” (Id., p. 27). Para Lenzi (2009) o elo entre sustentabilidade e democracia associativa revela-se necessário, uma vez que a realização da sustentabilidade demanda precondições sociais oriundas da democracia associativa. Tais precondições, de acordo com o autor “estão associadas à necessidade de gerar cooperação e a uma identificação comum para responder aos problemas vinculados com a justiça, confiança e geração de uma economia ecológica”. (LENZI, 2009, p. 27)

Os relacionamentos que se desenvolvem no interior das associações, os aspectos relativos ao sentimento de pertencimento e de comunidade, a solidariedade entre os membros são fatores que edificam a sustentabilidade. De acordo com as conclusões de Achtenberg (1996 *apud* Lenzi, 2009, p. 26), “em associações, as práticas são passadas de geração em geração, permitindo que seus participantes vejam suas atividades como uma contribuição para uma cooperação entre gerações” e continua: a participação em práticas que formam o núcleo de uma associação, segundo o autor o desenvolvimento de uma identidade similar nas obrigações contribuem para que nas novas gerações sigam no mesmo caminho. Essa ideia é reforçada por Szerzynski (1997) ao ressaltar a força evidente das associações no contexto da complexidade social, o autor informa que mesmo que a atividade associativa não contemple diretamente objetivos ambientais, ela “contribui para a criação das pré-condições para a sustentabilidade, ao gerar e sustentar relações de confiança”. (ACHTERBERG, 1996; SZERSZYNSKI, 1997, *apud* LENZI, 2009, p. 27)

Existem amplos e fortes estudos precedentes os quais indicam que a força da sustentabilidade deve advir com mais primazia oriunda de um ambiente democrático participativo. Nesse sentido, como bem informa Lenzi (*Id.*, p. 30) “não é incomum que certas atitudes para o meio ambiente se relacionem com a construção de um sentimento comunitário”. As associações possuem as mais diversas características e têm muitos objetivos organizacionais. Não se pode afirmar que é inerente a qualquer entidade associativa um vínculo imediato e seguro que possa automaticamente produzir atitudes recíprocas de sustentabilidade ambiental. Percebe-se que as associações são entidades que criam valores comuns entre seus membros, é necessário fazer o alerta de que “não é todo e qualquer tipo associativismo que pode contribuir na promoção da sustentabilidade”. Mas aquele em que valores públicos relativos às causas ambientais sejam o elemento agregador da comunidade. (*Id.*, p. 30)

No âmbito de estudos sobre as comunidades amazônicas, especialmente as comunidades associativas perenes, como é o caso do Projeto RECA, em estudos que buscam compreender sua governança institucional a partir dos comportamentos e atitudes e relações dos seus membros, o elemento da sustentabilidade é um fator determinante a ser observado, especialmente em face do que deve ser perquirido na pesquisa se eventualmente o desejo de viver uma comunidade harmônica com o meio ambiente, portanto, a vivência normativa da sustentabilidade pode constituir um forte motivo da agregação comunitária, invertendo assim a ordem corrente, na qual inúmeros estudos evidenciam que a sustentabilidade pode ser decorrente do ambiente comunitário, e não o contrário.

Para a democracia deliberativa a sustentabilidade deve ser vista como um produto discursivamente criado, enquanto o modelo da democracia associativa sugere acrescentar que neste ambiente predominam valores comuns e que os processos discursivos fazem emergir os sentidos de sustentabilidade. A sustentabilidade ambiental somente pode ser constituída a partir da “criação de uma subjetividade coletiva que apenas as instituições democráticas estão preparadas para criar” (Id., p. 31) A democracia participativa não se constitui um mero fator “contingente ou marginal” na formação de valores da sustentabilidade ambiental, mas constitui o local onde decisões sobre sustentabilidade devem acontecer. A sustentabilidade como um discurso de uso racional dos recursos ambientais é um tema que propicia um elo intergeracional. Existem claras evidências de que os mais jovens têm interesse nas causas ambientais, e os mais velhos tomaram consciência da necessidade de uso racional dos recursos naturais a partir do final do milênio, e nesse sentido, são influenciados pelos mais jovens. Desse modo, é relevante concluir que tanto a produção como o consumo de bens e serviços dentro de uma comunidade são um fenômeno que interessa a ambas as gerações, tanto as pioneiras, quanto as mais novas, independentemente do gênero.

A vertente teórica da democracia associativa advoga para si que a realização da sustentabilidade ambiental está mais próxima de se concretizar dentro das suas regras e conjunto de valores. Uma governança democrática pelas associações seria possível por meio do repasse de atividades públicas com as quais o Estado e a burocracia têm dificuldade de lidar para esfera das associações. O Estado deve reorganizar a oferta dos serviços descentralizando suas atividades em face dos territórios e funções. Nesse rol de atividades complexas se inclui com ênfase a questão da sustentabilidade ambiental, observe-se, por exemplo, quão vastos são os discursos políticos em torno da causa da sustentabilidade ambiental, cada uma invocando para si um modelo ideal acerca dos destinos do meio ambiente amazônico. Outro valor da democracia associativa é que o Estado deve criar e incentivar condições, inclusive com aporte de recursos, visando ampliar as práticas associativas, o que no caso das questões ambientais ensejariam um aporte de valores de concepção no sentido do discurso da racionalidade sócio ambiental.

Para a democracia associativa, a sociedade permeada por critérios de sustentabilidade depende de mudanças institucionais convergentes com a democracia associativa. Na linha de defesa dessa corrente, Lenzi (2009, p. 26) justifica:

“A aproximação entre sustentabilidade e democracia associativa seria necessária, uma vez que a realização da primeira exigiria certas precondições sociais propiciadas pela

segunda. Essas precondições estão associadas à necessidade de gerar cooperação e a uma identificação comum para responder aos problemas vinculados com a justiça, confiança e geração de uma economia ecológica”.

O padrão produtivo ecológico depende da convergência de interesses obtida em um processo construtivo onde os valores comuns seriam capazes de construir um padrão produtivo ecológico, construídas em espaços comunicativos públicos, o qual exige uma administração integrada da produção, ou seja, uma cadeia produtiva integrada, esse sistema não se reproduz em um ambiente individualizado e não pode ser realizado por agentes econômicos independentes e particulares com visões de valores individuais. Um ambiente de produção integrada requer a coordenação de instituições e organizações democráticas tendo como objetivo comum a sustentabilidade. Outro elemento determinante para a concretização da sustentabilidade é a cooperação intergeracional, como sugere Achtenberg (1996) *apud* Lenzi (2009, p. 26), “em associações, as práticas são passadas de geração em geração, permitindo que seus participantes vejam suas atividades como uma contribuição para uma cooperação entre gerações”.

Os indivíduos em competição em uma sociedade de valores individualistas não são capazes de promover políticas de sustentabilidade, vez que na luta por espaço e conquistas unilaterais, promovem a destruição dos bens comuns. De acordo com a vertente da democracia associativa, apenas um ambiente onde imperam relações horizontais e de confiança pode produzir um quadro propício à sustentabilidade.

Por fim, temos que as vertentes das correntes da democracia participativa, deliberativa e associativa acolhem bem o pressuposto de que a construção de uma política de sustentabilidade ambiental, somente pode ser realizada em um ambiente de discussões livre, onde haja cooperação e reciprocidade. Os discursos políticos que permeiam a sociedade atual em torno das questões do meio ambiente amazônico indicam que um projeto viável somente pode ser construído a partir da ampliação dos espaços de debates em ambiente democráticos que girem em torno da complexidade de problemas e pluralidade de valores que envolvem a natureza e o meio ambiente. As associações que habitam o território amazônico, cuja essência contemple governança democrática, se apresentam como saídas viáveis para a concretização de uma política de sustentabilidade ambiental.

3. VIABILIDADE DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS

3.1. As associações no contexto da sociedade civil

Como visto no capítulo precedente é inquestionável a importância das associações para o tema da democracia na sociedade. A sociedade civil integrada por conjuntos de indivíduos, reunidos voluntariamente com propósito de compartilhamento de valores e ideais, onde possa ser a comunicação pautada pela conformação do interesse geral. Tratamos da concepção habermasiana da sociedade civil, caracterizada com esfera social portadora por excelência dos potenciais de racionalidade comunicativa. É o que se denomina de esfera pública de cidadãos livres, são atores que protagonizam os problemas sociais e os tornam protagonistas, atraindo atenção para a resolução dessas demandas sociais dos indivíduos que isolados não têm como mover as ações face o distanciamento entre o Estado no plano central e o indivíduo no plano local, e o mais importante, o sistema representativo democrático dominante que impede convergência da vontade dos eleitos com a vontade geral.

Como o fenômeno das associações é relativamente recente, o estudo dos sistemas de como essas entidades realmente são em sua essência, seus formatos de gestão e governança institucional revela ainda um vácuo que merece atenção da ciência política. Para alguns autores, como aponta Luchmann (2012), o modo em que opera a sociedade civil deve ser mais investigado para que se entenda como são as hierarquias internas das associações. Ainda como pouco se conhece a respeito da capacidade de ações desiguais dessas organizações civis, é imperativo evoluir em estudos nessa esfera, inclusive pesquisas em relação à diferenciação funcional e os conflitos internos e para mais adiante, entender os aspectos que envolvem as abordagens políticas dessas instituições. De maneira complementar, informa Locks Filho (2016) que os estudos sobre as associações se direcionaram para um caráter mais prescritivo privilegiando uma abordagem teórica e não empírica, assim, é um fenômeno evidente que as análises deixaram de identificar que a heterogeneidade no plano associativo, sendo que pouco se sabe sobre suas características internas e externas, o processo de nascimento morte das associações e suas relações externas com governos, partidos e outros agentes da sociedade.

A terminologia do objeto associação reúne uma multiplicidade de sentidos para o estudo das relações de poder na sociedade. Como já se viu no capítulo anterior, existe uma vasta quantidade de associações com múltiplos objetivos e, algumas delas, *a priori*, não atraem o interesse da política, como uma associação familiar, por exemplo. Já os movimentos sociais ou

os partidos políticos sugerem, de imediato, uma correlação em certos conteúdos para análise política. A investigação requer mais cautela em associações localizadas entre as primeiras e as segundas apontadas acima. Em face dessa diversidade de objetivos que contemplam as associações torna-se necessário, para fins da pesquisa, contextualizar, com um certo alinhamento teórico, algumas classificações que serão úteis.

Para uma breve revisão da complexidade dos estudos no campo associativo, lançando um olhar ao longo da história e das escolas teóricas que se sucederam, temos de acordo com Locks Filho (2016), os pluralistas ingleses do início do século XX que fizeram uma abordagem na qual associações assumem relevante função representativa de governo. Um tanto diferente da abordagem dos pluralistas norte-americanos que viam na prática associativa uma virtude centrada no fato da produção de uma harmonia e estabilidade social, sendo forte o fenômeno associativo, e o oposto, quando fraco, um cenário propício ao conflito e instabilidade na ausência das associações. Nas teorias deliberativas as associações constituem grupos solidários que captam e constroem pontes entre as opiniões da esfera civil. Para os culturalistas, associações são ambientes que fortalecem a capacidade cívica dos indivíduos, pois ao participarem de um ambiente associativo passam a ter mais intimidade com a vida política, nesse caso as associações seriam escolas de democracia. Já na vertente da teoria neoinstitucionalistas se olham associações pelo ângulo dos propósitos e objetivos que perseguem. (LOCKS FILHO, 2016)

Associações são classificadas de diversas maneiras, pode ser em relação ao objeto de sua ação ou em relação a extensão de suas ações no contexto social. Uma classificação elaborada com base na extensão das relações das associações, onde haja uma igualdade social entre seus membros e o caráter da voluntariedade, é uma boa solução de acordo com Warren (2001). Esse autor propõe uma classificação em três tipos de associações que leva em consideração a tipologia das relações estabelecidas no interior dessas instituições. Na primeira categoria estariam as associações integradas por famílias e redes de amizade que desenvolvem relações mais próxima e íntimas, essas seriam as associações primárias. Já as associações secundárias são contempladas por grupos cívicos, clubes, associações religiosas, esportivas, culturais, comunitárias, por exemplo, onde as relações transcendem o mundo do indivíduo. As associações terciárias são compostas por organismos nos quais os membros são relativamente anônimos entre si, com imperativo de relação hierarquizada, com poucas relações entre os membros, exceto por alguma causa que mova o interesse de todos, assim, são exemplos os grupos de interesses políticos e profissionais. (WARREN, 2001)

A classificação elaborada com base no critério da relação é a mais significativa em termos de compreensão, trata-se de uma divisão limitada pois não contempla a heterogeneidade que caracteriza as formas de ação das associações. Para Robert Putnam as associações constituem rede de engajamento cívico que formam o capital social, evidenciando esse elemento é crucial a formação de valores democráticos. Nessa mesma vertente, inclusive tendo em vista que fora influenciada por ela, algum tempo antes, Alexis de Tocqueville enfatizou como elemento importante para a democracia as associações secundárias do tipo face-a-face. É importante a observação, nesse contexto, da teoria habermasiana que afasta as organizações associativas mais próximas do campo político e econômico, como partidos políticos e sindicatos por exemplo, os quais não efetivamente lograriam uma relação de comunicação original que vincule as associações e o mundo da vida, isso necessário à comunicação contemplada com embasamento na reflexão e na ausência de coerção.

Warren (2001) *apud* Locks Filho (2016) elaborou uma classificação importante a qual utilizamos para identificar com maior precisão o objeto de pesquisa. Uma relação qualitativa que se observa entre associações, distinguindo-as em três variáveis principais: A primeira variável busca identificar o caráter de voluntariedade e compulsoriedade que os membros da associação têm de liberdade para sair da instituição com base nos critérios (alto/médio/baixo). A segunda variável consiste em identificar o meio em que se insere a associação, que pode ser no meio social, político ou econômico. A terceira variável consiste em uma lista de seis possíveis objetivos que podem ser almejados pela associação, sendo os seguintes: 1) bens materiais individuais; 2) bens materiais públicos; 3) bens de identidade interpessoais; 4) bens de status; 5) bens de identidade exclusiva; 6) bens sociais inclusivos. Seguindo essa classificação a comunidade RECA seria uma associação com facilidade alta de saída, inserida no meio social e econômico, sendo que a mesma persegue bens materiais individuais e bens de identidade interpessoais. (WARREN, 2001, *apud* LOCKS FILHO, 2016, p. 62)

Uma importante conceituação para o campo associativo decorre do conceito de Terceiro Setor que tenta marcar uma posição para essas instituições que estaria entre o Estado e o mercado. De acordo com Jerez e Revilla (1999) *apud* Locks Filho (2016) terceiro setor precisa ser observado a partir de uma lógica política e de sua capacidade de movimento e articulação perante o poder público, pode ter uma conceituação restrita, e uma aceção mais ampla que categoriza cinco grupos institucionais, sendo eles: 1) formas tradicionais de ajuda mútua; 2) movimentos sociais; 3) associativismo civil; 4) organizações não-governamentais; 5) fundações e centros de investigação. (JEREZ E REVILLA 1999 *apud* LOCKS FILHO 2016, P. 62).

Para entender na prática o como se desenvolve o fenômeno associativo, outro estudo relevante que sistematiza o chamado terceiro setor em diversos países do mundo foi produzido por Salamon et. al. (2001) denominado “La Sociedad Civil Global (Las dimensiones del sector no lucrativo)”, neste amplo estudo foram definidas cinco características identificadores das instituições que compõem essa esfera da sociedade civil, bem como categorizadas dez tipos de organizações. De acordo com Locks Filho (2016, p. 62), o chamado terceiro setor (terminologia com origem anglo-saxônica) tem as seguintes características: 1) são organizações institucionalizadas; 2) são privadas, ou sejam não integram a esfera estatal; 3) não tem fins lucrativos; 4) são autônomas em seus aspectos internos; 5) possuem participação voluntária.

Nessa ampla pesquisa mundial realizada pelos autores, no aspecto quanto as categorias do terceiro setor foram identificadas dez categorias cuja classificação tomou como referência o objeto de ação das instituições, assim de acordo o resumo de Locks Filho (2016, p. 63) temos os entes do terceiro setor: culturais; educacionais e de investigação; de saúde; prestadores de serviços sociais; de meio ambiente; de desenvolvimento; de direitos civis e assessoramento legal; atividades filantrópicas; religiosas; empresariais, profissionais e sindicatos; e outras que não puderam ser classificadas nas categorias anteriores.

Trazer à lume essas categorias analíticas é importante para qualificar o objeto de pesquisa desenvolvido nesta tese. A melhor analogia que se faz é que a Associação Reça, compreendida no rol das instituições do terceiro setor seria enquadrada como uma entidade promotora do meio ambiente que são caracterizados de acordo com Locks Filho (2016, p. 63) por “grupos cujos objetivos se referem à proteção e ao manutenção dos recursos naturais”, uma causa moderna extremamente relevante para o contexto mundial. Observa-se que há uma possibilidade de caracterização híbrida uma vez que a Associação Reça detém um protagonismo evidente se comparado a outras instituições similares, também é uma comunidade que privilegia o desenvolvimento econômico, inclusive é uma instituição econômica, e de acordo com o autor citado, essas são “organizações destinadas ao desenvolvimento econômico, social e comunitário” (Id., p. 64).

As associações são instituições reconhecidas nas cartas constitucionais e no Brasil esse organismo da sociedade civil tem forte precedência no capítulo que trata dos direitos individuais e coletivos, ali são definidos, por exemplo, a liberdade de associação, a auto vedação do próprio Estado interferir na criação e no funcionamento ou extinção dessas entidades, tratam-se de decisões políticas cruciais para proteção da sociedade civil contra ações circunstanciais do

próprio poder público.³ A força política contida no texto da norma indica uma forte predisposição de o Estado não interferir na atividade associativa, isso porque, como se observou, são múltiplos os objetivos das associações inclusive algumas tem como alvo a contestação das ações do Estado. Depreende-se ainda que o Estado, ao proteger as associações de suas forças, coloca esses entes em patamar diferenciado e mais elevado em relação aos empreendimentos privados tradicionais.

Sob certo ângulo, é possível chegar à conclusão de que é a origem direta dos direitos sociais, ou melhor, é o próprio direito que funda os demais. A carta constitucional reconhece isto ao determinar no inc. XVIII do art. 5º “a criação das associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização”, deixando de lado a questão das cooperativas que pressupõem uma condição específica “na forma da lei”, a qual vamos trabalhar com mais detalhes no próximo subcapítulo, uma vez que o objeto deste estudo contempla uma comunidade híbrida (associação e cooperativa), a criação de associações não pode ter quaisquer condições prévias, porque ela é a própria condição. A proposta de um Estado de Direito pressupõe a liberdade dos indivíduos reunirem em torno de causas que consideram importantes para o destino de suas vidas. A própria ideia de constituição pressupõe que os indivíduos se associem para definir direitos e deveres, além da regra geral tradicionalmente estabelecida.

Como se observou das teorias anteriormente citadas, associações no plano teórico são entidades que comportam uma diversificada gama de complexidade e múltiplas faces. Contudo, no plano jurídico institucional o poder público faz as definições sob certa forma minimalistas, mas que nos ajuda a compreender o fenômeno sob ótica institucional.

O Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406/2002, determina que as associações são pessoas jurídicas de direito privado, portanto não devem integrar a estrutura do poder público. As regras do art. 53 da citada lei, informam ainda que as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos e que não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. Por meio da lei o Estado condiciona ainda que para a associação existir no mundo jurídico, elas devem elaborar um estatuto com condições mínimas de objetivos, regras de entrada e de saída, e funcionamento e sobre a constituição dos

³ ART. 5º - CF/88 – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

órgãos deliberativos internos, bem como da forma de gestão. Ainda em relação à gestão e tomadas de decisão, a lei estabelece a assembleia geral como órgão máximo, o processo eleitoral para os administradores e o quórum necessário. O art. 55 autoriza que o estatuto constitutivo da associação preveja direitos preferenciais de alguns sócios em face de outros, criando uma espécie de sócios privilegiados.

No estudo das associações como elemento da sociedade civil e sua relevância para o pensar democrático, inclusive para a compreensão dos elementos auto gerenciários, é importante compreender os motivos de agregação da comunidade associativa. Existem argumentos em favor de identificação étnica e cultural, contudo há sempre um elemento decisivo que é o agrupamento em torno de um projeto próprio de desenvolvimento e a tomada de consciência de um grupo de que a ordem de desenvolvimento vigente não é adequada à sua realidade. No início do processo o grupo tem evidenciado para si a situação crítica de sua vivência. Normalmente a exclusão do processo político e/ou econômico, a situação de pobreza, abandono pelo Estado ou insatisfação com a agenda de políticas públicas, são elementos que propiciam a formação de agregação. Nesse processo emergem propostas concretas de solução para os problemas, decide-se aí o que deve ser feito na prática para mudar a situação, por onde começar e quais objetivos a alcançar. O grupo é tomado por um sentimento de que ao continuar isolado - excluído do processo político e/ou econômico -, não teria força real para mudança da situação vivida, nesse contexto emerge um sentimento de construção de uma comunidade alternativa ao sistema dominante. Nasce dessa sinergia agregativa a força da associação.

Outros fatores que contribuem para a gestação das associações são a formação sócio cultural da população de indivíduos excluídos do debate econômico e do debate político, e apoio de entidades externas, assim denominadas instituições religiosas e suas instituições de apoio social, instituições de ensino, destacando especialmente as universitárias que desenvolvem pesquisas e apoios institucionais, outras redes de associações que têm a finalidade de difundir o modo de vida organizatório, e organismos de apoio independente, como Organizações Não-Governamentais nacionais ou estrangeiras que atuam em determinadas causas que se alinham à alguma diretriz almejada pelas associações a serem criadas.

Dessa maneira surge um debate em torno de como os valores éticos, morais, culturais, que permeiam o ambiente associativo. Ou seja, aqueles elementos que propiciam a ligação, que são o amálgama que liga as pessoas no interior da vida associativa. Algumas respostas podem ser conduzidas por uma reflexão da teoria do capital social. Essa teoria agrega conhecimentos sobre relações de confiança e reciprocidade, e todas as demais interações sociais que são frutos da organização da sociedade civil.

O estudo do capital social tem sido utilizado com frequência para avaliação do desenvolvimento comunitário em suas diferentes concepções, inclusive as associações e cooperativas de produção. Há evidências em estudos precedentes que indicam que o capital social é elemento de fortalecimento democrático, isso porque a necessidade de promoção da responsabilidade pelo desenvolvimento social é transmitida aos indivíduos. Por outro lado, a conceituação do capital social encontra-se adstrito à esfera da pesquisa empírica no caso concreto a ser analisado, vez que se trata de um fenômeno de mensuração complexa.

Para uma identificação sobre a existência de capital social que propicie os elementos da vida comunitária é importante o entendimento da relevância desse instituto, que de acordo com Robert Putnam (2015) se traduz na comunidade cívica. Essa comunidade é caracterizada pela existência natural e forte de obrigações recíprocas, para o autor (Id., p. 177) “expressas em intensa participação, mecanismos de igualdade política, sentimento de solidariedade, de confiança e de tolerância, e densas redes de associações”. Para o autor os vínculos de compromissos cívicos se demonstram quando se observa que os cidadãos se esforçam em torno da defesa de causas envolvam a discussão de bens públicos. Ainda de acordo com esse autor a existência de obrigações recíprocas entre os cidadãos de uma comunidade é traduzida pela solidariedade e pela confiança e tolerância recíproca e pela participação e envolvimento dos cidadãos nos negócios públicos. A existência de capital social na comunidade é orientada pela ocorrência de relações horizontais de reciprocidade e cooperação, a existência de redes de confiança e solidariedade.

Conforme se extrai desse renomado autor, em uma comunidade orientada por relações horizontais de reciprocidade e cooperação é onde se verifica a existência de capital social. Essas comunidades são caracterizadas por relações sociais lastreadas por redes de confiança e fortes valores solidários. PUTNAM (2006). O capital social constitui um conjunto de valores verificáveis a partir das constatações empíricas e observação, e sua ocorrência decorre de fatores culturais históricos, de cultura política e social, que certamente não se consegue transplantar de uma comunidade para outra.

3.2. O movimento cooperativo e a possibilidade de contribuições para a democracia

Iniciamos esse subcapítulo para tratar especialmente dessas entidades denominadas cooperativas considerando que nosso objeto de pesquisa, a comunidade Reca, é dotada de uma gestão híbrida, coexistindo factualmente e legalmente como uma estrutura de associação e uma

de cooperativa no mesmo espaço territorial. Neste sentido, para comprovar às hipóteses que se propõem ao entendimento analítico acerca do projeto de pesquisa, se faz necessário empreender esforços no sentido de obter uma compreensão mais profunda sobre o fenômeno das cooperativas no âmbito da sociedade. Ou seria possível afirmar peremptoriamente que as cooperativas são entes econômicos alinhadas à ordem econômica, ou mais ainda, entes do mercado? A questão indica a necessidade de empreender esforços de pesquisas empíricas no sentido de buscar evidências e conceituar contemporaneamente entes a qual esfera esses entes se convergem.

Uma importante questão a ser investigada é se essas entidades, se estando mais alinhadas aos elementos da sociedade civil, podem produzir espaços públicos de diálogos democráticos. Como se verá adiante, alguns estudos precedentes informam que as cooperativas são constituídas a partir da vontade dos indivíduos que, de forma consensual e solidária, se opõem às tradicionais estruturas verticalizadas do mercado, para ter a renda do seu trabalho revertida em prol dos membros do grupo. Tradicionalmente o que observa com certa facilidade é que cooperativas são entes cada vez mais alinhados ao mercado, inclusive destaque-se que algumas cooperativas são fortes no setor financeiro, e essas estruturas são tipicamente empresariais, onde há o mínimo de diálogo em espaços democráticos.

Se as estruturas cooperativas se alinham ao mercado empresarial ou o mercado financeiro, elas passam a ter um caráter menos solidário e mais focado no objetivo de produzir vantagens para os cooperativados, inclusive, quanto mais capital acumula a cooperativa mais exclusiva se torna, no sentido de não permitir que se abra espaço para interessados que não disponham de volume patrimonial para ingressar nessa espécie de clube restrito. Outra característica exclusiva se refere ao poder que cada cooperado tem de manifestar sua opinião com independência e força decisória, com as estruturas crescendo e alcançando extensas áreas territoriais a comunicação em espaços públicos ficará prejudicada, sem contar o fato de que em uma corporação maior em dimensão, a governança será feita por uma elite administrativa, enquanto os cooperados ficarão na base da pirâmide como meros clientes do ramo de negócio.

Por outro lado, o modelo cooperativista pode produzir um espaço societário no qual pequenos produtores, trabalhadores, podem unir e somar força para inserir seus produtos ou sua força de trabalho em condições de competir com grandes empresas. Inclusive, apesar de ter como objeto essencial um caráter econômico, esse tipo de cooperativa pode criar espaços públicos de diálogo democrático que produzam e irradiem efeito nos territórios onde atuam. O setor agrário é protagonista nos negócios cooperativos isso porque os pequenos produtores excluídos pelo processo de empresariamento, mecanização e tecnologia do setor rural

conseguem por meio de cooperativas uma inserção no mercado econômico com relativo êxito e eficiência econômica.

Outro elemento importante a ser avaliado no âmbito dos espaços internos do cooperativismo é a compreensão se há predominância de sócios ou de empregados ocupando os espaços nas atividades da cooperativa. Uma maior ocupação das atividades pelos sócios realizando as atividades laborais com sua própria força em prol dos seus objetivos indicam que a lógica empresarial capitalista se afasta deste empreendimento. Na lógica empresarial os meios de produção são privados e a força de trabalho é destituída desses meios e do capital. E nessa condição as cooperativas ao romper com as relações de produção assalariadas, atraem para si a real possibilidade de constituírem organicamente em uma nova forma social de produção. (GAIGER, 2013)

Outro aspecto a ser investigado é quanto ao formato de gestão das cooperativas, se existe uma divisão social do trabalho, ou seja, as funções de gestão e direção, bem como as atividades de execução em nível mais operacional são parte das atividades de qualquer membro cooperativado, ou se o formato exclui os encarregados diretos da produção das decisões políticas e estratégias de planejamento comunitário.

É certo que em qualquer conjunto de pessoas pode haver capacidades específicas que são ocupadas preferencialmente por cada indivíduo. Contudo, a mobilidade dos membros entre as funções diretas e operacionais podem indicar maior aproximação a uma forma social de produção cooperativa.

O comando constitucional vigente informa que as cooperativas não são livres para nascer, necessitando de lei específica, e apresentando um pedido de autorização à autoridade competente, uma indicação de controle por parte do Estado, diferentemente das associações cujo processo de nascimento é protegido dessa ação. As cooperativas somente podem existir a partir do contorno legal definido pela lei, e esta é quem indica os mecanismos formais de governança da cooperativa. A lei no caso dos empreendimentos cooperativos, define regras na relação entre os sócios, visando tutelar os direitos e deveres de uns em relação aos outros. Assim como ocorre nos empreendimentos empresariais privados em que o Estado por meio de lei, estabelece o regramento de proteção da relação social. Nesse sentido é possível evidenciar que o Estado presume que as cooperativas são empresariais, e que assim sendo, é necessário impor regras para a relação das condutas tendo em vista que tal harmonia não poderia ser alcançada mediante acordos e relações consensuais, produzidos em espaços públicos de comunicação, como seria o caso das associações voluntárias.

É importante identificar como é a organização interna dos empreendimentos cooperativos de modo a elucidar se elas estão unidades mais alinhadas ao mercado capitalista ou se são estruturas naturais da sociedade civil organizadas e movidas por vontade e interesses coletivos dos membros. Nessa linha evidencia-se que no plano legal, como manda a carta constitucional, as sociedades cooperativas estão reguladas pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. Nesse instituto normativo se informa que as cooperativas devem ser formadas para “o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. Entendemos que a lei, ao regular as que não tem como alvo o lucro, não impede que elas existam, já que a mesma lei informa que, havendo “sobras” ao final do exercício, elas podem ser divididas entre os membros da cooperativa.

Diferentemente da sociedade empresária, as cooperativas não estão sujeitas a falência e a adesão é voluntária, ou seja, a filiação o a entidade é condicionada a vontade do indivíduo. Em relação a quantidade de cooperativados, não existe número máximo, e quanto ao número mínimo, antes da edição do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002)⁴, havia a exigência de um número mínimo de pessoas para a formação cooperativa, mas a partir da edição dessa nova lei, foi excluída essa exigência, sendo necessário apenas que haja membros suficientes para compor a administração da cooperativa, levando em conta a necessidade de renovação. Os sócios se unem por meio de cotas de capital, e há um limite da quantidade de cotas que cada sócio pode possuir, indicando que pode haver sócios com mais cotas e sócios com menos cotas.

O sistema de cooperativas no Brasil conforme se infere das normas que regem essas instituições que se situam entre o estado e o mercado, estão hierarquizados em cooperativas singulares, cooperativas centrais ou federações de cooperativas e no plano mais elevado as confederações de cooperativas. As cooperativas que se situam no plano central e as federações

⁴ LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. - Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

têm objetivo de organizar em maior escala os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares filiadas, integrando e orientando as suas atividades.

Com referência as relações de poder formal no interior das cooperativas, a lei define os órgãos e instâncias decisórias, os quóruns e a participação dos sócios por meio de voto no sistema democrático representativo. São instâncias formais de decisão e gestão a assembleia geral ordinária e extraordinária a diretoria administrativa ou conselho administrativo, e o conselho fiscal. A cooperativa assim como uma estrutura empresarial típica pode contratar empregados. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários, assemelhando a uma empresa tradicional. O membro cooperativado que se tornar um empregado da empresa não poderá tomar parte no corpo diretivo da cooperativa enquanto estiver na condição.

A lei prevê condições e situações para realização de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, sendo esses os momentos nos quais, por meio de voto, e em pautas predefinidas, os cooperativados podem expressar alguma vontade, os votos são pelos presentes e não proporcionais às cotas de capital. Trata-se, portanto, de um modelo tipicamente de democracia representativa. Certo afirmar que outras relações lastreadas por outros valores de convivência, como a solidariedade e companheirismo, por exemplo, podem ocorrer no seio das cooperativas, contudo as instâncias decisórias previstas no plano formal são extremamente limitadas e rígidas, não permitindo mecanismos ou oportunidades mais amplas de participação.

A ampliação do cooperativismo constitui uma política pública do Estado, como regramento estabelecido no art. 1º da lei: “Política Nacional do Cooperativismo” mais adiante no art. 2º: “as atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional”, e ainda quando a lei em seguida informa que cabe a todo o aparato estatal em qualquer nível quer seja Federal, Estadual ou Municipal, incentivar o cooperativismo; “a ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais”. (LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971)

No plano nacional o Conselho Nacional do Cooperativismo é órgão incumbido diretamente no exercício de promoção ou restrição da atividade cooperativa. O poder público pode ainda intervir na administração cooperativa quando houver hipótese legal para tanto, as cláusulas que indicam essa possibilidade são especialmente afetas à má gestão e situações que coloquem em risco o patrimônio dos cooperativados. Importante a constatação de que o fenômeno cooperativista se mostra mais incentivado ou menos incentivado em determinados períodos políticos (LOCKS FILHO, 2016).

Como fenômeno o cooperativismo renasce com força a partir dos anos 90, onde os modelos auto gerenciados foram concebidos a partir do fortalecimento dos estabelecimentos de economia solidária. Os modelos são dotados, de acordo com Gaiger (2013, p. 80) de “experiência prévia e dos círculos de relacionamento e influencia social dos trabalhadores” a partir dos anos 2000 a economia solidária por meio de organizações cooperativas suscitou iniciativas no sentido de haver uma promoção nesses empreendimentos a ponto de promover a “instrumento de geração de renda e de coesão social”. (Id., p. 82)

O início do pensamento cooperativista tem origem nas organizações de trabalhadores na revolução industrial, são instituições de economia solidária. De acordo com o autor, (Id., p. 212) “O cooperativismo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias, nas quais ganhou força o movimento operário”. Esse modelo de empreendimento se apresenta como solução contra um sistema dominante pois de acordo com o autor durante a era do capitalismo (Id., p. 212) “estratégias associativas e cooperativas vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital”.

A longevidade do paradigma cooperativo se explica por seu pragmatismo e abertura das mudanças constante nas sociedades em que prosperou o cooperativismo dos trabalhadores sofreu diversos estágios de expansão e retração ao longo da história mesmo assim demonstra uma capacidade real de recusa aos instrumentos dominantes do mercado em favor de uma lógica social. (GAIGER, 2013)

A história do sistema de cooperativas no Brasil remonta para o final do Século XIX nas regiões sul e sudeste, quando imigrantes europeus em situação de desamparo, implementaram o sistema como forma de superação dessa situação de abandono. Os objetivos das primeiras cooperativas registradas que surgiram eram o consumo, crédito e agropecuárias. As cooperativas de consumo se expandiram para o restante do país a partir da década de 1950, nessa época em face da concentração urbana no sul do País propiciou um forte crescimento das cooperativas de crédito e de serviços, que passaram a demonstrar um maior dinamismo em face das demais. A partir 1960 o cooperativismo urbano apresentou estagnação em face do desestímulo oficial, contudo observa-se que o modelo de desenvolvimento ao longo do século XX, quando surgiram grandes redes de supermercado, organismos financeiros, seguradoras dentre outras estruturas capitalistas, propiciaram uma grande retração na atividade cooperativa. (GAIGER, 2013)

Por outro lado, as cooperativas do setor agropecuário foram estimuladas tendo em vista a ampliação da produtividade agrícola, isso porque houve um crescimento demográfico e a

necessidade de ampliar a produção visando a exportação. A forte cooperativa agrícola que predomina no setor rural tem um viés voltado à exportação caracterizando o modelo do agronegócio. Esse cenário do cooperativismo mais empresarial não trouxe mudanças relevantes para os trabalhadores do meio rural. De acordo com autor esse modelo cooperativo propiciou a concentração da propriedade fundiária, e incutiu na cabeça dos pequenos agricultores a desconfiança em torno do modelo cooperativo. (GAIGER, 2013)

O cenário atual das cooperativas no Brasil é bastante diversificado e heterogêneo, tem uma grande amplitude nas áreas de atuação em suas atividades, uma complexidade organizacional, e sobretudo, os princípios de gestão e orientações ideológicas. Existem grandes cooperativas que factualmente são empresariais, voltadas a geração de lucro, empenhadas na profissionalização e com reconhecida racionalização administrativa, tendo fortes investimentos em gestão administrativa para lograrem ganhos em escala e eficiência. (GAIGER, 2013)

Já no meio rural, as vertentes mais antigas do cooperativismo são bastante significativas, e são entidades alinhadas a associações de apoio à agricultura familiar. Esses empreendimentos permanecem nos espaços e atividades que tradicionalmente sempre ocuparam e tem de acordo com Gaiger (Id., p. 217) “preservado a cultura associativa no meio rural” e podem ser consideradas iniciativas no que se enquadra atualmente como “empreendimento de economia solidária”.

Existem pontos conflituosos sobre a efetividade das cooperativas se caracterizarem um elemento de agregação da sociedade civil relevante na independência de alinhamento às regras de mercado por outro lado estarem alinhadas ao poder estatal. Nesse sentido Gaiger (Id., p. 217) informa haver três tipos institucionais bem diversos que utilizam o termo cooperativo, mas que em termos fáticos, não contêm os valores democráticos internos que se busca, sendo os seguintes: “cooperativas empresariais”, “cooperativas de fachada” e “cooperativas genuínas”.

No primeiro caso estariam enquadradas as cooperativas nas quais os cooperados não constituem o corpo de trabalhadores, esses cooperam apenas em prol de seus negócios e interesses privados. O sistema interno de gestão de acordo com Gaiger (2013) apesar desses empreendimentos atuarem como agentes econômicos parecidos com as empresas do mercado concorrencial nem por isso ficam totalmente alijadas dos processos de gestão democrática e participativa, nem do princípio da equidade, tampouco na divisão dos benefícios da operação econômica. O fato é que nesses empreendimentos os interesses individuais se sobrepõem ao coletivo. E neste caso, de acordo como autor o resultado é que “a base social da cooperativa se fragiliza e finda, delegando o poder gestor, e também condutor, a um grupo restrito”. (Id., p. 217)

Já no caso das “cooperativas de fachada”, de acordo com o autor, estas intermediam mão de obras com baixo custo, ensejando uma forma de subsalariamento e flexibilização do sistema regulatório principal, são meios de subjugar a força de trabalho, e neste caso o que se observa é que existe uma “descaracterização dos princípios cooperativos” (Id., p. 217). A constatação da existência cooperativas passa ser um argumento falacioso, apenas “um rótulo” que tenta legitimar esse instrumento junto ao sistema econômico dominante. Existe uma grande dificuldade de instalar cooperativas de trabalho, a despeito do idealismo predominante, os quais advogavam a autonomia operária e a autogestão, pois sua gestão se mostra vulnerável quando suas atividades de trabalho são individualizadas, assim “conduzem a envolvimento recíprocos limitados a vínculos contratuais” (Id., p. 217), nesse contexto a gestão não passa de uma forma obscura de produzir arranjos laborais entre os casuais interesses individuais, especialmente quando o serviço é especial ou temporário.

No terceiro tipo de acordo com a classificação do autor (Id., p. 217), as cooperativas autênticas nascem de “um ato associativo premeditado e deliberado por trabalhadores ou consumidores”, e nessas estruturas o objetivo é o provimento de bens, serviços ou renda aos membros, e as decisões são tomadas em “instâncias coletivas e paritárias de decisão”. (Id., p. 217). Para este autor os empreendimentos de economia solidária que foram incentivados no Brasil a partir dos anos 1990 são um instrumento que representa esse modelo auto gestor que nasce em contraposição ao perfil empresarial e ao conservadorismo político do cooperativismo tradicional.

Evidências empíricas do autor informam que o êxito das cooperativas de economia solidária depende da sua capacidade de desenvolver mecanismos de gestão competitivos para o mercado, consistindo suas ações em prol do planejamento e otimização dos fatores de produção, materiais e humanos, agregados a uma lógica solidária. Neste sentido elas contemplariam uma lógica de racionalização econômica, o que demonstraria vantagens reais da cooperação solidária diante de ações individuais e não solidárias. Ainda de acordo com o autor o trabalho consorciado e a gestão coletiva são potencialidades que apontam no caminho da racionalidade produtiva. A iniciativa constitui um modelo superior ao “trabalho individual e artesanal dos pequenos produtores, e além do mais, um modelo mais produtivo que o das empresas tradicionais, e por fim, “mais recompensadoras do que a condição assalariada”. (Id., p. 219)

Em pesquisa realizada no começo dos anos 2000, mesmo em se tratando de cooperativas com objetivos diversificados, do ramo industrial, de prestação de serviços e de produção agrícola, Gaiger (2013) evidenciou que uma característica marcante e comum das cooperativas

é que elas estavam vinculadas a um processo produtivo socializado tanto no âmbito do trabalho quanto no âmbito da gestão. O trabalho é o elemento que forma o vínculo entre os membros da instituição cooperativada, o elemento a proteger na conformação desse vínculo é a proteção os que possuem a capacidade laboral.

De acordo com Gaiger (Id., p. 220) o aspecto do trabalho assume ainda um relevante valor “simbólico” porque proporciona uma experiência lastreada por “ideais de justiça e equidade”. Nesse sentido, a sobrevivência e consolidação das organizações está ancorada no trabalho que é “enriquecido do ponto de vista humano e cognitivo” (Id., p. 220), e isso proporciona outras satisfações importantes como por exemplo a condição de ser co-proprietário e gestor do negócio, de deter poder de decisão em prol dos objetivos coletivos e de si mesmo. Enfim a vida cooperativa do trabalho e da gestão dos negócios, nas conclusões do autor, são fatores “edificantes e dignificantes”. (Id., p. 220)

Em pesquisas posteriores realizadas pelo autor, de 2004 a 2007 constata-se que em alguns tipos de cooperativas onde o modelo de gestão é auto gestor, os meios de produção e os processos coletivos de trabalho são socializados, seja no âmbito industrial ou no agrícola, existe um elevado grau de satisfação. De acordo com o autor, a autogestão e a cooperação “assume quase sempre um caráter essencial, dificilmente reversível, para a vida dos seus integrantes”. (Id., p. 220)

Já em outras pesquisas, Nunes, (2001) apud Gaiger, (2013) demonstrara que mesmo quando se passa por situações econômicas de debilidade, as cooperativas tendem a continuar sua agregação comunitária em face da “qualidade do vínculo social construído a partir do trabalho”, e nesse sentido fortalecem a questão do “nós” que constitui a referência do grupo. Outras evidências, também levantadas pelo mesmo autor, indicam que o sofrimento e sentimento de impotência são reduzidos na medida em que a dignidade e a auto estima favorecem o exercício da criatividade, e nessa esteira, o engajamento proporciona “afirmar-se uma nova identidade social”. (NUNES, 2001 apud GAIGER (2013, p. 212)

O primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária permitiu certas inferências a respeito dos empreendimentos que ajudam a moldar um entendimento acerca da dinâmica interna das cooperativas em nosso país. De acordo com Gaiger (2013) os objetivos foram identificar as características solidárias e empreendedoras desses grupos e averiguar até que ponto interagem positivamente. Os estudos permitiram concluir algumas vias de convergência que se estabelecem entre esses institutos, sendo que “a partir da conquista de um patamar de gestão democrática, os empreendimentos lançam-se no papel de atores sociais, mediante engajamento comunitário e articulações políticas e econômicas”. (GAIGER, 2013, p 221).

Pelo que se observa o modelo de cooperativa econômica do tipo da economia solidária se refere a uma grandiosa política pública promovida pelo governo central de forma democrática como elemento da emancipação econômica dos indivíduos, incentivando-os um modelo de organização social de trabalhadores que possam produzir para seu sustento e de suas famílias em capacidade de competição e inserção em um sistema econômico dominando por grandes empresas. O incentivo do poder público para ampliar o fenômeno cooperativo em sistema de economias solidárias autogeridas pelos trabalhadores, capazes de produzir espaços comunicativos públicos estáveis e suficientes para estabilidade e progresso em benefício de seus membros. De acordo com Laville (2004) apud Locks Filho (2012, p. 66) as “cooperativas são laboratórios de inovação social e distribuição de poderes e que essa “outra economia” poderia estender à esfera pública questões que o sistema cultural capitalista relegou para o consumo privado ou das relações familiares.”

Uma conclusão viável é que o fenômeno cooperativo é extremamente heterogêneo no cenário nacional, comportando diversificada categoria de cooperativas. Desde grandes cooperativas tipicamente empresarias do ramo bancário de do ramo da saúde, das grandes cooperativas agroindustriais, às pequenas cooperativas de economia solidária urbana e da cooperativa da agricultura familiar rural. Portanto para compreensão de como os cooperativados se organizam e promovem a autogestão por meio de uma governança democrática, é importante observar as cooperativas localizadas em espaço territorial e econômico mais restrito a exemplos das duas últimas categorias.

É importante fazer um recorte para o fenômeno cooperativo na região especialmente das localizadas no espaço amazônico. Nesse contexto o melhor estudo que evidencia o fenômeno cooperativo é o de Dias (2018), a qual identificou três tipos de grupos sociais dentro das cooperativas agrícolas em Rondônia, vejamos:

“a) um que se organiza em função das atividades socioprodutivas que já desenvolve culturalmente e utiliza a cooperativa para fortalecer sua atividade econômica como estratégia de permanência em seu território de origem, incidente em áreas de populações autóctones; b) um outro que se organiza em função de expectativas essencialmente socioeconômicas, incidente em áreas remanescentes de projetos de colonização e reforma agrária; e c) um terceiro (em menor proporção) que se organiza em função de uma crença filosófica e utiliza a cooperativa como um espaço de desenvolvimento sociopolítico, sem prejuízo das atividades econômicas, incidente em áreas de Projetos de Assentamentos (PA) dos programas de reforma Agrária pós 1988.” (DIAS, 2018, p. 114)

Portanto, como bem observado pela autora, ainda que se faça um recorte para as cooperativas do meio rural, uma generalidade de princípios pode afetar seus modelos de autogestão. Esse elemento evidencia que a cooperativa, ainda que de menor porte, pode atuar no espaço empresarial, como pode também constituir uma organização dotada de valores sociais solidários e igualitários. Toda essa conjuntura demanda uma análise comportamental observando a ação dos agentes no interior da organização para que se compreenda a possibilidade de essência de autogestão democrática da instituição.

3.3. Os mecanismos de gestão e participação em associações e cooperativas

O padrão de gestão formal das cooperativas é definido pela lei, a qual estabelece os organismos deliberativos internos e o processo eleitoral, já para a organização das associações não há uma imposição legal, exceto a necessidade de ser a assembleia geral o órgão interno de poder máximo. Em parte, a estruturação interna pode ser constituída na formação de vontade para a união de pessoas em prol da causa que move o interesse da criação associativa, todavia, se observa em grande parte das estruturas de gestão associativas que tais instituições são organizadas, em termos formais, do mesmo modo que as cooperativas. No caso das associações os estatutos e convenções coletivas são os instrumentos que estabelecem os organismos internos de gestão, e ainda os meios e oportunidades de participação pelos membros nos processos de direção e condução da entidade associativa.

A norma vigente informa que o estatuto da associação deve conter a previsão do modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, inclusive sob pena de nulidade daquele instrumento. As imposições do poder público para a constituição de associações civis determinam ainda que o instrumento que cria a associação contemple regras da forma de gestão administrativa e de apreciação e aprovação das contas, inclusive obriga que para seu funcionamento contenha uma denominação, os fins lícitos e a determinação de uma sede física.

De maneira histórica, existe o órgão e instância máxima que é a assembleia geral. Normalmente as questões ordinárias mais relevantes sobre o destino da comunidade são reservadas para decisão em assembleia geral. Assuntos relevantes que porventura não possam aguardar a assembleia geral ordinária, são decididos em assembleia geral extraordinária, de sorte que a reunião de todos os membros da comunidade em assembleia geral constitui a instância de decisão coletiva mais elevada da comunidade.

As decisões em assembleia geral são tomadas pela maioria dos votos, seguindo as previsões normativas fixadas pela lei, mas é possível observar que para determinados assuntos o quórum tem que respeitar a maioria absoluta ou qualificada dos membros, diferentemente de outras questões gerais que são tomadas por maioria simples. Tanto em associações como em cooperativas os votos são individualizados e igualitários, todos os membros, qualquer que seja a quantidade de cotas que possua, ou que estejam em posição mais ou menos privilegiada em relação aos demais membros, tem direito a um voto quando existe a oportunidade de votação.

As pautas ou assuntos que podem ser discutidos nas assembleias gerais normalmente são fechadas, ou seja não admitem modificação, contudo, a própria assembleia pode excluir assunto de pauta mediante votação, ou pode acrescentar assunto à pauta também por votação aprovada pela maioria simples, porém, esse processo pode ser inacessível uma vez que uma elite dirigente controla a pauta, e não lhes agrada inserção de novas temáticas. O poder de definir as pautas ou assunto que serão tratados em assembleia geral constitui um conjunto de oportunidades ou de restrição à participação. Em organizações mais hierarquizadas e o poder concentrado na mão de um corpo diretivo dominante, as pautas são conduzidas de forma a privilegiar decisões que sejam adequadas aos interesses da elite majoritária constituída na organização.

Esse modelo de democracia representativa em que as decisões são tomadas por votação da regra da maioria, que comumente ocorre nas instituições da sociedade civil, similar ao que é praticado na maioria dos estados com democracias liberais da atualidade, em muitos casos não permite que os indivíduos manifestem suas vontades e objetivos, pois dispõe apenas do voto como mecanismo para decisão dos destinos de suas vidas, sendo que em muitos casos, essas pautas que afetam diretamente a sua vida no grupo foram construídas com baixo índice consensual. A decisão ocorre a partir dos conflitos que devem ser satisfeitos pela regra da maioria. A democracia do voto unitário, com efeito, pode ensejar uma desilusão com a vida associativa/cooperativa, por não permitir maiores ou mais amplas formas de participação na maior instância decisória, que é a assembleia geral.

Esse modelo de gestão convencional que vem sendo praticado tanto nas cooperativas por determinação legal, bem como nas sociedades associativas, por questão de organização dos instrumentos de convenção coletiva similares os organismos cooperativos, de acordo com Dias (2018) limitado aos fundamentos da democracia representativa, têm se mostrado ineficientes para promover a participação efetiva dos sócios. De acordo com a autora que tem diversas pesquisas empíricas sobre as cooperativas da agricultura familiar na Amazônia, esse modelo onde as decisões do corpo diretivo afetam a vida dos comunitários, a limitação do voto desses

membros não é capaz de satisfazer todos seus anseios e tem limitado a continuidade, prosperidade e ampliação das unidades cooperativas da agricultura familiar. (DIAS, 2018)

No caso das associações, existe previsão legal no Código Civil Brasileiro para que haja um órgão máximo em termos de instância decisória que é a assembleia geral. Além disso assembleia geral constitui também um órgão interno e um espaço para debates. Esse organismo interno das associações constitui a principal arena formal onde podem ser decididas as matérias mais complexas que permeiam o debate político e administrativo da comunidade. O estatuto da associação que é uma espécie de constituição da instituição é o documento que oferece os contornos políticos, jurídicos econômicos e administrativos. Essa norma interna informa alguns pontos relevantes para a vida comunitária, como a destituição dos administradores, os critérios eleitorais para os gestores, e os assuntos relacionados à alteração do estatuto associativo que somente pode ocorrer se for convocada assembleia específica para essa finalidade, destacando que deverá haver quórum mínimo estabelecido pelo próprio estatuto original para que estas demandas possam ocorrer. O que se observa dos estatutos das associações é que são acrescentadas regras de convivência e instituição de outros organismos internos por meio de agregação de novas normas.

No caso das cooperativas, o sistema de governança, a regras de convivência, os processos políticos eleitorais e os demais mecanismos de funcionamento são detalhados com mais profundidade. Por se tratar de uma instituição cujo objetivo contempla em sua essência um caráter econômico, apesar não haver possibilidade de lucro, o fator preponderante como elemento agregador é uma causa que reivindica uma pauta econômica, ou seja, para prestar serviços aos membros, nessas condições, o cenário cooperativo é propício à disputa por interesses, o que torna a cooperativa suscetível a veladas posições de confronto, e por isso o estado procura regular com mais intensidade por meio de lei.

Em matéria de gestão, a lei das cooperativas informa que devem ser administradas por diretorias ou conselhos administrativos, ou ainda por outros órgãos administrativos criados pelo estatuto, compostos exclusivamente por membros cooperativados. A lei estabelece ainda a criação de um conselho fiscal, também composto por indivíduos cooperativados, cuja incumbência é a fiscalização dos atos dos órgãos administrativos. São estabelecidos prazos de mandatos não superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de pelo menos um terço dos membros do conselho de administração. Os órgãos de administração da cooperativa podem contratar funcionários para a alta administração tais como gerentes e técnicos comerciais, que não pertençam ao quadro de cooperativados.

Em matéria instâncias decisórias, a lei informa que a sociedade cooperativa se constitui por deliberação da Assembleia Geral. Esta assembleia além de representar a instância decisória máxima, representa também o órgão interno que se localizada no topo da gestão, subordinando todos os demais órgãos e conselhos inferiores. O ato constitutivo inicial e o estatuto da sociedade cooperativa devem ser criados por meio da assembleia geral. A assembleia geral nas cooperativas constitui o único espaço comunicativo formal em que os membros podem participar das decisões, mediante discussão e voto. (Figura 02)

Já em matéria de espaços de participação, a lei das cooperativas não insere no seio social oportunidades mais amplas de constituição desses espaços. Os momentos que são oportunizados aos cooperativados o poder de ouvir, pensar, falar, são restritos. Determina a lei que as deliberações nas assembleias gerais são tomadas por maioria dos votos daqueles cooperativados presentes com direito de votar. Inclusive, a norma determina também que cada associado presente não terá direito a mais de um voto, independentemente do valor e da quantidade de quotas que possua no capital social da cooperativa.

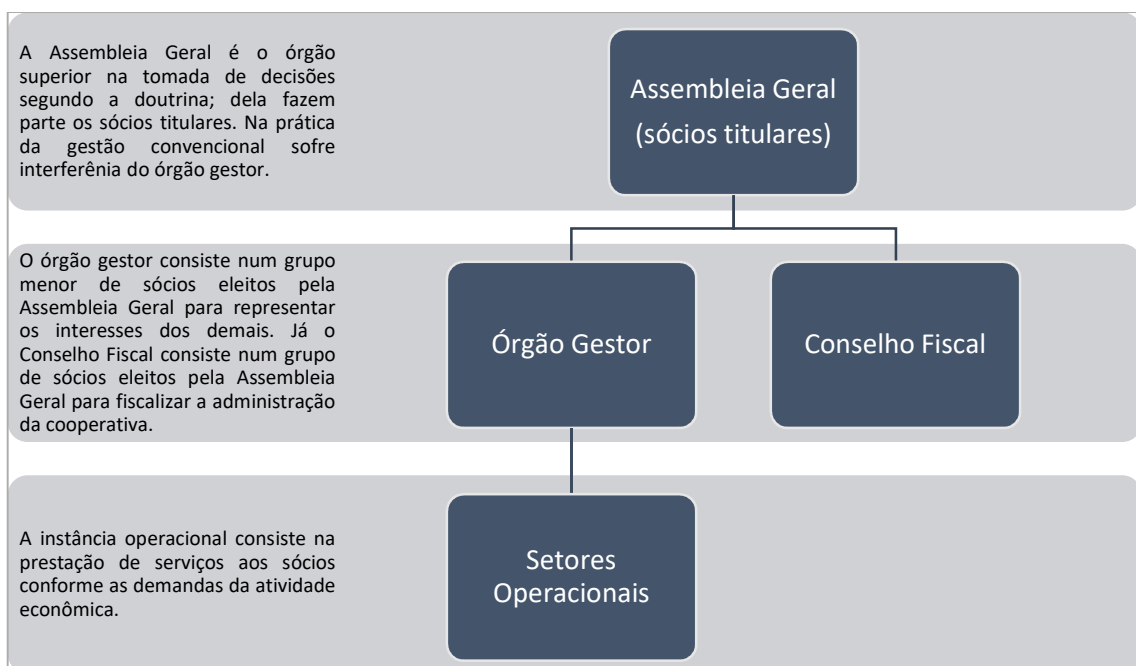
As estruturas formais de governança das associações e das cooperativas seguem a um padrão similar, contendo órgãos e instâncias internas que praticam atos específicos. O modelo formal de governança segue um padrão estético que propicia a formação de grupos e o isolamento do corpo diretivo da base associativa. Como se viu anteriormente, é importante a constatação que o modelo cooperativo de gestão previsto em lei foi amplamente copiado para as estruturas associativas como forma referencial de organizar essas entidades para as quais o arcabouço constitucional e legal permitiu maior flexibilidade de definição da estruturação dos poderes internos.

O fato é que estando as associações e cooperativas estatutariamente organizadas pelos mesmos princípios hierárquicos, devemos entender como se correlacionam internamente esse aparato institucional, para tanto nos servimos de um modelo cooperativo. Como se observa na **figura 02**, no topo da hierarquia está a assembleia geral, a qual constitui a instância máxima no processo decisório e é composta pela representação individual de todos os sócios. Cada sócio pode votar e ser votado nesse fórum, é um sistema eleitoral sem representante pois, em tese, cada associado pode exercer diretamente o poder mediante formulação de pautas, discussão e aprovação do estatuto, de regras de convivência, de regras eleitorais, de regras de gestão da sociedade, esse ambiente promove a democracia direta sem a necessidade de representantes.

Apesar da assembleia geral ser uma instância onde a totalidade dos membros são convidados a participar de forma direta as decisões são feitas por consensos, mas limitada a regra da maioria, assim como na modelo democracia representativa. As evidências demonstram

não haver uma efetiva democracia participativa nesse modelo hierarquizado. Como informado por Dias (2018) em suas pesquisas, apesar de a assembleia geral constituir-se no órgão superior na tomada decisões, na realidade essa instância sofre interferência do órgão gestor (conselho administrativo ou diretoria). Esses órgãos podem interferir na condução das decisões da assembleia geral uma vez que na maior parte dos casos são eles que definem as pautas e as oportunidades de novas pautas são limitadas. As quantidades de reuniões em assembleias são mínimas obrigatórias durante o ano, as oportunidades de usar a palavra são poucas, não há estímulo a participação e a formação de opiniões, quando excepcionalmente há reuniões com muitos participantes, é inviabilizada a discussão e aprimoramento por meio do intercâmbio de ideias e opiniões. Todos esses elementos restringem a participação do membro associado apenas à oportunidade de apresentar um voto, caracterizando um modelo de democracia superficial.

Figura 2 - Estrutura tradicional de gestão cooperativa hierarquizada



Fonte: Dias, 2018, p 115

É uma estrutura verticalizada onde o órgão gestor e as lideranças que ocupam esse posto tendem a perpetuar o poder. Influenciando as pautas da assembleia geral, restringindo os assuntos que constituirão as pautas das assembleias, cerceando a participação pela discussão e aprovação em processos simplificados, desencorajando a participação mais ampla dos associados ou cooperativados com a marcação de assembleias em datas e horários

inapropriados, enfim, praticando todo tipo de interferência no processo decisório. E o mais grave, utilizando a assembleia para delegação de mais poderes para o órgão gestor, inclusive usurpando parcelas do poder dos associados de assuntos importantes que em regra estaria restrito às competências das assembleias gerais.

As normas construídas para dar um contorno a atividade cooperativa no Brasil como se viu adiante ainda que tenha uma pretensão democrática, não consegue por si própria assegurar uma estrutura de governança que possibilite o exercício de uma efetiva democracia participativa. Apesar de os sócios titulares estarem em uma posição hierarquicamente superior, as nuances do processo decisório propiciam uma situação em que os órgãos subalternos de segundo nível, exerçam efetivamente o poder mediante manipulação. Em pesquisas realizadas por Dias (2018) a partir da análise dos estatutos dessas entidades, evidenciou-se que existe uma “ingenuidade da parte dos sócios no que se refere a outorga de poder aos gestores que passam a exercer unilateralmente a governança sobre a organização” (DIAS, 2018, p. 113)

Ainda de acordo com autora, foi evidenciado que as cooperativas contêm sempre um núcleo gerencial que pratica todos os atos da governança, inclusive assumindo as responsabilidades pelo êxito ou fracasso da cooperativa, esses núcleos são o conselho de administração ou a diretoria. Foi constatado por Dias (Id., p. 113) que o corpo diretivo se auto-atribui direitos decisórios, que estão intimamente ligados ao interesse e a vida dos cooperados, por exemplo: “decidir sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social”, “estabelecer normas para funcionamento da cooperativa”, “impor sanções”, “contrair obrigações”, “elaborar plano anual de atividades”. Pelo que se observa há uma espécie de usurpação de temas que deveriam ser decididos em espaço público. Esses elementos indicam efetivamente um sistema de gestão hierarquizado, característico de um modelo empresarial para as entidades cuja essência se pressupõe em lei, elaborada por princípios democráticos.

A concentração de poder nas mãos de um conjunto pequeno de indivíduos, vez que os membros das diretorias ou conselhos administrativos podem conduzir e moldar a assembleia geral para proporcionar decisões, que inclusive os favoreçam no processo eleitoral, que propicie a permanência desses membros por longos anos em cargos-chaves de direção da entidade. Sousa Dias (2018) informa que a falta de envolvimento dos núcleos familiares nos processos decisórios é um fator de desincentivos a preparação dos jovens para as sucessões em cargos de direção. A autora informa também que os gestores se repetem nos cargos diretivos por vários mandatos, não preparam sucessores, interpretam o cargo como um misto de sacrifício e privilégio, “tem na suposta liderança um certo status político que lhes imprime uma relativa promoção pessoal” (Id., p. 115)

Para fins de comparação e melhor compreensão dos fenômenos relacionados à relação de poder que ocorrem no interior dessas entidades associativas na Amazônia, é importante observar as evidências de pesquisas empíricas realizadas anteriormente. Até o ano de 2009 existiu na cidade de Outro Preto do Oeste, cidade localizada na região central, interior do Estado de Rondônia, uma importante associação com objetivo de desenvolvimento sustentável, denominada Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste (APA/OPO). Pesquisas desenvolvidas por Kohler et al. (2011, p. 329), evidenciam que a falência daquela comunidade teve como um dos fundamentos a “ausência de atores relevantes no sistema de redes multiconectadas da região”. Para os autores esse motivo principal, aliado ao fato de moradias muito dispersas no território, do envolvimento de membros da direção com agentes políticos de correntes opostas, da ausência de quadro diretivo competente e da falta de formação de lideranças, contribuíram para o insucesso do projeto. (Id., p.330)

Em trabalho de pesquisa desenvolvido por Quoos (2010) em entrevista com os ex-associados da outrora nacionalmente conhecida Associação (APA/OPO) acerca das suas impressões sobre as causas que levaram a extinção da associação, percebe-se o detalhe de quanto pode ser difícil o processo da renovação de poder no âmbito das entidades associativas e cooperativas. Diversos são os fatores que degeneram as instituições, alguns como a limitação da quantidade de líderes, a falta de formação de novas lideranças, e a falta de participação da comunidade processo sucessório parecem ser um obstáculo intransponível. Na pesquisa empírica, Quoos (Id., p. 62) colheu-se a seguinte declaração:

“Quando era troca de diretoria [...]. Era a maior dificuldade na hora de trocar diretoria. Geralmente as pessoas que estavam lá teriam que deixar o cargo e outras pessoas assumir, aí não acontecia isso, acontecia de ficar as mesmas pessoas na diretoria, só mudava de tesoureiro pra secretário, ou às vezes nem mudava, e aí você sabe quando a pessoa fica muito tempo no cargo [...] Acaba criando vícios [...]. (M. S. A., 57 anos)”.

A comunidade em questão alcançou considerável protagonismo no sistema de produção sustentável por aproximadamente 15 anos. Mas a falta harmonização entre as práticas do corpo diretivo e os anseios de produção sustentável dos associados selaram o destino trágico para a entidade. De acordo com Quoos (Id., p. 68)) a organização de produção sustentável “padeceu em dívidas, fragilizaram-se as articulações e redes, findaram por penhorar-se em dívidas e causas trabalhistas.”

Observa-se diante das constatações empíricas supracitadas que apesar da arquitetura legal promover uma estrutura em que os sócios titulares sejam os reais detentores do poder e que possam exercer esse poder de forma direta, sem a intermediação de representantes, fatores degenerativos se apresentam na prática como elementos impeditivos à realização de uma democracia participativa no âmbito das associações e cooperativas com base apenas nos instrumentos formais constitutivos da organização e daqueles oriundos do sistema legal de normas do país.

A legislação nacional e os documentos estatutários prevêm as obrigações das renovações dos quadros políticos das associações e cooperativas. Contudo, como se observa dos casos supracitados as lideranças se perpetuam no poder apenas manejando-se nos cargos diretivos. Nesse caso, as entidades passam a constituir meros empreendimentos empresariais onde o corpo diretivo torna-se patrão e os cooperativados tornam-se trabalhadores. Se existe êxito econômico e os cooperativados auferem parte desse êxito tendem a se acomodar e acreditar que o patrão deve continuar porque é o melhor líder no negócio, nesse caso a cooperativa se transforma em empresa. Sob outro ângulo, a não há êxito econômico desse estabelecimento empresarial travestido de cooperativa, o fracasso é o destino comum da entidade, pois dificilmente quem ocupa a função da diretoria abre espaço para discussão democrática.

A concentração de poder que se manifesta na gestão exercida de forma centralizada, a falta de renovação dos quadros diretivos perpetuando os gestores dessas entidades torna essas organizações inertes aos processos de mudança e incapaz de renovação dos métodos de trabalho. O distanciamento dos ideais da comunidade das ações do corpo diretivo que cada vez mais se distância enfraquece o corpo associativo destinando as entidades para o inevitável processo de falência ou fracasso.

Dias (2018) evidenciou em suas pesquisas nas cooperativas da agricultura familiar que não existe preparo sistematizado das lideranças e esse é um fator que sugere a resistência do corpo diretivo a novas formas de tomada de decisão. Diz que o corpo diretivo é resistente ao processo de formação de novas lideranças pois se sente ameaçado no processo sucessório. O ambiente caracterizado pela falta de participação inibe que os mais jovens se integrem ao corpo diretivo, e nesse caso “contribuindo para a perpetuação de indivíduos nos cargos e prolongando ainda mais o uso de métodos inadequados para a gestão dessas organizações” (DIAS, 2018, p. 69)

3.4 Instâncias deliberativas e de gestão na comunidade RECA

A estrutura organizacional da comunidade Reca (Figura 04) se apresenta inovadora em face de outras comunidades associativas tradicionais. Como estabelecido na legislação, o órgão e instância máxima de deliberação é assembleia geral onde participam todos os associados. Os órgãos diretivos e administrativos também fazem parte da estrutura organizacional, contudo a inovação da comunidade Reca consiste na relevância dos grupos representativos das bases e seu nível de participação nos processos decisórios.

Como funcionam no mesmo espaço duas instituições, alguns organismos internos da cooperativa têm que existir por força de lei. A assembleia geral é órgão comum tanto para cooperativas como para associações. A cooperativa deve conter obrigatoriamente o conselho fiscal e órgão diretivo (diretoria ou conselho administrativo), no caso do Reca o Coordenador Presidente exerce a função diretiva, seguido imediatamente de um coordenador vice-presidente. Já o estabelecimento associativo não tem uma exigência de estrutura obrigatória por lei, para efeitos práticos de melhor gestão é necessário a existência de um conselho fiscal e de um corpo gerencial, que no caso do Reca, é representado pelo Coordenador Presidente e vice, Conselho Fiscal e equipe de execução, esses três órgãos funcionando no mesmo nível hierárquico, subordinados a assembleia geral, mas recebendo forte influência de baixo para cima oriunda dos coordenadores e lideranças dos grupos.

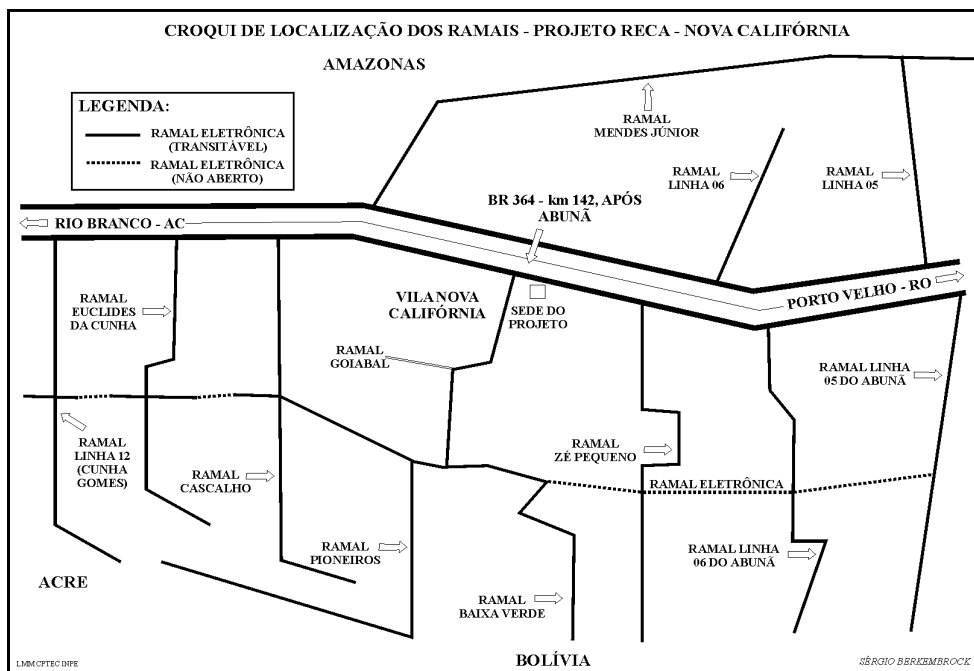
Em termos de organização formal, a estrutura da comunidade Reca contém uma inovação significativa no sentido de permitir que o cargo diretivo mais elevado qual seja o cargo de coordenador presidente seja permanentemente assessorado por uma espécie de “colégio” de coordenadores que representam cada um dos dez grupos que compõem a comunidade Reca. O que ocorre na realidade da entidade é que as ações do coordenador presidente têm a orientação da comunidade por meio de cada coordenador que são consultados nas tomadas de decisões mais relevantes. Cada coordenador tem comunicação direta com os grupos de associados, e ao mesmo tempo, tem contato direto com o coordenador presidente e vice-presidente, influenciando as suas decisões.

Portanto, duas particularidades são constatáveis na gestão formal da comunidade Reca: a primeira é que os grupos constituem a célula fundamental da comunidade, e a segunda reside no fato de que os coordenadores captam os interesses das bases e fazem a comunicação direta com a direção.

A comunidade Reca é integrada por 11 (onze) grupos que estão localizados nas linhas e ramais conforme **figura 03**. Os grupos atualmente são os seguintes: Linha 12; Cascalho;

Pioneiros I, Pioneiros II; Pioneiros III; Baixa Verde; BR; Linha 06; Linha 05; Mendes Jr; e, Eletrônica. Os grupos podem agregar novos membros do Reça e podem perder membros, quanto permanecem apenas 07 (sete) associados em um grupo, esse deve ser desfeito e agregado a outro grupo. Por outro lado, quando o grupo contar com mais de 25 (vinte e cinco) associados poderá se desmembrar em dois grupos, observando que o ato de desmembramento dever ser manifestado sempre na assembleia geral do segundo semestre.

Figura 3 - Croqui de localização dos Ramais do Projeto Reça



Fonte: LMM/CEPTEC/INPE (Sérgio Berkembrocke). Arquivo Reça.

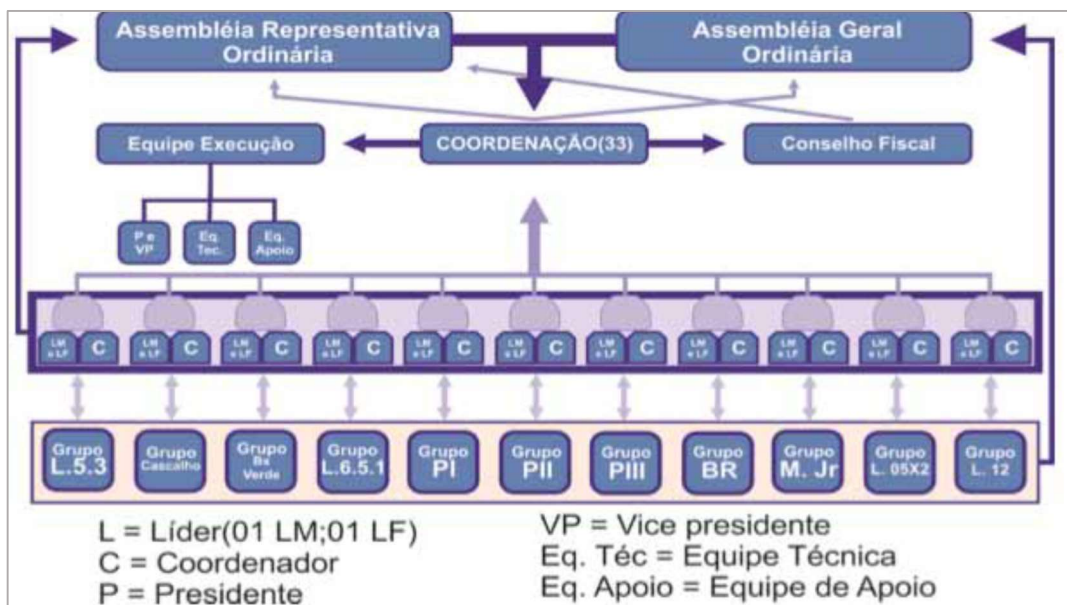
Cada grupo é constituído por um Coordenador e dois líderes, sendo um líder do sexo masculino e uma líder do sexo feminino. Enquanto o coordenador representa o grupo na função de direção do empreendimento, os líderes de grupo são responsáveis por organizarem as atividades sociais da comunidade de cada localidade visando manter a integração do grupo. Os líderes desenvolvem atividades integrativas (tais como esporte, cultura, lazer, etc.) e ações solidárias e outras ações que visam manter a integração e harmonia do grupo.

Uma peculiaridade importante na integração da comunidade é observar a participação dos gêneros. Devido ao baixo interesse das mulheres em participar das reuniões, visto que sempre foram os homens que mais participaram enquanto as mulheres permaneciam em casa, começou-se a observar a diminuição do envolvimento das famílias e dos mais jovens. Assim foi inserido a exigência de haver dois coordenadores de grupo um de cada sexo. Diante disso, houve uma maior atuação das mulheres, então criou-se o papel da representante mulher, que

une, incentiva as mulheres a participarem das reuniões, além de organizarem cursos e atividades mais voltados aos interesses femininos, como: artesanato, culinária, reaproveitamento de alimentos, doces, por exemplo. A partir da participação das mulheres também houve um maior envolvimento familiar, uma das questões que sempre preocupam a organização. (SILVA SATO, 2013)

Quanto ao sistema organizacional da comunidade Reça, seus órgãos e suas instâncias e como funcionam os fluxos e relações internas, Silva Sato (2013, p. 141) elaborou, a partir das informações produzidas pela própria comunidade⁵ um mapeamento das relações internas, as quais estão expressas na figura 04 abaixo. Nesse organograma é possível observar que existem duas assembleias gerais anuais, sendo uma representativa onde participam apenas os coordenadores e líderes e outra assembleia ordinária em que participam todos os associados. Essa estrutura está prevista no estatuto da organização.

Figura 4 - Estrutura Organizacional do Projeto Reça



FONTE: Silva Sato, 2013

Contudo como pôde ser verificado nas pesquisas in loco que na assembleia representativa ordinária não participam apenas as lideranças, participam também todos os associados.⁶ Nesse sentido reconstruímos a estrutura organizacional do Reça levando em conta

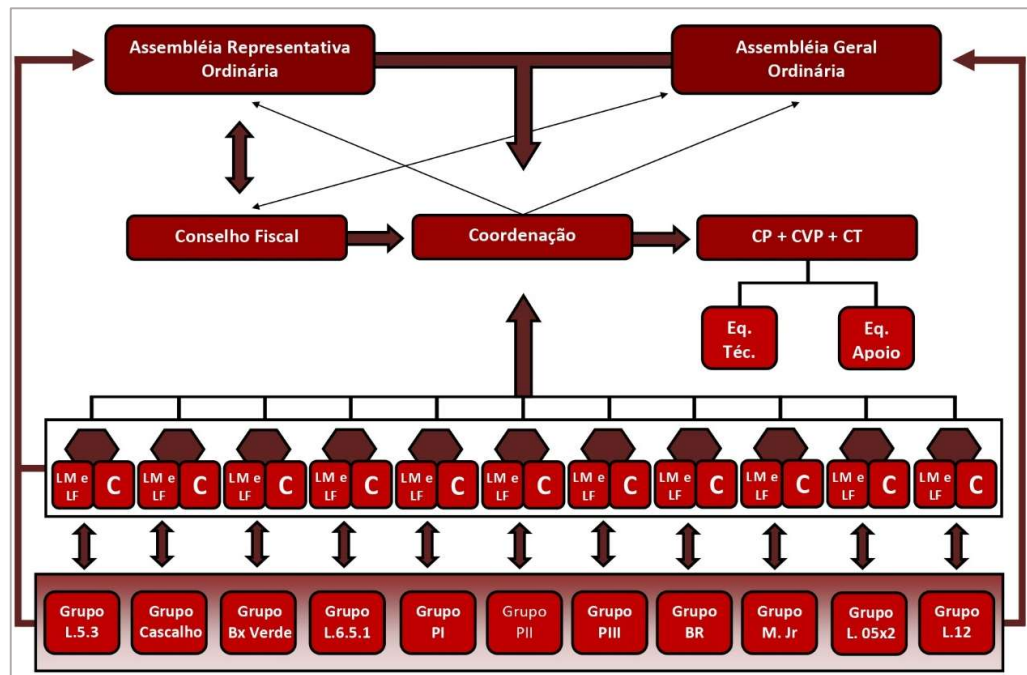
⁵ RECA. Nosso jeito de caminhar. 2003 p. 42 (livro relatório produzido pela comunidade Reça onde seus membros contam sua própria história.

⁶ Essa evidência é comprovada verificando atas de realização a assembleia geral de 16/03/2018. Anexos 03 e 04, bem como a pauta da assembleia geral, e as fotografias 02 a 14 anexo. Mesmo tratando-se de assembleia representativa todos os associados são convidados a participar.

as efetivas relações de poder político existentes na Comunidade, conforme se observa na Figura 05.

Constatamos também que o conselho fiscal não recebe orientação ou fluxo de informações da coordenação, mas pelo contrário, o conselho fiscal se mostra independente e emana ordens para a coordenação, ao tempo em que exerce influência nas duas assembleias gerais e recebe encargos dessas assembleias, e não somente na assembleia representativa. Portanto, à luz das evidências obtidas nas pesquisas in loco, elaboramos novo esquema organizacional da comunidade Reca, o qual apresenta os fluxos formais de relação interna de poder da comunidade. (Figura 05)

Figura 5 - Organograma do Sistema Participativo Formal na Comunidade Reca



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Silva Sato, 2013; RECA, 2003.

Legendas:

LM; LF (Líder masculino, Feminino)

C (coordenador de Grupo)

CT (coordenador Tesoureiro)

CP (coordenador Presidente)

CVP (coordenador Vice-presidente)

O organograma definindo na **Figura 05** acima indica as relações de poder formal no sistema de gestão da comunidade Reca. Os grupos que integram a comunidade estão no centro do poder pois emanam orientações e decisões para a assembleia geral. Na assembleia representativa as relações são intermediadas pela coordenação do grupo, enquanto na

assembleia ordinária os integrantes participam diretamente. Os grupos demandam necessidade também para a equipes de lideranças dos grupos, ao tempo em que essas lideranças também conduzem as ações individuais dos integrantes dos grupos. A coordenação e o “colégio de coordenadores” interferem diretamente na ação do coordenador presidente, vice e tesoureiro, ao tempo em que estes apenas determinam as ações da equipe técnica e da equipe de apoio às quais são responsáveis pela administração diária da comunidade.

A coordenação recebe diretamente ordens de ação das assembleias gerais, ao tempo em que catalisam as demandas dos grupos. A coordenação decide todos os assuntos de gestão recebidas das assembleias de dos grupos, e orienta a ação do coordenador presidente, vice e tesoureiro.

3.5 Duas entidades operando no mesmo espaço institucional

A comunidade objeto deste estudo contempla uma instituição híbrida composta por uma associação e uma cooperativa que compartilham o mesmo espaço e território e funcionam de forma interligada. A Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento Consorciado e Adensado iniciou suas atividades no ano de 1989 como um organismo associativo, contudo com o advento de novas exigências da legislação⁷, a partir de 2006, foi criada no mesmo espaço e território a Cooperativa Agroflorestal do Projeto Reça – Cooper Reça. A partir de então essas duas organizações passam a funcionar de forma germinadas – Associação e Cooperativa -, constituindo um novo modelo organizacional. (SILVA SATO, 2013)

O funcionamento no mesmo espaço físico das duas entidades tem sede no mesmo local e não é percebida pelos membros da comunidade como uma situação que obstaculiza a convivência social, pelo contrário, desde o ano de 2007, o modelo híbrido vem sendo aplicado sem a observância de conflitos. As pesquisas desenvolvidas *in loco* por meio de observação e entrevistas não estruturadas com os membros da comunidade, eles indicaram que para a maioria deles, a existência de dois organismos tem apenas a função de cumprir a legislação, sendo

⁷ A partir do ano de 2002, por meio do novo código civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, foi estabelecido no art. 53 que as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Desse modo a comunidade Reça começou a enfrentar problemas nos contratos para comercialização de seus produtos. Assim foi necessário criar a cooperativa para atuar como ente econômico da associação.

confirmado sócios que a cooperativa é relativa aos negócios da agroindústria e da parte comercial, enquanto a associação está relacionada a integração social da comunidade.

A comunidade conta na atualidade com aproximadamente 270 associados, desse total, 160 pessoas são cooperativadas. Muitos associados incluem o casal, enquanto na cooperativa, apenas o marido ou a mulher está filiado a cooperativa. Para que seja cooperado obrigatoriamente tem que ser associado, nesse sentido, ser cooperativado é uma consequência da associação. Importante ressaltar que é no âmbito da associação onde o trabalhador, após passar pelo período da “caminhada”, se ambienta ao processo cultural e à maneira de viver participativa do Reca, entendendo que a participação antes de ter um caráter voluntário, constitui uma obrigação para a vida comunitária.

Quanto ao aspecto de cumprimento das disposições legalmente impostas no campo da legislação, as duas instituições têm obrigações simultâneas. Nesse sentido, pôde ser observado na pesquisa que as assembleias da associação e da cooperativa ocorrem de forma simultânea, nos mesmos dias, horas, e locais e as pautas cuidam de incluir as matérias obrigatórias para o caso das cooperativas, inclusive são geradas duas atas de assembleia, uma para cada entidade (anexos 3 e 4). As convocações para as assembleias gerais publicadas com a antecedência legal, anunciam que se trata de uma reunião com objetivo de atender a associação e a cooperativa.

No aspecto econômico a existência de duas organizações exige o estabelecimento de duplas relações contratuais com as quais os membros têm que lidar. Os associados entregam sua produção por meio de contrato (documento de recibo) para a cooperativa. A cooperativa faz o processamento agroindustrial e a comercialização dos produtos prontos. Após a realização da receita e deduzidos os custos de operação a cooperativa repassa a receita líquida para a associação (recibo de transferência) e esse valor resultante remunera os associados por meio dos membros que chamam de “reajuste” que constitui o proporcional à produção que fora entregue pelo produtor no início do processo. Observou-se que existem regras para antecipação de parte do pagamento do “reajuste” para o momento da entrega da produção na cooperativa.

Algumas pesquisas sugerem investigar se a existência das duas instituições no mesmo espaço (Associação + Cooperativa) indicam “pelos mecanismos utilizados, não é um novo modelo de negócio social” (Silva Sato, 2013, p. 278). A evidência de um maior protagonismo da cooperativa sugeriria indicar que a Reca caminha no sentido de um empreendimento alinhado a mecanismos econômicos de mercado, ou seja, para uma tipicidade empresarial privada. Contudo, como defendido por Justen et al. (2015, p. 122), desde a concepção da associação “ela existe como um mecanismo que coordena atividades de cunho mais social na execução de trabalhos coletivos e estratégias para o engajamento dos produtores”, enquanto a

cooperativa, constitui “mecanismo formal responsável pelas estratégias comerciais” (Id., p. 122). Portanto, a questão quanto a característica do modelo da comunidade Reça não pode ser respondida apenas do ponto de vista da observância das funções exercidas pela associação e pela cooperativa.

Em nossa análise, em face da observação e da opinião dos agentes nesta e noutras pesquisas precedentes, bem como análise das relações econômicas e jurídicas internas, das evidências obtidas nos documentos formais da associação e da cooperativa, bem ainda das organizações e conduções dos processos de reuniões e assembleias gerais, concluímos que as duas entidades se fundem apenas em uma na orientação de vida da comunidade. A existência jurídica de dois organismos, ao ver dos membros da comunidade, tem um intuito de resolver uma questão no plano legal e econômico nas relações comerciais. Apesar de haver alguns membros das lideranças que pretendem a extinção de uma das entidades em favor da manutenção da cooperativa afim de evitar pequenos imbróglis administrativos, essa ideia não vai adiante, pois, a maioria dos membros tem orgulho da associação e sua história, e olham a cooperativa apenas como um instrumento para lidar regularizar as questões comerciais.

4. AS DINÂMICAS DAS RELAÇÕES DA COMUNIDADE RECA NA CONSTRUÇÃO DA SUA CAMINHADA

4.1. Identificando o objeto: fenômeno, espaço, tempo e relações externas

A associação dos pequenos agrosilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado, conhecido como “Projeto RECA” tem suas peculiaridades reconhecidas e desperta interesses múltiplos não somente pela sua capacidade organizativa e vivência em prol da qualidade de vida igualitária de seus membros, mas também porque tem como meta a produção de bens econômicos e exploração do meio ambiente associada à preservação e conservação do meio ambiente natural. O sistema produtivo do Reca é um pequeno recorte que representa o maior desafio para o estabelecimento do modelo de desenvolvimento amazônico: ocupação do espaço territorial proporcionando qualidade de vida dos habitantes associado ao uso racional dos recursos naturais desse ambiente. Esse modo de vida encontra resistência no modelo econômico atual baseado no consumo desenfreado dos recursos naturais e na ocupação de espaços removendo a vegetação natural sem a mensuração das consequências para as gerações futuras, e o equilíbrio climatológico do planeta. De acordo com as evidências de Cantagalo (2016), o Estado, cooptado pelo poder econômico, propaga um modelo econômico unicamente centrado no crescimento, acelerando a expansão das formas exploradoras de economia, como os latifúndios, e diminuindo as possibilidades de uma produção sustentável.

A Comunidade Reca, que é objeto central desta pesquisa, é constituída por uma comunidade de pessoas que vivem em uma área rural próxima a Nova Califórnia, um dos três distritos da região conhecida com ponta do Abunã, integrantes do Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. A sede do projeto se distancia da capital do Estado por aproximadamente 360 quilômetros, e da capital do Estado do Acre, Rio Branco, por 156 quilômetros (figura 01). Trata-se de uma comunidade muito pesquisada e premiada, nacional e internacionalmente, tendo iniciado suas atividades no ano de 1989 na forma de uma associação de moradores, na região de um antigo seringal da região que fora desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para fins de “reforma agrária”.

A comunidade Reca, que está completando trinta anos de fundação, vem demonstrando resiliência em face do modelo dominante, é uma comunidade híbrida, integrada por imigrantes oriundos do Sul do Brasil e extrativistas que já ocupavam a região oriundos da região nordeste do país. Hoje em dia agregam-se à comunidade pessoas de diversas regiões,

inclusive os descendentes dos pioneiros em sua terceira geração nascidos na região. No início eles se uniram em busca de melhores condições de vida, prejudicados em face de uma política pública mal executada de assentamento e ocupação da Amazônia. A política pública de apoio de bens e serviços públicos foi descontinuada ainda na fase inicial, como ocorrera noutros inúmeros projetos de assentamento na região, todavia, o que se observa no Reça, é que ainda que se tenha sofrido de males semelhantes a outros assentamentos, e ainda problemas restritivos mais fortes como adiante se verá, eles se mantêm firmes ainda na atualidade, com membros unidos por laços de amizade e colaboração, interdependência, proporcionando a seus membros trabalhadores renda e qualidade de vida.

Nas conclusões sobre a formação da comunidade Reça Ângelo (2014, p. 40) informa que “a força social se mostrou realmente um fator transformador da realidade dada, algo impensado teoricamente, esculpido no dia a dia de resistência e luta e, fundamentalmente, da unidade composta pelos sulistas e ex-seringueiros, com ajuda da CPT e CEBs.”

Na grande maioria dos assentamentos promovidos na região de Rondônia, o reconhecido abandono do poder público após a demarcação e entrega dos lotes, ocasionou reconcentração de terras na mão de poucos empresários rurais, que adquiriram os terrenos daqueles que desistiram e voltaram aos às suas regiões de origem e outros que abandonaram as terras e/ou venderam a preços baixos e mudaram-se para os núcleos urbanos. No caso dos imigrantes da região de Nova Califórnia problemas semelhantes ocorreram, agravados pelo esgotamento do solo para as culturas tradicionais denominadas lavouras brancas, quais sejam, café, arroz, feijão, milho, com as quais o imigrante estava acostumado a trabalhar. E o mais grave, instalou-se um conflito político de demarcação territorial entre os Estados de Rondônia e Acre, somente resolvido judicialmente pelo órgão Judiciário Federal em 1996, sendo que nesse período, em face da indefinição, a região do projeto ficou completamente abandonada pelo poder estatal.

A capacidade organizativa dos membros liderados pelos sulistas, propiciou a criação de pequenas associações de vizinhos, duas associações existiam na região: a do Ramal Pioneiros, tendo como presidente inicial o Produtor Sergio Lopes, e a Associação da Linha 5 com o produtor Marcilio Sordi (RECA, 2003). Mais uma associação foi criada, a da Baixa Verde, que por meio de práticas econômicas solidárias e atividades esportivas e religiosas em conjunto, se integrou às demais. A solidariedade entre os membros foi um fato marcante na união desses trabalhadores. (fotografias 16-18). De acordo com Silva Sato (2013, p. 201) “por meio de reuniões mensais, realizadas nas casas, pois ainda não havia sede, os líderes e coordenadores

organizavam mutirões cujo objetivo era a colaboração na mutua para implantação e preparação de áreas de cultivo.”

A comunidade em seus ideais definidos em Estatuto social, o qual determina os seguintes objetivos:

- a) Fixação das famílias no campo por meio de ajuda mútua;
 - b) Organização das famílias de pequenos agrossilvicultores em grupos para estudos, trabalhos, ajuda mútua e convivência fraterna;
 - c) Representação judicial e administrativa de seus Associados;
 - d) Implantação de um sistema de saúde popular alternativa;
 - e) Implantação de um sistema educacional adaptado a realidade rural;
 - f) Capacitação dos Associados para gerir e administrar os seus negócios e os da Associação:
 - g) Venda em comum da produção agrossilvicultural e extrativista nos mercados locais, nacionais e internacionais;
 - h) Busca de alternativas para ajudar na conservação e preservação do meio ambiente e sua biodiversidade;
 - i) Classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização e registro das marcas de seus produtos;
 - j) Promoção de atividades artísticas, educacionais, científicas, esportivas, de informação, formação e instalação e gerenciamento de rádio difusão comunitária.
- (Estatuto, art. 2º).

Mais modernamente a comunidade sintetiza seus objetivos quando estabelece em seu planejamento estratégico recente a missão e a síntese dos valores da comunidade, observa-se que a sustentabilidade ambiental é um elemento reforçado na maneira de vida do Reça:

“Ser uma organização social, produtiva e de base familiar comunitária, com seu jeito de caminhar solidário que promove a sustentabilidade e o bem viver da família, respeitando a sociobiodiversidade, ofertando produtos e serviços da Amazônia e contribuindo para uma sociedade mais justa. Valores: Solidariedade. Integridade do RECA e seus membros. Respeito à sociobiodiversidade. (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

A comunidade teve grande dificuldade no início de suas atividades para captar recursos para desenvolver seus sonhos de produção sustentável. De acordo com os relatos dos pioneiros,

as ideias eram boas, mas as qualidades requeridas de um projeto que apresentasse a algumas instituições exigiram, para convencimento, maior qualidade técnica. De acordo com Cantagalo (2016) foi com a ajuda do bispo Dom Moacyr da diocese de Rio Branco que o projeto conseguiu dar um salto. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Estatísticas Religiosas de Investigações Sociais (CERIS) ajudaram a melhorar tecnicamente o projeto, e conseguiram então um financiamento, que mais que o valor financeiro, teve um valor simbólico. Desta união nasceu o Projeto RECA.

De acordo com Forero (2017) as dificuldades iniciais do projeto de assentamento e o abandono por parte do Estado antes de se revelar uma franqueza, constituiu os elementos que formaram a convicção para a necessidade de transformação da realidade dada:

“Outro elemento importante no sucesso do Projeto é a necessidade de superar os obstáculos inerentes a um grupo de produtores rurais familiares, segmento de trabalhadores, antes desprezado no interior do modo capitalista de produção. Dentre os obstáculos mencionados, estão: a condição de serem pobres, originalmente desorganizados, abandonados numa selva afastada, “esquecidos pelo Estado” e de se encontrarem fisicamente longe do circuito econômico nacional dominante. Também contribuiu o fato de tratar-se de famílias em busca da construção de um futuro, que oferecesse um promissor projeto de vida para seus filhos e descendentes.” (FORERO, 2017, p. 142)

O sistema de produção por meio de SAF's (sistema agroflorestal)⁸ é um dos fatores que projetaram a comunidade Reca no cenário nacional e internacional, e os colocou como protagonistas de um modelo de produção ambientalmente sustentável apropriado para as comunidades da Amazônia. O Sistema de produção agroflorestal consiste na produção conjunta de espécies nativas de valor econômico, mais adequadas ao uso e proteção do solo, favorecendo inclusive a produção de outras culturas, por meio do sombreamento e da regeneração constante e natural do solo. De acordo com as conclusões de Silva Sato (2013, p. 143) o modelo produtivo que forma o sentimento da comunidade Reca “privilegia a conservação da floresta com modelo

⁸ Os SAF's são formas alternativas de uso da terra que contribuem para a redução das pressões sobre o ambiente natural, em comparação às práticas agropecuárias usualmente praticados na Amazônia, como a agricultura intensiva (monocultivos que exigem a aplicação de produtos químicos) e a pecuária extensiva, com a formação de pastos oriundos da destruição de grandes extensões de floresta nativa. Uma das maiores vantagens dos SAF's é sua capacidade de manter bons níveis de produção a longo prazo e de melhorar a produtividade de forma sustentável, configurando-se numa atividade produtiva de base sustentável. A Amazônia não tem um ambiente apropriado para culturas anuais ou pasto, dada a sua baixa quantidade de biomassa por unidade de superfície. Com estas características, os sistemas agroflorestais constituem uma das poucas opções para o uso da terra mais sustentável na Amazônia. (DUBOIS 1996, apud CARVALHO, 2008, p. 31)

de gestão participativa, funcionando de forma integrada onde há uma relação de interdependência entre os produtores e o Reca, e entre o Reca e os produtores”.

Os Associados do projeto Reca decidem o que vão plantar e cultivar por meio do diálogo com os vizinhos, e de acordo com as orientações e respostas do mercado à demanda por determinados produtos. A produção é contada, entregue e processada na sede do projeto onde estão localizados os edifícios da administração central e os prédios das agroindústrias de processamento, armazenamento e preparo dos produtos para comercialização. (fotografia 01). Os trabalhadores e seu método de organização da gestão permitem que toda sua produção seja beneficiada dentro do projeto, o que possibilita agregar maior valor comercial a seus produtos e constituir maior renda final.

Para se tornar membro do Reca não basta residir na região, ou ser indicado por alguém, ou requerer da associação o status, ou apresentar documentos, é necessário requerer a condição e fazer a “caminhada”. A “caminhada” é uma maneira original e única, meio pelo qual o trabalhador passa a integrar a comunidade Reca. Esse processo exige um período de adaptação e convivência com seu sistema político e de governança, o que demanda participação de uma certa quantidade de reuniões, e o cumprimento de alguns requisitos comportamentais para tornar-se associado. De acordo com o Estatuto do Reca, aspecto formal de gestão levado às últimas consequências práticas, o postulante deve participar de 06 (seis) reuniões no período de 06 (seis) meses para ser considerado “Associado Reca”.

Se nesse período semestral coincidir com a ocorrência de assembleias gerais, deve participar destas também. Somente no caso de faltas justificadas é que a ausência não impedirá o processo associativo. Como ocorrem duas assembleias gerais anuais, em pelo menos uma delas o postulante a associado deverá participar. O líder ou coordenador de grupo, ao informar sobre as atividades do grupo na assembleia geral, informa sempre se há algum postulante em processo de “caminhada”. Importante mencionar que o postulante deve fazer a comprovação por meio de documentos, fotografias, auto declarações, demonstração de conhecimentos do negócio, e outras provas testemunhais pela vizinhança, de que também que pratica, pelo menos em parte de sua propriedade, da produção sustentável por meio do sistema agroflorestal (SAF).

Trata-se de uma comunidade na qual a força das relações sociais foi capaz de criar um ambiente comunitário e de manter a comunidade unida e seus propósitos persistem ao longo do tempo. Não é raro em estudos precedentes que as comunidades sucumbam diante das dificuldades que se apresentam. Na associação Reca as forças internas foram, desde o começo, fortes e suficientes para desenvolvimento dos seus membros, e ensejou estudos já apresentados

em uma dezena de estudos antecedentes. Para Ângelo (2014, p. 31) “a força social se mostrou realmente um fator transformador da realidade dada.”

De acordo com Forero (2017), em pesquisa que aborda aspectos da estruturação institucionalista, a comunidade Reça conseguiu construir elementos que moldaram sua forma de atuação econômica e política que convergem as com as construções internas de valores voltados ao fortalecimentos dos elementos do capital social:

“A construção e adoção coletiva de valores – também entendidos como instituições na abordagem institucionalista – de diversos tipos, incorporados aos seus comportamentos, decisões e eleições econômicas, sociais e políticas, levaram o conjunto de sócios do Projeto à superação de fenômenos nefastos, que não privilegiavam os indivíduos e a sua participação. A importância da compatibilização entre produção, presente e futura, e o uso sustentável dos recursos naturais, bem como a tolerância e o acoplamento dos diversos hábitos, conhecimentos e tradições culturais dos seus membros, também são instituições muito importantes na explicação do seu sucesso.” (FORERO, 2017, p. 141)

O reconhecimento no recebimento de prêmios funciona para os membros da comunidade como um elemento propulsor que fortalece o elo da sua organização como um todo e atua positivamente no contexto de criar um ambiente de manutenção para as novas gerações. Dentre os prêmios recebidos pelo Reça destacam-se: Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM) Brasil 2007, no qual ficou em primeiro lugar na categoria organizações. “Em 2002, recebeu o prêmio Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente, na categoria Negócios Sustentáveis. Foi escolhido entre as oito melhores experiências de organização e produção do planeta, as quais foram apresentadas aos presidentes dos sete países mais ricos do mundo” (FORERO, 2017, p. 144)

Outros elementos fornecem à comunidade a força de ligação que a beneficia no campo microeconômico tornando seus produtos atrativos a uma parcela dos consumidores modernos, os quais demandam através de uma consciência ecológica, produtos com determinados certificados de origem sustentável, certificado de produção socialmente justa, ou seja, uma parcela dos consumidores prefere individualizar seu consumo adequando-o ao seu modo e pensar a vida. Nesse espaço, portanto, a comunidade Reça insere seus produtos, aproveitando-se além dos benefícios econômicos dos trabalhadores os motiva cada vez mais produzir observando princípios de sustentabilidade. De acordo com o que informa Cantagalo (2016), o Projeto RECA conquistou a Certificação Orgânica Internacional, participação na Associação

de Certificação Socioparticipativa da Amazônia e também a certificação do Instituto Biodinâmico (IBD).

É preciso investigar como se dá e como ocorrem os processos comunicativos internos. Essa variável é elemento fundamental para caracterizar o modelo de gestão do projeto Reca, as vias de diálogo, os meios da propagação da informação e os consequentes reflexos na formação de ideias e consensos. De acordo com as evidências de Cantagalo (2016), em regra, os associados demonstram bastante esforço para estarem bem informados sobre as questões da associação, demonstrando a proximidade entre a associação e os associados.

A comunidade ao longo de sua história sempre buscou apoio e diversas dimensões em parceiros externos. Especialmente para iniciar o projeto, e nos primeiros anos de sua existência a associação Reca sempre contou com apoios de outras entidades, como visto anteriormente. O relevante fato observado na análise do contexto da história da comunidade é que sempre contaram com maior ou menor apoio de instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, por meio de requerimento ou conquista via demanda da comunidade, ou de oferta ou doação promovida por esses organismos à comunidade Reca, isso porque é considerada uma comunidade exemplo em diversas dimensões. A dimensão que concerne ao sistema de produção ambientalmente sustentável sempre foi o elemento que mais destacou o projeto.

O apoio externo de cunho religioso, especialmente no início do projeto, e a integração religiosa da comunidade por meio da participação nas entidades religiosas e o aprendizado da vida em comunidade foram cruciais para o estabelecimento de uma comunidade solidária, da edificação do sistema de reuniões, encontros sociais, esportivos, e da definição do projeto de comunidade participativa por meio de um sistema organizado horizontalmente, no qual o corpo diretivo tem que estar recebendo instruções e ser sensível às demandas de quaisquer membros das bases. A participação em torno da organização rural de trabalhadores da região também contribuiu para moldar o formato de estrutura do Reca. Conforme evidências do estudo de Ângelo (2014) a força social, os laços de solidariedade característicos da comunidade, e a existência de dois líderes expressivos (padre Jean Pierre e Sergio Lopes) propiciaram a construção de laços políticos externos que ajudaram a suprir inicialmente as demandas e amenizar os sofrimentos dos trabalhadores “camponeses”:

“Foi o caso dos laços estabelecidos com: a CPT, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o sindicato dos trabalhadores rurais. Há de se ressaltar ainda que essa força social era de onde emanava a força política, ou seja, vinha da base, dos indivíduos

unidos em grupos todo o caráter político, tanto no que tangia às relações internas quanto às externas.” (Ângelo, 2014, p. 80)

A importância de evidenciar os apoios externos recebidos pela comunidade Reça reside no fato de que tais contribuições serviram para estabelecer o modo de vida, relacionamento entre os membros, os incentivos ao seu crescimento ou desincentivo à retração. Eles receberam apoios externos na forma de consultorias, como por exemplo do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre, na elaboração dos Planos Estratégicos. Receberam e recebem assessorias e orientação de órgãos técnicos produtivos como por exemplo, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Receberam e recebem apoio das secretarias de governo do Estado de Rondônia e do Acre, e da Prefeitura de Porto Velho, demonstrando que a força política da organização associativa consegue ocupar espaço nas políticas públicas do poder público. Ao tempo que seu modelo de gestão e modo de vida atrai a atenção e o apoio de parceiros privados e de outras organizações da sociedade civil.

O que a comunidade chama de “parcerias” demonstra sua capacidade de interação com o ambiente institucional no sentido de perpetuar seu modo de vida, ao tempo que por meio das assessorias e apoios institucionais e financeiros, mantém o intercâmbio de informações que lhe propicia a inserção de seus produtos no mercado, aumenta e melhora a capacidade produtiva, amplia a confiança interna entre os associados e manutenção da unidade, vez que o êxito e admiração dos “parceiros” valorizam a autoestima e a certeza de que estão em uma caminhada certa. De acordo com informações da própria comunidade:

“Temos desenvolvidos vários projetos com parcerias, como por exemplo: INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) Embrapa-AC, PESACRE (Grupo de Pesquisa e Extensão dos Sistemas Agroflorestais do Acre) MLAL da Itália, MMA, PDA, CEBEMO, CCFD (Comitê Católico Contra Fome para o Desenvolvimento no Mundo), GTZ, Amigos da Terra, Banco do Brasil, CPT e muitos outros. Recebemos também da Universidade alguns estudantes que fizeram suas teses (Richard Wallace, Débora Macgreth e Connie Campbell) Cada um em tempo diferente.” (Reça, <http://www.projettoreca.com.br/site/parcerias/> consulta em 18/11/2018)

Quadro 1 - Instituições externas que desenvolvem uma interação com o Reça

Instituição	Descrição da parceria	Dimensão do apoio
Emater-RO	Orientação e cursos de técnica de extensão rural	Econômica

INPA-Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	Pesquisa do SAF	Econômica e Ecológica
Sebrae-RO	Assessoria e Cursos	Institucional
Senar-RO	Assessoria e cursos	Institucional
SEDAM-RO	Cursos e regularização ambiental dos lotes rurais	Econômica
Recopa-RJ	Apoio na comercialização	Econômica
SOS Amazônia-AC	Educação ambiental	Política e Ecológica
ACS - Associação de Certificação Socioparticipativa do Estado do Acre	Capacitação e certificação de produtos no âmbito regional	Econômica e Ecológica
Banco do Brasil	Financiamento de crédito reembolsável e não reembolsável.	Econômica
IBD – Instituto Biodinâmico de desenvolvimento	Certificação Orgânica de produtos	Econômica
Embrapa AC/RO	Orientação e pesquisas para o desenvolvimento de culturas	Econômica e Ecológica
CEBEMO (Holanda)	Doação para implantar 400ha de sistema SAF	Econômica e Ecológica
MLAL (Itália)	Intercâmbio técnico de apoio a EFA (Escola Família Agrícola)	Educacional
CCFD (Comitê Católico Contra Fome para o Desenvolvimento no Mundo)	canalizam recursos não reembolsáveis São recursos internacionais para fomentar as atividades de produção agroflorestal e a agroindustrialização dos produtos primários dos associados.	Econômica e Ecológica
Agência de Cooperação Técnica Alemã/GTZ(atual GIZ)	Consultoria para a construção do I Plano Estratégico	Institucional
PESACRE	Consultoria para a construção do II Plano Estratégico	Institucional
Amigos da Terra	Promove interesses nas áreas de direitos humanos, cidadania e desenvolvimento, a partir da valorização do capital natural.	Política
CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa	1) Capacitação e treinamento agroflorestal 2) Pesquisa de mercado: custos, preços, concorrência e outros.	Econômica e Política

Alter-Eco (organização francesa)	Contribui com a comercialização dos produtos. Selo de comércio justo e solidário internacional (<i>Fair Trade</i>),	Econômica e Ecológica
CPT (Comissão Pastoral da Terra)	Apoio na orientação para o sistema organizacional e difusão de valores solidários	Política
MMA – Ministério do Meio Ambiente	Apoio para implantação de 100ha de SAF	Econômica e Ecológica
MMA – Ministério do Meio ambiente PDA - Projeto Demonstrativo tipo A – PPG-7 - Programa Piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil	Convênio para construção do centro de difusão de tecnologia do Reça e intercâmbio com mais de 1500 produtores	Econômica, Política e Ecológica
Unicef	Projeto Tapiri (educação ambiental)	Educacional
REBRAF - Rede Brasileira de Sistemas Agroflorestais	contribui na coordenação e articulação entre as diversas experiências com SAF's no país, onde sua maior contribuição encontra-se na pesquisa e na informação.	Ecológica
IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	executa as atividades de certificação florestal, tendo reconhecimento nacional e em alguns países da Europa	Econômica e ecológica
IDARON/RO – Agencia de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril e SFA - Superintendência Federal da Agricultura	Vigilância, defesa e educação sanitária	Econômica
ONG CONEXUS	Apoio em consultoria para desenvolvimento institucional	Política e Econômica
Petrobrás ambiental	Projeto fontes novas (recuperação ambiental)	Ecológica
Petrobras	1) Patrocínio de projeto para desenvolvimento ambiental; 2) Desenvolvimento e Cidadania (Projeto Produzir)	Econômica, Ecológica e Política.
Natura Cosméticos	1) Apoio na construção da escola de formação agrícola (EFA) 2) Contrato para aquisição de manteiga de semente de cupuaçu e outros insumos agroflorestais	Econômica
BNDES/Fundo Amazônia	Projeto Concretizar – Transferência recursos financeiros para: ampliação e modernização do parque da agroindústria; fortalecimento institucional o Reça e	Econômico

	associações aglutinadas; apoio na assistência técnica e assistência rural; patrocínio das atividades administrativas relativas ao projeto.	
--	--	--

FONTE: Elaborado pelo autor (com base nas pesquisas primárias de campo e documentais) e informações secundárias obtidas em ANGELO (2014), CARVALHO (2008).

O Quadro 1 apresenta um complexo mosaico das relações externas da comunidade Reca com instituições locais, nacionais e internacionais, de caráter público e privado, de viés econômico, solidário ou integrante da rede da sociedade civil. A interação do Reca com o mundo constitui um forte elemento que modifica as condições e o modo de vida da comunidade, impactando na sua forma de vida, na sua forma de convivência, na sua forma de organização.

Procuramos por meio de uma análise das ações promovidas por essas entidades sobre a comunidade, identificar a dimensão de influência principal, promovida por meio de suas ações, com a finalidade de destacar as mais relevantes para as conclusões desse trabalho.

Uma importante questão para ser avaliada, tendo em vista as hipóteses desta pesquisa, é identificar o nível das interferências e influências das instituições externas no modo de vida e organização da comunidade Reca. As evidências sugerem inferir que em algumas delas foram privilegiados aspectos relacionados a dimensão política, ou seja, houve contribuição no sentido de promover e propagar a cultura e o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável do Reca, como as ações promovidas no campo dos direitos humanos, da cidadania e desenvolvimento, da orientação e formação do sistema organizacional e difusão dos valores comunitários e solidários.

Importante inferir no que se refere a formação das “parcerias” é o tipo e origem do movimento político que promove o nascimento da relação. No começo do projeto a comunidade é que empreendeu forças coletivas na busca de parceiros para desenvolvimento de seus projetos de produção. Ao longo do tempo, a formação de relações externas tem sido facilitada haja vista o protagonismo do Reca e seu modelo participativo de gestão e produção ambientalmente sustentável. De acordo com informações obtidas nas verificações em campo, a relação com instituições do terceiro setor são mais fáceis de serem concretizadas. Também são mais fáceis as relações contratuais com empresas privadas. Contudo, as relações com as instituições públicas são mais difíceis de formalização e concretização, especialmente levando em consideração a distância da comunidade em relação à sede do poder municipal.

A comunidade atuou também como um importante catalisador de políticas públicas do estado que impactaram seu modo de vida. Como no caso dos Projetos Demonstrativos

Alternativos do tipo “A” (PD/A) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) o qual se iniciou nos anos de 1993, durou 17 anos e teve como objetivo a transferência de recursos financeiros captada de organismos internacionais visando combinar a conservação das florestas com uso sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que tinha como objetivo melhorar as condições de vida das populações locais. A comunidade se beneficiou de recursos para ampliação do sistema produtivo por meio de SAF's, ao tempo em que serviu de entidade difusora do sistema de produção para demais comunidades da região. A política pública do Ministério do Meio Ambiente impactou no crescimento das áreas de produção pelo sistema SAF além de aportar recursos visando estimular o modo de vida organizacional da comunidade Reça, conforme se observa da meta 03 da ficha de projeto:

META 03: Fortalecer a Organização dos Grupos de famílias Associadas, a coordenação e liderança, através do apoio as atividades organizativas, com capacitação, intercâmbio e assistência técnica, INCLUINDO: Planejar, organizar e realizar ações voltadas para as reuniões mensais de coordenação/lideranças e mulheres; Planejar, organizar e realizar ações voltadas para 11 grupos de famílias; Intercâmbio entre os grupos de família para conhecer e trocar experiência em organização, convivência fraterna, tratos culturais e produção; Intercâmbio com organizações do Acre/Rondônia/ Mato Grosso que tenham um bom nível de organização e estejam produzindo de forma sustentável; Sistematização, acompanhamento e monitoria das atividades do projeto. <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7912-ro-porto-velho> (consulta em 01/02/2019)

Considerando o objetivo desta pesquisa, é importante analisar as interferências e influências das instituições externas no modo de vida e organização da comunidade Reça. A dimensão econômica é um elemento chave neste sentido. A obtenção de recursos financeiros para o patrocínio das suas atividades, com vistas a ampliação do projeto e de seu modo de produção em busca do crescimento econômico do negócio, constitui um importante fator a ser investigado. Destaque-se que a comunidade consegue obter muitos recursos, não de valor econômico relevante, mas de valor simbólico, ou de transferência de conhecimentos que a ajudam a aperfeiçoar o sistema organizacional. Tal situação é identificada no apoio técnico, portanto não financeiro, como no caso dos recebidos da GTZ e da Pesacre, nas elaborações do primeiro e o segundo planejamento estratégico institucional.

Dentre as relações que mais afetam o modo de vida da comunidade Reça, algumas são mais relevantes que outras. As relações estabelecidas na dimensão econômica, a depender do

montante de recursos envolvidos, podem transformar as relações sociais vividas no interior da comunidade. Neste sentido, duas relações externas que foram e ainda estão sendo executadas afetaram e vem afetando a Comunidade. A primeira relação se trata do contrato com a empresa de cosméticos Natura. A empresa tem contrato de fornecimento de uma expressiva quantidade de matéria prima destinados à sua linha de produtos com marketing voltado para a produção com responsabilidade social e ambiental. Entretanto, para atender a toda a demanda da empresa, a comunidade necessita adquirir insumos de não sócios da comunidade, originando, como informa Ângelo (2014, p. 95), o surgimento de uma relação tipicamente empresarial de exploração do trabalho:

“Esse grande enriquecimento da cooperativa se faz de maneira desigual dentro dela, como já vimos, o que tornou mais grave e latente a segregação econômica. Contudo, nesse comércio com a Natura a segregação era ainda mais perversa, criando laços nefastos de exploração e dependência. Isso, pois uma parte dessa produção de óleos advinha de sementes extraídas por não sócios: indígenas, camponeses extrativistas e ribeirinhos; residentes na parte amazônica, distante aproximadamente uns 20 quilômetros da cooperativa. Além de não receberem os benefícios e financiamentos da Natura, lucravam menos que os sócios, contudo dependiam dos mesmos para vender as sementes. Estão aí as relações de trabalho estabelecidas pela Natura aos não sócios, e a quantidade de renda da terra extraída.” (Ângelo, 2014, p. 95)

A segunda parceria que vem modificando significativamente as relações sociais da comunidade trata-se do “projeto concretizar”. Por meio desse projeto, iniciado em 2015, com previsão inicial de conclusão para 36 meses, mas ainda em fase de conclusão, a comunidade pleiteou e recebeu recursos do Fundo Amazônia via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 6.908.082,32 (seis milhões, novecentos e oito mil, oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), incluído 7% de recursos próprios da comunidade aportados contratualmente ao projeto. Com o aumento da capacidade produtiva com construção de novas e modernas instalações industriais, e modernização e aquisição de novas máquinas e equipamentos para o setor de produção, a Comunidade Reça se encontrará, ao final do projeto, em uma nova e ampliada capacidade de produção de bens de consumo agroindustriais.

O governo brasileiro, com apoio de instituições e governos internacionais, promoveu e promove ações voltadas a transferência de recursos financeiros visando, em contrapartida, a realização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento ambientalmente sustentável da Amazônia. Importante contextualizar que o Fundo Amazônia está inserido no âmbito de

grandes políticas públicas do governo brasileiro para a Amazônia a partir dos anos 2000. Uma das mais relevantes políticas trata-se do Plano Amazônia Sustentável, lançado em 2008, contendo as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira, contemplando 4 grandes eixos temáticos:

“1. Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental; 2. Produção Sustentável com Inovação e Competitividade; 3. Infra-estrutura para o Desenvolvimento; e, 4. Inclusão Social e Cidadania.” (<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/politicas-publicas-orientadoras/>) consulta em 01/02/2019

Dentro desse contexto, alinhados ao objetivo de produção sustentável, inclusão social e cidadania, a comunidade Reça pleiteou recursos financeiros do BNDES, habilitando-se ao programa, tendo como objetivo central do “Projeto Concretizar a viabilização da produção sustentável e da agricultura familiar no Acre e na Ponta do Abunã em Rondônia” (Relatório de Desempenho do Projeto Concretizar nº 03, 2018, p. 2). No âmbito das ações transversais do projeto foram atendidas as prioridades conforme exposto no Quadro 2. De acordo com Ângelo (2014), em suas críticas ao impacto que as ações do estado podem impor à comunidade Reça, os planos do estado e do mercado estão sendo capazes de suplantar o sonho de comunidade democrática e solidária:

“Prevendo esse dia, os produtores do RECA trataram de escrever um projeto a fim de adquirir do governo novo financiamento e não foi nada difícil redigi-lo, nem tampouco conseguir o dinheiro. Em grande medida porque, nesse momento, a cooperativa já representava a aparelhagem do estado na região, nomeadamente através das políticas públicas em benefício de empresas privadas.” (Ângelo, 2014, p. 97)

Quadro 2 - Ações Transversais do Projeto Concretizar

AÇÃO TRANSVERSAL	DESCRIÇÃO
AT.1	Ampliação e modernização da capacidade produtiva das unidades de beneficiamento de frutas. Uma para beneficiamento de polpa de frutas com 980 m ² e outra para beneficiamento de castanha-do-brasil com 300 m ² para produção de 4,4 ton. de amêndoa desidratada.

AT.2	Fortalecimento institucional das aglutinadas. As atividades visam a estruturação física da ABV, ASPROMACRE e Associação RECA, e o aumento da capacidade técnica de seus associados e lideranças
AT.3	Assistência técnica e extensão rural: contempla as atividades dos técnicos de assistência técnica e extensão rural (ATER), custeando os custos diretos com ATER na implantação dos SAFs
AT.4	Atividades administrativas do projeto, executadas por uma equipe formada por três profissionais contratados em regime temporário, com dedicação integral.
AT.5	Reestruturação da unidade de beneficiamento de óleos vegetais, e de galpão de armazenamento de castanha e de sementes
AT.6	Implantação de sistema de segurança, prevenção e combate de incêndios.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Reca: Relatório do projeto concretizar.

A comunidade Reca, por acumular um rol de competências de gestão bem reconhecidas e gozar da confiança para representações políticas do estado, obteve os recursos financeiros e a designação para ser o gestor do projeto concretizar, atuou como entidade aglutinadora de outras entidades, especialmente voltadas para realização da ação transversal dois, que teve como um de seus produtos a implantação de 300 hectares de SAF. A ação envolveu ainda diversos outros produtos relacionados à aquisição de bens, serviços e realização de eventos relacionados a capacitação de lideranças comunitárias, envolvendo as seguintes entidades: “Associação Baixa Verde - ABV – Porto Velho/RO; Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia - ASPROMACRE – Acrelândia /AC; Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA - Cooper-RECA – Porto Velho/RO.” (RECA, Relatório de desempenho do projeto concretizar nº 03, p. 23)

Por intermédio do Projeto Concretizar outras entidades parceiras se aproximaram da comunidade Reca. Essas novas relações estão permitindo a comunidade o desenvolvimento de novas e melhores técnicas de produção obtendo ganhos adicionais na dimensão da prática da sustentabilidade ambiental. O Reca participa oferecendo seu campo para as pesquisas e se beneficia com o resultado dessas pesquisas que lhe são fornecidas para orientação de seus negócios. De acordo com as informações do relatório de desempenho do projeto “As parcerias estabelecidas pela Associação Reca fortalecem as atividades realizadas pelos comunitários e

tem interface com as ações apoiadas pelo Projeto Concretizar”. Foram desenvolvidas as seguintes parcerias:

- “1) Pesquisa de solos, modelos de SAFs entre outros temas, em parceria com a Embrapa/Acre;
 - 2) Pesquisa da broca do cupuaçu em parceria com a CEPLAC-Pará;
 - 2) Projeto de Residência Agroflorestal em parceria com a UNIR-Rondônia;
 - 4) Pesquisa da pupunha com a Embrapa-Rondônia;
 - 5) Projeto Carbono em parceria com a Natura.”
- (RECA, Relatório de desempenho do projeto concretizar nº 03, p. 61)

O relevante investimento do Fundo Amazônia na comunidade Reça foi inserido na ação transversal 01 (Quadro 2), que consistiu no desdobramento em três produtos: sendo dois produtos relacionadas à ampliação e modernização da capacidade produtiva da unidade de beneficiamento de polpas de frutas diversas, com investimento total de R\$2.334.986,71 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e um centavos); outra exclusiva para polpas de açaí com investimento de R\$ 460.847,61 (quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos); e o terceiro produto à reestruturação da unidade de beneficiamento de óleos vegetais, e do galpão de armazenamento de castanha e de sementes, com investimento total de 1.516.414,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e quatorze reais). Somente os investimentos na construção, montagem, ampliação e modernização do parque industrial da Cooper Reça, representou 62,42% dos recursos totais oriundos do Fundo Amazônia. Toda essa estrutura, após a conclusão, terá a capacidade de produção superior a capacidade de fornecimento de matérias primas pelos associados do Reça, necessitando adquirir tais insumos de outras pessoas e comunidades estabelecendo uma relação tipicamente empresarial. De acordo com Ângelo (2014, p.100), desse modo a cooperativa passaria a monopolizar ainda mais o beneficiamento da produção local, “iniciando assim um ciclo de “extração de mais renda da terra ainda dos camponeses não sócios. Realmente, chega a assustar pela amplitude e profundidade da miséria, pobreza, dependência e segregação que esse Projeto Concretizar pode ocasionar” (Ângelo, 2014, p. 100)

O fato da Cooper Reça não conseguir adquirir matérias primas dos associados em quantidade suficiente para produzir e atender as demandas por seus produtos, resulta na necessidade de conseguir matérias primas de não sócios; outra questão evidenciada é que em não havendo absorção pelo mercado de grande quantidade dos produtos, a preferência do

fornecimento é para os sócios, conforme fica evidente na decisão da assembleia geral ordinária da Cooper Reca, “A assembleia aprova que só será beneficiado palmito de quem não for sócio se houver oportunidade de mercado” (RECA, Ata assembleia geral da cooperativa, 16/03/2018). Nesse sentido fica evidenciado uma relação do tipo empresarial entre o Reca e seus pequenos fornecedores para os quais a produção, a renda e a garantia do trabalho, estará condicionada a regras de demanda do mercado econômico.

A mudança do paradigma comunitário do Reca está relacionada à atuação do estado que ao lançar mão de uma política pública com proposta de sustentabilidade, beneficia a ocorrência de relações de exploração típicas do mercado e do modelo de desenvolvimento hegemônico na Amazônia. Sob esse aspecto, são confirmadas as evidências de Ângelo (2014, p. 100) para o qual “foi possível verificar também a atuação do Estado e das empresas privadas junto à cooperativa e aos produtores, constatando seus objetivos, e principalmente a simbiose entre governo e mercado.

4.2. Identificando o modelo de gestão formal e suas características próprias

Iniciando uma análise e descrição mais profunda das estruturas e oportunidades de participação formal dos membros da comunidade Reca na gestão de sua instituição, e evidenciando os elementos observados na pesquisa, destacam-se os fóruns internos de formais de participação cuja previsão é oriunda do documento de constituição da organização. São três os espaços de participação, sendo dois espaços de participação direta dos trabalhadores e um espaço de participação indireta.

Importante rever que na estrutura da Comunidade Reca como demonstrado na Figura 5, diferentemente do modelo tradicional (demonstrado na Figura 2), esta comporta vários níveis decisórios e diversas oportunidades de manifestação. Enquanto no modelo tradicional de gestão das comunidades cooperativas e associativas existe apenas uma oportunidade de participação, na comunidade Reca existem três oportunidades. O encontro primário do associado Reca com seus semelhantes ocorre nas reuniões mensais dos grupos. Esses encontros, além de promover a convivência social, constitui o fórum primário para discussão sobre o modo de vida, modo de gestão, os problemas e as oportunidades para a vida da comunidade. A segunda oportunidade de participação é restrita aos coordenadores de grupo, os quais se reúnem mensalmente para discutir, aperfeiçoar ideias, aprovar planos e traçar os rumos da comunidade representado as

aspirações de seus respectivos grupos. No topo da hierarquia estão as duas assembleias gerais ordinárias anuais, onde novamente cada associado pode participar e expressar sua vontade.

Desse modo observa-se que são realizadas 02 reuniões com todos os membros por ano que são as assembleias gerais. São realizadas reuniões mensais em cada grupo que compõem a comunidade Reça no total de 12 encontros por ano. São a forma mais viva da participação dos associados. E são realizadas 12 reuniões por ano pelos coordenadores representantes dos grupos na gestão do Reça, essas reuniões são restritas ao grupo que governa a comunidade Reça. Para uma melhor compreensão, vamos analisar cada uma das oportunidades e seus contextos.

4.2.1. Sobre as reuniões em assembleias:

Primeiramente vamos evidenciar os fatos relevantes em torno das assembleias gerais ordinárias, detalhando o fórum mais elevado até o menos elevado. Algumas pesquisas precedentes no âmbito de comunidades associativas e cooperativas informam que a despeito da assembleia geral ordinária ser um ambiente onde todos os integrantes de uma comunidade possam expressar a vontade política, debater ou questionar as ideias, os rumos e as diretrizes da organização, o que se observa muitas vezes é que essa instância decisória é manipulada em prol dos interesses da elite que detém o poder de fato dentro das instituições. E fazem isso interferindo no tempo, no espaço, nas formas e na organização das pautas da assembleia geral (QUOOS, 2010; LOCKS FILHO, 2012; DIAS, 2018). Em alguns casos, as assembleias gerais são utilizadas como forma de agregar novos e mais amplos poderes para os dirigentes por meio da aprovação de atribuições que modificam os estatutos e as práticas de gestão administrativa.

Nas organizações tradicionais a realização dos procedimentos de tomada de decisão está descrita normalmente em um regimento ou convenção. Sua realização, independentemente da participação dos membros, respeitados certos quóruns mínimos, é suficiente para criar regras que devem ser observadas por todos os membros daquela instituição. Em muitos casos esses estatutos normativos regentes da vida institucional já preveem essas condições de que, na ausência dos membros da comunidade, a decisão mesmo que tomada por uns poucos, obrigam a observância por todos, sob pena das sanções previstas nos próprios estatutos e regimentos. É o que poderia se dominar de uma democracia formal representativa. Nesses casos, a aceitação da regra é condição para o indivíduo continuar a pertencer ao grupo, e em muitos casos a manutenção nessa instituição traz benefício econômico, nesse caso, nem por receio aos constrangimentos decorrentes da não observância das regras de conduta previstas nos

documentos formais de regências dessas instituições, mas o pertencimento visando a manutenção dos benefícios econômicos.

No caso da comunidade Reça são realizadas duas assembleias anuais sendo uma assembleia denominada representativa, sempre no início do ano, entre os meses de março e abril, e outra denominada assembleia geral no final do mês de outubro. (Estatuto, art. 11, f) observou-se que apesar das diferentes denominações, em ambas assembleias podem participar todos os associados, a única diferença é que na assembleia representativa o coordenador do grupo deve apresentar o relatório das atividades do seu grupo realizadas no ano precedente, contudo, a palavra é franqueada a todos os participantes. Portanto, em que pese a disposição estatutária prever a realização de duas assembleias gerais, sendo uma restrita a participação do coordenador e de até cinco membros do respectivo grupo, o que se observou na pesquisa *in loco* é que tanto na assembleia representativa como na assembleia geral todos os sócios e cooperativados são convidados e lhes são oportunizados momento para manifestar seus interesses.

As convocações para assembleias, como devem cumprir a requisitos da legislação, especialmente porquanto à cooperativa, detém elementos negociais externos e devem ser publicadas por meio de jornal e outros meios legais com antecedência mínima de 15 dias, como observou-se na convocação em jornais de Porto Velho/RO e Rio Branco/AC. As assembleias da associação e da cooperativa são realizadas em conjunto sempre no mesmo local e data, fato que possibilita a programação e agenda dos participantes, o que demonstra que a existência das duas instituições operando do mesmo espaço não causa maiores transtornos nem a precedência da cooperativa sobre a associação. (anexos 03 e 04)

Algumas evidências sugerem que quando não existe interesse da diretoria em proporcionar ampla participação dos membros, para não haver ou diminuir eventuais questionamento dos seus métodos de gestão, sempre se procura restringir a participação nas assembleias, por exemplo, divulgando-se a mesma apenas às mínimas exigências estabelecidas pela lei. No caso da comunidade Reça, quanto aos elementos relacionados às formas de convocação e divulgação das assembleias e da definição de pauta, observou-se que as divulgações vão além do mero cumprimento do arcabouço legal. As assembleias seguem um calendário programado com antecedência anual, inclusive nas reuniões da equipe de coordenação são divulgadas as datas, locais e horários, para que sejam repassadas nas reuniões dos grupos. As pautas são formuladas e divulgadas com muita antecedência e, inclusive, construídas nas reuniões da equipe de coordenação. Estas pautas são fruto das ideias concebidas nas reuniões anteriores de cada grupo, ou ainda, resultado do amadurecimento de propostas

oriundas das assembleias gerais anteriores, ou resultado dos debates ocorridos na reunião dos coordenadores. Fato muito relevante é a previsão expressa no estatuto de que é “dever dos grupos discutir a pauta das assembleias” (Estatuto, art. 19, alínea h)

Foi observado que quando há o surgimento de uma nova proposta na assembleia geral, ela é encaminhada para estudo pela instância específica, depois é debatida na reunião de coordenadores e somente posteriormente, dependendo do caso, retorna para decisão em assembleia geral. Todas as proposições são encaminhadas, ainda que possam ser consideradas em juízo primário irrelevantes.

O estatuto dispõe que deverão participar das assembleias gerais todos os sócios regulares com a entidade e suas famílias (Estatuto, art.11, alínea g). Uma característica importante é a previsão da participação familiar nas assembleias e o incentivo que a comunidade proporciona à participação das famílias, oferecendo alimentação e apoio logístico. Foi observado que famílias inteiras permanecem na assembleia geral durante todo o dia (fotografias 02-16). Durante as assembleias observadas, foi possível verificar que não somente um membro da casa participa da reunião, mas toda a família inclusive as crianças que também permanecem na sede da comunidade e interagem umas com as outras.

Dentre as competências da assembleia geral (Estatuto, art. 12) uma característica que chama a atenção é a previsão da alínea h: “confirmar ou não os coordenadores eleitos...”. Observa-se que mesmo a assembleia geral tendo a plena autonomia para o processo de escolha mediante procedimento eleitoral o estatuto dispõe que haverá uma espécie de escolha prévia pelo colégio de coordenadores na escolha dos coordenadores presidente e vice-presidente. Durante a pesquisa na observação in loco do processo eleitoral foi constatado que os coordenadores indicam os nomes de sua preferência para coordenador presidente e vice presidente e a assembleia geral decide a respeito, no caso pesquisado, aprovou por ampla maioria os nomes indicados pelos coordenadores. Esse processo eleitoral demonstra uma maturidade na forma de escolha visando amenizar um processo concorrencial que poderia fraturar a boa convivência social.

4.2.2. Sobre os grupos, as lideranças e seus espaços comunicativos

A primeira oportunidade de participação direta do membro da comunidade ocorre nas reuniões mensais dos grupos que integram o Reca. Cada um dos grupos que compõe o Reca tem suas próprias regras de convivência, mas todas respeitando o estatuto central. Durante a pesquisa haviam dez grupos, mas ao longo do tempo esse número aumentou e diminuiu, a

associação já teve quase 400 associados e a atualidade tem em torno de 270. O mínimo de associados para formar um grupo é de 07 sócios, e os grupos podem se desmembrar quando tiver 25 ou mais sócios. Os grupos são uma unidade agregativa local e é considerada a célula fundamental do Reca. Os grupos estão nas linhas próximas a sede do Reca (Ver Figura 3) conforme previsão do estatuto do Reca o grupo é a célula básica da associação onde os sócios se encontram para receber informações sobre a sociedade, estudar, refletir sobre o associativismo e sua realidade, e buscar soluções para os seus problemas e de seus companheiros (Estatuto, art. 18)

Cada grupo é composto por um coordenador que faz a representação política na gestão do Reca. Esse coordenador, por meio da participação nas reuniões mensais com os demais coordenadores, colabora na gestão decidindo sobre todos os assuntos que afetam a vida da comunidade. O coordenador é a figura principal dentro de cada grupo, tem o papel de articulador entre o grupo e o Reca como um todo. O grupo também é composto por dois líderes, sendo um líder do sexo masculino e um líder do sexo feminino, responsáveis pela condução do processo de integração dos membros do grupo. Quanto à regra de haver um líder de cada gênero, esta se deu pela observação da necessidade de ampliar a integração da mulher no processo de gestão, vez que muitas vezes elas ficavam em casa enquanto apenas os homens participavam do processo decisório.

Essa oportunidade de participação pode ser considerada um diferencial na comunidade, a força da integração da comunidade se ancora na força dos grupos. Os grupos que formam a base do Reca. Como os grupos são células menores, a participação direta do associado nos assuntos da comunidade começa nos grupos. Desde o começo da comunidade, em 1989, os grupos constituem o menor espaço agregativo na comunidade. Cada grupo realiza uma reunião mensal, com a participação do coordenador e dos líderes onde são debatidos os problemas da comunidade. Geralmente os encontros ocorrerem durante a primeira semana de cada mês, e são discutidos assuntos relativos ao acompanhamento da produção, da gestão, do andamento das atividades do projeto, tomadas de decisões, e discussão de outras demandas do grupo em busca de soluções para problemas diversos.

É possível inferir da análise empreendida sobre o projeto Reca que a formação de grupos constituiu o instrumento de maior destaque que seguramente demonstra capacidade de produzir um processo de planejamento, organização, execução e aferição sobre a execução de projetos e atividades da associação. Desde o início do projeto a concepção dos grupos como células descentralizadas que atuam em auxílio os processos de gestão. Ademais dos grupos fixos que são divididos em microrregiões para a execução de atividades econômico-produtivas e sociais,

a capacidade organizativa da comunidade admite a formação, por exemplo de grupo de mulheres, para atividades de interesse que o gênero pode atender, formam-se grupos temporários para elaboração de projetos ou concepção de programas relacionados a áreas específicas de saúde, educação ou infra-estrutura básica, ou ainda para lutar por alguma reivindicação específica contra o estado ou alguma instituição. Para Franke (2005, p. 150) os grupos “constituem os fundamentos e os princípios”, ou seja, os elementos mais fortes dentro da estrutura da Comunidade Reca.

Enquanto em sociedades cooperativas e associativas tradicionais existe apenas uma oportunidade de participação direta nos processos decisórios, na comunidade Reca existem duas oportunidades por meio das assembleias gerais. Contudo diferentemente de outras comunidades na Amazônia o Reca é integrado por essas células fundamentais denominadas grupos onde mensalmente, existe oportunidade de participação dos associados trabalhadores, podendo manifestar sua vontade no processo de gestão da comunidade central.

Os líderes dos grupos procuram desenvolver atividades com objetivo de integração dos membros, seguindo suas tradições no campo cultural, esportivo, social. Normalmente a líder feminina procura desenvolver atividades que integrem as mulheres ao grupo. Nas assembleias centrais cada grupo apresenta o relatório de atividades desenvolvidas. Alguns grupos são mais estruturados e tem maior tradição enquanto outros ainda estão em processo de consolidação, contudo foi observado que entre os próprios grupos os mais fortes incentivam os demais contribuindo no seu processo de consolidação, especialmente no desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e técnicas conjuntas.

As funções dos líderes estão descritas no estatuto da comunidade. As comunidades mais fortes são aquelas que os líderes são mais ativos no processo de condução dos grupos. O líder conduz a comunidade para os aspectos essenciais da filosofia de vida da comunidade, as funções do líder conforme previsão estatutária são as seguintes:

Art. 22 - É dever do Líder:

- k) Conhecer os pequenos agrossilvicultores e seus plantios através de visitas periódicas;
- l) Incentivar a todos para que participem de reuniões e trabalhos comunitários;
- m) Animar a todos para que cuidem de seus plantios;
- n) Coordenar as reuniões mensais;
- o) Apresentar relatórios de atividades nas Assembleias;
- p) Planejar ações para atender as necessidades de seu grupo;

- g) Entrosar-se com outras lideranças do grupo, linha ou ramal para a realização de trabalhos conjuntos em benefício dos pequenos agrossilvicultores;
- h) Promover visitas e intercâmbio com outros grupos;(Estatuto, art. 22)

Os grupos são responsáveis por acompanhar o processo de “caminhada” de novos sócios. Os interessados em integrar a comunidade Reça devem passar pelo processo da “caminhada” assim o proponente deve participar das reuniões e atividades no grupo. Nas assembleias gerais são apresentados os relatórios de caminhada e a assembleia geral decide pela agregação do novo sócio ou a exclusão quando o grupo emite seu parecer nesse sentido.

Uma norma bastante importante que consta no estatuto é a previsão de realização de mutirões visando a reposição dos trabalhos dos líderes e dos coordenadores que dispõem de menos tempo para as atividades em suas propriedades enquanto promovem o trabalho em prol da comunidade (Estatuto, art. 19, c). Em nosso entendimento esta é uma questão crucial para manutenção da vida comunitária eis que a dedicação de líderes e coordenadores à condução das atividades em prol do grupo reduz o tempo que tem para promover trabalho nas suas propriedades em prol de sua família. Uma questão relevante nesse caso é que se observa em outras comunidades as lideranças quando abandonam suas propriedades e vivem nos cargos diretivos tendem a querer se perpetuar nessas posições, e viver da renda das funções diretivas, criando desse modo uma situação em que há uma elite que permanece na coordenação e os trabalhadores associados na base.

No caso da comunidade sustentável da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste (APA/OPO) cuja falência foi concluída em 2009, fatores relacionados ao processo de profissionalização da equipe de direção, cria um distanciamento entre os interesses da direção e dos trabalhadores como visto anteriormente no capítulo precedente, a falta de renovação dos quadros diretivos implicou diretamente na falência da comunidade

No caso do Reça observamos que os líderes e coordenadores conseguem exercer as atividades de coordenação e liderança compartilhando as atividades em suas propriedades, inclusive as atividades de coordenação são estrategicamente realizadas em dias e horários visando causar menos interferência nas atividades particulares. A dedicação a esses cargos é exercida com fortes valores altruístas, e a dupla jornada é encarada como uma missão em prol do bem comum e da valorização de todos.

Os cargos nos conselhos também não requerem tempo integral e, portanto, a atividade pública não afeta em demasia a manutenção das atividades nas propriedades particulares. As equipes de execução que se dedicam as atividades administrativas relacionadas ao negócio

agroindustrial recebem remuneração por meio de ajuda de custo. Já no caso do coordenador presidente e do coordenador vice-presidente esses cargos requerem dedicação em tempo integral, como se verá adiante o coordenador presidente se dedica mais atividade de representação enquanto o vice faz uma gestão administrativa cotidiana mais presente na agroindústria. Essas duas lideranças dispõem de pouco tempo para atividades em suas propriedades. Neste caso foi observado que existe dificuldade na realização de mutirões em prol desses membros dependendo de suas famílias para manutenção de suas propriedades enquanto estes trabalham em prol da comunidade. Portanto, há um distanciamento entre a prescrição normativa formal em relação aos fatos reais que ocorrem na comunidade.

Uma questão relevante a ser exposta é que a força econômica da cooperativa exigirá maior dedicação dos cargos de direção a função de gestão, separando as lideranças das suas propriedades, e forçando a tendência de que as lideranças venham a se acomodar nos cargos diretivos. Na medida em que as lideranças passam a exercer funções executivas por necessidade de aumento de produção e negócios com o mercado, a dedicação de tempo e o desenvolvimento de novo trabalho remunerado podem afasta-los do trabalho de cultivo como aqueles realizados pelos membros da comunidade. Durante esses 30 anos de existência do Reça a comunidade vem superando a cada momento e a cada nova gestão esses obstáculos, esse fato é um dos indicativos de que a comunidade ora cresce, hora diminui, contudo com o crescimento econômico da comunidade, a partir do Projeto Concretizar, essa realidade poderá ser modificada.

4.2.3 A decisões por meio da definição das pautas

Uma importante e crucial função dos grupos de associados é um dever-poder fixado no estatuto do Reça que prescreve que “é dever dos grupos discutir a pauta das assembleias” (Estatuto, art. 19, alínea h). A formação de pautas em assembleias gerais é mais que um dever, é um poder que é descentralizado do topo da gestão para as bases dos trabalhadores. As elites coordenadoras, em um processo verticalizado de gestão, tendem a influenciar na pauta das assembleias visando manter ou ampliar suas esferas de poder. Essa prescrição normativa do estatuto do Reça é levada às últimas consequências pois se a adquiriu o hábito e a tradição de abrir um espaço na assembleia geral justamente para apresentação, apreciação e discussão das pautas oriundas dos grupos. (fotografias 08-13)

Um dos elementos que inovam no processo comunicativo formal na comunidade pesquisada é a capacidade de realizar as prescrições normativas em seu cotidiano, sendo a questão de formação de pautas e discussão em público em um quadro onde todos podem acompanhar constitui uma característica democrática da democracia forte como proposto por Barber (2003) para o qual, em uma democracia forte, o processo de tomada de decisão deve ser entendido como gerador e criador de desejos públicos e atendimento a interesses em comum.

As pautas das assembleias gerais na comunidade Reca demonstram um aspecto concreto da forma de convivência mais participativa. Observa-se que, diferentemente de outras comunidades, a realização da assembleia geral, antes de ser um momento enfadonho que tende a evitar ou afastar a participação dos membros, incentiva e colabora na participação. A participação nas assembleias é uma obrigação do sócio, não é uma faculdade, nem por isso o sócio é compelido a participar de uma reunião monótona para ouvir dados de prestação de contas e notícias administrativas. Pode ser observado que a realização da assembleia geral constitui uma espécie de “evento social” na comunidade. Um momento de confraternização e de intercâmbio de experiências de vida, ou seja, demonstra ser um momento de prazer e de lazer.

A pauta é elaborada de forma a contemplar momentos diversificados incluindo atividades regimentais, e também, culturais, religiosas e recreativas. Tudo isso com intuito de promover um encontro comunitário enfatizando os reais valores da associação. Os assuntos inseridos na pauta contemplam os obrigatórios previstos na norma estatutária e contempla assuntos relacionados a socializar as informações sobre o que todos fazem e o que todos podem fazer, quais são suas forças, quais são suas fraquezas. Abaixo a transcrição de uma pauta da assembleia da comunidade Reca:

Quadro 3 - Pauta de Assembleia Geral

PROGRAMAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL – 16/03/2018
• 07:00 – Café da Manhã
• 08:00 – Abertura – Diretor Presidente – Alexsandro Queiroz
• 08:05 – Oração – Padre Jair
• 08:20 – Apresentação de visitantes: Alexsandro Queiroz
• 08:35 – Leitura do Edital
• 08:40 – Balanço exercício 2017 – Eunice Sordi
• 09:00 – Parecer do Conselho Fiscal
• 09:20 – Adesão e demissão de Cooperados

- 09:30 – Descontração – Gicarlos
- 09:30 – Relatório Financeiro – Célia
- 10:00 – Relatório de cupuaçu e demais polpas – Nilce
- 10:15 – Relatório Palmito – Francisca
- 10:30 – Relatório da Semente de Pupunha – Diona
- 10:45 – Relatório de Certificação orgânica – Jersiane
- 11:00 – Comercialização – Alex
- 11:20 – Fundo Rotativo Solidário – Alex
- 12:00 – Almoço
- 13:40 – Louvor – Osney
- 14:00 – Relatório dos Grupos e apresentação de pautas – Líderes
- 14:30 – Concretizar
- 14:50 – Relatório das Atividades técnica/Carbono – Gicarlos
- 15:10 – Descontração – Gicarlos
- 15:20 – Discussão e encaminhamento das pautas
- 17:00 – Mudança da coordenação e diretoria
- 17:20 – Troca de 1/3 do Conselho Fiscal
- 17:40 – Avisos
- 18:00 – Encerramento

FONTE: Reça.

A pauta acima evidencia diversos elementos próprios e característicos da comunidade. Primeiramente, o fato da própria duração da assembleia que se trata de uma programação bem detalhada para atividades durante todo um dia. Outro fato relevante e atípico é a inserção na programação de dois momentos destinados a atividades religiosas e ainda de forma ecumênica, sendo pela manhã um padre e à tarde um representante evangélico. Outro detalhe importante e diferenciado é a inserção na pauta de momentos de descontração, ou seja, para que a reunião não se torne enfadonha os associados têm momentos de lazer.

Todavia, uma análise mais profunda nessa pauta permite inferir dois elementos característicos do amplo espaço para os trabalhadores associados receberem informações e controlarem as atividades de gestão da comunidade. A primeira inferência se refere ao fato da inserção de assuntos relacionados as atividades administrativas e uma espécie de “*accountability*” geral que todos os setores têm que informar aos membros da comunidade. Em reuniões tradicionais de associações ou cooperativas os assuntos contábeis e financeiros são aqueles que dominam as pautas das assembleias, até porque tem que cumprir regras normativas

legais, já no caso da comunidade pesquisada, além dos assuntos que legalmente têm que ser inseridos em pauta, outros assuntos relacionados à comercialização, ao cultivo, pesquisas e certificação de produtos, que são típicos da gestão administrativa, também fazem parte da pauta e são postos detalhadamente para conhecimento do associado permitindo a esses associados, expressar sua opinião em torno desses assuntos.

O segundo ponto relevante a ser observado é o item “discussão e encaminhamento de pautas”. Esse é o momento no qual todos os assuntos relativos a quaisquer causas e demandas podem ser debatidos pelos membros da comunidade. O procedimento é realizado da seguinte forma:

Foi designado um moderador para fazer as anotações em um quadro para que possa ser visualizado por todos. Esse moderador exerce um papel fundamental porque tem de ser capaz de organizar as ideias e sugestões apresentadas, inclusive fazer a fusão de ideias próximas e similares. Observamos que o moderador designado foi um fundador do Projeto Reca, um membro do projeto que tem um discurso de liderança reconhecida e que conhece por nome os associados. Cada coordenador dos dez grupos que compõem o Reca apresenta primeiramente um relatório das atividades desenvolvidas pelo grupo no período; tais como: como tem sido as reuniões mensais do grupo; quais as atividades sociais têm sido realizadas, tais como futebol, festas e feiras, os mutirões, atividades sociais e recreativas; ajudas mútuas, os problemas comunitários e as soluções. Informam também quantos membros existem, e se há membros que saíram do projeto, se há membros com intenção de sair ou entrar, quantos estão no processo de “caminhada”. Nesse momento informam também suas posições sobre novas pautas a serem discutidas no Reca, e informam quais as posições consolidadas no grupo sobre questões formuladas nas assembleias ou reuniões anteriores. Informam também a sugestão do grupo para o cargo de coordenador Presidente, coordenador Vice-Presidente e um membro do Conselho Fiscal. (fotografia 13)

Na discussão e encaminhamento das pautas, alguns assuntos que os grupos trazem já são conhecidos e debatidos, inclusive quanto à opinião do coordenador presidente. Fazem uma lista ampla de pauta e vão reduzindo-a, fundindo os assuntos similares ou eliminando assuntos que já tenham sido tratados. O moderador tem o cuidado de consultar a assembleia sobre a fusão de assuntos, caso haja discordância, o assunto é mantido. Nem todos os grupos tem itens novos para as pautas, somente relatório das atividades desenvolvidas no interior dos grupos. Os grupos são incentivados a participarem e apresentarem suas sugestões. É possível observar que alguns grupos apresentam suas pautas apenas para cumprir a rotina pois não tem uma organização mais

aprimorada como outros. Inclusive há grupos que reconhecem que não estão realizando atividades sociais como deveriam fazer.

Se os grupos trazem uma ideia ou sugestão que demanda estudo e análise, a equipe de administração do Reca, na pessoa do Coordenador Presidente, tem que dar providência a tal “causa” e posteriormente trazer a respostas para a comunidade. Por fim, depois da ampla discussão de quase duas dezenas de itens, todos os itens são reestruturados e agregados em 06 itens de pauta que devem orientar a administração da comunidade, sendo esta, responsável por apresentar o cumprimento das demandas nas próximas reuniões. (Fotografia 13)

A prescrição formal no documento estatutário da possibilidade de que os trabalhadores da base possam ter suas demandas atendidas em prol do interesse coletivo constitui um passo inicial no caminho da realização de uma democracia mais forte. Como bem proposto por Feres Jr e Pogrebinschi (2010) uma democracia mais participativa exige que o engajamento cívico no processo de formação das políticas no plano local e que esse engajamento se dê por meio da “participação direta e ativa dos cidadãos na tomada de decisões políticas e na administração do espaço social no qual se inserem.” (FERES JR. e POGREBISNCHI, 2010, p. 148)

Outra exigência normativa prevista no estatuto da comunidade é o direito do grupo ser “informado de todas as ações e atividades desenvolvidas pela associação” (Estatuto, art. 20, c). Na pesquisa foi observado que o sistema de divulgação de informações é bastante efetivo, uma vez que o canal de comunicação é permanentemente alimentado, tanto de baixo para cima como relatado anteriormente, como de cima para baixo, uma vez que os assuntos discutidos na reunião de coordenação que ocorre na última semana do mês são retransmitidos aos grupos nas reuniões que ocorrem no primeiro final de semana do mês seguinte, assim retroalimentando o processo de comunicação formal.

4.2.4 A força da coordenação central

Os coordenadores são os representantes legais na gestão do Reca. São eles que tomam as decisões gerenciais e de governança da entidade. Os cargos da presidência e vice-presidência, tesoureiro, secretário, e os respectivos substitutos, são parte do grupo de coordenadores. Para o contexto desta pesquisa é importante avaliar os aspectos relacionados ao poder que esse colegiado detém na condução dos destinos do Reca. De acordo com Dias (2018) quanto à hierarquia, as cooperativas em Rondônia, costumam atribuir funções exclusivas a determinados cargos e conservam os procedimentos burocráticos de gestão. E apresentam, por vezes,

comportamentos que encontram ressonância e alinhamento na abordagem da “teoria estruturalista”. (DIAS, 2018, p. 112).

Em pesquisas empíricas, a autora encontrou nos estatutos das cooperativas pesquisadas, termos que demonstram uma centralização de poder na alçada dos grupos dominantes, aos quais reforçam as práticas de gestão hierarquizadas, vejamos:

“Tais cooperativas apresentam órgão gestor constituído no formato de “conselho de administração” ou “diretoria”, comumente composto de 06 membros (...) revestido do poder de decisão atribuído nos textos estatutários que transcrevemos a partir de extratos colhidos em seus estatutos sociais: “decidir sobre qualquer assunto de ordem econômica ou social”. “Estabelecer normas para funcionamento da cooperativa”. “Estabelecer sanções ou penalidades”. (...) “ceder direitos e constituir mandatários”. “Definir as variedades e volumes de produtos a serem cultivados e industrializados”. “Elaborar plano anual de atividades” (DIAS, 2018, p. 113).

De acordo com a prescrição normativa do estatuto da comunidade, os coordenadores têm importantes e fundamentais funções diretivas e de gestão organizacional da comunidade. São funções dos coordenadores de grupo:

Art. 15- É competência da Coordenação:

- a) Fazer cumprir as diretrizes e metas da Associação;
- b) Supervisionar a atuação dos Executores, Equipes e Assessores da Associação;
- c) Organizar as assembleias;
- d) Fomentar, informar, formar e apoiar a organização dos Agrossilvicultores;
- q) Reivindicar junto às autoridades e instituições governamentais e não governamentais, melhoria social e econômica para a Comunidade, mediante a apresentação de Projetos;
- r) Aprovar os agrossilvicultores a serem beneficiados pela Associação;
- s) Avaliar relatórios trimestrais de atividades e financeiros;
- t) Criar e destituir a qualquer tempo, equipes de apoio. (Estatuto, art. 15)

Dentre os coordenadores do Reca são designados os coordenadores responsáveis por cada área específica da gestão da comunidade, sendo os seguintes: coordenador presidente, coordenador vice-presidente, coordenador secretário, coordenador tesoureiro, estes últimos têm seus coordenadores substitutos. Todos esses membros assinam pelos cargos da associação e da cooperativa. Todos os membros da coordenação têm sua função prevista no estatuto, destacamos a função de coordenador presidente, uma vez que essa função exige mais dedicação e mais responsabilidade, pois este é responsável pela representação interna e externa da entidade, assina pagamentos, contratos, distratos, convênios e pratica todos os demais atos

relacionados aos serviços da associação e da cooperativa, contudo sempre observando e apresentando suas ações para os coordenadores.

De outro modo, diferentemente dos casos apontados nas comunidades da região, na comunidade Reca, como se depreende do seu estatuto, a coordenação tem poderes limitados, embasados numa abordagem estruturalista de organização, sem, contudo, concentrar o poder neste grupo, que inclusive tem entre suas obrigações, fomentar, informar, formar e apoiar a organização dos Agrossilvicultores.

Enquanto os “líderes de grupo” desenvolvem atividade relacionadas a valores e aos mecanismos de agregação da comunidade, os “coordenadores de grupo” representam o grupo na gestão da associação e cooperativa. De acordo com Silva Sato (2013, p. 175) o controle e coordenação dos sistemas no Reca são mantidos pelo modelo de gestão que se adota desde os primórdios da vida comunitária, onde os “coordenadores e líderes fazem a articulação entre os produtores e o Reca para que ocorra uma gestão compartilhada/integrada entre Reca versus produtor versus Reca.”

A escolha dos coordenadores para os cargos é feita por votação e decisões em suas reuniões colegiadas que ocorrem sempre uma vez por mês, exceto a função de coordenador presidente e vice que é discutida primariamente no âmbito dos grupos locais, posteriormente na reunião de coordenadores e por fim, os nomes são levados para a assembleia geral para votação, sendo o mais votado presidente e o menos votado vice-presidente. O mandato é de 02 anos e pode haver uma recondução para o prazo de mais dois anos totalizando o máximo de 04 anos.

Os coordenadores se reúnem uma vez ao mês e constituem o fórum onde são decididos os rumos da comunidade. Esse espaço catalisa os anseios que ecoam dos grupos e em reverso às aspirações da comunidade em prol de seus objetivos. Trata-se um colégio de representantes, ou seja, nessa espécie de “colégio de coordenadores” a vontade dos sócios trabalhadores não se faz ouvir de maneira direta, mas indireta por meio de seus representantes. Visto de outro modo, a existência de um órgão colegiado, representando cada uma das células que compõem o Reca com funções que influenciam diretamente na gestão do coordenador presidente, constitui um mecanismo de democracia forte, uma vez que a centralização do poder em torno de apenas uma pessoa, não constitui uma facilitação de comunicação entre as bases e a alta gestão, papel que é revertido com a existência de um órgão colegiado composto por representantes de cada um dos grupos, os quais influenciam diretamente no dia a dia da gestão.

4.2.5 A formação e a cultura das lideranças

Importante conceituar os tipos de liderança que atuam nos empreendimentos associativos para identificar como é o processo da organização das lideranças do Reça. Trata-se aqui de liderança em sentido genérico, ou seja, todos os indivíduos que ocupam uma posição mais elevada que o trabalhador da base da comunidade. Essas lideranças devem ser compreendidas como todas aquelas pessoas que participaram ou que participam de algum cargo ao nível de gestão. No caso da comunidade Reça, incluindo os líderes propriamente ditos do grupos e os coordenadores.

Para fins de categorização do tipo de liderança, adotamos os modelos concebidos por Barber (2003) que indicam para a existência de uma democracia forte a necessidade de quatro tipos básicos de liderança. Como bem delineado por Locks Filho (2012) tais modelos são da liderança transicional, a qual estaria ligada à criação das instituições participativas, inicialmente elas dão suporte para o deslinde de uma democracia forte, posteriormente abrem mão dos espaços para outras lideranças. Outro tipo seria a liderança natural, caracterizada por possuir aptidões intrínsecas como a racionalidade, a fineza retórica, imaginação, persuasão e articulação. Ainda de acordo com o autor, a liderança natural deve fomentar a integração da comunidade sem, contudo, ter em mira fins privados ou individuais. Por fim, o autor descreve o tipo de liderança moral, que possui uma liderança simbólica cuja postura incentiva a cooperação para resolução de conflitos visando o fortalecimento do processo democrático. (LOCKS FILHO, 2012)

Durante a pesquisa empreendemos esforços no sentido de compreender como é o processo de formação e renovação de lideranças dentro da comunidade. Importante a compreensão desse fenômeno uma vez que as instituições que não renovam seus quadros de liderança tendem a criar dois tipos de membros: os membros trabalhadores e os membros gestores, e desse modo criando uma relação vertical de gestão. Uma gestão na qual apenas se repetem e se alternam o poder na mão de poucos também tem tendência a criar comunidades geridas verticalmente.

Na comunidade Reça podem ser identificados lideranças naturais e lideranças morais. As lideranças naturais foram imprescindíveis para o início da organização social. Enquanto para na continuidade do Reça, ao longo dos 30 anos de sua existência, lideranças com poder simbólico foram sendo capacitadas e formadas em prol de perpetuarem o modelo de vida comunitário. Algumas lideranças naturais oriundas do início da comunidade cresceram economicamente e de mudaram de local desfilando-se do projeto. Contudo, pode ser observado

que outras lideranças, ainda que ocupem posição econômica melhor, ainda permanecem na comunidade aderindo às mesmas regras de convivência.

A comunidade entende o valor da formação de lideranças para a continuidade do projeto, observou-se que são realizados com frequência capacitação para membros interessados em participar das atividades de liderança e poder participar do processo eletivo. As instituições parceiras da Comunidade Reca, especialmente entidades ligadas sociedade civil e religiosas promovem com frequência a realização de preparação e formação de líderes. De acordo com as informações obtidas existe dificuldade em atrair interesse dos associados para ocupar função de liderança.

4.2.6 O processo eleitoral e a alternância de poder

Outro aspecto importante é que a liderança em comunidades pequenas tende a se repetir, uma vez que nem todos os indivíduos pertencentes a um grupo social se sentem à vontade para ocupar cargo de direção. Dessa maneira, é importante investigar as trocas de gestão e como elas ocorrem, independentemente da alternância de poder via eleições periódicas que aprioristicamente pode indicar renovação do poder, mas que no fundo apenas legitimam sistema de classes nas quais existem os que comandam, e os que são comandados.

O processo de eleição da diretoria ocorre a cada 02 anos. Os grupos são informados sobre a necessidade da eleição do coordenador presidente e do coordenador vice-presidente, que deve ser uma mulher, assim o assunto já é discutido no interior dos grupos anteriormente, e assim, quando da assembleia geral não existem disputas ou correntes políticas antagônicas. Neste momento, os grupos apresentam sua sugestão quanto ao nome que deve ser eleito. Esse processo facilita a eleição, pois o nome já vem sendo discutido nos fóruns internos e na assembleia geral, depois da aprovação dos grupos, a assembleia atua como uma homologadora do nome de consenso. Não existe uma disputa eleitoral que pode criar divergências ou correntes oposicionistas, fato que poderia sacrificar a harmonia de convivência.

O Quadro 04 informa as alternâncias de poder na comunidade Reca e as quantidades de membros que ocupam os cargos de gestão e as repetições.

Quadro 4 - Alternância de poder na comunidade Reca

Período de Gestão	Coordenador Presidente e Coordenador vice-presidente	Coordenadores
1989	Sérgio Roberto Lopes Marcírio Sordi	Eugênio Vaccaro Paulo Bedone Francisco Berkembrock Ozório Siqueira Aldênia doa Santos Gama Aderico Furlam Maurício S. Bueno
1990	Sérgio Roberto Lopes Marcírio Sordi	Paulo Bedone Eugênio Vaccaro Francisco Berkembrock João Pereira dos Santos Semildo Kaefer Aldênia dos Santos Gama Milton Paulo de Oliveira
1991-1992	Marcírio Sordi Aldênia dos Santos Gama	Arnaldo da Costa João Pereira dos Santos Sérgio Roberto Lopes Gedeão Rodrigues Milton Paulo de Oliveira Semildo Kaefer Aluisio Gonçalves Ildebrando Francisco Ribeiro
1993-1994	Arnoldo Berkembrock João Pereira dos Santos	Sérgio Roberto Lopes Pedro Pereira Gedocy Ruas Wolff Devaldo de Almeida Rosa Marcírio Sordi Eugênio Vaccaro Aldênia doa Santos Gama David Luiz de Oliveira
1995-1996	Arnoldo Berkembrock Alberto Schroeder	Hamilton Condack de Oliveira Rita Lopes Ferreira Aldênia doa Santos Gama Antônio Eurico Soares Esmeraldo Antônio Pedroso de Oliveira Antônio de Souza Lima Pedro Pereira Jonas Fabricio da Silva
1997-1998	Arnoldo Berkembrock Alberto Schroeder	Selvino Sordi Leonir Camello Aparecido Rocha Ferreira Hamilton Condack de Oliveira Raimundo de Souza Nascimento Valmir José Flores Gerci da costa João Martins Filho
1999-2000	Arnoldo Berkembrock Selvino Sordi	Marli Szuta David Luiz de Oliveira Hamilton Condack de Oliveira Carlos da Silva Schroeder Arnaldo Costa Gerci da Costa Leonir Camello

		Valdivina das Dores Ferreira
2001-2002	Eugênio Vacaro Mar Valdivina das Dores Ferreira	Círio Sordi Milton Paulo de Oliveira Juraci Teixeira Alecrim José Pereira da Silva David Luiz de Oliveira Natal Schroeder Paulo Bedone Liberiano Pereira da Costa
2003-2004	Marcirio Sordi Francisco Berkembrock	Selso Rech José Donizete da Silva João Pereira dos Santos Antonio Gozzi Pedro Caetano Valdir Ferreira Natanael Santiago de Lima Josimar Rodrigues da Silva
2005-2006	Arnoldo Berkembrock Eclecir Sordi Taline	Selso Rud Rech Alberto Schroeder Germano Camello Fortunato Cuzzuol Alzerino Martins dos Santos Adolires Rosa Aparecido Rocha Ferreira Valdir Ferreira Lima
2007-2008	Eugenio Vacaro Arnoldo Berkembrock	Eclecir Sordi Taline Adolires Rosa Bernadete de Matos Lopes Antonio Gozzi Aparecido Rocha Ferreira Raimundo Vieira de Morães Denival dos Santos Siqueira João Pereira dos Santos
2009-2010	Eugenio Vacaro Francisco Berkenbrock	Paulo Sergio Simões Manoel Pereira da Silva Jocié Luiz Camelo Edson Polinario Marcirio Sordi Wilson Taline Raimundo Vieira de Morães Carlos da Costa
2011-2012	Hamilton Condack de Oliveira Semildo Kafer	Francisco Berkembrock Manoel Pereira da Silva Paulo Sergio Simões Aparecido Rocha Ferreira João Pereira dos Santos Alzerino Martins dos Santos Antônio Marcos da Costa José Sergio Soares Pedroso
2013-2014	Hamilton Condack de Oliveira Semildo Kafer	Adolires Rosa Aparecido Rocha Ferreira Odemar da Costa Bicalho Manoel de Jesus dos Santos José Sergio Soares Pedroso Raimundo Nascimento Rodrigues Gilberto da Cunha Berger Pedro Caetano da Silva

2015-2016	Alexsandro Queiroz dos Santos Eunice Sordi	Adolires Rosa Raimundo Nascimento Rodrigues Tadeu da Silva Carvalho Alzerino Martins dos Santos Osmar Biavatti Pedro Melo Edson Polinario Germano Camello
2017-2018	Alexsandro Queiroz dos Santos Semildo Kaefer	Pedro Melo Leonete Bezerra Tadeu da Silva Carvalho Pedro Pereira Genesio de Oliveira Adolires Rosa Raimundo Rodrigues da Gama

De acordo com análise do quadro acima é possível inferir que, durante todo o tempo de existência do Reca, 87 associados participaram pelo menos uma vez da equipe de coordenação. Considerando a quantidade atual de sócios a razão será de 87/270, portanto é possível concluir que 32,22% dos sócios já ocuparam função na coordenação. Desconsideramos da relação, tendo em vista a dificuldade de dados para a pesquisa, os líderes de grupo (homem e mulher) visto que esses não ocupam cargo representativo na gestão. Podemos identificar também que muitos coordenadores foram líderes, ao tempo em que o inverso também é verdadeiro, muitos coordenadores depois de atuar na linha de direção, voltam a ocupar o espaço de liderança do nos grupos.

Participaram da gestão como coordenador, representante político do grupo, exercendo relevante função na gestão da comunidade: 42 sócios que participaram uma vez da gestão; 27 sócios que participaram duas gestões; 07 sócios que participaram três gestões; 02 sócios que participaram quatro gestões; 04 sócios que participaram cinco gestões; 05 sócios que participaram seis gestões.

Uma análise quantitativa bastante relevante é a mensuração quanto à mobilidade nas funções de postos chaves de liderança. Importante evidenciar quantos dos coordenadores na funções relevantes de poder de gestão se repetem por mais de uma gestão.

De acordo com os dados do quadro supracitada é possível inferir que 48,27% (42/87) dos membros participaram apenas uma vez da gestão. Portanto os outros 51,72% (45/87) se repetem na gestão. Esse fato indica que pouco mais da metade dos coordenadores se repetem nas funções de liderança chave no Reca. Inclusive o quadro revela que 09 sócios, 10,34% (9/87) participaram ou participam por mais de 05 períodos à frente das funções relevantes de gestão da comunidade, ocupando os cargos de coordenador, inclusive, coordenador presidente e/ou vice-presidente.

Outro dado importante é o da ocupação da linha de frente e que exige dedicação integral, ou seja, os cargos de coordenador presidente e vice-presidente. Ao analisar 16 períodos de gestão, 17 sócios diferentes ocuparam o cargo de coordenador presidente e/ou coordenador vice-presidente. Para fins didáticos, delimitamos como gestão o período regular de gestão, ou seja, 02 anos (no início da comunidade o mandato era de apenas um ano, prorrogável por mais um ano).

Como coordenador Presidente e vice-presidente: 06 sócios participaram uma vez da gestão; 05 sócios participaram duas gestões; 02 sócios participaram três gestões; 01 sócio participou de quatro gestões; 01 sócio participou de seis gestões.

Da análise acima, é possível inferir que um percentual elevado de sócios 6,29% (17/270) dos membros da comunidade, já participou pelo menos uma vez no cargo de coordenador presidente ou vice-presidente. Esse fato indica que o poder no Reca é acessível e que existe mobilidade nas funções de coordenação mais elevada. Ao mesmo tempo, os dados indicam que apenas 02 sócios ocuparam com frequência acima de três vezes esses cargos mais elevados. Contudo, verificou-se apenas um caso de um associado que permaneceu por quatro mandatos no cargo de coordenar presidente totalizando 08 anos na gestão contrariando a previsão do estatuto do Reca que prescreve a norma de apenas um mandato de 02 anos com possibilidade de uma reeleição.

4.2.7 A integração dos jovens na comunidade

Um importante aspecto para a perenidade da comunidade no tempo é sua capacidade de orientar e manter os jovens na continuidade do modo de vida, preservando a comunidade, sua cultura e tradições. Existe um consenso com base no conhecimento geral difundido da baixa aderência do jovem às atividades rurais tradicionais a partir do grande movimento dos trabalhadores rurais para áreas urbanas no quarto final do século passado no Brasil. A atividade tradicional no campo não atrai a atenção do jovem trabalhador que migra para os centros urbanos em busca de estudo e trabalho. A falta de capacidade das comunidades em preparar os mais jovens para o processo sucessório e a filosofia de vida da comunidade constitui um risco à continuidade da gestão democrática e para a própria continuidade da entidade. Para Dias (2018, p. 115) “o agravante da falta de envolvimento dos núcleos familiares nas deliberações das cooperativas dessa categoria é um fator determinante para o distanciamento dos jovens e seu despreparo para a sucessão”.

Ainda de acordo com a autora a ausência de formação de sucessores implica na insegurança que os gestores têm de perder o espaço político que ocupam. A falta de incentivo à participação combinada com o receio da perda de domínio dos espaços de poder tem contribuído para “a perpetuação de indivíduos nos cargos e prolongando ainda mais o uso de métodos inadequados para a gestão dessas organizações” (DIAS, 2018, p. 69). Para a autora um fato de elevada repercussão é a observação de como os jovens se inserem nos planos de gestão das comunidades e como elas integram esses jovens ao projeto de vida e de autogestão do negócio. As comunidades têm perecido pela baixa participação dos jovens que migram das comunidades para centros urbanos por diversos motivos, além de não se sentirem parte da comunidade, criam outros valores para suas vidas.

No caso da comunidade Reça é possível observar preocupações com o problema da participação do jovem para sucessão e permanência na comunidade, bem como as ações que ocorrem com objetivo de superação desse fator limitativo. Primeiro incentiva-se a participação dos jovens nas atividades do grupo e participação das reuniões desde muito pequenos. Nos grupos participam todos da família, todos têm atividade para se envolver. De acordo com Silva Sato (2013, p. 238) “o envolvimento da família, além de ser meio de se manter viva a filosofia do Reça, é uma garantia de que alguém vai dar continuidade às práticas produtivas.

O segundo elemento importante na comunidade para a formação dos jovens é a Escola de Formação Agrícola (EFA) Jean Pierre Mingan. Essa escola foi revigorada a partir do contrato com a empresa Natura que patrocinou a reestruturação física para operar até o segundo grau. Na escola se trabalha com o sistema denominado “pedagogia da alternância” com foco no ensino, aprendizado e vivência, na qual o aluno passa 15 dias em aula e 15 dias com a família trabalhando na produção, mantendo, dessa maneira, o vínculo com a propriedade. São ensinadas disciplinas próprias da atividade de campo, focadas no modo de vida e necessidade da comunidade tais como sistemas agroflorestais, manejo de espécies amazônicas e empreendedorismo rural, assim são formados técnicos agrícolas. Observou-se na pesquisa que a comunidade tem grande dificuldade de conseguir manter o quadro de professores, em face da distância da sede do município sendo esse um assunto que constantemente leva a comunidade a fazer requerimentos junto ao órgão de educação.

Existe um empenho dos membros da comunidade Reça em manter a infraestrutura educacional na localidade, fato que demonstra o interesse e ações para a continuidade e sucessão na comunidade a longo prazo, preservando a lógica da vida comunitária. Contudo, é reconhecido pela comunidade que não tem sido feito o suficiente, “em relação à participação no plano pedagógico das escolas já estiveram mais ativos e nos últimos anos pouco fizeram em

relação a isto.” (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024). Foi observado nas assembleias gerais que os associados mais novos são inseridos em atividades de pesquisa de desenvolvimento agrícola sendo esse um fator que atrai a atenção dos jovens. Também foi observado na assembleia geral que os jovens apresentam empolgados os resultados de uma pesquisa de compostagem. (fotografia 04)

De acordo com as informações e impressões dos membros da comunidade, eles têm conseguido razoavelmente produzir e implementar atividades de educação e esporte, tudo com vistas a integrar os jovens e promover a difusão dos valores da comunidade. Orgulham-se de manter o ensino fundamental e médio na Escola Família Agrícola (EFA) que já formou duas turmas de técnicos agroflorestais e que, inclusive, vários deles exercem suas atividades no território da comunidade.

Segundo informações obtidas com membros do projeto, a coordenação atual do Reca é composta por netos dos primeiros fundadores. É comum observar a integração dessas três gerações durante as reuniões em assembleia geral e nas reuniões dos grupos. Os mais jovens estão preocupados com a produção feita com conhecimento técnico, inclusive uma equipe formada em escola técnica apresenta soluções para aproveitamento do bagaço do cupuaçu, sobra da produção da agroindústria, para compostagem e adubação das lavouras, e uma outra pesquisa sobre os malefícios e como evitar a praga da “broca” nos cupuaçuzeiros.

No campo das realizações dos sonhos do Reca expresso em seu Planejamento Estratégico, a comunidade se orgulha de conseguir manter os jovens descendentes dos pioneiros integrados à comunidade, entendendo que esse fato constitui um dos elementos cerceadores do crescimento e da própria manutenção da vida comunitária. Nas análises das equipes gestoras que participam da elaboração do planejamento, se informa que:

“No campo socioambiental considera-se que praticamente já vivem o sonho por terem mais jovens envolvidos nas atividades do Projeto RECA, a exemplo dos que compõem a equipe técnica do projeto Concretizar, e de estarem se tornando os novos associados do Reca. (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

4.2.8 O planejamento estratégico como instrumento de definição de rumos

A comunidade está caminhando atualmente com seu segundo planejamento estratégico. Esse documento evidencia as estratégias da comunidade, os objetivos a serem alcançados e onde se definem as estratégias para se alcançar esses objetivos. Eles procuram identificar a

situação atual, como ela foi alcançada, seus valores e fazem uma projeção de futuro, definindo o que seria ideal no futuro. O planejamento estratégico da organização, por ser considerado um documento direcionador dos destinos da comunidade, é um documento cuja elaboração exige uma profunda reflexão da história e dos valores institucionais, além de exigir a máxima participação dos trabalhadores.

Esse documento, quando elaborado por um conjunto de pessoas em nome da maioria dos membros, indica um distanciamento dos valores e da expressão da vontade geral, portanto, ao longo do tempo passa a constituir um documento formal, sem aderência de valores para a vida comunitária. Como se infere das informações sobre a elaboração do planejamento estratégico, constantes do próprio planejamento, não houve ampla participação dos trabalhadores comunitários:

“Em função do número de participantes não ser alto, os mesmos solicitaram não realizar trabalhos em grupos, mas sim em plenária permitindo um processo de reflexão e proposições com a presença de todos no mesmo momento.” (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

A observação sobre o processo de participação na elaboração do Planejamento Estratégico 2017-2024, permite analisar que sua construção ocorreu em três etapas principais:

“A primeira tratou de encontros com a Coordenadora do Projeto Concretizar Rocío Ruiz, executado pelo RECA com apoio do Fundo Amazônia, e com o sócio fundador do RECA Sérgio Lopes. Nestas ocasiões foram definidos objetivos, produto esperado e uma apresentação em linhas gerais da atual dinâmica e desafios da associação/cooperativa.

Na segunda etapa foi feita uma rodada de conversa na véspera da oficina com gerentes de 7 dos 10 setores do RECA, a saber: Presidente da Associação/Cooperativa; Polpas de Frutas; Sementes; Óleos; Palmito; Centro de Vendas e Comercialização. Não houve tempo para os setores Pátio/Transporte; Contábil, Técnico e Atendimento ao Produtor (Recepção). (...). Após o planejamento estratégico foi realizada mais uma rodada de conversa para aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento dos setores, permitindo análises mais detalhadas.

A terceira etapa foi a oficina propriamente dita que se dividiu nos principais momentos: Mística de abertura (oração, precedida de falas de boas vindas); apresentação individual expectativas dos participantes; elaboração de regras de

convivência; conceituação do planejamento estratégico; resgate e avaliação dos sonhos projetados em 2008 para 2016; construção de novos sonhos (2024); construção de cenários (FOFA); construção de missão, visão e valores; definição de estratégias; conceituação do plano operacional; apresentação do plano emergencial de 2016; elaboração do plano operacional; definição de monitoria do planejamento estratégico, avaliação final e encerramento”

A participação na elaboração do planejamento estratégico, como se observa nos documentos e nas informações obtidas dos associados, não teve a participação de todos os associados. Os associados foram convidados a participar, mas ela ocorreu apenas pela representação dos coordenadores de grupo. E posteriormente, em assembleia geral, foi lido todo o plano e posto em votação no sistema tradicional por maioria. Apesar que, em face da confiança que os associados possuem em seus coordenadores, não seria difícil aprovar um planejamento estratégico.

Participaram também, na formulação do planejamento estratégico, membros fundadores os quais carregam os sonhos iniciais da comunidade e tentam inserir nos sócios atuais os valores originais da comunidade. A exemplo de um dos maiores líderes, um dos fundadores do Reca, o Senhor Sérgio Lopes, cuja presença sempre se faz notar nas decisões importantes da comunidade. Como pode ser observado, o planejamento estratégico teve a participação fundamental do representante do Projeto Concretizar, (financiamento BNDES/Fundo Amazônia) que inclusive incentivou e patrocinou a elaboração do plano em conjunto com o Reca e a Pesacre (Grupo de Pesquisas e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre).

Observa-se que o planejamento teve foco parcialmente concentrado na agroindústria e seus aspectos produtivos, através da participação dos trabalhadores da agroindústria, e nos setores administrativos. Contudo, as quatro principais estratégias constantes do plano evocam valores comunitários bastante relevantes. Na primeira e na segunda estratégia estão formalizados valores comerciais, relacionados à atividade comercial e industrial alinhados aos mecanismos microeconômicos característicos de mercado. Na terceira estratégia se evocam valores relacionados as características fundamentais da comunidade Reca, inclusive a tentativa de reforçar na cooperativa uma gestão democrática horizontal. A quarta estratégia busca consolidar a produção da comunidade em torno de valores relacionados à sustentabilidade ambiental.

Desse modo, as estratégias da comunidade Reca para o período 2017-2024, são:

“1 – Buscar a diversificação, a verticalização, o aumento da produtividade e competitividade;

2 – Fortalecer institucionalmente o projeto RECA através da:

- Gestão.
- Produção e beneficiamento.
- Comercialização.
- Acesso a políticas públicas.
- Consolidação de novos mercados.

3 – Promover a inclusão social buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias e o seu BEM VIVER;

- Ter política de pagamento mais clara e conhecida.
- Aprimorar acolhimento dos sócios e não sócios.
- Atenção maior aos grupos (maior satisfação).
- Fortalecer a gestão democrática da cooperativa (horizontalidade).
- Aproximar execução e grupos/produtores.

4 – Ter a questão ambiental e a sustentabilidade como quesitos norteadores para todas as atividades realizadas pelo RECA.”

Os sonhos de vida da comunidade na visão dos seus líderes e técnicos que participaram da elaboração do planejamento estratégico constitui um importante elemento para inferir análises sobre a gestão da associação e da cooperativa. O sonho, por uma de suas definições filológicas, constitui um “anseio ou vontade permanente, viva e constante”. Extraímos do Planejamento Estratégico do Reca alguns elementos para evidenciar se seu modelo de gestão tem anseios de viés democrático ou de viés empresarial econômico em duas dimensões, sendo uma socioambiental e outra na dimensão econômica e produtiva.

Quanto ao passado, podemos elencar os “sonhos” do primeiro plano estratégico de 2008-2016, os quais deixam de ser sonhos e constituem realidades vivenciadas, que em seu modo de ver, são fatores que motivam a vida da comunidade. O fato de constituir uma referência de vida comunitária é um desses elementos motivacionais. Mencionam que as famílias vêm tendo alegria e retorno econômico de suas atividades fato que propicia a filiação de novas famílias ao projeto, sendo perceptível a ocorrência do que denominaram um “índice de felicidade”. Vejamos:

“Também estão vivendo o sonho de ser uma referência de organização e produção para muitas comunidades fora do distrito e do estado, e para várias entidades parceiras que continuam conquistando pelo país. As ideias e o serviço prestado à comunidade local pelo RECA vêm despertando interesse para filiação de novas famílias, o que era um grande desejo em 2008. Outro motivo de orgulho é que as famílias melhoraram de

vida efetivamente, com ganhos não só materiais, mas também de conhecimento e índice de felicidade. Por últimos se orgulham por estarem com bom grau de aproveitamento da água nas agroindústrias, captando água da chuva, reciclando e/ou tratando a água utilizada em seu funcionamento.” (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

Quanto ao futuro, elencam-se os “sonhos” que constituem objetivos a construir pela comunidade, alguns dos objetivos pretendem mais relevância, na visão da coordenação, a questão da convivência entre associação e cooperativa ainda não é elemento totalmente resolvido. Observa-se que existem sérias pretensões de continuar ou aprimorar o modo de vida solidário e ambientalmente sustentável. Reclamam que há necessidade de reforçar o processo participativo, dentre outros elementos, necessário para manter viva a filosofia projeto Reça:

“Na dimensão socioambiental o grupo sonhou que em 2024 estariam vivendo:

- Uma clareza maior do papel da associação e da cooperativa para dirigentes e filiados.
- Ter uma área de lazer no RECA.
- Ter um Festão de 35 anos.
- Ser uma referência no produzir sustentável, na gestão profissional e no viver solidário.
- Ter 100% de produção orgânica.
- Ter produtos do RECA em todas as escolas.
- Mulheres e jovens participando mais do RECA.
- Melhor(es) espaço(s) de reunião e treinamento, incluindo cadeiras confortáveis entre outros equipamentos.
- O Conselho Fiscal ter um espaço físico e melhor capacitação para trabalhar.
- Ter melhor estrutura para equipe técnica.
- Reaproveitar 100% da água utilizado nas agroindústrias.
- Continuar sendo solidário.
- Ter os recursos naturais preservados.
- Estar acolhendo também o não sócio.
- A comunidade de Nova Califórnia se sentir pertencente ao RECA.
- Ter mais parceiros junto ao RECA.
- O RECA ser uma fortaleza para o associado.

Na dimensão econômica e produtiva o sonhado foi:

- Ter produção e comercialização todos os anos.
- Triplicar o mercado.
- Ter saldo positivo na cooperativa e associação todos os anos.
- Estar com novas tecnologias implementadas no campo.

- Estar com novas tecnologias nas fábricas e na sede.
- Contar com um plano de ATER para orientar a equipe técnica.
- Estar com a equipe técnica mais estruturada.
- Contar com tecnologia em todos dos setores, desde a unidade produtiva até a comercialização.
- Estar com as cadeias de produção mais sólidas.
- A pecuária do RECA ser sustentável.
- Nova Califórnia ser autossuficiente na produção e consumo de alimentos.” (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

Podemos inferir que existem elementos fortes, em geral, que indicam um caminho mais próximo de uma comunidade participativa democrática de valores solidários, a exemplo de “ser uma referência no produzir sustentável, na gestão profissional e no viver solidário”; “continuar sendo solidário”; “estar acolhendo também o não sócio” “ter mulheres e jovens participando mais do Reca”. Todavia existem também alguns poucos elementos alinhados a valores econômicos, como no caso de “triplicar a participação no mercado”; “ter saldo positivo na cooperativa e na associação todos os anos”.

4.3. As forças subjetivas que produzem a formação de consenso

Iniciamos esta seção com a observação de que durante pesquisa pôde-se constatar que, além dos elementos formais que unificam a comunidade Reca, existem outros elementos subjetivos que, ao nosso ver, constituem laços agregadores com força de ligação ainda maiores. Dentre os elementos objetivos podemos citar alguns como a confiança, a solidariedade, o capital social, a religiosidade, o respeito ao meio ambiente, que são características peculiares da comunidade e que apesar de não poderem ser medidos por indicadores quantitativos, constituem a chave para a perenidade da comunidade ao longo de quase três décadas, mantendo-se plenamente ativos enquanto outras inúmeras comunidades com características similares sucumbiram diante da dificuldade de manter os laços de agregação comunitária.

4.3.1 O respeito ao meio ambiente

O respeito ao meio ambiente e a prática de uma produção ambientalmente sustentável são umas das características que tornam a comunidade Reca protagonista de um modelo de desenvolvimento para a região amazônica, cuja força atrai para si parceiros externos públicos e privados, colaborações e estudos de diversas instituições, e a confere a capacidade de ganhar diversos prêmio e destaque no cenário local, nacional e internacional. São elementos informais chave definidos da filosofia de vida da comunidade, portanto, elementos úteis para avaliação do modelo de gestão e do grau de democratização institucional. As premiações recebidas pela comunidade já abordadas anteriormente estão relacionadas à sua capacidade de organização e produção em prol da sustentabilidade ambiental.

O fato de constituir uma comunidade valorizada e reconhecida por ser detentora de um modelo de produção que deve ser expandido cria para os associados uma espécie de sentimento de importância social. Os membros da comunidade, desde antigos pioneiros até os mais jovens se reconhecem como trabalhadores de um modelo diferenciado, alternativo e adequado para a agricultura no país. De acordo com Silva Sato (2013, p. 143) os sistemas agroflorestais como mantem o Reca, “além de minimizar a degradação ambiental, pela melhor utilização dos recursos naturais disponíveis, ainda, apresentam um enorme potencial como fonte de soluções alternativas para os problemas enfrentados na agricultura convencional.” Ainda de acordo com a autora, (Id., p. 144) “a cultura conservacionista é disseminada pelos técnicos e pelos participantes mais antigos do Reca em todos os grupos fazendo com que a floresta seja considerada como um patrimônio à disposição dos associados”. Para outros autores como Cantagalo (2016, p. 281) “a história pré-colonial amazônica e o caso do Projeto Reca nos mostram que, fora da lógica do sistema de mercado, a vida humana pode prosperar em harmonia com o meio ambiente”.

A força que impõe uma cultura de economia ambientalmente sustentável está expressa tanto nos documentos formais da comunidade como no estatuto quando define nos seus objetivos que a entidade tem entre seus objetivos “buscar alternativas para ajudar na conservação e preservação do meio ambiente e sua biodiversidade” (Estatuto, art. 2º). Inclusive estabelecendo para o associado o dever de compromisso e obrigação de preservar e conservar o meio ambiente, sob pena de ter a coordenação de eliminar o associado que praticar atos contra o meio ambiente. (Estatuto, art. 5º)

Outro elemento normativo direcionador de condutas, que está expresso no Plano Estratégico vigente, tanto no presente como no futuro, também evoca a comunidade ao princípio da sustentabilidade ambiental quando informa a missão da comunidade. Cumpre ressaltar que a missão expressa em síntese no documento formal por si não produz resultados

práticos imediatos mas constituiu um importante acervo de constituição e formação das opiniões quando revisado cotidianamente e inserido nos quadros de avisos, painéis na sede da comunidade e nos pontos de reunião dos grupos, e propalado como prece nos momentos de reunião da comunidade. Vejamos:

“Ser uma organização social, produtiva e de base familiar comunitária, com seu jeito de caminhar solidário que promove a sustentabilidade e o bem viver da família, respeitando a sociobiodiversidade, ofertando produtos e serviços da Amazônia e contribuindo para uma sociedade mais justa. (destacado) (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

O planejamento estratégico aprofunda mais no quesito da sustentabilidade ambiental ao estabelecer diretrizes e metas para serem cumpridos ao estabelecer que a comunidade Reca tem objetivo de “ser uma referência no produzir sustentável”, e “ter os recursos naturais preservados”. E mais adiante estabelecendo metas de trabalho como “ter 100% de produção orgânica” e de “reaproveitar 100% da água utilizada nas agroindústrias” e, “sua pecuária ser sustentável”. (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

O objetivo de constituir-se uma comunidade sustentável encontra mais espaço ainda no seu planejamento estratégico quando, em capítulo específico, se estabelece como objetivo norteador das suas ações e gestão “ter a questão ambiental e a sustentabilidade como quesito norteador para todas as atividades realizadas no Reca”. Inclusive definindo como valor chave o “respeito a sociobiodiversidade”. (RECA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2024)

Observou-se que, tanto no plano estratégico como em conversas com os associados, o fato da comunidade Reca ter em todo seu entorno, especialmente na faixa territorial que pertence ao Estado de Rondônia, extensas áreas de terras dedicadas a produção da agropecuária extensiva, eles têm muita preocupação com os possíveis impactos negativos que esse sistema produtivo predominante e que podem afetar seu modo de produção consorciado de SAF's, especialmente o fato de haver problemas relacionados a “queimadas e uso de agrotóxicos”.

Todas as observações acima citadas decorrentes de fontes primárias e secundárias da pesquisa sugerem que a comunidade Reca pode ser considerada ambientalmente sustentável. Estudos na área das ciências ambientais como elaborados por Vasconcelos (2016, p. 90) indicam que “por meio das evidências das notas de campo, o Projeto Reca contribui com as dimensões da sustentabilidade”. A questão que nos importa para a pesquisa é elucidar se a causa da sustentabilidade ambiental é um motivo para a constituição de uma associação democrática,

ou seja, se o fato de constituir uma comunidade sustentável importa necessariamente em uma associação guiada por princípios de gestão democrática. Neste sentido, é importante retornar ao debate quanto às evidências de Lenzi (2009) quando informa que apesar de o associativismo e os mecanismos deliberativos de democracia ter sua origem em tradições políticas diferenciadas e por apresentar, cada um à sua maneira, incerteza se imperfeições, “eles ainda apontam para possibilidades mais satisfatórias na realização da sustentabilidade (Id., p. 33). O autor conclui que os modelos democráticos do associativismo e deliberação “poderiam constituir-se em diretrizes de uma agenda ambiental democrática e servir, assim, para fundar as bases de uma política democrática da sustentabilidade.” (Id., p. 34)

Outra questão relevante para análise é o entendimento de como a comunidade Reça se insere no contexto dos discursos políticos e disputas em torno do modelo adequado de desenvolvimento para Amazônia. De acordo com a matriz discursiva apresentada no capítulo I deste trabalho, proposta por Quintslr (2009) acerca das concepções relativas à relação entre sociedade e meio ambiente, a comunidade Reça se enquadra parcialmente na matriz como modelo de racionalidade socioambiental, onde o uso dos recursos é positivo, se feito de forma racional e igualitária, a propriedade não é comunitária mas, particular e destinada ao manejo sustentável da floresta, a tendência é de realização de atividades extrativas, mas no caso do Reça, a atividade é de plantação consorciada. De acordo com a autora em comunidades guiadas pelo discurso da racionalidade sócio ambiental, as características presentes são a democracia participativa, a justiça social, a sustentabilidade ambiental, a igualdade de acesso a recursos e valorização da diversidade cultural. (QUINTSLR, 2009, p. 68)

4.3.2 A força da solidariedade e da confiança

A solidariedade entre os associados do Reça é uma expressão que cotidianamente reforça seus laços de convivência. Desse modo, qual a concepção de solidariedade é identificável na comunidade? A solidariedade pode ser compreendida sob vários ângulos, alguns estariam ligados mais à questão da identificação dos pensamentos, sensações, ideias e sentimentos. Outra possibilidade de reconhecimento da solidariedade seria o estado ou condição de uma ou mais pessoas compartilharem de modo igualitário entre si as obrigações de um ato, ou de um empreendimento ou de um negócio qualquer e assim arcarem com as responsabilidades que lhes são particulares. Portanto, procuramos identificar a comunidade,

objeto da pesquisa, sob esses vieses e o de uma solidariedade atrelada à manifestação do sentimento solidário com o propósito da ajuda mútua, ou seja, de dar amparo ou apoio.

No mesmo sentido, a confiança também constitui um elemento de forte valor agregativo na sociedade. Especialmente porque a confiança, conforme pesquisas precedentes no Reça (SILVA SATO, 2013), é considerada um dos principais fatores responsáveis pelo equilíbrio na relação entre os trabalhadores. A confiança para essa análise é considerada como lealdade, reciprocidade e a existência de relações transparentes.

Conforme estabelecido no planejamento estratégico, cuja validade legal se estende de 2017 a 2024, a missão da comunidade é “ser uma organização social, produtiva e de base familiar comunitária, com seu jeito de caminhar solidário”, tendo como um dos seus valores expressos também no plano a “solidariedade”. Na dimensão socioambiental a comunidade sonha que até o último estágio do plano estariam vivendo numa comunidade plenamente solidária.

Foi identificada prescrição legal do estatuto estabelecendo princípios de solidariedade ao reportar o dever do grupo em repor o trabalho dos líderes e coordenadores por meio de mutirões (Estatuto, art. 19). A realização dos mutirões de ajuda mútua tem diminuído na comunidade. Em alguns grupos a prática é realizada com mais frequência, enquanto noutras, tem sido objeto de debate por parte dos associados que sabem da imposição legal estatutária mas que os grupos não conseguem alinhar um entendimento respeitando a filosofia de vida que sempre conduziu a comunidade. De acordo com as informações colhidas entre os associados são realizados mutirões em prol de associados que estejam impossibilitados por motivo de saúde ou outro motivo temporariamente incapacitante para que dê adequado tratamento à sua produção. Dessa forma, é possível evidenciar uma força relativa nas questões afetas à colaboração mútua na comunidade por meio da realização de mutirões.

A comunidade tem a tradição de realizar encontros de diversos gêneros, com diversos objetivos, nesses encontros o evento com a maior parte das atividades tem objetivo social, são encontros destinados por exemplo às mulheres, aos jovens, para crianças, eventos de caráter técnico ou caráter esportivo, cultural e festivos. Esses eventos normalmente têm duração de um ou mais dias. Os problemas e as dificuldades são debatidos em busca de soluções e de encaminhamentos para modificação de uma realidade, tendo em vista uma transformação em prol de um futuro melhor.

Um importante dado acerca da solidariedade existente na comunidade diz respeito ao compartilhamento no uso de equipamentos, além da estrutura da agroindústria e sede administrativa que é compartilhada por todos os sócios, equipamentos de maior porte como

caminhão, tratores e máquinas são objetos de uso coletivo. Com o melhoramento econômico da comunidade alguns membros adquiriram seus próprios equipamentos, contudo, equipamentos de valor mais elevado e todo o parque industrial e administrativo tem uso compartilhado pelos grupos e seus componentes.

Nas relações cotidianas na comunidade é comum o fato de alguns trabalhadores serem fiadores de outros trabalhadores associados para aquisição de equipamentos, o que também demonstra a solidariedade e a confiança entre esses trabalhadores. “Os produtores que financiaram novos tratores, em sua maioria, têm algum similar mais velho, e com a chegada do novo, podem vender seu usado para outro produtor que ainda não tem acesso ao financiamento.” (FGV, 2012, p. 13)

De acordo com Moreira (2003) a força da união é um elemento verificável quando se observa que os associados são fiadores entre si na tomada de crédito junto aos bancos. Além de tratores outros implementos agrícolas duráveis utilizados na produção já usados, são oferecidos em condições melhores de um associado que para o mercado quando os associados pretendem se desfazer do objeto. Esse modo de convivência potencializa as relações internas e favorece todos os membros do projeto (Moreira, 2003)

De acordo com Franke (2008), desde a fundação, quando a comunidade Reça buscou competência organizacional para cumprir todas as formalidades, inclusive as legais exigidas para criação, registro e autorização de funcionamento, posteriormente passou pela elaboração de um estatuto que contemplasse os desejos dos produtores sócios até a execução dos projetos, “os associados sempre se preocuparam com a viabilização de uma instituição ágil, transparente, solidária, competente e democrática”. (FRANKE, 2008, p. 148).

A confiança e a solidariedade são elementos chaves na essência da comunidade, são constitutivos do sucesso e da sua manutenção ao longo do tempo. Uma boa análise sobre os valores sociais é realizada por Forero (2017):

“A força coletiva e social tem no trabalho comunitário sua máxima expressão. Todos querem crescer e sabem que ninguém cresce sozinho, portanto, querem fazer o grupo crescer como um todo. Os membros do Projeto, através da sua experimentação, também aprenderam algumas lições de tipo causa-efeito, tais como: (i) solidariedade e confiança, no Projeto, que garantem sua continuidade.” (FORERO, 2017, p. 143)

Para o autor dentre os elementos que garantem o êxito da comunidade, superando as incontáveis dificuldades iniciais, e outras dificuldades circunstanciais ao longo do tempo, se encontram fortes elementos relacionados à capacidade de ação solidária e confiança. Para o

autor, esses elementos decorrem da “sua coesão interna, sustentada em pilares institucionais sólidos, constituída por “valores” próprios, baseada no trabalho coletivo, onde os processos decisórios e de planejamento priorizam o ambiente participativo”. (Id., p. 141)

Um fato observado durante reuniões é que os membros chegam cedo, aproximadamente sete horas da manhã já começam a se reunirem nas rodas para o café que fica disponível no refeitório que contem longos bancos e mesas. As pessoas se conhecem e se tratam pelos nomes. Aparecem famílias inteiras, homens mulheres e crianças, desde os membros mais velhos que iniciaram o projeto até os mais novos. Percebe-se que comparecem inclusive ex-membros da comunidade. Comparecem também pessoas que não pertencem à comunidade, tais como representante de instituições governamentais, não governamentais, políticos e estudantes, pesquisadores dentre outros.

Quanto à transparência na comunidade, é uma preocupação permanente por todos os associados. Especialmente por aqueles que ocupam cargo de liderança, coordenação ou de atividades administrativas. Fica fortemente evidenciado na pauta da assembleia geral que não apenas questões financeiras e contábeis são expostas ao público, mas todas as questões administrativas, pesquisas técnicas e tudo mais que se está realizando na comunidade é informado aos associados e, portanto, sujeito a questionamentos e debates. Outro aspecto notado na reunião é que a coordenação cobra constantemente que os associados ao entregar seus produtos na sede do projeto façam-no mediante recibo oficial. Contudo, a confiança interpessoal é elevada e fica o recibo na “palavra”, ficou claro que a gestão não consegue mudar os hábitos.

Os princípios igualitários estão constantemente sendo reforçados pela comunidade. No flanco formal a pluralidade de valores e a questão da igualdade entre os membros é bem assentada nos documentos constitutivos. Contudo, essa igualdade se dá no campo dos direitos e obrigações políticas e sociais. Temos como exemplo o fato de procurar inserir mulheres no contexto da liderança, ou a inserção dos jovens nos debates sobre a gestão da comunidade. Todavia, quanto ao aspecto econômico, a igualdade centra-se nos direitos relativos às cotas proprietárias, todos têm o mesmo direito às transações entre si e à associação, contudo, quem tem maior propriedade e mais eficácia produtiva está em melhores condições quantitativas. Observou-se que existem associados em melhor ou em piores condições econômicas uns em relação a outros, inclusive alguns que tem propriedades adicionais fora da comunidade, mas que por continuar sócio também participam dos processos decisórios da comunidade.

Ainda quanto à inserção dos jovens e das mulheres nos processos decisórios de acordo com as informações dos próprios membros, o incentivo à participação foi necessário a partir da

observação de que “as mulheres deixavam todas as decisões para os homens e muitas vezes não ficavam satisfeitas com as decisões tomadas” (RECA, 2003). Ainda de acordo com os sócios não existem cargos em que as mesmas não podem participar, inclusive elas têm participado muito da administração. Quanto aos filhos, eles entendem que a participação das crianças desde cedo contribui para a valorização da vida de acordo com a filosofia da comunidade quando adultos.

A solidariedade é um elemento presente na vida da comunidade Reça. Foi observado solidariedade no trabalho com a doação de dias de trabalho para alguém que está enfermo e no apoio para aos serviços na propriedade do coordenador presidente que se dedica no período à atividade de direção da comunidade. Os grupos mais desenvolvidos fornecem orientação na consolidação dos grupos menos desenvolvidos. Quando a comunidade de um grupo tem dificuldade de deslocamento por problemas nas estradas vicinais, a comunidade mais desenvolvida envia equipamentos para recuperação e ajuda.

O companheirismo, assim como as forças da solidariedade e da confiança, são elementos de convivência informal que seguramente podemos afirmar, são amalgamas intangíveis que permeiam o aspecto democrático e calcificam os fatores de êxito da comunidade, tornando um referencial para os projetos de desenvolvimento amazônico. Os fatores históricos de união da comunidade são constantemente reforçados pelas lideranças que permanecem e aquelas que chegam e ocupam espaço. De acordo com opinião de um sócio fundador do Reça “a gente foi criando uma certa rede entre a gente, uma rede de amizade, companheirismo e cumplicidade” (SÉRGIO LOPES/RECA, 2003, p. 31).

Em pesquisa no campo da governança institucional e administrativa da comunidade Reça, na qual se aprofundou com bastante maestria, o autor Justen (2015) informa que não existem conflitos profundos na comunidade por haver dois organismos que atuam de forma interdependente, isso porque os mecanismos de coordenação presentes na comunidade vão além das formalidade institucionais, e inclusive se apresentam mais fortes nas relações informais, em especial na interação, cooperação e confiança entre os trabalhadores produtores e a entidade a que pertencem. Para o autor existem fortes evidências nesse sentido:

“Outra prova de que os mecanismos informais são fortes no Reça é que este se organiza em grupos, os quais escolhem de livre vontade os seus representantes, demonstrando que os laços de amizade e companheirismo geram confiança entre os produtores, que são vizinhos e parceiros delongas datas, desde a concepção do projeto.” (JUSTEN, 2015, p 124)

O capital social é um fenômeno que afeta a forma de governança da comunidade Reca. Conforme as evidências de Putnam (2006) o capital social é constituído por um conjunto de normas e padrões comportamentais com princípios de reciprocidade de valor para indivíduos e grupos, considerando valores e relações de confiança. Para o autor o capital social constitui um importante mecanismo capaz de gerar confiança entre os atores envolvidos, ensejando desse modo a possibilidade na realização de contratos informais, e nesse sentido os elementos de coordenação e de cooperação são facilitados. Sob esse enfoque o capital social constitui uma ferramenta necessária para o desenvolvimento comunitário, estabelecendo os elos para a ligação entre os trabalhadores e a disponibilidade interna e externa de recursos. (PUTNAM, 2006).

Os elementos do capital social que propiciam uma boa relação de convivência são evidenciados na comunidade Reca. Durante a realização das assembleias gerais, a pausa para o almoço ocorre ao meio dia. A área do refeitório é pequena para a quantidade de associados e famílias que estão presentes na reunião. Contudo, aqueles que primeiro se alimentam cedem seus lugares para os demais demonstrando um gesto de solidariedade e companheirismo. Um fato importante observado é que como há poucas pessoas na organização do almoço e poucos talheres para a quantidade de pessoas, cada membro que termina sua refeição lava os talheres e os deixa disponível para aqueles que ainda não se alimentaram. No período, e após o horário de almoço verifica-se que há uma intensa convivência social entre os membros, eles contam histórias, discutem sobre produção, tratam de assuntos das famílias.

Ao tratar sobre relações de convivência e confiança, potencializadas pela existência de elementos identificáveis pela teoria do capital social, Justen (2015, p. 120) conclui que:

“O Reca é capaz de desenvolver e fortalecer seu capital social, preconizando pela gestão aberta, democrática e participativa, pautada nas relações de interação entre os produtores e a organização como um todo, o que por sua vez permite que os agentes partilhem de hábitos, confiança e desenvolvam o aprendizado mútuo, de maneira que facilite sua articulação para a identificação e solução de problemas comuns e estratégias para o desenvolvimento local.”

O entendimento para os trabalhadores associados do valor que as capacitações técnicas possuem e a socialização do conhecimento de todos para o aprimoramento produtivo é um dos fatores evidentes no êxito da comunidade. Algumas das novas gerações são técnicos agrícolas, inclusive alguns servidores públicos do órgão oficial e assistência técnica rural, eles trabalham em suas propriedades e prestam auxílio nos projetos e reuniões de conhecimento técnico e em

visita às propriedades dos trabalhadores parceiros vizinhos. De acordo com Forero (2018), a proposta tecnológica que sustenta o Reca foi o resultado da integração de conhecimentos e experiências dos agricultores, técnicos, especialistas e funcionários das diferentes instituições tecnológicas e ambientais, relacionadas com a comunidade.

Portanto, como se evidencia, a força intangível de valores tão escassos em sociedades complexas movidas por interesses econômicos como o atuais, quais seja a solidariedade, confiança, o companheirismo e a amizade constituem valores que moldaram e moldam a formato da comunidade Reca. Esses fenômenos interferem fortemente seus modos de gestão e governança.

4.3.3 A religiosidade

Na história da comunidade Reca, e na atualidade, a religião constitui um elemento interligado à vida comunitária. Esse fenômeno da vida social tem forte influência, pois conforme se observa na pauta da assembleia geral (Quadro 03), a religiosidade faz parte dos momentos da reunião a comunidade como item obrigatório. Todas as reuniões na comunidade são iniciadas com a realização de uma reflexão religiosa. No contexto das observações sobre a assembleia geral podemos observar que a partir das oito horas da manhã inicia-se o encontro na sala de eventos. Inicialmente o presidente faz as palavras de boas-vindas e convida o padre que está presente para fazer uso da palavra. O padre convida a todos, para juntos, fazer uma prece católica e profere uma pregação sobre a o que significa a vida em comunidade. Em seguida são apresentados os visitantes que são convidados a se apresentar ficando a palavra franqueada. Após essa cerimônia inicial, são lidas as atas de convocações para a assembleia geral e designado um moderador para a reunião.

A cerimônia religiosa não se encerra no início da reunião do dia. Ela tem um segundo momento no início das atividades da tarde. Às 14 horas, quando se reinicia a assembleia após o almoço, assim como no período da manhã, um religioso evangélico é convidado a fazer uma cerimônia. Ele lê e interpreta um trecho da bíblia que trata sobre a “terra prometida” faz uma oração, e canta uma música denominada; “Deus abençoe essa gente”, música esta que os membros do Reca disseram tratar-se do “hino do Reca”.

O trecho final do “hino do Reca” sintetiza o pensamento que move a comunidade em seus aspectos mais essenciais.

“Deus, faça ter a fartura na mesa. Expulse a praga que traz a pobreza. Deus, abençoe essa gente, guerreira e valente, que vive a plantar. (Música de Daniel e Samuel).

A religião sempre esteve ligada ao Reca e o Reca à religião. Para Ângelo (2014) a força da associação sempre esteve ligada a força que seus membros encontram na forma de viver contemplando os fenômenos da divindade em seu processo transformação: sobre as dificuldades no início da formação da comunidade informa o autor:

“Essa esperança só eclodi como força social nos camponeses se fundida a fé, a crença em Deus, a religião, de modo que não se sabe onde começa uma e termina a outra. Uma ideia tão convicta capaz de dar movimento à migração e transformar tanto sofrimento em concretizações sociais. Passível de buscar um sentido mais que social na migração, um propósito divino”. (ÂNGELO, 2014, p. 71)

O surgimento da comunidade acontece com a participação de correntes religiosas, como exposto anteriormente onde as entidades concederam apoio por meio do aporte de recursos financeiros e orientação para execução dos projetos. Na falta de apoio das instituições públicas, as entidades religiosas surgem como um grande suporte na luta em favor da vida digna. Com a presença na comunidade local das ideias da teologia da libertação foram o contexto da base das relações religiosas do Reca. Para ANGELO (2014), dois líderes foram fundamentais no início do projeto: o padre Jean Pierre e o produtor Sérgio Lopes. O pensamento religioso agregado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) convergiu para a formação de diversas lideranças na região, tais como Chico Mendes e Marina Silva, inclusive fez emergir em alguns imigrantes assentados na região da Ponta do Abunã a terem uma visão mais crítica da realidade, tornando-se assim os líderes do projeto.

Os princípios e ideias que orientam as práticas produtivas da comunidade, especialmente de estarem fortemente ligadas à conservação da produção ambientalmente sustentável, conservando recursos naturais, são decorrentes da formação da comunidade. Esses princípios orientam a convivência e conduzem as lideranças em um processo de gestão que respeita os valores da solidariedade, e do trabalho coletivo. Essa filosofia da comunidade Reca está relacionada aos valores disseminados pela cultura religiosa. De acordo com Forero (2018) os convívios com essas entidades moldam o Reca:

“De um lado, apesar da diversidade de visões de mundo e de propostas tecnológicas, em termos políticos, os agricultores, futuros membros do Projeto Reca, contavam com

uma identidade de classe, que se solidificava através das diversas ações e relações exercidas a partir do convívio em suas igrejas, de tipo católica e evangélica, bem como nos sindicatos rurais. Esse quadro de coerência e identidade política de classe, reforçado com práticas de solidariedade e trabalho coletivo, garantiu, desde o começo, a inexistência de propostas políticas antagônicas no interior do Projeto. (FORERO, 2018, p. 148)

Por fim, evidencia-se que o aspecto religioso foi crucial para o início e formação da comunidade e tem sido relevante nos dias atuais. O conhecimento desse aspecto da vida da comunidade se torna importante para identificar o modelo de gestão política, uma vez que a religião exerce forte influência nas formas de relação social.

4.4. Interpretando a gestão organizacional do Reça

4.4.1 Uma avaliação sistêmica sobre a força democrática da governança

Democracia é um conceito polissêmico que comporta inúmeras definições, das mais simples às mais complexas. Para avaliar aspectos de governança democrática em uma organização da sociedade civil de cunho econômico, utilizou-se os tipos ideais de Democracia Forte e Democracia Fraca concebidos por Barber (2003), além dos principais elementos e convicções que caracterizam a essência da literatura sobre a democracia participativa, bem sintetizados por Feres Jr e Pogrebinski (2010). De acordo com Locks Filho (2012), não é uma experiência muito comum pelos autores da política, a utilização de modelos para avaliação de experiências políticas participativas. De acordo com o autor, não existem tipos ideais como metodologia para a análise social. Nesse sentido os modelos podem ser construídos em face da vertente teórica adotada por cada autor na produção do conhecimento. (LOCKS FILHO, 2012).

Deve ser feita a advertência que a utilização dessas categorias referenciais da ciência política, assim como ocorre nas ciências sociais, não tem o objetivo de estabelecer uma relação cartesiana conclusiva sobre a efetividade da gestão democrática. No caso da comunidade Reça o que se busca é formar e robustecer as convicções, que em conjunto com outras observações, serão capazes de fornecer um quadro interpretativo mais próximo da realidade. Toda análise sobre relações de poder em sociedades complexas perpassa por avaliação de variáveis de incontáveis dimensões e vetores de força. Portanto, ignorar que a avaliação não deve ser feita a partir de vertentes pré-estabelecidas e de visões simples e unilaterais não parece ser uma atitude prudente.

A utilização desse ferramental visa formar uma convicção analítica que aliada a outras metodologias interpretativas do fenômeno, outros elementos, e observações colhidas durante a pesquisa vão constituir elementos de força razoável para reforçar as hipóteses. Outra advertência importante é o fato de se analisar democracia em uma organização social de trabalhadores com objetivo econômico. Portanto afastando-se da relação entre estado-sociedade onde os fenômenos democráticos e a teorias democráticas originalmente se aplicam com mais propriedade e entrosamento. Nesse sentido é importante compreender observação de Locks Filho (2012, p. 73) ao afirmar que a “construção dessas seis variáveis serve como um termômetro que procura abarcar diferentes aspectos da realidade dessas empresas, sem tornar nenhum fator primordial e decisivo.”

Feitas as ressalvas devidas, demonstra-se abaixo a matriz de insumos que estabelecem seis variáveis para a Democracia Forte e para a Democracia Fraca de acordo com a classificação do teórico norte americano Benjamin Barber.⁹ Procuramos identificar dentro dos aspectos do comportamento e da ação dos agentes da comunidade Reca, desde seus líderes e membros e de seus espaços públicos de diálogo, os aspectos que revelam convergência ou divergência com os mecanismos pré-definidos. As observações foram desdobradas na terceira coluna a partir das informações das colunas um e dois.

Quadro 5 - Matriz para interpretativa da governança democrática

Variável	Democracia Forte	Democracia Fraca	Comunidade Reca
1	Participação - as tomadas de decisões são feitas pelos trabalhadores.	Representação - as tomadas de decisões são feitas para os trabalhadores por uma elite dirigente.	As decisões são tomadas a partir da concepção dos associados, por meio de participação a assembleia geral e representação no colegiado de coordenadores. A participação é híbrida, os trabalhadores participam mas a coordenação exerce influência significativa nas decisões.

⁹ A quadro contendo as variáveis da Democracia Forte e Democracia Fraca foi elaborado por Locks Filho (2012, p. 72) a partir das teorias de Benjamin Barber (2003)

2	Autonomia nas escolhas e decisões	Falta de autonomia nas escolhas e decisões	O trabalhador tem força de autonomia decisória porquanto há prevalência dos valores discutidos face a face nos grupos, mas não tem total autonomia sobre todas as decisões que são tomadas com frequência pela coordenação no âmbito da agroindústria.
3	Comunicação democrática e contínua	Comunicação autoritária e esporádica	A comunicação é democratizada uma vez que os canais são reforçados pela participação dos associados em grupos, por meio de espaços formais e informais
4	Interesses comuns entre envolvidos	Atomização Individual	São privilegiados os interesses em comum entre os trabalhadores, o princípio da solidariedade e forte e constantemente reforçado pelas ações promovidas.
5	Centralidade nos processos decisórios	Conflitos velados e discordâncias sufocadas	Os processos decisórios são bem estabelecidos, mas em parte das decisões os conflitos são resolvidos por meio da aplicação regra da maioria, revelando conflitos que eventualmente são sufocados.
6	Transformações dos valores nos processos políticos públicos	Valores são pré-definidos, privados	Os valores são transformados em processos públicos pois as pautas são aperfeiçoadas em processo público. Contudo a ação individual em prol do interesse privado que destoa da agendas convergentes são observáveis no contexto comunitário.

Fonte: Barber (2003) apud Locks Filho (2012) com adaptações do autor

De acordo com Barber (2003) a ênfase deve ser dada ao processo pelo qual as decisões são tomadas e se tais decisões são capazes de gerar desejos públicos ou ainda mais interesse em comum. Na comunidade Reca o processo de tomada de decisão conquanto contenham elementos de participação indireta, é um processo que conduz a reflexão e o aprimoramento dos projetos em torno dos valores da sustentabilidade, portanto desse modo as ideias não são pré-concebidas livremente pelo associado, mas pelo contrário, fruto o desenvolvimento de projetos comuns uma vez que as vantagens auferidas por todos quando produzem a caminhada de forma convergente é constantemente reforçada pelos mecanismos de comunicação.

Ainda de acordo com autor é necessário que as divergências naturais do indivíduo sejam resolvidas por meio de deliberação e participação em espaço público e que o processo dialógico formado a partir da educação cívica produza resultados de consensualidades. Sob tal aspecto entendemos que a comunidade não atende tal requerimento uma vez que os processos decisórios são bem estabelecidos, mas em parte das decisões os conflitos são resolvidos por meio da aplicação regra da maioria, revelando conflitos que eventualmente sufocados.

A utilização de uma linguagem comum é necessária para reformular os interesses privados em um espaço público, tendo em vista que as divergências devem ser solucionadas no plano dos processos de tomada de decisão (Barber, 2003) no caso do Reça a pesquisa evidenciou que os valores são transformados em processos públicos pois as pautas são aperfeiçoadas em processo público, contudo em face do critério da participação total não ser atendido, o critério é atendido apenas parcialmente. A causa da sustentabilidade ambiental indica favorecimento da discussão de bens públicos sobre os privados.

4.4.2 Uma aproximação para avaliação da governança democrática e participativa

A partir da síntese dos elementos mais fortes sobre a doutrina participacionista de democracia sintetizadas com maestria por Feres Jr e Pogrebinski (2010) extraímos alguns requisitos chaves desses elementos, adequados à necessidade de verificação das hipóteses, e fizemos uma confrontação analítica desses elementos com as relações sociais e demais elementos que formam o modo de vida da comunidade Reça. Tendo em vista a consideração de que se trata de avaliar democracia na esfera de organização da sociedade civil e não do Estado, selecionamos os requisitos que são mais adequados ao objeto de pesquisa, optando por deixar outros também relevantes para a doutrina da democracia participativa, mas que no caso do objeto em questão, seria limitada sua aplicação em face de se tratar de um fenômeno fora da esfera estatal.

A matriz de insumos e produtos é representada na coluna um onde estão os principais pressupostos referenciais da teoria da democracia participativa (insumo). Na coluna dois e três (produtos) são feitas respectivamente a demonstração do resultado análise ao atendimento ao pressuposto, e delineado o elemento que serviu de parâmetro para o julgamento.

Quadro 6 - Matriz de pressupostos da democracia participativa

Pressupostos da democracia participativa	Se adequa ao pressuposto? (sim/não/parcialmente)	Elemento verificador do pressuposto na comunidade Reca
A defesa de um engajamento cívico, por meio do qual os cidadãos participem do processo de formação de políticas no plano local.	Sim	A formulação das políticas de gestão da comunidade são tomadas a partir da participação dos trabalhadores
A defesa de que tal engajamento se dê por meio de uma participação direta e ativa dos cidadãos na tomada de decisões políticas e na administração do espaço social no qual se inserem.	Parcialmente	A decisão dos trabalhadores é híbrida. Ocorre por meio da representação dos coordenadores e por meio direto em assembleia geral.
A suposição de que tal participação direta e ativa dos cidadãos não seja passível de mediações, ou seja, que se dê sem o intermédio de representante eleitos com a finalidade de agir em seu nome.	Não	Em parte do processo de tomada de decisões se interpõe um conselho de coordenadores representantes dos grupos das comunidades. Os grupos constituem mini esferas de poder que se põe acima do associado.
A expectativa de que a participação direta e ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas conduza a construção de consensos que possam eventualmente ser substitutivos à prevalência da regra da maioria.	Parcialmente	A construção de consenso é obtida a partir das discussões intermediadas pelos coordenadores, e das discussões nas bases, contudo em alguns não se obtém consenso, o Estatuto prevê a decisão pela prevalência da regra da maioria
A compreensão de que a ação coletiva depende da coordenação da ação individual de cada cidadão.	Sim	Os comunitários acreditam que a capacidade coletiva do Reca ocorre a partir das convicções de seus membros que perseveram na filosofia de vida
A compreensão de que a ação individual de cada cidadão envolve a sua atividade cotidiana, isto é, pressupõe a prática de alguma atividade a ser exercida coletivamente	Sim	A prática da vivência coletiva nos grupos que compõem o Reca é intensa e reúne eventos de cunho técnico, social, cultural, esportivo, religioso, dentre outros

A suposição de que é no exercício cotidiano de suas atividades que os cidadãos se educarão para a democracia participativa.	Sim	A comunidade implementa atividades cotidianas no âmbito dos grupos com vistas a educação para uma vida comunitária mais ampla.
A suposição de que educação é um componente importante da democracia participativa, devendo ser compreendida como algo que vai além da instrução escolar formal	Sim	Os comunitários têm a compreensão de que o estudo na EFA não constitui elemento finalístico para a vivência democrática. Implementaram a pedagogia da alternância com a finalidade de o jovem ter educação formal complementada com atividades comunitárias
A presunção de que a auto-organização e a autoadministração dos cidadãos são feitas com base na interação social.	Sim	São implementadas atividades que vão além da mera relação econômica, por meio de atividades culturais e recreativas que produzem mais interação social.
A presunção de que tal interação social se dá a partir de graus diferenciados de elementos comunicativos, discursivos e deliberativos.	Sim	Os fóruns da interação social são diversificados, contemplando diversos espaços comunicativos e possibilidades de interação social.
A suposição de que o associativismo deve dar-se por razões locais e particulares, por meio da agregação dos interesses de grupos de pessoas que se relacionem justamente por causa da similitude de tais interesses.	Sim	A filosofia de vida de constituir uma comunidade, solidária, justa, igualitária, plural e ambientalmente sustentável é uma razão de união mais forte que o indivíduo
A suposição de que o associativismo não deve ter causas essencialmente políticas (por mais que a sua prática leve a uma determinada forma de organização política, a democracia participativa), bastando para tanto a autogestão dos interesses daqueles que se associam em torno de um tema (associações científicas, culturais, religiosas, etc.) ou de um espaço (escolas, universidades, fábricas, bairros, etc.).	Sim	A autogestão da comunidade ocorre em um espaço territorial rural envolvendo uma causa de desenvolvimento econômico.
A suposição de que tal associação deve dar-se em diferentes níveis da vida coletiva, não se restringindo ao domínio político.	Sim	A comunidade Reça se insere no âmbito das organizações da sociedade civil.

A reivindicação de que o domínio político não deve se restringir às instituições formais do Estado.	Sim	A comunidade Reca não integra as instituições formais do Estado
A reivindicação normativa de que aquilo que se chama de política deve transcender o Estado, envolvendo diferentes espaços públicos que facultem a organização da sociedade civil.	Sim	Valores públicos são reconhecidos fora do âmbito governamental no caso do Reca.
A suposição de que tais espaços públicos tenham, muitas vezes e em diferentes graus, aspectos comunitários.	Sim	A comunidade Reca é um espaço público.
A defesa de um nexo estrito entre os conceitos de democracia e comunidade.	Sim	O Reca é um a comunidade democrática
A compreensão de que o aspecto comunitário da democracia participativa responde, em alguma medida, pelo compartilhamento de uma experiência comum.	Sim	O compartilhamento de experiências comuns caracterizou o início da comunidade Reca e o valor do desenvolvimento ambientalmente sustentável é a experiência que mantem a união na atualidade
A aposta de que à ênfase nas ideias de práxis, atividade e ação corresponde a ênfase no caráter empírico das teorias da democracia participativa.	Sim	A comunidade Reca constitui um caso empírico de vivencia democrática.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Feres Jr e Pogrebinschi (2010)

A apatia política, problema mais amplo que afeta as democracias em diversos níveis, é um fenômeno que afeta a vida em comunidade. A comunidade tem a consciência desse problema e incentiva por diversos meios a participação. A promoção de eventos sociais, recreativos e esportivos, com a inclusão de todas as classes mulheres, jovens, crianças e adultos tem como objetivo estimular a integração e a participação. A organização das reuniões de forma que sejam mais agradáveis, a realização de eventos específicos, com temáticas específicas que buscam promover a interação e a integração social são soluções que visam restringir a apatia política.

Foi observado incentivo reverso à valorização da participação, ou seja, a acomodação política, que ocorre quando o fator da confiança na coordenação é elevado, o que gera desincentivos ao cidadão à participação. Declaração de membros da comunidade dão a entender que os pleitos serão atendidos pelo encaminhamento feito pelas lideranças, e sabendo de

antemão o cuidado que a coordenação tem com as pautas produzidas pelos grupos, não se sentem estimulados a participar. Ou seja, observamos o sentimento demonstrado por alguns associados que se manifestaram no seguinte sentido: não veem necessidade de participar porque confiam que seus representantes que já tem as melhores ideias para conduzir a comunidade. A comunidade resolve esse problema por meio do processo de “obrigação de participação”, desse modo os membros da comunidade têm que participar de uma quantidade mínima de reuniões para não ser excluído do projeto, ausências sem justificativas não são toleradas, do mesmo modo que para aderir a comunidade Reca tem que entender que é preciso participar das reuniões.

O incentivo à participação nas reuniões, conforme se evidencia na pauta (Quadro 03) é feito tornando o espaço comunicativo em um evento social. Em verdade trata-se de um encontro social da comunidade central, no caso das assembleias gerais, e encontros sociais mensais dos grupos. A reunião não tem o caráter de produzir um resultado para os atos da administração, mas constitui um fórum para a discussão concreta em torno dos problemas comuns.

Observou-se que a maioria dos membros discute informalmente os problemas que estão sendo debatidos no dia e não tem muita preocupação com a decisão final. O fator confiança na equipe de coordenação do projeto exerce forte influência nesse comportamento. Esse elemento colabora na ocorrência de reuniões rápidas onde os consensos são realizados com mais facilidade, inclusive os processos decisórios por votação a maioria não contemplam grandes problemas, normalmente as votações que ocorrem em torno da decisão sobre propostas similares têm termo de valor, visto que já foram objeto de ampla discussão nas bases da comunidade.

Os fatores reais de poder impressos na norma constitucional brasileira e a legislação regulamentadora recorrente impõem instâncias internas decisórias e organizacionais para as associações e cooperativas, como visto anteriormente, assembleia geral, estatuto, regimento, órgãos fiscais e os registros cartoriais respectivos. Contudo, é evidente que esse aspecto da organização formal por si só não constitui um ambiente participativo democrático na substancial acepção dos termos. Nesse sentido, é preciso investigar e evidenciar outras formas de participação na comunidade Reca. De acordo com o calendário e regimento do Reca são realizadas anualmente duas assembleias gerais, 12 reuniões mensais nos grupos com a presença de todos os associados do grupo e 12 reuniões mensais da equipe de coordenação. Além desses fóruns formais são realizados encontros para diversos objetivos, com a participação ampla ou restrita para que envolva toda a população do Reca, esses encontros não são pré-definidos no estatuto.

As reuniões dos grupos ocorrem nas proximidades da comunidade, normalmente os grupos possuem atualmente espaços para reunião em casas de associados, ou igrejas ou espaços esportivos. As assembleias acontecem na sede do projeto, um ponto de encontro tradicional que dispõe de espaços para diversos tipos de eventos. A reunião de líderes ocorre na sede do projeto. Concluimos que o fator local não consiste em elemento restritivo aos espaços discursivos que ocorrem livremente na comunidade, inclusive essa tradição faz parte da história do Reca.

Todos podem falar, mas nem todos falam. Que usa a fala normalmente são os mais velhos e coordenadores. Na assembleia geral observada 17 pessoas fizeram alguma intervenção durante toda a reunião, alguns desses fizeram mais de uma intervenção. Nessas 17 pessoas, não se incluiu os membros da direção ou do corpo de gestão que sempre fazem uso da fala. A assembleia teve a presença 212 associados contados na lista de presença. A associação conta com aproximadamente 270 sócios, contudo, na mesma família pode haver mais de um sócio.

A pauta segue em parte a um ordenamento legal para atender à legislação vigente, alguns assuntos administrativos da cooperativa e da associação, a eleição da nova diretoria, prestação de contas e contabilidade. Contudo, muitos assuntos como apresentação dos trabalhos das equipes gestoras de projetos, da equipe de pesquisas e da equipe de execução são assuntos tratados na reunião não são previstos em legislação como obrigatórios, mas são apresentados na assembleia e são sujeitos à críticas e opiniões pelos membros da comunidade, como uma forma de “prestar contas” do trabalho que está sendo feito. A transparência de quem trabalha na gestão da associação e da cooperativa é elevada à alta instância. Da mesma forma os coordenadores aproveitam a presença de todos para cobranças sobre o modo de ação e da necessidade de os membros executarem os serviços e respeitarem os acordos pactuados.

Os espaços comunicativos formais no Reca são definidos desde a sua criação por meio dos seus fundadores, e legalmente registrado no Estatuto do ano de 2003. Onde se definiu que a célula básica do Reca são os grupos locais que se reúnem mensalmente para as “conversas sobre quaisquer assuntos”, essa célula é organizada pelo Coordenador e pelo líder do grupo. É obrigatória a participação nessa célula para entrar e continuar pertencendo ao Reca. Os assuntos são discutidos pelos coordenadores na reunião mensal da coordenação. Na assembleia geral os assuntos já chegam “filtrados” mas observou-se que alguns assuntos que interessam a um sócio podem ser iniciados ou reiniciados na assembleia geral, dependendo da complexidade e na maioria dos casos o assunto retorna ao colégio de coordenadores para discussão e posteriormente retornar ou não a pauta da assembleia geral.

São os grupos que coordenam o processo de “caminhada” (processo de admissão de novos sócios) e apresentam na assembleia geral aqueles que lograram a capacitação para serem acolhidos como sócios. Uma vez sócio do Reca, o associado já pode se filiar na cooperativa.

A reunião de grupos tem acesso livre, inclusive obrigatória a participação, e é registrada a ausência injustificada. Somente é permitida três ausências no período de seis meses, ou seja, deve-se participar de pelo menos metade das reuniões. As reuniões dos grupos ocorrem nas zonas rurais nas linhas próximas às residências dos moradores. Em algumas linhas já existem os centros de convivência em igrejas e campos de futebol onde se reúnem.

O coordenador Presidente eleito para o mandato de 2 anos, com possibilidade de prorrogação é o representante máximo do Reca. Ele responde legalmente pela associação e pela cooperativa. Faz a representação política interna e externamente. Contudo, na pesquisa foi observado que as decisões importantes, no âmbito administrativo, o coordenador sempre ouve o colégio de coordenadores, bem como as diretrizes da assembleia geral. Firmar compromisso com instituições, bancárias, assinar contratos com fornecedores, comprar insumos de produtores não cooperativados, contratos com grandes clientes, contratação de funcionários, como Natura e Petrobrás são exemplos de atos que o Coordenador presidente não pratica sem ouvir os demais coordenadores.

O coordenador presidente atende as decisões do colégio de coordenadores e controla a ação da equipe de execução, contudo, como essas equipes vivenciam diariamente a administração da agroindústria do Reca, em muitos casos as equipes apresentam os problemas e soluções e o Coordenador Presidente decide, sendo assunto mais relevante e não urgente, aguarda a próxima reunião da coordenação para poder decidir.

O coordenador vice presidente tem forte influência nas tomadas de decisão no dia a dia da gestão interna do Reca pois em face da projeção e protagonismo do Reca, muitas e constantes viagens são necessárias para o Coordenador Presidente. Assim, o vice está mais presente e toma as decisões que sempre são compartilhadas com todos os presentes via rede eletrônica social de comunicação.

O conselho fiscal tem suas atribuições formais previstas no Estatuto do Reca. Ele exerce suas funções com certa independência em relação à coordenação e à equipe de execução. Ficou evidente em observação da assembleia geral que o conselho fiscal fez críticas aos atos de gestão dos coordenadores que estavam fazendo pagamento antecipado a associados antes da entrega efetiva e contagem da produção. Contudo, às vezes pode atuar como conselho consultivo, isso porque em face do acordo de transparência plena dos atos que a cultura do Reca impõe, em

muitos casos membros do conselho opinam sobre decisões administrativas, financeiras e contábeis.

As decisões no plano interno, ou seja, a gestão do negócio, agroindústria, fornecedores, clientes, pessoal, estoques, contabilidade, financeiro é responsabilidade do coordenador presidente, com apoio e compartilhamento com a equipe de execução. O Reca possui alguns funcionários que trabalham na agroindústria e no apoio administrativo e logístico.

A equipe de execução tem o apoio de alguns sócios ou filhos de sócios que trabalham e recebem salário, na gestão dos projetos e acompanhamento na execução dos contratos ou equipe de pesquisadores. Alguns filhos ou netos de sócios pioneiros trabalham na sede do projeto com pesquisas voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento do processo produtivo sustentável.

A Cooperativa Reca adquire matérias primas de não associados para cumprir o compromisso de entrega previstos nos contratos com clientes (Natura). Pagam um preço menor que o valor para a matéria-prima fornecidas por associados e somente compram de não-sócios quando a produção dos sócios não é suficiente para atender a demanda.

Observou-se que um elemento definidor do bom relacionamento dos membros do Reca é a influência dos mais velhos. Esses colaboram e estão sempre presentes participando das decisões democráticas como os demais membros. Em alguns casos atuam como moderadores e cultivadores dos valores iniciais de agregação da comunidade sempre lembrando os tempos mais difíceis. Destaque-se que o Reca já se encontra em sua terceira geração em trinta anos de existência e os mais velhos e mais novos participam das atividades do Projeto. Observou-se que os mais jovens privilegiam atividades desenvolvidas com máquinas e equipamentos, pesquisas sobre novas técnicas e desenvolvimento da produção sustentável.

As famílias exercem certa influência no modo de vida da comunidade Reca, pois normalmente seus posicionamentos são uniformes. Observou-se que as mulheres casadas acompanham os maridos nos posicionamentos, e também o oposto, do marido acompanhar a mulher em certos pontos de vista, tanto na reunião dos grupos como na assembleia geral. As crianças participam das reuniões dos grupos, em vários casos são desenvolvidas atividades voltadas para as crianças visando integra-las ao modo de vida da comunidade, assim como são desenvolvidas atividades com objetivo de integrar mais as mulheres ao modo de vida do Reca já que muitas vezes elas permanecem em casa enquanto o marido participa das reuniões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou avaliar o fenômeno democrático, suas possibilidades e formas para além da relação estado-sociedade, no entendimento de que, dada a complexidade da democracia nos tempos atuais, é necessário a expansão das investigações com a finalidade de formar um cenário para maior compreensão das relações sociais. Buscou-se, portanto, investigar as dinâmicas e relações democráticas na esfera da sociedade civil. O olhar sobre o caso levou em conta princípios bastante antigos da visão participativa, oriundos da concepção Deweyana, do começo do século passado, especialmente centrada na “convicção de que a democracia transcende o Estado e se encontra simultaneamente em todos os modos de associação humana dentro da comunidade”, (DEWEY, 1929 apud FERES JR E POGREBINSCHI, 2010, p. 144) os quais são importantes valores resgatados no começo do milênio para explicar a complexa teia das relações políticas na sociedade.

Investigar as diversas dinâmicas que compõem o cenário da democracia especialmente no que concerne a democratização da gestão e organização das relações de trabalho é olhar recente, e por isso mesmo fundamental para a ampliar compreensões e entendimentos para além da democracia em sua concepção hegemônica representativa e seus problemas recorrentes. Nessa linha, diversos autores das correntes da democracia participativa, deliberativa e associativa citados ao longo desse trabalho, ressaltam o valor da sociedade civil e dos espaços comunicativos criados, e da democratização das relações de trabalho para o aperfeiçoamento das relações sociais.

O objeto de pesquisa eleito para análise de caso é uma comunidade com longa tradição que já conta com três décadas de existência, caracterizando uma situação rara e especial de governança horizontalizada, haja vista que tem se observado que na Amazônia, comunidades similares têm fracassado em seus projetos de união, cedendo espaço territorial aos modelos de desenvolvimento tradicional, especialmente porque gestores a cooperativados caminham em sentido divergente (DIAS, 2018). Desse modo, surgiram diversos estudos que procuram investigar e apresentar uma resposta quanto ao sucesso da comunidade Reça, avaliando sua eficiência na gestão econômica, seus êxitos de relacionamento interno e externo, na capacidade de produzir um desenvolvimento sustentável na dimensão social, econômica e ambiental. (FRANKE et. al, 2005; FGV, 2009; SILVA SATO, 2013; ÂNGELO, 2014; JUSTEN et. al, 2015; MOREIRA, 2015; VASCONCELOS, 2016; CANTAGALO, 2016; FORERO, 2017)

Esse estudo avançou no sentido de investigar, lançando um novo olhar sobre as diversas dinâmicas políticas estabelecidas em seus processos coletivos, os espaços comunicativos e as oportunidades de diálogos, consulta, persuasão, o papel das lideranças na conformação dos interesses coletivos, as instâncias de democracia direta e indireta, por meio de uma profunda análise do comportamento/ação dos agentes da comunidade Reça, criando um cenário que permitiu identificar o modelo de gestão e governança política e o impacto que essa ação produz para a continuidade do projeto. Avançou ainda na identificação dos impactos das redes de relações sociais que projetam o modo de vida da comunidade.

O protagonismo que possui na condução de um processo de produção ambientalmente sustentável é um fator que mobiliza a união do Reça, é um elemento indispensável na criação de uma causa que envolve um interesse em comum, garantiu à comunidade diversos prêmios, inclusive internacionais, e o mais importante, assegura que o projeto continue obtendo parcerias para diversas finalidades inclusive de assessoria, consultoria, pesquisa, e com múltiplos organismos ligados à esfera da sociedade civil, empresarial e estatal, que inclusive assegura a obtenção, com relativa facilidade, de recursos financeiros.

O modelo de produção ambientalmente sustentável não garante de imediato uma democracia participativa, mas é certo que a concretização da dimensão sustentável do meio ambiente somente encontra espaço para seu desenvolvimento na comunidade Reça, em face de haver no âmago da comunidade, uma relativa essência de gestão pautada por espaços públicos democráticos e abertos de diálogo nos quais os bens públicos presentes e futuros são elevados à uma categoria superior aos bens privados.

Contudo, a captação de recursos financeiros para aplicação na ampliação da capacidade produtiva tendo um espaço territorial limitado de atuação pode afastar a comunidade dos seus valores originais, visto que a cooperativa se vê diante da necessidade de aquisição de insumos e formação de negócios com não sócios para atender a demanda que é gerada, e da necessidade de movimentar uma estrutura agroindustrial criada e justificar os investimentos. Na medida em que a atuação passa a pautar mais pelos negócios empresariais que pelos valores tradicionais da associação, surge uma estrutura empresarial, cuja essência move-se por princípio da eficiência econômica, na qual os processos de participação política sejam excluídos tendo em vista a criação de uma classe gerencial subordinando e restringindo as ações dos trabalhadores no processo decisório.

Por meio de valores subjetivos de igualdade, confiança e solidariedade, a comunidade mantém sua união com uma relativa convicção. Esses são os valores originários do início da comunidade do Projeto Reça, os quais são ladeados por valores adicionais relacionados à fé e

à prática religiosa. Valores estes que foram e são fundamentais para a comunidade Reca sedimentar um espaço onde outros princípios de boa convivência podem se edificar. Esses elementos formam o contexto de um modelo comunitário complexo e ímpar e de difícil transplante para outros espaços. Ainda que seus aspectos formais de gestão e governança formais possam ser replicados, valores essenciais íntimos dessa comunidade local são características do estoque de capital social acumulado ao longo de sua história.

A criação de espaços públicos formais de diálogos e comunicação é uma característica que remonta os primórdios da associação, constatável por fortes evidências materiais e mantida até os dias atuais. As lideranças pioneiras e aquelas que as sucederam, seguem a uma linha de razão existencial focalizada nos valores iniciais que propiciaram a formação da comunidade e assim, tem plena consciência do valor da concretização desses espaços para manutenção da vida comunitária.

Os espaços participativos informais possibilitados por meio de valorização das atividades de grupos asseguram à comunidade Reca um nível de confiança interpessoal de identidade própria. Esses espaços são tradicionais da comunidade e seu jeito de “caminhar” caracterizado pela ampla possibilidade de participação a nível dos grupos por meio de diversos encontros e reuniões e eventos públicos de caráter cultural, esportivo, técnico dentre outros. Onde as decisões são tomadas em prol da coletividade, os trabalhadores tem relativa autonomia nas decisões. A boa conversa e a “troca de ideias” faz parte da vida da comunidade. Esses elementos permitem identificar que os mecanismos de governança são característicos da Democracia Forte Participativa.

Os espaços formais de participação realizam-se por canais diretos e indiretos, por meio direto as reuniões mensais nos grupos tendem a ser um momento de criação de reivindicação de pautas, que serão avaliadas indiretamente depois pelos coordenadores centrais. A coordenação se reúne em nome dos trabalhadores para dar cumprimento à gestão, contudo, tem que emanar ordens administrativas no sentido de mover a máquina agroindustrial. A cooperativa adquire insumos de trabalhadores de outras regiões a preços mais baixos, esses trabalhadores não participam das decisões, são meros fornecedores de insumos. As assembleias gerais apesar de constituírem um espaço coletivo, fisicamente impossibilita que a totalidade dos membros expressem suas reivindicações, dessa forma as matérias têm de ser decididas mediante votação pela regra da maioria. Nesse sentido, os espaços representativos formais afastam os trabalhadores da autonomia de suas escolhas e decisões. Portanto identificam-se presentes elementos da Democracia Fraca Representativa.

Após uma profunda observação e análise do comportamento/ação dos agentes da comunidade e das estruturas e espaços formais e informais de diálogo, comunicação e decisão que afetam a vida da comunidade, todas as evidências estão a indicar que ao longo dos seus trinta anos de história, a comunidade adota um modelo híbrido de gestão e governança, com forte viés para a realização da democracia participativa e associativa, com uma governança horizontalizada, todavia com tendência à uma degeneração para um modelo de gestão empresarial verticalizado, a partir do momento de transformação na capacidade produtiva e a necessidade de eficiência econômica que tendem por um modelo representativo afastar os trabalhadores das decisões autônomas.

A caminhada entre paradigmas antagônicos relacionados ao crescimento econômico e o desenvolvimento ambientalmente sustentável com valores solidários devem conduzir a tônica das discussões e reuniões nos seus espaços e oportunidade de diálogo. Nesse sentido uma saída viável para a comunidade é expandir sua área de abrangência estimulando a consolidação de novos grupos, para além de seu território, cujos valores estejam alinhados a princípios da economia solidária e ambientalmente sustentável, valorizando a aquisição de insumos das comunidades tradicionais estimulando-as a ampliar a sua área de atuação e cadeia de valores de produtos da floresta, ou de ambiente de produção consorciado com a floresta, que tenham menos riscos e impactos ambientais, originando produtos com o chamado “selo verde” para uma parcela do mercado de bens e serviços que buscam o conhecido “consumo consciente”, o qual consiste na avaliação prévia dos certificados de origem e dos menores impactos socioambientais. Contudo, até o momento, não é o que pode ser observado.

Nesse sentido vislumbra-se a possibilidade de novas pesquisas que busquem ampliar os horizontes lançando novos olhares sobre a “caminhada” da comunidade. Especialmente quanto à avaliação da aderência ao planejamento estratégico e os seus valores essenciais, considerando a emergência de valores econômicos sobrepondo a valores sociais. Noutras vertentes podem ser avaliadas como a cooperativa vai compatibilizar as demandas de insumos primários com a limitação da capacidade produtiva dos associados do projeto Reca, as novas lideranças do Reca serão profissionalizadas para gestão da agroindústria? Serão criados setores estratégicos de comércio? Estudos mais avançados podem ser desenvolvidos também no sentido de compreender os entraves para expansão do modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e solidário, constituindo a comunidade Reca em um mecanismo multiplicador de desenvolvimento adequado para as comunidades amazônicas locais. Note-se que outra questão decorrente que se apresenta é o fato de que a ampliação do projeto impactaria sua capacidade

de autogestão e preservação dos espaços informais de diálogo que ainda são tão importantes à vida comunitária. Seria isso possível?

No contexto da construção da sua história de união a comunidade desenvolveu uma convicção de que é preciso “perseverar”. Perseverar, na melhor tradução etimológica, significa possuir perseverança, ou seja, é a persistência de quem não desiste; insiste, é obstinado, e continua com seus projetos e ideais, neste sentido, a constatação revelada no planejamento estratégico do Reça é de clareza irretocável: eles “acreditam que os associados já foram mais perseverantes, mas o nível de perseverança continua razoável nos dias de hoje.” (RECA. Planejamento Estratégico. 2017-2024)

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations.** Princeton: Princeton UP, 1963.

ÂNGELO, Daniel Dias. **Do sonho à luta de sobrevivência na Amazônia: “A caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA** / Daniel Dias Ângelo – 2014 119 f.; Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

AVRITZER, Leonardo. **Um Desenho Institucional Para o Novo Associativismo.** Lua Nova: São Paulo, n° 39, p. 149-174, 1997.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública.** Lua Nova, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000.

BARBER, Benjamin. **Strong Democracy participatory politics for a new age.** University of California Press, 2003.

BAGGETTA, M. **Civic Opportunities in associations: interpersonal interaction, governance experience and institutional relationships.** Social Forces, Volume 88, Number 1, pp. 175-199, September 2009.

BECKER, B. K. **A Amazônia Pós ECO-92: Por um Desenvolvimento Regional Responsável.** In: BURSZTYN, M. (org.) Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BIRD, Colin. **Introdução à filosofia política.** Trad. Saulo Alencastre. São Paulo: Madras, 2011.

BOBBIO, Norberto, **O futuro da democracia.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. – 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CAMPOS, Índio. MICHELOTTI, Fernando. **Perspectivas e entraves ao manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia.** Artigo. Revista de Estudos Sociais - ano 12, n. 24, v. 2, 2010

CARVALHO, Otacílio Moreira de. **Nova Economia Institucional e sua aplicação aos Sistemas Agroflorestais utilizando a Matriz Estrutural Prospectiva.** [Porto Velho, 2008, 119 f.] Dissertação(Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGMAD, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2008.

COHEN, J.; ROGERS, J. **Associations and democracy.** 1993. https://www.jstor.org/stable/30036978?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: Novembro 2018.

COHEN, J.; ROGERS, J. Associative democracy. 1993. Disponível em: <http://cows.org/joel/pdf/a_063.pdf>. Acesso em: Novembro 2018.

CORREA. Silvio Marcus de Souza (org.) **Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul**: Edunisc. 2003.

COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. (Coords.) **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro : Garamond : Tubinger, Alemanha : Geographischen Institut der Universität Tubingen, 2005. 332 p.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

DANÉRIS, Marcelo Tuerlinckx, **Democracia sem maioria - A experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul e as condições para validade da Concertação Social**. Tese (Doutorado) -. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

DEMO. Pedro. **Cidadania Menor. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis. Editora Vozes. 1992.

DIAS. Maria Irenilda de Sousa. **Gestão participativa e compartilhada: um modelo para as cooperativas da agricultura familiar**. Editora CRV. Curitiba. 2018.

DIAS. Reinaldo. **Ciência Política**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DROULERS, Martine; Le Tourneau, François-Michel; Nasuti, Stephanie, Kohler, Florent; Marchand, Guillaume; Greissing, Anna; Lena, Philippe; Dubreuil, Vincent; **DURAMAZUM Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 2, n. 1, p. 165-186, jan/jun 2011.

ECO, Humberto. 1932. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo. Perspectiva. 2014, 25 ed. (coleção estudos; 85 / dirigido por J. Guinsburg)

FEARNSIDE, P. M. **Efeitos do uso da terra e manejo florestal no ciclo de carbono na Amazônia Brasileira**. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: Governo Federal, 2001. p. 173-196.

FEARNSIDE, P. M. **Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências**. Megadiversidade, vol.1, n. 1, julho de 2005.

FEARNSIDE, P. M. **Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle**. ACTA Amazônia, Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

FISHKIN, James S. **Quando o povo fala: democracia deliberativa e consulta pública**. Trad. Vitor Adriano Liebel. 1ª ed. Curitiba: Instituto Atuação, 2015. (Coletânea da democracia).

FORERO, Fabio Morales. **Acre, Reca... eureka! O fim do esquivo desenvolvimento regional**. Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac, 2017. 288 p.

FRANKE, Idésio Luis. **A aprendizagem tecnológica e organizacional na performance do sistema produtivo e institucional do Reca**. 196 p., 297 mm, (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão de C&T, 2005). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. **Projeto Conexão Local (relatório final). Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado**. 2009. Disponível em http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1_-_reca_2.pdf consulta em 01/03/2017.

FUNG, Archon. **Empowered participation reinventing urban democracy**. Princeton University Press. 2004.

FUNG, Archon. **Varieties of participation in complex governance**. Public Administration Review, special issue, p. 66-75, dez 2006.

GAIGER, Luiz Inácio **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, núm. 82, junho, 2013, pp. 211-228 Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10727637017>. Consulta em 13/11/18.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática**. Civitas: Porto Alegre, v.4, n.2, p.257-283, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/14/1616>. Acesso em: 14/03/17.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Participação Cidadã & Gestão Pública: A Experiência da Cidade de Montevidéu**. Barbarói (USCS), v. 1, p. 55-70, 2006.

GUGLIANO, Alfredo. A. **Democracia, participação e deliberação**. Civitas, v. 4, n. 2, 2004.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. **Protagonistas na Sociedade Civil; Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo**. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 50, p. 465-497, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. **Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 23, n. 68, p. 73-96, Out. 2008. disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300006&lng=en&nrm=iso. Aceso em 12/10/2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudanças estruturais na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Revista Lua Nova, n° 36, p. 39-53. 1995.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HIRST, P. Q. **Associative democracy: new forms of economic and social governance**. Cambridge: Polity Press, 1994.

JUSTEN, Gelciomar Simão, SOUZA, Mariluce Paes de. FILHO, Theóphilo Alves de Souza. PAES, Diego Cristovão de Souza. **Estruturas de Governança em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais: o caso do Projeto RECA**. Artigo. Revista Organizações em contexto, São Bernardo do Campo, Vol. 11, n. 21, jan.-jun. 2015.

JUSTEN, Gelciomar Simão, SOUZA, Mariluce Paes de. FILHO, Theóphilo Alves de Souza. CAMPOS, Érika Paixão de. **Práticas de cooperação entre produtores e organizações parceiras no Projeto RECA**. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 8 e 09 de agosto de 2014.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. (2003). **Sobre associativismo, desigualdades e democracia**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out., v. 18, p. 131-142.

KOHLER, Florent, ISSBERNER, Liz Rejane, LÉNA, Philippe, MARCHAND, Guillaume. **Falência é fracasso? O caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil**. Artigo. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 2, p. 319-331, maio-ago. 2011.

LENZI, Cristiano Luis. **A política democrática da sustentabilidade: Os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental**. Revista Ambiente & Sociedade 2009, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31713420003>> consulta em 01/08/2018.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. 1941. **Estatística para ciências humanas**. 9ª edição. Tradução Alfredo Alves de Farias; revisão técnica Ana Maria L. de Farias. São Paulo : Person Prentice Hall, 2004.

LOCKS FILHO, Pompílio. **Democracia e Economia Solidária: Uma análise dos processos de tomadas de decisão em empreendimentos econômicos solidários**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre. 2013.

LOCKS FILHO, Pompílio. **Regimes Políticos e Ação Coletiva: Um estudo sobre o associativismo em Porto Alegre (1930-2012)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

LOCKS, Pompilio e GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Democracia e Economia Solidária: limitações e potencialidades**. Artigo. Revista Brasileira de Ciência Política. nº 10. Janeiro-Abril de 2013, pp 41-62.

LUCHMANN, Ligia H. H. **Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo**. Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.4, 2011.

LUCHMANN, Ligia H. H. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 20, n. 43. p. 59-80, out. 2012.

LUCHMANN, Ligia H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 29, p. 159-178, 2014.

MARTINS, Sueli de Oliveira. **Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado RECA: Um Estudo sobre Desenvolvimento Integrado na Amazônia**. Artigo. II Conferência Científica Internacional do Experimento do LBA. (Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in Amazônia) 7 a 10/7/02 – Manaus, Brasil.

MELO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume. 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo**. Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 83-118, Jan. 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MOREIRA, T. **Nosso jeito de caminhar: a história do Projeto RECA contada por seus associados, parceiros e amigos**. Brasília: Pastoral da Terra, 2003. 143 p.

OLIVEIRA, José Ademir de; SCHERER, Elenise. (orgs.) **Amazônia: Políticas Públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro. Garamond. 2006. 260p. (Terra Mater).

OLIVEIRA, José Lopes de. **Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho: Grafiel, 2010. 348p.

OLIVEIRA, Tadário Kamel de; ARCO-VERDE, Marcelo Francia; SILVA, Déborah Verçoza da; SANTOS, Alexsandro Queiroz dos. **Análise Financeira em um Consórcio Agroflorestal de 26 anos desenvolvido por Agrosilvicultores do Projeto RECA**. X Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais. Cuiabá-MT. 2016.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Mauro César Rocha da. **Remando contra a corrente: Projeto Reça e a busca da sustentabilidade na Amazônia.** Artigo. Revista Agriculturas - v. 1 - no 1 - novembro de 2004.

PINTO, José M. de Rezende. **Teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas.** Paidéia. FFCLRP-USP. Ribeirão Preto. Fev/Ago-1995.

PUTNAM, Robert D. **Jogando boliche sozinho – colapso e ressurgimento da coletividade americana.** IDEA. Trad. Marcelo Oliveira da Silva. 1ª Ed. Curitiba: Instituto Atuação, 2015. (Coletânea da democracia).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia.** A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUOOS, Rodrigo Diego. **Transição agroecológica em Rondônia: A Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

QUINTSLR, Suya. **Amazônia: Disputas materiais e simbólicas.** R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V 11. N. 1. /Maio 2009.

RECA, 2003. **Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos.** Livro Produzido pela Associação dos Pequenos Agrosilvicultores do Projeto Reça com apoio da Coordenadoria de Agroextrativismo, da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Meio Ambiente. Organização e edição: Tereza Moreira. Brasília, 2003.

SÁ, Claudenor Pinho de; SANTOS, Jair Carvalho dos; LUNZ, Aurenny Maria Pereira; FRANKE, Idésio Luiz. **Análise financeira e institucional dos três principais sistemas agroflorestais adotados pelos produtores do Reça.** Rio Branco: Embrapa Acre, 2000. 12p. (Embrapa Acre. Circular Técnica, 33).

SALAMON, Lester M. et. al. **La sociedad civil global: Las dimensiones del sector no lucrativo.** Fundacion BBVA. Disponível em: <<http://www.grupobbva.com/TLFU/dat/lasociedadcivilglobal.pdf>> (consulta em 01/02/2019)

SCHLINDWEIN, M. **Sustentabilidade na Amazônia: Agricultores tiram seu sustento em projeto sustentável de florestas de alimentos na Amazônia.** Desafios do Desenvolvimento, Brasília, v. 45, p. 52-58, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A.: **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Disponível em http://www.4shared.com/get/39970271/e4003fa2/Capitalismo_Socialismo_e_Democracia_-_Schumpeter.html;jsessionid=B9518B20CECFF6925779E6BAC34ECC1D.dc115. Consulta em agosto 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia** - Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SECCHI, Leonardo, **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 1941. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA SATO, Suzenir Aguiar da. **Desenvolvimento Sustentável para a Base da Pirâmide (BOP) baseado em recursos naturais renováveis da Amazônicos (PFNMs): o caso RECA**. 314 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração PPGA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre. 2013.

SISK, T. et. al. **Democracia em nível local: manual de participação, representação, gestão de conflito e governança do internacional**. IDEA. Trad. Patrícia Helena Rubens Pallu. 1ª Ed. Curitiba: Instituto Atuação, 2015. (Coletânea da democracia).

TILLY, Charles. **Democracia**. Trad.: Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – (Coleção Sociologia).

VASCONCELOS, Ana Íris Tomás, GARCIA, Editinete André da Rocha; FURTADO, Cora Franklina Carmo; CABRAL, José Ednilson de Oliveira. **As dimensões da sustentabilidade dos Sistemas Agroflorestais – SAFs: um estudo no Projeto de Reflorestamento Consorciado e Adensado – RECA, Ponta do Abunã – RO**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR. Vol. 36, abril 2016.

WARREN, M. **Democracy and Association**. Princeton: Princeton University. 2001.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União. Poder Executivo.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das Sociedades cooperativas. Diário Oficial da União. Poder Executivo.

DOCUMENTOS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relação dos Premiados nas edições anteriores do prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente 2002-2008**. Relatório.

RECA. Ata da assembleia geral ordinária da associação dos Pequenos Agros silvicultores do Projeto Reça, realizada no dia 16 de março de 2018, no Centro de Difusão e Tecnologia do Projeto Reça.

RECA. Ata da assembleia geral da cooperativa agropecuária e florestal do Projeto Reça – COOPER RECA, realizada no dia 16 de março de 2018.

RECA. Estatuto Social da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA.

RECA. Planejamento Estratégico do Projeto Reça 2017-2024. Versão preliminar 27/04/2017.

RECA. Relatório de desempenho do projeto Concretizar 01. Data 21/09/2015

RECA. Relatório de desempenho do projeto Concretizar 02. Data 29/04/2016

RECA. Relatório de desempenho do projeto Concretizar 03. Data 04/05/2017

SITIOS ELETRÔNICOS

ASSOCIAÇÃO DOS AGROSSILVICULTORES DO PROJETO DE REFLORESTAMENTO ECONÔMICO CONSORCIADO E ADENSADO. [Projetos] disponível em <http://www.projettoreca.com.br/site/#>. Consulta em março 2019.

FUNDO AMAZÔNIA [Políticas Públicas Orientadoras] disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/politicas-publicas-orientadoras/> consulta em Fevereiro de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [Plano Amazônia Sustentável] disponível em <https://www.mma.gov.br/florestas/control-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-amaz%C3%B4nia-sustent%C3%A1vel-pas.html>. Consulta em Novembro 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [Projetos demonstrativos PDA] Disponível em <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7912-ro-porto-velho>. Consulta em Fevereiro de 2019.

ANEXO 1 - “A Reunião”

É uma pauta extensa e bem definida. Os assuntos são tantos que ocupam um dia inteiro de trabalho. Os membros chegam cedo na sede do projeto, a grande maioria possui meio de transporte próprio, poucos membros que não dispõem de meio de transporte são ajudados por outros membros que lhes oferecem “carona” e em casos excepcionais a própria associação Reça providencia e disponibiliza meio de transporte para aqueles que não podem se deslocar com condições próprias. Participar da reunião é obrigatório porque pode ser excluído do Reça se não frequentar as reuniões. Mas todos vão porque é um momento de confraternização, um momento de integração entre os grupos.

Como já é tradição as épocas de realização das assembleias gerais, os membros da comunidade informam que já reservam essas datas em suas vidas. As confirmações de datas e pautas são discutidas nas reuniões mensais dos 10 grupos nas linhas. É possível observar que a comunicação acerca dos aspectos formais e dos assuntos que serão tratados nas discussões das assembleias gerais, são bem disseminados no interior da organização por meio das reuniões e encontros de grupos, realizados anteriormente.

Os membros chegam cedo para a reunião, aproximadamente as 7 horas já começam a chegar e se reúnem nas rodas para o café que fica disponível no refeitório que contam com longos bancos e mesas. As pessoas se conhecem e se tratam pelos nomes. Aparecem famílias inteiras, homens mulheres e crianças, desde os membros mais velhos que iniciaram o projeto até os mais novos. Percebe-se que comparecem inclusive ex-membros da comunidade que não precisavam estar ali, mas estão porque tem sentimento de amor a comunidade. Comparecem também outras pessoas que não pertencem a comunidade, alguns representantes de instituições governamentais, agentes técnicos e políticos, e de agências não governamentais e pesquisadores.

A partir das 8 horas começa o encontro na sala de eventos. Inicialmente o presidente faz as palavras de boas-vindas e convida o padre que convoca a todos para juntos uma prece católica e profere algumas palavras sobre a “vida em comunidade”. Em seguida são apresentados os visitantes que são convidados a proferir algumas palavras se desejar. Depois, são lidas as atas de convocações para a assembleia geral e designado um moderador para a reunião. Nesse caso o moderador é um ex-membro fundador do projeto, uma pessoa que conhece bem os membros e a organização.

Passa-se a leitura e apresentação dos dados da contabilidade da cooperativa e da associação desde a última assembleia. Pode-se observar que todos os dados detalhados da

contabilidade da cooperativa e da associação são apresentados e todos prestam atenção. Ainda que seja um assunto técnico e “chato” que a priori não desperta interesse, é comum observar que todos os presentes prestam muita atenção a toda a leitura e apresentação de números. Algumas intervenções são realizadas, e se questionam o membro do corpo administrativo que apresenta os dados, algumas informações sobre os números. Também são apresentados na sequência dados financeiros das duas instituições também de forma pormenorizada, inclusive dados de vendas, extratos de contas bancárias, também são apresentados todos os dados de estoques dos produtos produzidos na comunidade. Inclusive pode ser observado que há o estoque de matérias primas e produtos acabados, sendo diferenciado os estoques de matérias primas oriundos de terceiros, não pertencentes a comunidade. Pode se perceber que a cooperativa Reca adquire matérias primas também de produtores não pertencentes aos membros do projeto e paga um preço “menor” que para os associados, isso porque dispõe de uma capacidade industrial que nem sempre é satisfeita pela produção da comunidade.

O representante governamental da Secretaria Municipal de Agricultura de Porto Velho (SEMAGRIC) é convidado a fazer uma intervenção e informa sobre datas e horários para entrega gratuita de mudas de café e sobre o calendário de manutenção de estradas e ramais. Da mesma forma o representante da EMATER/RO dá avisos sobre controle de pragas.

Importante destacar que todos os membros do corpo diretivo (corpo administrativo) da associação e cooperativa apresentam suas “prestações de contas” ou seja, o resultado de suas atividades. Pode-se observar que os membros da “administração” na maioria são associados e filhos de associados do Reca, mas a cooperativa tem alguns “trabalhadores empregados” para algumas atividades da administração e produção da agroindústria.

Durante a sessão há momentos de descontração (piadas e música) que inclusive consta da pauta. É possível observar que todos aqueles do corpo administrativo da associação e da cooperativa, bem como os membros da comunidade que fazem uso da palavra ressaltam a todo momento a importância da vida em comunidade e os benefícios da vida em comunidade. Todos os membros ao fazer a interferência ou questionamento, bem como os membros a administração quando se dirigem aos membros da comunidade o fazem de maneira respeitosa, usam-se palavras do tipo “por favor: fulana, a senhora poderia explicar melhor?...” normalmente todos se conhecem pelo nome e se chamam pelo nome.

A leitura da prestação de contas dos recursos obtidos e aplicados por meio do convênio firmado entre o Reca e BNDES por meio do convenio “Fundo Amazônia” chama atenção por ser um projeto de 04 anos que está em fase de conclusão e que está modificando e modificará de maneira substancial a capacidade de produção da agroindústria do Reca. Fora captado desse

programa o montante mais de 6 milhões de reais, que foram destinados para diversas ações, incluindo sendo as mais significativas relativas a expansão agroindustrial, a saber: a) construção de nova usina de processamento de cupuaçu e outras frutas (abacaxi, acerola, bacaba, cajá, goiaba, graviola, maracujá etc); b) construção de uma câmara fria e de um túnel de congelamento, anexos à nova usina, para armazenamento de cupuaçu e outras frutas in natura e das polpas produzidas; c) obras civis para ampliação e reforma de parte do imóvel onde atualmente funciona a usina de processamento do cupuaçu e do palmito de pupunha; d) aumento da potência do motor da câmara fria existente, contígua ao atual prédio de processamento do cupuaçu e do palmito de pupunha, de modo a transformá-la em um túnel de congelamento para aumento da capacidade de armazenamento da polpa de açaí e redução de perdas; e) obras civis e instalações para captação e fornecimento de água. Quando tudo estiver implementado em funcionamento a agro indústria mais que triplicará a capacidade de produção. O sucesso na captação desse recurso decorre de alguns fatores: o Reça é uma comunidade destaque na agricultura familiar e sustentável, é uma organização com quase três décadas de existência. O Governo Federal disponibilizou essa política pública para a região norte o Reça apresentou projeto e foi aprovado e está na etapa final de aplicação dos recursos e prestação de contas ao BNDES. A representante da WWF-Brasil residente no Estado do Acre, Senhora Rosil Ruiz foi convidada a falar sobre produção sustentável e a possibilidade de o Reça apresentar novo projeto perante o Governo Federal para obter mais recursos do Fundo Amazônia para melhorar a produção sustentável de seus membros, e que fosse um projeto voltado a melhoria da gestão da produção.

A pausa para o almoço ocorre ao meio dia. A área do refeitório é pequena para a quantidade de pessoas. Contudo, aqueles que primeiro se alimentam cedem seus lugares para os demais demonstrando um gesto solidário. Os visitantes se misturam nas conversas com os membros do projeto. Um fato importante é que como há poucas pessoas na organização e preparação do almoço, somente os cozinheiros, não há ajudantes para cozinha, e poucos talheres para a quantidade de pessoas, cada membro que termina sua refeição lava os talheres e os deixa disponível para aqueles que ainda não se alimentaram. No período de almoço verificase que há uma intensa convivência social entre os membros, evidenciado através das conversas e histórias que são contadas.

Logo os membros são convidados a retornar ao auditório para continuidade da reunião. No início da tarde, assim como no período da manhã, um religioso é convidado a fazer uma interferência. Ele lê e interpreta um trecho da bíblia, faz uma oração, e canta uma música

denominada; “Deus abençoe essa gente”, música esta que os membros do Reca disseram tratar-se do “hino do Reca”.

Foi observado que durante todo o dia os membros do Reca se fazem presente no auditório. Por mais que os assuntos possam ser considerados “maçantes” eles permanecem presentes na sessão durante todo o tempo, pode ser observado nas fotografias tiradas em diversos horários. Seria cômodo assinar a ata, registrar a presença e ir fazer outra atividade mas isso não ocorre todos, inclusive as crianças permanecem na reunião. Segundo informações obtidas com membros do projeto, a coordenação atual do Reca é composta por netos dos primeiros fundadores. É comum observar a integração dessas três gerações durante as reuniões em assembleia geral e nas reuniões dos grupos. Os mais jovens estão preocupados com a produção feita com conhecimento técnico, co maquinário e assistência técnica, inclusive uma equipe formada em escola técnica EFA apresenta soluções para aproveitamento do bagaço do cupuaçu, sobra da produção da agroindústria, para compostagem e adubação das lavouras, e uma outra pesquisa sobre os malefícios e como evitar a praga da “broca” nos cupuaçuzeiros.

Durante a assembleia no período da tarde ocorre um importante espaço decisório por meio do que eles denominam “discussão e encaminhamento das pautas” é o que se tem maior destaque no processo discursivo. O item que chama a atenção “Relatórios de grupos e apresentação de pautas pelos líderes” determina como organizar o processo de tomada de decisão com a participação de todos os membros. Como são decididos os assuntos no Reca? A partir de determinado momento como previsto na pauta da assembleia geral, cada um dos coordenadores dos grupos apresenta seus relatórios de atividades e sugestões e demandas que vão formar o quadro geral de necessidades. Inclusive nesse momento apresentam a sugestão do grupo para o cargo de coordenador presidente.

Foi designado um moderador para fazer as anotações num quadro que possa ser visualizado por todos. Esse moderador exerce um papel fundamental porque tem de ser capaz de organizar as ideias e sugestões apresentadas, inclusive fazer a fusão de ideias próximas e similares. Nesse caso o moderador designado foi um fundador do Projeto Reca, o senhor Sérgio Lopes. Cada líder dos 10 grupos que compõem o Reca apresenta primeiramente um relatório das atividades desenvolvidas no grupo no período; tais como: como tem sido as reuniões mensais do grupo, quais as atividades sociais realizadas, tais como futebol, festas e feiras, os mutirões, ajudas mútuas, os problemas e soluções. Informam também quantos membros e se há membros que saíram do projeto, quantos estão no processo de “caminhada”. Nesse momento informam também suas posições sobre novas pautas a serem discutidas no Reca, e informam quais as posições consolidadas no grupo sobre questões formuladas nas assembleias anteriores.

Informam também a sugestão do grupo para o cargo de coordenador Presidente, coordenador Vice-Presidente e um membro do Conselho Fiscal.

Na discussão e encaminhamento das pautas, os assuntos que os grupos trazem alguns já são conhecidos e debatidos, inclusive quanto a opinião do coordenador Presidente. Mas os assuntos são amplamente debatidos em várias reuniões e são aperfeiçoados para que o resultado seja uma ação obtida a partir de uma ampla reflexão. O moderador faz uma lista ampla que preenche todo o quadro, quando não há mais espaço, ouvindo as sugestões da assembleia, inclusive quando a discordância sobre a fusão de assuntos é decidido por votação pela maioria que é chamada a “levantar as mãos” faz agregação de assuntos similares visando reduzir as pautas.

Durante a assembleia surgiu um assunto polêmico apresentado por um dos grupos. No ano anterior havia sido incentivado produtores a plantar culturas de abacaxi, acerola e a abacaba, porque a agroindústria necessitaria de insumos, mas a fábrica não estava pronta e havia risco de perder a safra por que as indústrias de equipamentos não entregaram todas as máquinas. Desta forma os membros pediam punição da empresa fornecedora de máquinas, uma parte dos membros discordou, mas depois de algumas discussões o item foi votado e foi para a pauta principal. Os proprietários das plantações teriam que vender seus produtos para outras agroindústrias. Algum grupo não tem itens novos para as pautas, somente apresentam o relatório das atividades desenvolvidas no interior dos grupos no semestre precedente.

Os grupos são incentivados a participar e apresentar suas sugestões. Alguns grupos são mais fortes outros são mais fracos. Isso está relacionado com a quantidade de membros da área que contém o grupo e seus desenvolvimento econômico e sua maturidade organizativa. Mas todo se unem em favor de uma mesma causa, a comunidade.

Se os grupos trazem uma ideia que demanda estudo e análise, a equipe de administração do Reca na pessoa do Coordenador Presidente tem que dar providência a tal “causa” e posteriormente trazer a respostas para a comunidade. Ao final, depois da discussão de mais de uma dezena de itens, todos os itens foram reestruturados em 06 itens de pauta. Foi observado que o Reca enfrenta dificuldade de expansão da comercialização de seus produtos em face das exigências do mercado e a falta de expertise no negócio de vendas.

A consolidação da pauta exige muita habilidade e diplomacia e conhecimento do moderador. As palavras e entendimentos devem ser alinhados e as opiniões em alguns momentos tendem ser divergentes. O senhor Sergio Lopes moderador, tem a necessidade de fazer o convencimento dos membros. Ele se serve de vantagem de conhecimento de todos os membros, da história da comunidade e dos fatos abordados nas reuniões anteriores. Ele elogia

e pede a todos instante para qualquer membro que expresse uma opinião “boa” ou mais esclarecedora.

Por fim as pautas escolhidas são aprovadas por votação e vão constar da ata da assembleia. As decisões ali tomadas serão como guia de trabalho para a equipe de gestão do projeto.

Por mais que as decisões tenham decisão pelo critério de voto da maioria os comunitários não veem isso como posição de confronto, entendem que é preciso as vezes, votação, para se chegar a algum nível de acordo. Para os membros do Reca a oportunidade de discutir pautas que conferem a equipe gestora maneiras de conduzir a gestão para eles é o máximo de democracia, de forma que mesmo sendo sucumbido pela vontade da maioria a minoria não se sente acuada nem tampouco adotará posição de confronto. Se a maioria entendeu assim, que seja assim, vai haver novas oportunidades de diálogos sobre os mesmos assuntos nas próximas reuniões, e poderão ser adotados novos posicionamentos, a democracia para o “requiano” é justamente a possibilidade de estar sempre discutindo em reuniões formais todos os meses, e de maneira informal em quaisquer encontros os assuntos de direcionam a vida da comunidade.

É possível observar que os membros tem orgulho de pertencer a comunidade, alguns vídeos institucionais produzidos por outras entidades sobre o Reca são exibidos durante a assembleia. Sentem-se bem porque são considerados “conservadores do meio ambiente”. Foram relatados casos de colaboração mutua (mutirão) quando o vizinho se encontra enfermo e sua propriedade depende de cuidados.

Houve cobrança da administração para que os membros cumpram os acordos pactuados anteriormente. Inclusive quanto a manter a conservação da produção sustentável consorciada. Isso porque no contrato do Fundo Amazônia as propriedades que obtiveram recursos para ampliar a área de produção sustentável tem que manter propriedade de não deixar “abandonado” como a equipe interna de fiscalização do Reca detectou em algumas fiscalizações e apresentou fotos.

O processo de eleição da diretoria ocorre a cada 02 anos. Nessa assembleia geral e previsto o momento de eleição para novos coordenadores presidentes e membros do conselho fiscal. Os grupos são informados sobre a necessidade da eleição do coordenador presidente e do coordenador vice-presidente que preferencialmente deve ser uma mulher. Assim o assunto já é discutido no interior dos grupos anteriormente quando da assembleia geral os grupos apresentam sua sugestão quanto ao nome que deve ser eleito, a medida que apresentam suas pautas. Esse processo facilita a eleição pois o nome já vem sendo discutido nos fóruns internos

e na assembleia geral, depois da aprovação dos grupos a assembleia atual como uma homologadora do nome de consenso, por meio também de votação. Não existe uma disputa eleitoral que pode criar divergências ou correntes oposicionistas, fato que poderia sacrificar a harmonia de convivência. Na votação a totalidade dos membros “levanta a mão” e prova a recondução do coordenador atual, e o nome do coordenador vice-presidente é votado outra pessoa. Por fim, a renovação “troca’ de 1/3 do conselho fiscal. A eleição de membro do conselho fiscal segue o mesmo procedimento os grupos vão apresentando sugestão de nomes e a assembleia decide sobre essa lista de mais indicados por meio e votação pela regra da maioria.

Após a votação são dados mais alguns avisos pela coordenação e feito o encerramento, cantado por todos a canção do Reca e a cerimônia “festiva” é finalizada com aplausos e abraços. Já são pouco mais de 18 horas e o sol se põe sob o horizonte da floresta amazônica em Nova Califórnia, Rondônia.

ANEXO 2 – Hino do Reca

Deus Abençoe Essa Gente

Daniel e Samuel

Nasce o sol nas colinas
Começa a rotina de um povo a lutar
Nem mesmo a noite termina
O homem do campo volta a trabalhar

Com suas mãos calejadas
Do cabo da enxada, preparando o chão
Pedindo a Deus, noite e dia
Para mandar chuva em sua plantação

Quer colher, na cidade, vender
Mas o povo dá pouco valor
E assim ele volta a plantar
E só Deus para o recompensar

Deus, abençoe ao homem do campo
Deus, cubra ele com seu doce manto
Deus, abençoe as famílias
Que vivem por lá

Deus, faça ter a fartura na mesa
Expulse a praga que traz a pobreza

Deus, abençoe essa gente
Guerreira e valente, que vive a plantar

Com roupas simples, rasgadas
Porque foi curradas o ano inteiro
O que vendeu na cidade
Com dificuldades, de pouco dinheiro

Os filhos estão estudando
E um dia, sonhando, ao pai, ajudar
Mas ele não foge da guerra
Prepara a terra e volta a semear

Quer colher, na cidade vender
Mas o povo dá pouco valor
E assim ele volta a plantar
E só Deus para o recompensar

Deus, abençoe ao homem do campo
Deus, cubra ele com seu doce manto
Deus, abençoe as famílias
Que vivem por lá

Deus, faça ter a fartura na mesa
Expulse a praga que traz a pobreza
Deus, abençoe essa gente
Guerreira e valente, que vive a plantar

ANEXO 3 – Ata da Assembleia Geral da Associação RECA

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça, realizada no dia dezesseis de março de dois mil e dezoito, no Centro de Difusão e Tecnologia Projeto RECA.

Realizada no dia dezesseis de março de dois mil e dezoito com início às oito horas com mais de 50% (cinquenta por cento) dos associados na segunda convocação, conforme a Edital convocação fixada em local público e anunciado nas reuniões de grupo. Iniciando a assembleia o Padre da Paróquia Cristo Rei, Padre Jair fez a oração. Em seguida o Presidente Alexsandro Queiros dos Santos, apresentou os visitantes sendo Francisco, popular Chiquinho da Emater, após o Bosco que representou a Semagric, e o Sr. Luciano responsável pela piscicultura fala sobre os trabalhos como projetos de piscicultura na região sendo 12 (doze) projetos ressaltou também que além desse trabalho, teve a doação de calcário e setenta mil mudas de café para a região. O Sr. Mauro Pires do Ministério do Extrativismo e do meio ambiente e professor Sr. Caster. A todos deu o uso da palavra. Seguidamente a assembleia aprovou como moderador da assembleia da parte da manhã o Sr. Fabio Vailatti e na parte da tarde o Sr. Sérgio Roberto Lopes. Leu-se o Edital de Convocação: com os seguintes assuntos: Balanço exercício 2017; Relatório Financeiro de Período; Parecer do Conselho Fiscal; Relatórios dos Grupos; Concretizar; Projeto Caminhando Juntos; Projeto Carbono; Fundo Rotativo Solidário; Mudança da coordenação e lideranças; Mudança do Conselho Fiscal; Informes. **Balanço exercício 2017:** apresentado o balanço do exercício 2017, e em seguida o relatório financeiro referente ao período de novembro de dois mil e dezessete à março de dois e dezoito. **Projeto Concretizar:** Fábio apresentou o relatório de o Projeto Concretizar. Um ponto positivo foi o aumento da construção de beneficiamento dos produtos, aumento e melhoramento das áreas. Tendo como próximos passos: Aprovar a utilização do uso do recurso da aplicação, aquisição dos materiais do laboratório de polpas, agilizar as licenças ambientais e documentos de regularização das fábricas e também a instalação das máquinas de cupuaçu. O saldo bancário do Projeto esta em 397.508,00, rendimento da aplicação de 216.885,37. Taysa falou das atividades técnicas do Projeto Concretizar onde foram realizada visitas nas áreas dos produtores. Rocio na sequencia relata que o projeto esta se encerrando, a mesma agradece a todos pelo trabalho realizado no Projeto, e fala que o Reça é capaz de estar sempre em crescimento. Rocio fez uma viagem ao Peru, onde conheceu novos produtos, feito com as culturas que o Reça trabalha e com este novo projeto pode ser trabalhado. **Parecer Conselho Fiscal:** A Sra. Genecilda Lima Maia conselho efetivo convida o Sr. Francisco Berkembrock para apresentar o parecer da associação, o mesmo esta tudo em ordem conforme o resultado do exercício 2017, relatórios e atividades apresentada. Estão de pleno acordo. A Assembleia aprovou o balanço exercício de 2017 com 105 votos, sendo 03 abstenções. As 12:00 (doze) horas foi realizado o intervalo para o almoço. As 13:40 (treze horas e quarenta minutos) retomado

João Carlos do Nascimento de Souza
Genete Bezerra de Lima

Fábio Melo de Siqueira
Rocio Paimu e do Pr. da Graça
Genecilda Lima

Paulo Pereira Paulo Sérgio Simões
Gerson de Azevedo Leda de Corralho Adeline

Genecilda Lima
RADMARQUESE DE LIMA
948/RO 5659

a assembleia. Seguindo com o Sr. Osney que fez um momento de louvor cantando duas canções. Após foi apresentado às atividades técnicas: Gicarlos apresenta os trabalhos das compostagens, Taysa apresenta o relatório da pesquisa da broca do fruto de cupuaçu. Foi realizada a fabricação de biofertilizante e que será feito nos grupos na próxima reunião do mês de maio. Jersiane apresentou sobre a capacitação de interpretação de normas orgânicas. **Relatório dos Grupos:** todos os Grupos apresentaram relatório das atividades desenvolvidas durante o ano, trouxeram pautas e apresentaram os líderes e coordenadores. **Pautas:** Ter uma penalidade para a Empresa NPC devida o atraso na entrega das máquinas de processamento de cupuaçu. Foi votado e por humanidade foi aprovado que após a conclusão da montagem chama o Dr. Marcio Dagnoni e faz o acerto final e definem uma melhor estratégia. **Sócios da associação:** Os mesmos deverão aderir à filiação da Cooperativa para que possam receber o reajuste dos produtos. **Fundo Solidário:** o mesmo foi aprovado pela assembleia, porém deverão ser criadas regras. Os grupos trouxeram algumas ideias para formação de regras como: forma de devolução do empréstimo em dinheiro ou produção; prazo de 120 dias para devolver; taxa administrativa de 2%, ou correspondente ao valor do juro da poupança; 30% correspondente a produção da safra anterior; teto até R\$ 10.000,00; Fica autorizado pela assembleia que a coordenação e liderança avaliará e criará as regras. Nome do Fundo Solidário: a assembleia sugeriu vários nomes para o fundo e para a decisão foi aberto a votação, ficando da seguinte maneira: Fundo Solidário Sustentável Coité, com 1 voto, Fundo Solidário Sustentável Maná com 73 votos, Maná de Socorro com 0 votos, Reça 17 votos, urgência com 03 votos, do agricultor 05 votos. Ganhando assim pela maioria dos votos o nome de "Fundo Solidário Sustentável Maná". **Mudança da Coordenação e Liderança:** Ficando assim: Grupo Eletrônica, Coordenador: Alzerino Martins, Líder Raimundo Souza Nascimento. Grupo Linha 05: Coordenador: Robson da Costa Souza, Líder Gicarlos de Souza Lima. Grupo Linha 06: Coordenador: Edson Polinário, Líder: Gracineia da Silva Santos, Líder Mulher: Alessandra dos Santos. Grupo BR: Coordenadora Leonete Bezerra de Lima, Líder: Manoel Pereira da Silva, Líder Mulher: Diona Alves da Silva. Grupo Pioneiros I : Coordenador: Semildo Kaefer, Líder: Eunice Sordi, Líder Mulher: Jaine Biavatti. Grupo Pioneiros II: Coordenador: Pedro Pereira, Líder Cassia Lane de Britto, Líder mulher: Eclecir Sordi Taline. Grupo Pioneiros III: Coordenador: Tadeu Silva de Carvalho, Líder: Maria Aparecida Pereira de Oliveira. Grupo Baixa Verde: Coordenador Alesxandro Queiroz dos Santos, Líder Gilberto da Cunha Berger, Líder Mulher: Maria Francisca do Nascimento. Grupo Cascalho: Coordenador Pedro Melo da Silva, Líder Ranierisson da Silva Araújo, Líder mulher Aldenia dos Santos Gama. Grupo Linha 12: Coordenador: Weverton Barbosa Rodrigues, Líder Alexandre Brito da Silva, Líder mulher Francisca Xavier Schroedor. Foi chamada a nova Coordenação e a antiga para ficar a frente da assembleia. Agradeceu a antiga coordenação e liderança pelo trabalho e esforço, deu as boas vindas à Nova Coordenação.

Leonete Bezerra de Lima Josias Carlos do Nascimento de Souza

Pedro Pereira Paulo Sergio Simões
Genesis de Oliveira Tadeu Silva de Carvalho Adelin

Pedro Pereira Paulo Sergio Simões
Genesis de Oliveira Tadeu Silva de Carvalho Adelin

Semilda Kaefer
Raimundo R. da Gama
Coor. Grupo 05
06/RO 5669

a assembleia. Seguindo com o Sr. Osney que fez um momento de louvor cantando duas canções. Após foi apresentado às atividades técnicas: Gicarlos apresenta os trabalhos das compostagens, Taysa apresenta o relatório da pesquisa da broca do fruto de cupuaçu. Foi realizada a fabricação de biofertilizante e que será feito nos grupos na próxima reunião do mês de maio. Jersiane apresentou sobre a capacitação de interpretação de normas orgânicas. **Relatório dos Grupos:** todos os Grupos apresentaram relatório das atividades desenvolvidas durante o ano, trouxeram pautas e apresentaram os líderes e coordenadores. **Pautas:** Ter uma penalidade para a Empresa NPC devida o atraso na entrega das maquinas de processamento de cupuaçu. Foi votado e por humanidade foi aprovado que após a conclusão da montagem chama o Dr. Marcio Dagnoni e faz o acerto final e definem uma melhor estratégia. **Sócios da associação:** Os mesmos deverão aderir à filiação da Cooperativa para que possam receber o reajuste dos produtos. **Fundo Solidário:** o mesmo foi aprovado pela assembleia, porém deverão ser criadas regras. Os grupos trouxeram algumas ideias para formação de regras como: forma de devolução do empréstimo em dinheiro ou produção; prazo de 120 dias para devolver; taxa administrativa de 2%, ou correspondente ao valor do juro da poupança; 30% correspondente a produção da safra anterior; teto até R\$ 10.000,00; Fica autorizado pela assembleia que a coordenação e liderança avaliará e criará as regras. Nome do Fundo Solidário: a assembleia sugeriu vários nomes para o fundo e para a decisão foi aberto a votação, ficando da seguinte maneira: Fundo Solidário Sustentável Coité, com 1 voto, Fundo Solidário Sustentável Maná com 73 votos, Maná de Socorro com 0 votos, Reça 17 votos, urgência com 03 votos, do agricultor 05 votos. Ganhando assim pela maioria dos votos o nome de "Fundo Solidário Sustentável Maná". **Mudança da Coordenação e Liderança:** Ficando assim: Grupo Eletrônica, Coordenador: Alzerino Martins, Líder Raimundo Souza Nascimento. Grupo Linha 05: Coordenador: Robson da Costa Souza, Líder Gicarlos de Souza Lima. Grupo Linha 06: Coordenador: Edson Polinário, Líder: Gracineia da Silva Santos, Líder Mulher: Alessandra dos Santos. Grupo BR: Coordenadora Leonete Bezerra de Lima, Líder: Manoel Pereira da Silva, Líder Mulher: Diona Alves da Silva. Grupo Pioneiros I : Coordenador: Semildo Kaefer, Líder: Eunice Sordi, Líder Mulher: Jaine Biavatti. Grupo Pioneiros II: Coordenador: Pedro Pereira, Líder Cassia Lane de Britto, Líder mulher: Eclecir Sordi Taline. Grupo Pioneiros III: Coordenador: Tadeu Silva de Carvalho, Líder: Maria Aparecida Pereira de Oliveira. Grupo Baixa Verde: Coordenador Alesxandro Queiroz dos Santos, Líder Gilberto da Cunha Berger, Líder Mulher: Maria Francisca do Nascimento. Grupo Cascalho: Coordenador Pedro Melo da Silva, Líder Ranierisson da Silva Araújo, Líder mulher Aldenia dos Santos Gama. Grupo Linha 12: Coordenador: Weverton Barbosa Rodrigues, Líder Alexandre Brito da Silva, Líder mulher Francisca Xavier Schroedor. Foi chamada a nova Coordenação e a antiga para ficar a frente da assembleia. Agradeceu a antiga coordenação e liderança pelo trabalho e esforço, deu as boas vindas à Nova Coordenação.

Leonete Bezerra de Lima Josias Carlos do Nascimento de Souza

Robson da Costa Souza Raimundo R. da Gama Kaefer Semilda Kaefer

*Pedro Pereira Paulo Sergio Simões
Genesio de Oliveira Tadeu Silva de Carvalho Adeline*

*Coordenadora do Grupo
Raimundo R. da Gama
Linha 06
06/05/2019
06/05/2019*

ANEXO 04 – Ata da Assembleia Geral da Cooperativa RECA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA COOPERATIVA AGROPECUARIA E FLORESTAL DO PROJETO RECA- COOPER RECA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2018.

NIRE: 1140000406-1

CNPJ: 08.017.645/0001-49

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA- Cooper-Reca, realizada no dia 16 (dezesesseis) de março de 2018 (Dois mil e dezoito), no Centro de Difusão e Tecnologia do Projeto ReCa. Localizada na BR 364, KM 1071, no Distrito de Nova Califórnia, Município de Porto Velho Rondônia. As 8:00 (oito) horas inicia a Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA situada na BR 364 km 1071, S/N, CEP número 76.848-000, Distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho Rondônia, inscrita no CNPJ número 08.017.645/0001-49, Inscrição Estadual número 00000001496107 e N.I.R.E número 114000406-1, telefone número 69 3253 1007 com uma oração e reflexão com o Padre Jair. Em seguida apresentou os visitantes que vão acompanhar a assembleia, representantes da Emater: Sr. Chiquinho, Ivan Roque, Dionizio e Simone, representante da Supel: Márcio Gabriel está como estudante. Semagric: o Sr. Bosco responsável pelas estradas. Sr. Lúcio responsável pela piscicultura, Mauro Pires adjunto do departamento do Ministério do Extrativismo e do Meio Ambiente, o Professor Sr. Caster da Universidade da Alemanha. Instalada a assembleia em 2º(segunda) convocação com a presença 109 (cento e nove) cooperados (as), convidados conforme o edital de convocação número 25 (vinte e cinco) afixados em locais frequentados e visíveis pelos cooperados, anunciados nas reuniões mensais da Associação ReCa, enviados de forma circular e publicado no jornal Diário da Amazônia, pagina C6 dos classificados, no dia 06 (seis) de março de 2018 (dois mil e dezoito). Após a verificação da presença do quórum em conformidade com o artigo 13º do Estatuto Social e em Conformidade com o disposto no Artigo 44 da Lei 5.764/71. O Diretor Presidente da Cooper-RECA, Sr. Alexsandro Queiroz dos Santos declara instalada os trabalhos as 8:30 (oito horas e trinta minutos). O Diretor Secretário Sr. Tadeu da Silva de Carvalho, convida a Sra. Eunice para lavrar o presente ATA. O Sr. Alexsandro convida o Sr. Fábio Vailatti para ser o moderador, a assembleia aprovou a escolha. Leu-se o Edital de convocação da assembleia geral com o seguinte teor: Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto ReCa -

André Luiz Romão José Cardoso no início nome de Jurgor

*Paulo Sergio Simões Gensu de oliveira
Tadeu Silva de Carvalho Semilla Koefler
Raimundo R. da Graça Pedro Paulo da Silva*

*Raimundo R. da Graça
048/RO 5669*

Cooper-Reca, situada na BR 364 Km 1071, SIN, CEP 76848-000, Distrito Nova Califórnia/ Porto Velho – Rondônia , CNPJ número 08.017.645/0001-49, Inscrição Estadual número 00000001496107 e NIRE número 1140004091, telefone (69)3253-1007. Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Para deliberar sobre os seguintes assuntos ordem do dia: Balanço exercício de 2017; relatório de atividades do período; relatório financeiro e produção do período; comercialização; fundo rotativo solidário; adesão e demissão de cooperados; troca de conselho fiscal; troca da diretoria. **Balanço 2017:** O Presidente explicou que não foi possível terminar o balanço e será marcada outra assembleia para a apresentação do mesmo, foi apresentado o relatório financeiro do período de outubro de dois mil e dezessete a fevereiro de dois mil e dezoito. **Relatório de produção:** Francisca apresentou o relatório do Setor de **Palmito**, estoque e produção 2018, matéria-prima 16.171,20 quilogramas, aproveitamento 17.594,10 quilogramas e 123.179 hastes de palmito. **Produção de Polpas:** Nilcicléia apresentou relatório de cupuaçu e outras polpas e frutos. Sendo 117 produtores produziram 474.292 quilogramas de frutos brutos de cupuaçu, 76.343 quilogramas de frutos de cupuaçu estragados e 397.979 quilogramas de frutos bons de cupuaçu e caroço de cupuaçu do sítio 3.734 quilogramas, que produziu 105.019 quilogramas de polpas de cupuaçu. Açaí produziu 1.020 quilogramas de polpas de açaí. Maracujá produziu 409 quilogramas de polpa de maracujá. Acerola produziu 607 quilogramas de polpa de acerola. Bacaba produziu 33 quilogramas de polpa de bacaba. Diona apresentou o relatório de Semente de Pupunha: Entrada 10.859,3 quilogramas, saídas 4.729,5 quilogramas e Estoque 6.130,3 quilogramas. Jersiane apresentou o relatório da Certificação Orgânica, realizou certificação florestal, visitas, atualização de cadastros, auditoria e reuniões. Fabaio Vailatti apresentou relatório do Projeto Concretizar que ainda não esta concluído, esta faltando terminar a instalação dos equipamentos da fabrica de cupuaçu. **Parecer do Conselho Fiscal:** A presidente do conselho fiscal Geneciilda Lima Maia convida o Sr. Francisco para apresentar o relatório de atividade durante o período de novembro de dois mil e dezessete a fevereiro de dois mil e dezoito. Fez algumas observações referentes a empréstimo a funcionários que não é para acontecer. Avaliar a produção de açaí de safra 2018. Recibos que não foram assinados pelo produtor, que isso não ocorra mais e que não se torne rotina, que o produtor procure para assinar os recibos em caso de adiantamento ou compra de produto. Perceberam que as vendas de semente de pupunha não foi boa, devem

Paulo Sérgio Simões, Genesio de Oliveira
 Leden Silva de Carvalho, Semillo Koepf
 Raimundo, R. dos Guimarães, Pedro Paulo da Silva

Abelino Rom José Mendes do Nascimento do Sange

Francisca Lima
 OAB/RO 5669

ser revistas e criar estratégias de mercado. Referente ao parecer foram a favor dos dois relatórios, de produção e financeiro apresentado, pois acompanharam todas as atividades. A Sra. Genecilda apresentou a parecer e agradeceu o conselho fiscal da gestão passada. Simone falou sobre a festa da colheita. Falou para os produtores ir e Emater ver a situação que esta o CAR e a Nota Fiscal Eletrônica fazer ou renovar aqueles que ainda não se cadastraram. Falou sobre o café clonal que estão distribuindo as mudas para os produtores. Avisa que vai ter vistoria nos campos de produção de café. Rondônia Rural Show em Ji-Paraná será na ultima semana de maio e quem tiver interesse em participar procurar a Emater para dar o nome. Parada para o almoço, retorno as 13:40 (treze horas e quarenta minutos) com um momento de louvor com o Sr. Osney, canta dois hinos de louvor a Deus.

Comercialização: Esta fechada um contrato com a Natura de 20 (vinte) toneladas de manteiga de cupuaçu, 08 (Oito) toneladas de óleo de Castanha; uma (01) tonelada de óleo de Andiroba. Palmito: melhorou as vendas. Não será possível fazer o reajuste por ter estoque de palmito. A assembleia aprova que só será beneficiado palmito de quem não for sócio se houver oportunidade de mercado. Para a próxima assembleia apresentar o levantamento de custo de produção das polpas. Resolver questão do beneficiamento do abacaxi, acerola e bacaba. Assembleia aprovou que a execução acelere o processo de beneficiamento das polpas com produtos que conserve por mais tempo, ficando responsável para procurar o melhoramento a Simara, Antônia, Célia e Fábio. Sendo este em dois meses para dar uma resposta para a diretoria. Sobre pagamento de produção: Proposta 1º - Pagar o reajuste para não cooperados com produção de até 2000 quilogramas de cupuaçu, e 100 quilogramas de semente de pupunha. 2º: proposta: O produtor que for associado da associação Reca e quiser receber o reajuste deve aderir à filiação da cooperativa e as cotas serão descontadas do reajuste conforme o estatuto. A assembleia votou tendo a 1º proposta com 04 (quatro) votos e a 2º proposta com 95 votos e 11 votos se abstiveram. Fica a segunda proposta aprovada. O produtor que for associado da associação Reca e quiser receber o reajuste deve aderir à filiação da cooperativa e as cotas serão descontadas do reajuste conforme o estatuto. Criar estratégia de mercado para semente de pupunha e produtos orgânicos. A assembleia aprovou a pauta, mais que a Diretoria dentro de dois meses deve elaborar uma proposta ou um plano para levar o resultado na próxima assembleia. Remunerar com ajuda de custo o conselho fiscal, sendo um dia por mês de doação, mais de um dia por mês terá

Adalberto Romão José Cordeiro do Nascimento de Souza

Rafaela Maria T. de Souza
048/RO 5665

Paulo Sergio Simões Genesio de Oliveira
 Adenilson de Louvalho Semillo Koepf
 Raimundo R. de Gama Pedro Paulo da Silva

uma ajuda de custo. A assembleia foi a favor com 82 votos e 18 abstenções. O valor da ajuda de custo será discutido na reunião de diretoria. Área comercial ter meta por produtividade para todos os setores terem meta e orçamento. A assembleia aprovou com 100 votos. Teremos que planejar como vamos fazer essa meta para não deixar a desejar. **Adesão e demissão de cooperados:** Apresentou para a assembleia os interessados a cooperar na Cooper-Reca. A assembleia aceitou, sendo eles: **Edimar de Lima**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Ramal Cascalho, Km 07, Sítio Boa Vista, Natural de Rio Branco – AC, nascido no dia 27/09/1972, inscrito no CPF Nº 654.267.462-49 e RG Nº 444764 SSP/AC, data de expedição dia 24/10/1990. **Gerci Bicalho da Costa Filho**, Brasileiro, agricultor, residente e domiciliado no Ramal Linha 05 da União, sítio Cascalho, Km 12,5, natural de Jaru – RO, nascido em 16/11/1974, inscrito no CPF Nº 620.979.892-68 e RG 0298626 expedido SSP/RO em 15/02/1996. **Thiago Berkembrock**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado no Ramal Baixa Verde, Km 13, Sítio Nova Estrela, Natural de Plácido de Castro – AC, nascido no dia 14/06/1990, com a inscrição do CPF Nº 007.266.072-40, RG Nº1100099-6 SSP/AC em 14/06/2007. **Dionizio Szuta**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Rodovia BR 364, KM 1065, Sítio Bela Vista, natural de Pato Branco - PR, nascido em 08/04/1959, solteiro, inscrição no CPF Nº 500.538.929-68, RG Nº 3154141-7 SSP/PR em 28/12/1979. **Marcelo Santana Machado**, brasileiro, residente e domiciliado no Ramal Baixa Verde, Km 20, Sítio Monte Sinai, natural de Presidente Médici – RO, nascido no dia 12/08/1988 inscrito com o CPF Nº 955.076.552-00 e RG Nº1022945 SSP/RO em 02/06/2016. **Jerffson Silva dos Santos**, brasileiro, agricultor, solteiro, residente e domiciliado no Ramal Baixa Verde, sítio Santo Antônio, Km 14, natural de Plácido de Castro – AC, nascido em 01/06/1990, inscrito no CPF Nº006.293.922-00, e RG Nº 1115292-3 SSP/AC em 29/02/2008. **Marcos Matias da Silva**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na BR 364, Km 1080, Sítio Santo Antônio, inscrito no CPF Nº 390.966.102-53 e RG 184903 SSP/AC em 07/04/1982. **Antônio Pereira da Silva**, brasileiro, agricultor, natural de Rio Branco – AC, nascido em 05/05/1968, inscrito no CPF Nº 233.362.692-53 e RG Nº 173903 SSP/AC em 15/07/2009. **Jacs Lucio Biancardi**, brasileiro, agricultor, natural de Cacoal – RO, nascido em 23/11/1975, inscrito no CPF Nº 621.019.512-15 e RG Nº 275139 em 14/07/2011 SSP/RO, residente e domiciliado na BR 364, KM 02. **Diona Alves da Silva**, solteira, agricultora, técnica

Adelino Rosa José Mendes do Nascimento de Souza

*Paulo Sérgio Simões Gomes de Oliveira
 Jader Silva de Carvalho Semillo Koepf
 Raimundo R. da Cunha Pedro Paulo de Silva*

Adelino Rosa
 Raimundo R. da Cunha
 048/RO 5669

em agropecuária, brasileira, residente e domiciliada no Ramal Pioneiros com Ramal Goiabal Km 0,5, nascida em 16/07/1985 natural Jaguaribe - CE, inscrição no CPF N° 828.857.612-53 e RG N°466633 SSP/AC em 13/11/2002. **Juvenal Pereira da Silva**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado no Ramal Pioneiros, Km 03, inscrito no CPF N° 434.062.382-20 RG N° 189423 SSP/PR em 02/0721987 natural de Ubiratã – PR, nascido em 28/12/1971. **Mailton Pontes de Oliveira**, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em 23/04/1991, natural de Porto Velho – RO, residente e domiciliado no Ramal Baixa Verde, Km 20, sitio Monte Sinal, inscrito no CPF N° 017.612.882-45 e RG N° 1127279 SSP/AC em 01/08/2008. **Nilicléia Correia Teixeira**, brasileiro, solteiro, agricultora, Natural de Cruzeiro do Sul – AC, nascida em 21/01/1984, residente e domiciliada no Ramal da Manga, Km 03, Sitio Boa Esperança, CPF N° 792.505.052-72 e RG N° 358854 SSP/AC em 08/08/2007. **Francisca Goncalves Pereira**, brasileira, casada, agricultora, natural de Rio Branco – AC, nascida em 29/09/1966, residente na BR 364, inscrita no CPF N° 322.128.602-34 e RG N° 191395 SSP/AC em 04/09/1987. **José Felipe Mendes Amorim Junior**, brasileiro, solteiro, natural de Rio Branco – AC, nascido em 01/09/1991, residente e domiciliado no Ramal Pioneiros, Chácara Corinthians, CPF N° 001.357.692-56 e no RG N°10812792 SSP/AC. **Jorge Strege Bernardo**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Chácara Mondair, Ramal Baixa Verde, natural de Mondair – SC, nascido em 27/05/1954, CPF N°249.847.959-72 e RG N° 340858 SSP/DF. **Simone Kaefer**, brasileira, solteira, Engenheira Agrônoma, residente no Ramal Laranjal, Sitio Castanheira, Km 08, natural de Rio Branco – AC, nascida em 25/10/1985, CPF N°787.368.112-20 e RG N° 406131 SSP/AC em 30/01/2000. Todos acima mencionados são brasileiros (as), agricultores (as). Os cooperados novos subscrevem R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em quotas partes integralizados em dinheiro moeda corrente conforme descrito no Estatuto art. 27. Capitulo VII do Capital social e patrimônio, discutido e aprovado por assembleia. “O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 2.000 (duas mil) quotas-partes ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito. Para efeito da integralização do capital, poderá o cooperado fazê-la em parcela única ou em quatro parcelas anuais, sendo a primeira e a segunda de 12,5%, a terceira de 25% e a quarta de 50% do valor subscrito”. **Eleição e Posse:** Apresentou o nome do Alessandro Queiroz dos Santos apresentado para o diretor presidente, a assembleia

Adalino Para José Carlos do nascimento de Souza

Paulo Sergio Simões, Genesio de Oliveira
 Sodeu Silva de Carvalho Semillo Kaefer
 Pedrimundo R. da Silva Pedro Melo da Silva

Rodrigo de Souza
 OAB/RO 5689

aprovou com 99 votos. Apresentou o nome de Semildo Kaefer, Pedro Melo da Silva, Tadeu Silva de Carvalho, para compor a diretoria. Todos aprovados pela assembleia ficando assim distribuído os cargos: **Diretor Presidente: Alessandro Queiroz dos Santos** residente e domiciliado no Ramal Baixa Verde, Sítio Igarapé Km 17, brasileiro, agricultor, natural de Camaçã – BA, nascido em 22/07/1981, inscrição do CPF Nº 519.954.682-15 e RG Nº 721859 SSP/RO expedição 13/02/2017. **Diretor vice-presidente Sr. Semildo Kaefer**, brasileiro, Agricultor, residente e domiciliado no Ramal Pioneiros, Chácara Alemã, Km 3,5, Natural São Martinho – RS nascido em 08/07/1959, inscrito no CPF Nº 373.049.760-04 e do RG Nº 3089665-3 SSP/RS, Data de Expedição: 18/08/1979. **Diretor Tesoureiro Sr. Pedro Melo da Silva**, agricultor, brasileiro, residente e domiciliado no Ramal Cascalho, Sítio Nova Morada, Km 04, nascido em 18/07/1981, natural de Rio Branco - AC, inscrito no CPF Nº 678.361.192-20 e do RG 10023810 SSP/AC. **Diretor Secretário: Tadeu da Silva Carvalho**, agricultor, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado no Ramal Pioneiros, sítio São Judas, natural de Ivaiporã – PR nascido em 18/09/1971, CPF Nº CPF 696.065.872-15 e do RG Nº 0306115 SSP/AC. Todos aprovados pela assembleia, devidamente qualificados foram empossados nos seus cargos. Sendo mandato para dois anos, podendo se estender por mais dois meses até que seja necessário (prazo de registro da documentação 2020). Todos nesta data empossados eleitos declaram sobre as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei, especial ou em pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime familiar de prevaricação, pleito ou suborno, concessão, peculato ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência. Contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (art. 10/11 inciso primeiro C/C 2002/ e que não tem parentesco de 2º grau em linha reta ou colateral entre os membros da diretoria executiva). **Troca do Conselho fiscal:** A assembleia apontou nomes para a votação e escolha do conselho fiscal, cada membro votou em 03 nomes, ficando assim constituído: **Conselho fiscal efetivo:** Paulo Sérgio Simões, casado, portador do CPF 810.688.242-04, RG 449853 SEJUSP/AC expedida em 08 de maio de 2002, data de nascimento em 25 de janeiro de 1981, natural de Terra Boa-PR, residente e domiciliado no Ramal Linha 12, Km 06, ficando com 40 votos. **Conselho fiscal efetivo: Francisco Berkembrock**, brasileiro, agricultor, casado, portador do CPF 383.725.689-87, RG 403334

Alexandro Queiroz dos Santos

*Paulo Sérgio Simões
Tadeu Silva de Carvalho
Semildo Kaefer
Raimundo R. da Guerra
Pedro Melo da Silva*

Raimundo R. da Guerra
04/07/2019

de presença, esta e copia fiel do Livro próprio de ata das Assembleias gerais transcritas do livro ata numero 02 da Cooper- RECA.

Alexandro Queiroz dos Santos
Alexandro Queiroz dos Santos
 Diretor Presidente
 CPF nº 519.954.682-15

Tadeu Silva de Carvalho
Tadeu Silva de Carvalho
 Diretor Secretário
 CPF nº 696.065.872-15

Paulo Sergio Simões
Paulo Sergio Simões
 Conselho Fiscal efetivo
 CPF nº 810.688.242-04

João Carlos do Nascimento de Souza
João Carlos do Nascimento de Souza
 Conselho Fiscal efetivo
 CPF nº 002.674.547-08

Adolires Rosa
Adolires Rosa
 Conselho Fiscal suplente
 CPF nº 789.533.089-68

Semildo Kaefer
Semildo Kaefer
 Dir. Vice Presidente
 CPF nº 373.049.760-04

Pedro Melo da Silva
Pedro Melo da Silva
 Diretor Tesoureiro
 CPF nº 678.361.192-20

Francisco Berkenbrock
 Conselho Fiscal efetivo
 CPF nº 383.725.689-87

Genésio de Oliveira
Genésio de Oliveira
 Conselho Fiscal suplente
 CPF nº 435.194.902-34

Raimundo Rodrigues da Gama
Raimundo Rodrigues da Gama
 Conselho Fiscal suplente
 CPF nº 051.767.002-04

Radermarque M. de Luna
Radermarque M. de Luna
 OAB/RG 5669

Fotografia 01. Visão Geral da sede e adjacências da Comunidade do Projeto Reca



Fotografia 02. Início da Assembléia Geral do dia 16/03/2018, auditorio lotado de comunitários



Fotografia 03. Assembleia Geral no dia 16/03/2018, associados permanecem na assembleia.



Fotografia 04 Equipe técnica de jovens apresenta soluções para problemas da comunidade



Fotografia 05 Intervalo da Assembleia para almoço, associados se reúnem em conversas informais



Fotografia 06 Assembleia Geral do dia 16/03/2018. Mesmo no período da tarde todos permanecem no auditório.



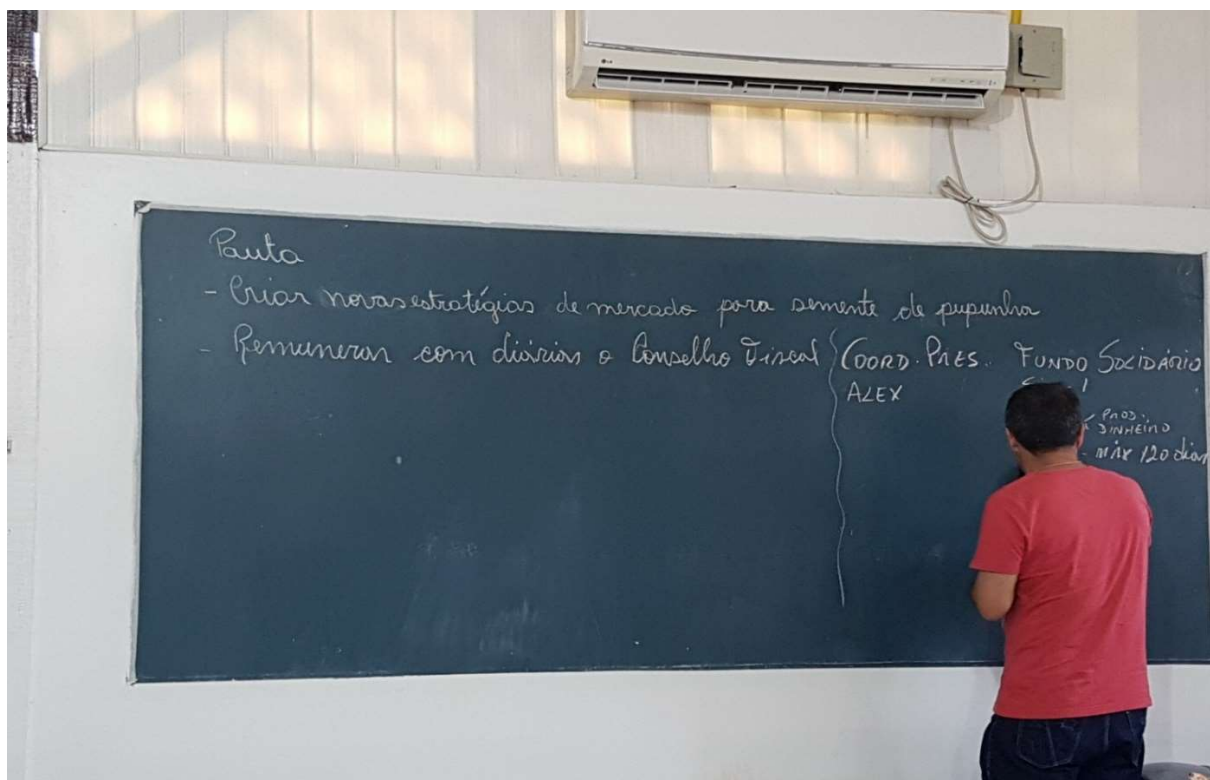
Fotografia 07 Discussão e aperfeiçoamento de pautas. As pautas são escritas e discutidas em processo público.



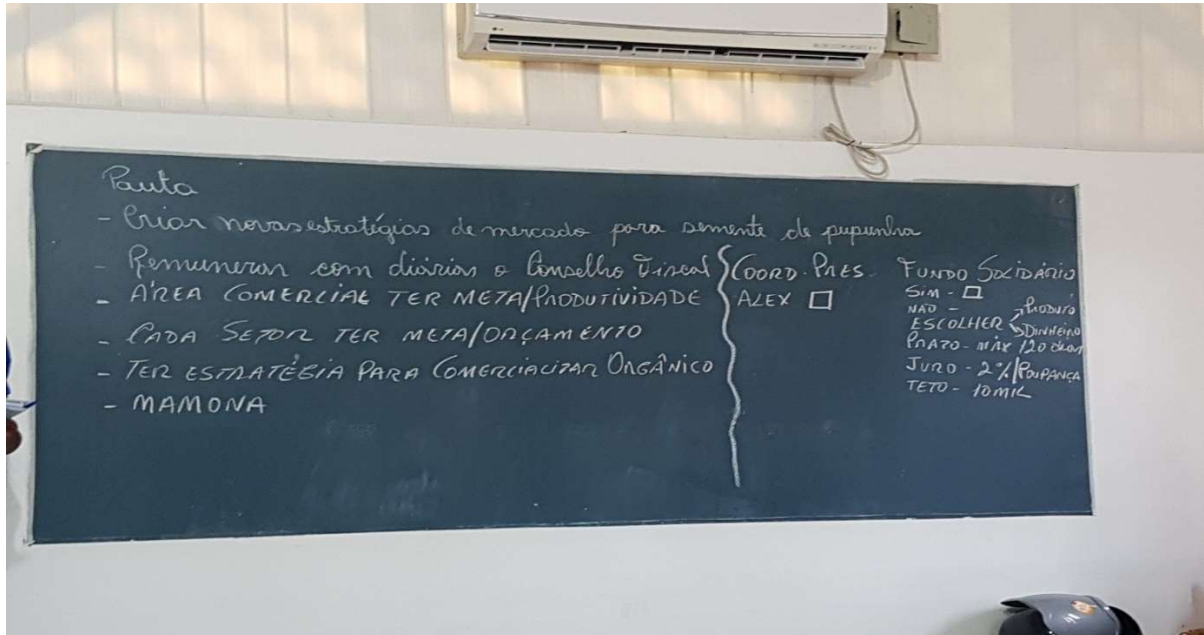
Fotografia 08 Líderes ou coordenadores dos grupos apresentam as pautas que serão discutidas



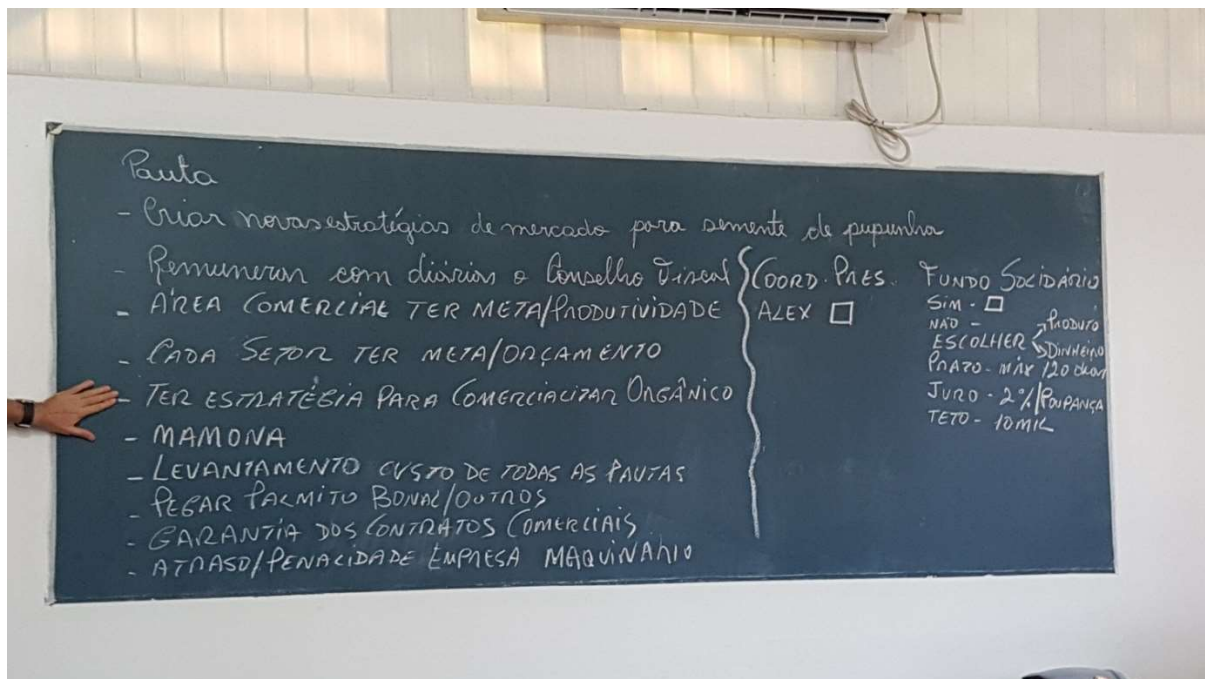
Fotografia 09 As pautas são anotadas na frente da assembleia e discutidas com todos os associados



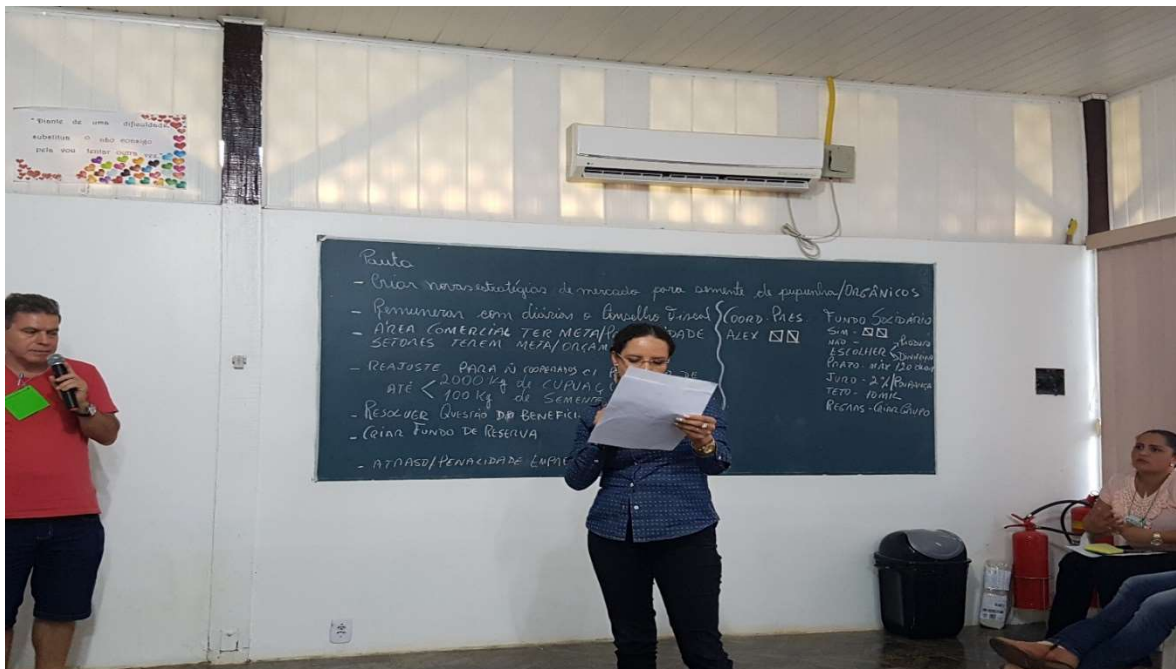
Fotografia 10 Cada grupo apresenta sua pauta que depois será discutida e agregada



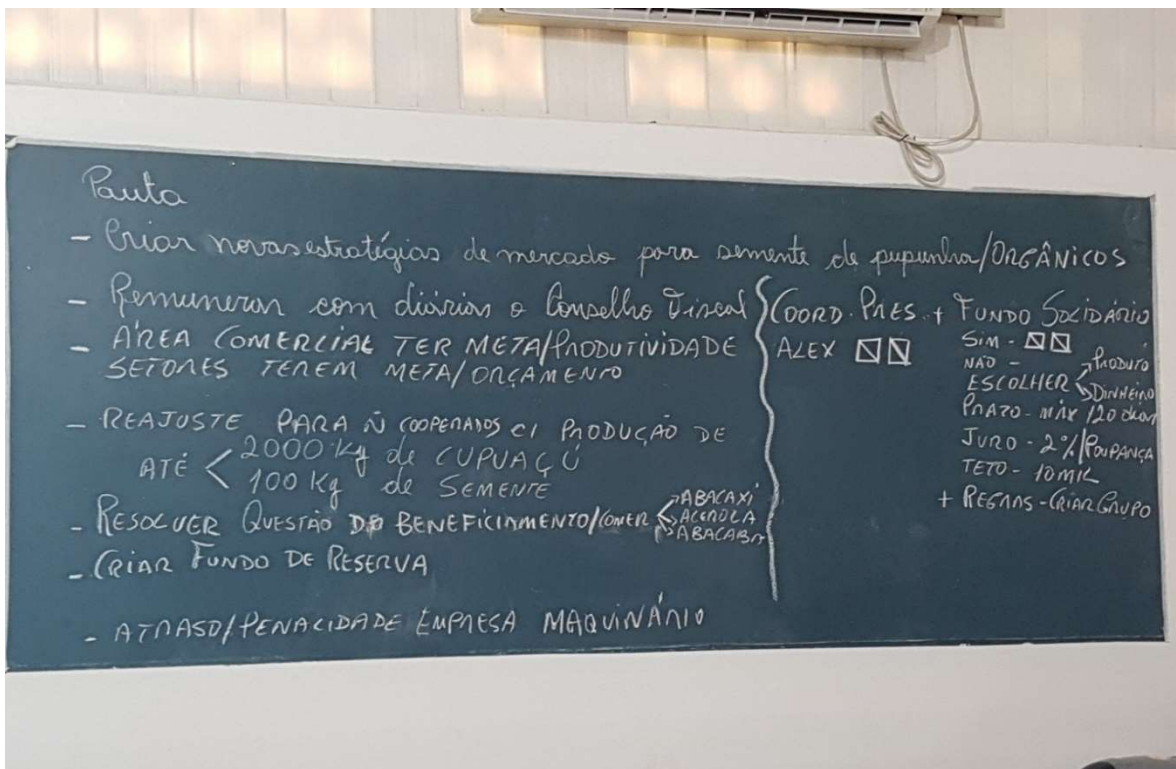
Fotografia 11 Processo de agregação de pautas requer bastante capacidade de interlocução pelo mediador.



Fotografia 12 Outros grupos apresentam suas pautas que são anotadas em público pelo moderador



Fotografia 13 As pautas são agrupadas mediante processo de concordância ou votação pela assembleia geral.



Fotografia 14 Discussão de pautas com a assembléia geral, primeiro tentativa de acordo, não havendo acordo regra da maioria é aplicada mediante votação.



Fotografia 15. União dos moradores em mutirão no início da comunidade



Fonte: Arquivo de fotos do Projeto RECA

Fotografia 16. Reuniões dos grupos de vizinhos no início da comunidade RECA



Fonte: RECA

Fotografia 17. Reunião dos grupos de vizinhos acontecia onde era possível



Fonte: RECA

Fotografia 18. Encontro de moradores na fase inicial da Comunidade Reca - valorização da organização



Fonte: RECA

Fotografia 19. Arcebispo Dom Moacyr Grecchi – Colaborou para o nascimento da Comunidade Reca



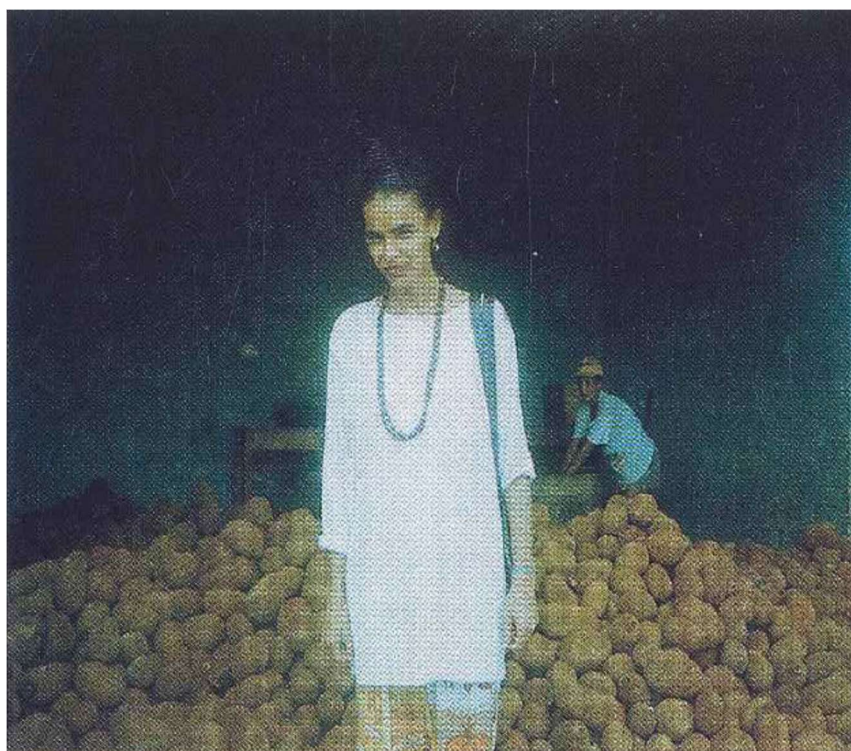
Fonte: RECA

Fotografia 20. Reuniões e assembléias são atividades de rotina há muito tempo no Reca



Fonte: RECA

Fotografia 21. Visita da ex-ministra Marina Silva na Comunidade Reca



A ministra Marina Silva visita a beneficiadora de cupuaçu

Fonte: RECA

Fotografia 22. Visita do Presidente Lula na Comunidade Reca



Fonte: RECA

Fotografia 23. No aniversário da comunidade políticos e convidados participam da inauguração da Agroindústria.

27º ANIVERSÁRIO DO PROJETO RECA

Publicado em 22 de agosto de 2015 por maocam1br

Compartilhe com seus amigos

Compartilhe Facebook

Compartilhe Twitter

Compartilhe Google+



O RECA é um projeto de reflorestamento que trabalha com a agricultura familiar, localizado na BR 364 km 1071 em Nova Califórnia – RO. Por diversas vezes premiado no Brasil e no Exterior por um trabalho de associação, cooperativismo, cuidado com a natureza e trato com os agricultores.

Nesta semana, nos dias 20 e 21 de agosto é comemorado o 27º aniversário do RECA. Em uma solenidade que teve início às 15:30 horas do dia 20/08 e contou com a presença de várias autoridades, como o secretário estadual de agricultura Evandro Cesar Padovani, Salatiel Rodrigues, presidente da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil em Rondônia; Francisco Mende Sa, diretor presidente da EMATER RO, conhecido como chiquinho da EMATER e representando a prefeitura de Porto Velho – SEMAGRIC, Aparecido Bispo.

O atual presidente Alessandro Queiroz dos Santos e a vice presidente Eunice, recepcionaram os convidados na sede do Projeto RECA.



Uma das pessoas de grande importância do RECA, entre outras, foi um dos idealizadores do projeto, morador de Nova Califórnia e ex-ministro do Terra Legal, Sergio Lopes.

Logo após a solenidade comemorativa foram inauguradas a fábrica de óleo e a de cupuaçu, que foi construída com recurso do FUNDO AMAZONIA/BNDS.



Fonte: <http://maoamiga-anuncios.com.br/27o-aniversario-do-projeto-reca/>

Fotografia 24. O governador Confúcio Moura e Secretários de Estado inauguram nova sede da Emater em Nova Califórnia

Emater inaugura unidade em Nova Califórnia

em: 04 de julho de 2011



INAUGURAÇÃO ESLOC N CALIFORNIA 003

O distrito de Nova Califórnia, em Porto Velho, é a sede da 66ª unidade operacional da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater) no campo. Junto com o escritório chegam também as políticas públicas do governo estadual para atendimento à agricultura familiar local. Mais de 600 famílias serão atendidas com os programas de desenvolvimento agropecuário sustentável.

O novo escritório local de Nova Califórnia foi inaugurado neste sábado (2), com a presença do governador Confúcio Moura, do secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária, Anselmo de Jesus, e do secretário executivo da Emater, Elisafan Sales. Segundo Sales, "a instalação de um escritório que viesse atender a comunidade de Nova Califórnia foi uma solicitação da deputada Epifânia que o governador entendeu e determinou que a Emater instalasse e nós estamos cumprindo com o nosso dever de levar assistência técnica e extensão rural aquela comunidade".

A Emater está presente nos 52 municípios do estado. Devido à grande demanda de atendimento e distancia entre os distritos e suas sedes, foram instalados escritórios locais ou subunidade em diversas localidades para melhor atender o agricultor familiar. Hoje, a estrutura da Emater conta com uma gerência central em Porto Velho, 66 escritórios locais, 05 unidades de extensão rural, 01 unidade regional, duas usinas de nitrogênio, uma usina de calcário, e 01 unidade de produção de sementes.

N-CALIFORNIA-003.ipd



Pessoas de baixa renda tem atendimento jurídico gratuito no Escritório Modelo da...



Cacoal: Inscrições para casas populares vão até 27 de março



Acadêmicos de Biomedicina realizam estágio extracurricular e monitoria...



Unir divulga edital para contratar 24 professores em diversas áreas da Redação

POPULARES



Hospital de Câncer da Amazônia é habilitado e presidente Michel Temer

Fonte: <http://rondoniadigital.com/emater-inaugura-unidade-em-nova-california/>

Fotografia 25. Economia sustentável da comunidade Reça é destacada em matéria de revista.

Revista Globo Rural de Abril destaca produção sustentável na Amazônia

Conexsus participa da reportagem, com entrevista do diretor executivo Valmir Ortega e informações sobre negócios sustentáveis



A edição de abril da revista Globo Rural destacou na matéria de capa a produção sustentável na Amazônia. A reportagem traz trecho de entrevista com o diretor executivo da Conexsus – Instituto Conexões Sustentáveis, Valmir Ortega. A organização também contribuiu com informações sobre projetos e negócios sustentáveis.

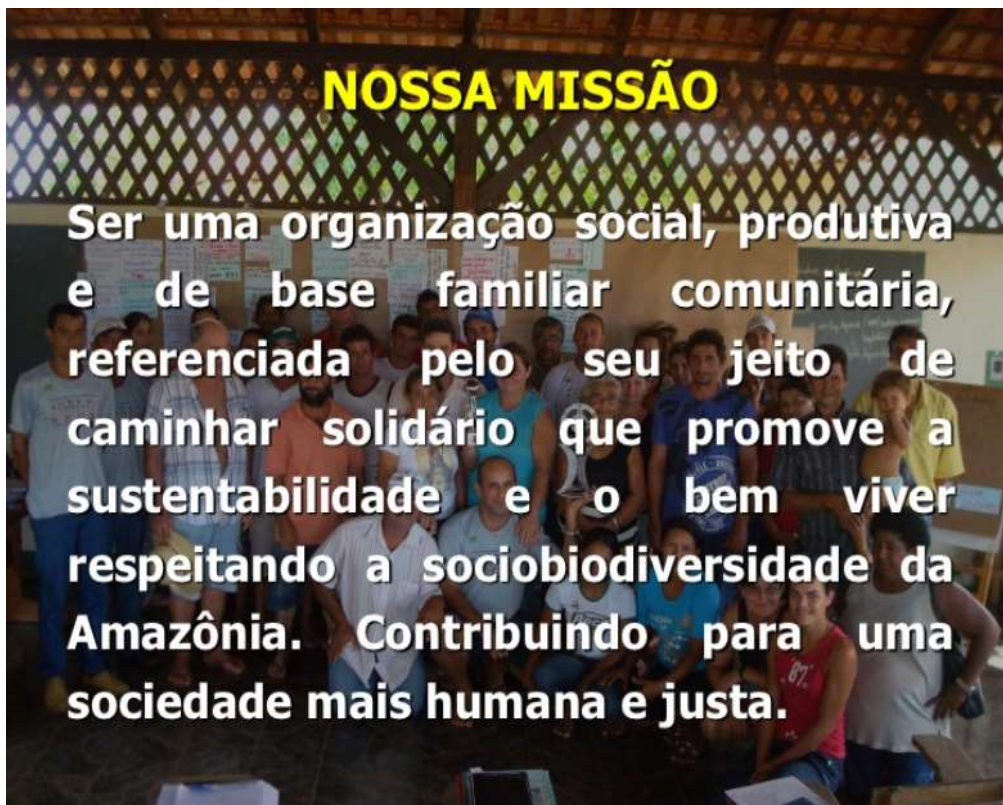
A matéria faz um raio-x da produção na Amazônia, com um mapa de todos os negócios sustentáveis, fruto de parcerias entre produtores rurais e ambientalistas da Amazônia. Os projetos marcam o novo ciclo econômico do bioma.

Um dos projetos em destaque é o Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado), no distrito rural de Nova Califórnia, em

Porto Velho (RO), que tem atuação da Conexsus. No Reça, pequenos produtores associados cultivam frutos amazônicos em sistemas agroflorestais (SAFs) e realizam

Fonte: <https://www.conexsus.org/revista-globo-rural-de-abril-destaca-producao-sustentavel-na-amazonia/>

**Fotografia 26. A missão do Reça é constantemente reforçada
junto a seus sócios**



Fonte: RECA